



KARL KORSCH: CRÍTICO MARXISTA DO MARXISMO

José Carlos Mendonça

KARL KORSCH: CRÍTICO MARXISTA DO MARXISMO

José Carlos Mendonça



UFSC
Florianópolis
2016

Copyright © 2016 José Carlos Mendonça

Coordenação de edição

Carmen Garcez

Projeto gráfico e editoração eletrônica

5050com

Capa

5050com sobre imagem:

Improvisation 27 – Garden of Love II (1912, detalhe), de Vasily Kandinsky
The Metropolitan Museum of Art (NY)

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da Universidade Federal de Santa Catarina

M539k

Mendonça, José Carlos

Karl Korsch: Crítico Marxista do Marxismo /
José Carlos Mendonça.

– Florianópolis : Em Debate / UFSC, 2016.

350 p.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-64093-27-0

1. Marxismo. 2. Korsch, Karl. I.

Título.

CDU: 141.82

Todos os direitos reservados a

Editoria Em Debate

Campus Universitário da UFSC – Trindade
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Bloco anexo, sala 301 – Telefone: (48) 3721-4046
Florianópolis – SC

www.editoriaemdebate.ufsc.br / www.lastro.ufsc.br

O projeto de extensão Editoria Em Debate conta com o apoio de recursos do acordo entre Middlebury College (Vermont – USA) e UFSC.

NOTA EDITORIAL

Muito do que se produz na universidade não é publicado por falta de oportunidades editoriais, tanto nas editoras comerciais como nas editoras universitárias, cuja limitação orçamentária não acompanha a demanda existente, em contradição, portanto, com essa demanda e a produção acadêmica exigida. As consequências dessa carência são várias, mas, principalmente, a dificuldade de acesso aos novos conhecimentos por parte de estudantes, pesquisadores e leitores em geral. De outro lado, há prejuízo também para os autores, frente à tendência de se valorizar a produção intelectual conforme as publicações, em uma difícil relação entre quantidade e qualidade.

Constata-se, ainda, a velocidade crescente e em escala cada vez maior da utilização de recursos informacionais, que permitem a divulgação e a democratização do acesso às publicações. Dentre outras formas, destacam-se os *e-books*, artigos *full text*, base de dados, diretórios e documentos em formato eletrônico, inovações amplamente utilizadas para consulta às referências científicas e como ferramentas formativas e facilitadoras nas atividades de ensino e extensão.

Documentos, periódicos e livros continuam sendo produzidos e impressos, e continuarão em vigência, conforme opinam estudiosos do assunto. Entretanto, as inovações técnicas podem contribuir de forma complementar e oferecer maior facilidade de acesso, barateamento de custos e outros recursos que a obra impressa não permite, como a interatividade e a elaboração de conteúdos inter e transdisciplinares.

Portanto, é necessário que os laboratórios e núcleos de pesquisa e ensino, que agregam professores, técnicos educacionais e estudantes na produção de conhecimento, possam, de forma convergente, suprir suas demandas de publicação também como forma de extensão universitária, por meio de edições eletrônicas com custos reduzidos e em divulgação aberta e gratuita em redes de computadores. Essas características,

sem dúvida, possibilitam à universidade pública cumprir de forma mais eficaz suas funções sociais.

Dessa perspectiva, a editoração na universidade pode ser descentralizada, permitindo que várias iniciativas realizem essa convergência com autonomia e responsabilidade acadêmica, editando livros e periódicos de divulgação científica, conforme as peculiaridades de cada área de conhecimento no que diz respeito à sua forma e conteúdo.

Por meio dos esforços do Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – que conta com a participação de professores, técnicos e estudantes de graduação e pós-graduação –, e por iniciativa e empenho do prof. Fernando Ponte de Sousa, a Editoria Em Debate (ED) completa cinco anos de realizações, sempre com o apoio do Middlebury College/Vermont, que acreditou no projeto. Criada com o objetivo de desenvolver e aplicar recursos de publicação eletrônica para revistas, cadernos, coleções e livros que possibilitem o acesso irrestrito e gratuito dos trabalhos de autoria dos membros dos núcleos, laboratórios e grupos de pesquisa da UFSC e outras instituições, conveniadas ou não, sob orientação e acompanhamento de uma Comissão Editorial, a ED publicou 39 livros desde 2011. Com os lançamentos de 2016, acreditamos consolidar essa proposta e inauguramos um novo projeto gráfico, com um design mais leve e moderno para o formato digital, mantendo sua funcionalidade para o impresso.

Os editores

Coordenador

Ricardo Gaspar Müller

Conselho editorial

Adir Valdemar Garcia

Ary César Minella

Fernando Ponte de Sousa

Iraldo Alberto Alves Matias

Jacques Mick

Janice Tirelli Ponte de Sousa

José Carlos Mendonça

Laura Senna Ferreira

Maria Soledad Etcheverry Orchard

Michel Goulart da Silva

Paulo Sergio Tumolo

Valcionir Corrêa

Aos que dedicam a vida para que a atual sociedade seja substituída por outra, cujos fundamentos sejam tempo livre e abundância material para todas as pessoas e em todo o planeta.

AGRADECIMENTOS

Ao pessoal da secretaria do IFCH, em especial à Maria Rita, Reginaldo e Beatriz, pela presteza e competência com que sempre fui atendido.

Aos meus colegas da turma 2010 do Doutorado em Ciências Sociais, pelo agradável ambiente que combinava debate científico e solidariedade.

À professora Liliana Segnini, pelo talento e serenidade com que me orientou, demonstrando coerência na prática com os princípios de autonomia e liberdade que nos são valiosos.

Aos professores Angela Araújo e Márcio Naves, pela sensibilidade acadêmica comprovada, em mais de uma ocasião, no empenho para que um projeto de pesquisa com potencial crítico e radical pudesse ser realizado.

Aos professores Dari Krein e Hugo Dias, pelo modo solidário com que se prontificaram a resolver o último de tantos contratempos desse doutorado. A Hugo Dias agradeço ainda pela qualidade de sua arguição em minha banca, mesmo depois de ter passado a noite anterior à defesa sem dormir para poder prepará-la.

Aos professores Álvaro Bianchi e Laura Senna, pela pronta aceitação do convite para participar de minha banca e pelos ensinamentos com suas arguições.

Ao Mistagogo Fernando Ponte, referência constante, pelo aprendizado com suas dicas ao projeto e estímulo permanente.

Aos professores e amigos Iraldo Matias e Neto Ghizzi, parceiros em várias frentes da vida, pelas conversas “infinitas” e pela “reserva de sanidade” que representaram para mim antes e durante esta jornada.

Aos amigos Bruno Miranda e Claus Castro, o primeiro por seu trabalho junto às universidades da cidade do México, proporcionando-me obras de Korsch que de outro modo me seriam inacessíveis, e o segundo pela parceria na revisão das traduções. A crença de ambos nas possibilidades extra-acadêmicas deste trabalho é contagiante.

A Jorg Schmidt e minha filha Gabriela, respectivamente pela ajuda com o alemão e o inglês.

Ao amigo e professor Paulo Tumolo, pela boa vontade demonstrada sempre que precisei.

A toda a equipe do Laboratório de Sociologia do Trabalho da Universidade Federal de Santa Catarina (Lastro/UFSC), em particular àqueles com quem pude trabalhar diretamente, Ricardo Müller, Jacques Mick, Valcionir Corrêa, Laura Senna, Eduardo Perondi, João Gabriel, Allisson Fitipaldi (in memoriam), Luciane Manika, Sabrina Schultz, Ismael Trajano e Diego Nonato por propiciarem um ótimo espaço de convivência e valorização acadêmica desta tese.

Aos amigos do Departamento de Antropologia da UFSC Ana Corina, Éder, Mariana e Edviges, pelo companheirismo e fraternidade com que sempre se disponibilizaram para me ajudar a concluir a pesquisa.

A Ítalo, Caio, Helena e Gabriela, pela compreensão com que enfrentaram as incontáveis horas que esta pesquisa me privou de tão prazeroso convívio.

E por fim... para Elisa devo algo mais, de muito mais, do que tantas revisões de meus escritos e o colocar-se magistralmente no papel de “grilo falante”.

Para uma ideia é de péssimo agouro estar na moda, pois isso significa que em seguida se tornará antiquada para sempre.

Jorge Santayana (1863-1952), filósofo.

É inútil discutir pontos controvertidos de uma teoria social – e precisamente de teorias sociais que frequentemente são descritas como religiões – se essa discussão não é parte de uma luta social real. A teoria social em questão deve poder se referir a várias possibilidades de ação para o partido, o grupo ou a classe. A diversidade de opiniões pode estar relacionada aos objetivos sociais, às questões de tática, às formas organizativas, à identificação do adversário, do aliado, do neutro ou mesmo ao plano (quando existe) traçado com base em uma ou outra avaliação da situação social dada ou em desenvolvimento. O resultado de uma discussão materialista desse tipo deve, em todo caso, modificar o comportamento efetivo não de um indivíduo ou de um pequeno grupo de pessoas, mas de um verdadeiro “coletivo”, de uma massa social.

Karl Korsch

(Em *Uma aproximação não dogmática ao marxismo*.

Publicado em maio de 1946).

SUMÁRIO

Prefácio

Por Iraldo Matias..... 13

Apresentação..... 41

1 Materialidade e subjetividade de uma trajetória..... 55

1.1 História de vida e percurso intelectual55

1.1.1 *Dos primeiros anos à participação na guerra (1886-1918)*.....55

1.1.2 *O engajamento militante (1919-1933)*.....63

1.1.3 *Do exílio aos últimos anos (1934-1961)*.....74

1.2 Premissas epistêmico-metodológicas.....87

1.2.1 *Marxismo crítico e não dogmático*.....87

1.2.2 *Natureza humana e especificidade histórica*.....90

1.2.3 *Generalização, ser e devir*93

1.2.4 *Mudança e prática revolucionárias (práxis)*.....96

1.2.5 *Teoria e movimento do proletariado*100

1.2.6 *Forças produtivas e relações de produção*.....109

1.2.7 *Base e superestrutura*114

2 Autonomia proletária versus práxis heterônomas121

2.1 Determinações analítico-conceituais prévias121

2.2 Conselhos Proletários: forma institucional da autonomia do proletariado.....	124
2.3 Crítica teórica e política de posições heterônomas	170
2.4 A busca por novas manifestações da autonomia proletária	187
2.4.1 <i>Reconstrução histórico-política da Comuna de Paris</i>	188
2.4.2 <i>Revolução na Espanha</i>	197
3 Contrarrevolução	211
3.1 Definições e espaços de surgimento	211
3.2 Fascismo	218
3.3 Marxismo ortodoxo.....	259
3.4 Democracia	292
Considerações finais	299
Referências	317
Apêndices	331
A – <i>Posição sobre a Rússia e o Partido Comunista</i> (tradução).....	331
B – <i>Carta a Paul Mattick</i> (tradução).....	334
C – <i>Carta a Bertolt Brecht</i> (tradução).....	339
D – <i>Carta a J. A. Dawson</i> (tradução)	347
E – <i>Carta a Erich Gerlach</i> (tradução)	351

PREFÁCIO

Muito além de um “Korsch filósofo”: a práxis comunista e os conselhos proletários

Encontramo-nos diante de uma obra candidata à impopularidade. Em tempos tão obscuros, em que conservadores e reacionários são chamados de “liberais” e pseudoliberais se definem como “esquerda progressista”, ser impopular no campo da produção intelectual e da luta política é um mérito. Assim como discutir *autonomia proletária* – num momento em que a maioria esmagadora da esquerda abandonou tanto a construção de uma *luta autônoma*, frente às instituições burguesas/gestoriais (capitalistas, portanto), como abriu mão do caráter classista (proletário) em prol da fragmentação pós-moderna das “lutas identitárias” –, é um ato necessário de ousadia. Este quadro político desolador, por si só, já coloca o conceito de *contrarrevolução* na ordem do dia, sem o qual nenhuma luta que se pretende revolucionária pode avançar. Pois, trata-se de uma noção dialética imprescindível para detectar, analisar e enfrentar as derrotas do passado, avançando sobre os descaminhos e as falsas vias no sentido da construção de uma sociedade comunista.

José Carlos Mendonça se colocou essa difícil tarefa, como já havia feito anteriormente, ao mostrar o caráter de “instituições de conservação” de partidos e sindicatos, no pensamento de outro expoente da

esquerda germano-holandesa, também conhecida como *comunismo de conselhos*: Anton Pannekoek, 1873-1960 (Mendonça, 2011). Em novo esforço intelectual e militante – dentro da linha de pesquisa *Autonomismos Conselhistas*, do *Grupo de Estudos e Pesquisas Mundos do Trabalho: Pensamento Político-social Heterodoxo (Gepensah)*¹ –, Mendonça nos apresenta uma profunda e séria pesquisa acerca da trajetória política e teórica de outro grande nome do *conselhismo*: o alemão Karl Korsch, 1886-1961.

A presente obra toma como fio condutor do pensamento de Korsch, justamente sua busca incessante pela *autonomia proletária* na organização da luta social e na constituição das novas instituições pós-capitalistas, geridas pelos produtores diretos; e a *contrarrevolução*, caracterizando um amplo conjunto de obstáculos históricos, políticos e socioeconômicos a serem vencidos pelo proletariado organizado, para a construção de uma nova sociedade. Mendonça tem consciência das dimensões políticas e acadêmicas de seu trabalho, pois,

[...] como corolário da importância de se pesquisar um autor de uma corrente tão pouco conhecida no Brasil e de suprir esta lacuna em nosso país, onde a institucionalização dos movimentos sociais constitui uma regra com débeis exceções e sua integração às estruturas do Estado se dá de modo tão eficiente, vale destacar os pontos nos quais esta pesquisa pode trazer uma contribuição de relevo (p. 47).

Destaquemos, portanto, sua relevância. Assim como fez com Pannekoek, o ineditismo dessa obra vem a preencher mais uma lacuna,

¹ “O Grupo de Estudos Mundos do Trabalho: Pensamento Político-social Heterodoxo” congrega pesquisadores, pesquisadores independentes e estudantes que desenvolvem projetos de pesquisa na área de pensamento político e social, voltados à produção de estudos monográficos sobre autores que vincularam indissolivelmente teoria e prática política, e expressaram teoricamente processos históricos de transformações sociais e políticas, no Brasil e em outros países, com impactos sobre o mundo do trabalho. Propõe-se rever as interpretações clássicas acerca dos processos de lutas sociais de modo a identificar e qualificar, sobretudo, sua dimensão heurística para a compreensão de processos substantivos correntes no capitalismo, bem como questões cognitivas das ciências sociais” (Gepensah, 2016).

devido à ausência de um trabalho monográfico de fôlego acerca do pensamento *heterodoxo* de Korsch no Brasil, onde predominam hegemonicamente as publicações do campo do “marxismo ortodoxo”.² Como afirma nosso autor, “até o ano de 2008 nenhuma obra de Korsch havia sido publicada no Brasil por editoras comerciais ou universitárias [...]. Como exceções que confirmam a regra, podem-se incluir trabalhos como o de Netto (2008), de conteúdo introdutório, ou de conteúdo específico como o de Viana (2012)” (p. 49).

Inclusive, esta foi uma das dificuldades enfrentadas por Mendonça, a quase total ausência de obras de Korsch e de seus comentaristas em português. O enfrentamento dessa barreira linguística, além de fundamental para a realização de sua pesquisa, demonstra o grau de importância de seu trabalho, na medida em que introduz ao leitor brasileiro elementos do pensamento deste *conselheiro* alemão presentes apenas em outras línguas. Para tanto, Mendonça consultou obras e traduziu inúmeros trechos em quatro línguas estrangeiras: espanhol, italiano, inglês e alemão. São poucas obras em português, algumas publicadas somente em Portugal. Ao todo foram cerca de noventa títulos entre artigos, obras, coletâneas, etc. Inclusive apresenta cerca de quinze diferentes comentaristas, com suas diferentes interpretações do caráter geral da obra de Korsch.

Além disto, a generosidade de suas notas de rodapé é digna de destaque, apresentando cerca de trinta títulos traduzidos diretamente

² Bernardo (2009) estabelece uma diferenciação entre *marxismo ortodoxo*, ou *marxismo das forças produtivas* e *marxismo heterodoxo*, ou *marxismo das relações de produção*, na qual se insere Karl Korsch. Este autor português postula que, “na obra de Karl Marx, ambas se articulam contraditoriamente numa doutrina unificada” (2009, p. 408). O marxismo ortodoxo seria identificado por uma predominância da esfera da circulação; secundarização da mais-valia; primado das forças produtivas; crença na neutralidade tecnológica; concepção “jurídica” de socialismo, identificado como a estigmatização dos meios de produção; foco na “tomada de poder” do Estado, etc. Seria a expressão ideológica da *classe dos gestores* enquanto classe dominante no *capitalismo de Estado*, identificado comumente como “marxismo-leninismo”. Mendonça mostra como Korsch enquadrava o marxismo ortodoxo enquanto uma das manifestações da *contrarrevolução*.

do alemão, de artigos escritos por Korsch em sua juventude, entre 1908 e 1913 (p. 60); assim como de mais de dez artigos produzidos para a *Revista de Pesquisa Social*, editada por Max Horkheimer, em Frankfurt, em 1932 (p. 75), além de dezenas de títulos de textos e obras traduzidos ao longo de todo o livro, mesmo que não referenciados diretamente em seu estudo, dando uma noção da vasta amplitude do pensamento korschiano, contribuindo amplamente para o mapeamento de sua obra e abrindo portas para futuras pesquisas.

Ao ler esta obra, logo se depara com um autor que ultrapassa em muito a reflexão puramente filosófica. Além de seus escritos sobre epistemologia materialista, cuja obra mais famosa no Brasil (se não a única realmente conhecida) é *Marxismo e Filosofia* (de 1923, ainda em seu período bolchevique, como atesta Mendonça), Korsch produziu artigos que perpassam a ciência política, sociologia do trabalho, economia política, direito; temas como sindicalismo, formas de socialização dos meios de produção, feminismo, universidade, jornalismo e imprensa, etc. Inclusive, “alargou seus estudos para os campos da Geopolítica, História Geral e Matemática” (p. 71).

Diante de uma produção tão vasta, Mendonça parte da seguinte questão norteadora, investigando “em que medida a produção teórica de Korsch ainda permanece válida, para se pensar criticamente as formas do poder político do capital na contemporaneidade” (p. 49).

Mendonça lança mão de um conjunto de conceitos para se apropriar analiticamente da obra de Korsch, boa parte inspirados no pensamento do marxista heterodoxo português, João Bernardo. Utiliza a concepção do *princípio do institucional* para mostrar como a construção de uma “hegemonia de classe” de qualquer tipo engendra necessariamente um conjunto de novas instituições. Portanto, é evidente que “[...] o exercício do poder proletário requer instituições que sejam compatíveis com o pleno assenhoreamento do processo produtivo” (p. 46). No entanto, as instituições de luta do proletariado podem ser apropriadas pelo capital e incorporadas no processo de acumulação, isto é, podem

ser recuperadas. Com a capacidade de *recuperação*, “o capitalismo assegura sua existência não somente pela repressão, mas principalmente recuperando as lutas e instituições autônomas criadas pelo proletariado em luta” (p. 47). Mendonça também encontra em Bernardo o conceito de *fascismo*, enquanto *revolta dentro da ordem*, com o qual vai confrontar os escritos de Korsch sobre o tema.

Esta obra está estruturada em três capítulos, sendo o primeiro um breve resumo da trajetória intelectual e política do autor em questão, além da “exposição e discussão das premissas teóricas e epistemológicas que orientaram o pensamento de Korsch” (p. 53). Entre as questões apresentadas, encontra-se uma interessante descrição do papel inusitado de Korsch na I Grande Guerra: “sob o argumento de que, naquele contexto, portar armas não era garantia de segurança para ninguém, Korsch serviu durante toda a guerra sem portar fuzis ou sabres” (p. 62).

A obra permite uma visão de todo o percurso militante de Korsch, marcado pela evolução de sua práxis política, tendo passado pelas seguintes organizações cujos conteúdos políticos são devidamente explicitados por Mendonça: *Freie Studentenschaft* (União dos Estudantes Livres – FS), Sociedade Fabiana, *Unabhängige Sozial-Demokratische Partei Deutschlands* (Partido Social-Democrata Independente da Alemanha – USPD), *Kommunistische Partei Deutschlands* (KPD – Partido Comunista da Alemanha) e no grupo *Kommunistische Politik* (Política Comunista). Além disto, foi deputado estadual e Ministro da Justiça da Turíngia, “região da Alemanha em que a maioria das massas trabalhadoras era social-democrata de esquerda ou comunista” (p. 69). Korsch também foi editor de inúmeros periódicos políticos partidários e independentes. Dialogou diretamente com importantes figuras e organizações do movimento comunista internacional, como Bordiga, com a Oposição Operária russa, de Sapronov, com Miasnikov, Brecht, entre outros, passando por diversos países além da Alemanha, devido ao exílio imposto pelo nazismo, como Dinamarca, Inglaterra e Estados Unidos.

Mendonça caracteriza o pensamento de Korsch como um “marxismo crítico e não dogmático”, pois, “considerar a realidade ou o mundo de um ponto de vista crítico significa adotar uma atitude por meio da qual não se pode, nem se deve conhecer o mundo e nele agir sem primeiramente proceder a um exame dos fundamentos do conhecimento e da ação” (p. 87). Destaca o conceito de *crítica*, como elemento epistemológico fundamental, em Korsch:

A *Kritik* não deve ser entendida em sentido idealista, mas como crítica materialista. Inclui, do ponto de vista do objeto, uma pesquisa empírica, “conduzida com a precisão da ciência natural”, de todas as suas relações e desenvolvimento, e do ponto de vista do sujeito, um registro de como os desejos impotentes, as intuições e as demandas dos sujeitos individuais se convertem em um poder de classe historicamente efetivo que conduz à “prática revolucionária” (*práxis*) (Korsch apud Mendonça, p. 77-78).

Assim como, para Korsch, “uma teoria somente pode ser objetiva quando reconhece seus interesses de classe” (p. 90). O dogmatismo é definido como uma fidelidade escolástica à letra morta dos escritos originais dos pais do materialismo histórico. Como evidencia Mendonça:

Questões tais como “qual o verdadeiro pensamento de Marx?” ou “qual das correntes marxistas é a mais ortodoxa?” ou ainda “qual dos métodos aplicados por Marx em diversos momentos de seu percurso é realmente o método dialético correto?” são, para Korsch, exemplos de formas de abordagem do marxismo que conduzem diretamente a respostas dogmáticas ou estáticas. Também ilustram como a teoria de Marx se petrificou (p. 89).

Se levarmos a sério os argumentos de Korsch (e deveríamos levar), logo percebemos a miséria teórica em que está colocado o marxismo hoje. Não por acaso, o conselheiro alemão situou a ortodoxia no campo da *contrarrevolução*.

Em seu segundo capítulo, Mendonça apresenta Korsch enquanto teórico dos Conselhos Proletários, a “forma institucional da autonomia

do proletariado". Para abordar o conceito de "autonomia proletária" em Korsch, nosso autor realiza uma explicativa digressão sobre "quais conteúdos não podem ser atribuídos ao conceito de ação autônoma do proletariado" (p. 121), a partir da experiência histórica de lutas, acumulada ao longo do último século. Em seguida, apresenta uma definição síntese: "Nesse sentido define-se aqui o conceito de Conselho como algo: a) surgido de forma revolucionária; b) criado por uma classe social determinada: o proletariado; c) constituído por meio da ampla participação dos proletários" (p. 123). Utiliza este critério para identificar na história da luta de classes as experiências em que tal forma organizativa se manifestou:

Sob diferentes contextos e graus de implantação, duração e abrangência pode-se mencionar, além da Rússia em 1905 e 1917, que a forma conselhistas apareceu na Alemanha, Hungria e Itália (1918-20), Espanha (1936-38), Hungria (1956), China (1966-67), França e Itália (1968), Chile (1972-73), Portugal (1974-75), Polônia (1980-81), Argentina (2001), México (Oaxaca-2006), Síria (Rojava-2015). Todas elas apresentando como conteúdo comum a vida econômica, social e política gerida pela organização de conselhos, independentemente de terem adotado esta denominação (p. 125).

Ainda no segundo capítulo, nosso autor persegue a preocupação de Korsch com a *autonomia proletária*, passando pelas análises do conselhistas sobre a *Comuna de Paris de 1871* e sobre a *Revolução Espanhola*. Além, logicamente, de um aprofundamento sobre a manifestação dos *Conselhos Proletários*. Após sua análise do primeiro conceito objeto de sua pesquisa, Mendonça segue no terceiro e último capítulo para a *contrarrevolução*, em Korsch, definida a partir de três fenômenos fundamentais: *fascismo*, *marxismo ortodoxo* e *democracia*. A importância da introdução das concepções de Karl Korsch no contexto político brasileiro, por Mendonça, ficará melhor caracterizada a seguir, na medida em que queda desmistificado o caráter puramente "filosófico" atribuído ao autor, assim como esclarece sua constante busca pela *práxis* revolucionária e pela radicalização teórica.

Karl Korsch: um representante do “marxismo ocidental”?

No Brasil, além de não haver publicações de obras de Korsch (apenas *Marxismo e Filosofia*), outro motivo que concorreu para estigmatizar o pensamento deste conselheiro alemão foi o ensaio *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*, do historiador inglês Perry Anderson. Ainda que tenha optado por não abordar esta questão diretamente, este trabalho de Mendonça é em si mesmo uma resposta às formulações de Anderson (1976), que inclui Karl Korsch em um conjunto de autores que teriam se afastado, gradativamente, dos problemas políticos concretos e da luta de classes.

O texto original de 1974, segundo prefácio de Anderson (1976) publicado em edição portuguesa, serviria de introdução a uma obra com escritos de diferentes autores que discutiriam o pensamento dos teóricos pertencentes ao que Anderson chamou de “marxismo ocidental” (Luckács, Gramsci, Sartre, Marcuse, Althusser, Della Volpe e o próprio Korsch, entre outros). De acordo com o historiador inglês, “estas circunstâncias explicam algumas das anomalias” de seu estudo (1976, p. 5). Neste sentido, sua obra

[...] não contém uma análise específica ou uma avaliação comparativa de qualquer dos sistemas teóricos que aquele engloba, pois isso caberia aos estudos a que este ensaio serviria de preâmbulo, os quais constituiriam um conjunto de exposições críticas de cada uma das escolas ou de cada um dos teóricos desta tradição (1976, p. 5).

O autor adverte que, a despeito de suas supostas semelhanças,

Com efeito, é óbvio que eles não se equivaliam nem se identificavam entre si. Um balanço histórico da unidade do marxismo ocidental não exclui a necessidade de uma estimativa discriminatória da diversidade das suas realizações. Debatê-las será aqui impossível, mas essencial e proveitoso para a Esquerda (idem, p. 5-6).

No entanto, a leitura feita pela esquerda brasileira tendeu a uma homogeneização entre os diferentes representantes do chamado “marxismo ocidental”, justificada em alguns casos, porém bastante equivocada para o caso do conselhistas alemão. Anderson reconhece a necessidade de um aprofundamento teórico acerca de cada um desses “pensadores”, e é justamente aí que reside a grande importância da presente obra de Mendonça sobre as contribuições teóricas e políticas de Karl Korsch. Apesar das ressalvas que o próprio Anderson faz quanto a uma leitura apressada de sua obra, ela acabou por contribuir com essa interpretação rasa acerca do marxismo daquele representante da esquerda germano-holandesa.

Neto (2014) vai demonstrar que a noção de “marxismo ocidental” tem como antecedentes as políticas oficiais do Comitê Central do PCUS, que passou a desqualificar e condenar inúmeras obras e autores que ignoravam as diretrizes da burocracia soviética e criticavam suas posições, com relativa ou total autonomia. Prática do próprio Lênin, como em sua obra *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, em que desqualifica a *esquerda germano-holandesa*, episódio referenciado de forma acrítica por Anderson (1976)³ e devidamente abordado por Mendonça, trazendo a resposta política dos conselhistas.

Neto (2014) aponta ainda “um tratamento seletivo e lacunar” para várias correntes do marxismo, no estudo de Anderson (1976), incluindo os *comunistas de conselhos* que,

[...] não é sequer mencionada, apesar da intensa e contínua atividade teórica realizada por Mattick e das suas relações com os debates econômicos em torno dos temas da acumulação e crise suscitados pelo livro de Henryk Grossmann, assim como por suas análises críticas ao livro

³ “Em 1921, Lenine compôs a sua ‘mensagem’ teórica fundamental aos novos partidos comunistas que nessa data já tinham sido fundados em praticamente todos os países do mundo capitalista avançado: O Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo. Nesta obra, sintetizou, para os socialistas estrangeiros, as lições históricas da experiência bolchevique na Rússia [...]” (Anderson, 1976, p. 28-29).

de Baran e Sweezy, *Capital monopolista*, e ao livro de Mandel, *Capitalismo tardio* (2014, p. 23-24).

Anderson (1976, p. 9) sugere, em seu ensaio, “situar historicamente determinado corpo de trabalho teórico, e sugerir as coordenadas estruturais que definem a sua unidade – ou, por outras palavras, que o constituem como uma tradição intelectual comum, a despeito das suas divergências e oposições internas”. Este marxista inglês faz um resumo do percurso de Marx e Engels enquanto fundadores do materialismo histórico, pontuando uma série de contribuições destes comunistas alemães, indicando como Marx

[...] celebrou a Comuna de Paris, e *educou o partido operário alemão*, que acabara de se reunificar, estabelecendo os princípios de um futuro *Estado proletário*; como, nos últimos anos da sua vida e após a sua morte, Engels produziu as primeiras exposições sistemáticas do materialismo histórico, que fizeram dele uma força política popular na Europa, e como, na casa dos setenta anos, *foi o mentor do crescimento da II Internacional, com a qual o materialismo histórico se tornou a doutrina oficial da maior parte dos partidos operários do Continente* (p. 9-10, grifei).

No trecho supracitado ficam evidentes elementos da ortodoxia tão criticada por Korsch, quanto ao suposto caráter “pedagógico” do partido, a apologia ao estatismo e a conversão do marxismo em ideologia pela II Internacional, apresentados de forma completamente acrítica por Anderson. Assim como enfatiza o papel “heroico” de Lênin, afirmando que, antes dele, “[...] o nível político propriamente dito estava praticamente por explorar na teoria marxista. No espaço de vinte anos, ele criou os conceitos e os métodos necessários para a condução de uma vitoriosa luta proletária pelo poder na Rússia, dirigida por um partido operário experiente e devotado” (idem, p. 20). Ao final, faz também uma longa apologia ao trotskismo como corrente política diferenciada do “marxismo ocidental”, comprometida com o avanço do “socialismo”. Exalta a capacidade analítica de Trotsky, mesmo estando afastado da luta de classes mais direta, ou no exílio.

Assim, completa-se a tropa do “bolchevismo de oposição”, Marx/Engels-Lênin-Trotsky, com a qual Anderson vai enfrentar o “marxismo ocidental”. Essa corrente teria suas origens numa “época de ouro” do marxismo, cuja última grande obra seria *A Teoria do Desenvolvimento Capitalista*, de Paul Sweezy. Anderson (1976) descreve o contexto que engendrou o “marxismo ocidental” a partir da “stalinização da URSS”, do avanço do fascismo pela Europa, pelo refluxo das lutas proletárias, a II Guerra e a bipolarização do mundo com a Guerra Fria. Logo,

Nestas condições, a unidade revolucionária da teoria e da prática que tinha tornado possível o bolchevismo clássico estava inelutavelmente destruída. Na base, os movimentos de base foram tolhidos e a sua autonomia e espontaneidade extintas pela casta burocrática que confiscara o poder no país; nas cúpulas, o partido foi gradualmente purgado dos últimos companheiros de Lenine. Todo o trabalho teórico sério cessou na União Soviética após a colectivização (1976, p. 30).

Como “mito de origem” do “marxismo ocidental”, Anderson (1976) coloca as obras *História e Consciência de Classe*, de György Lukács, e *Marxismo e Filosofia*, de Karl Korsch, ambas de 1923. A respeito da obra de Lukács, Mendonça afirma que Korsch

[...] dela soube apenas após a publicação de “Marxismo e Filosofia”. Inicialmente considerou que o livro de Lukács continha ideias semelhantes às suas em muitos aspectos, porém, em 1929, ao redigir uma nova introdução a “Marxismo e Filosofia” relativizou esta percepção, ao afirmar que as coincidências entre ele e Lukács eram menores do que ele supôs originalmente. Até a ida de Lukács para a URSS, segundo Hedda Korsch, o relacionamento de amizade entre Korsch e Lukács não foi afetado pelo primeiro ter sido expulso do PC e o segundo ter permanecido, pois ambos se consideravam comunistas críticos. Mesmo tendo afirmado que Lukács conservou uma formação filosófica mais idealista que a dele, Korsch, a principal divergência entre ambos deveu-se às posições de cada um em relação à Rússia, acima de qualquer questão filosófica (p. 68).

Anderson (1976) também inclui Antonio Gramsci como membro dessa primeira geração do “marxismo ocidental”. Esse período teria terminado da seguinte forma, para o historiador inglês: “A solidão e a morte de Gramsci em Itália, o isolamento e o exílio de Korsch e de Lukács nos Estados Unidos e na URSS, marcaram o fim da fase em que o marxismo ocidental se mantinha ainda ligado às massas” (1976, p. 46). Em sua principal tese sobre este fenômeno, Anderson (idem, p. 68) considera que, “a sombria história deste período, que determinou a transferência da actividade teórica marxista das sedes dos partidos para os estabelecimentos universitários, deslocou também os seus centros de interesse dos temas económicos e políticos para os temas filosóficos”.

Tal “virada filosófica” do marxismo teria levado a outros dois fenômenos, um “retorno a Hegel” e uma busca pelas origens epistemológicas do marxismo em outros sistemas filosóficos. Embora em *Marxismo e Filosofia* Korsch se enquadre no primeiro caso, a trajetória posterior deste conselheiro alemão foi a de rompimento com a influência do hegelianismo sobre o marxismo, questão não abordada pelo historiador inglês. Mendonça chega mesmo a afirmar que “Korsch foi perquirir a mais profunda das influências burguesas sobre Marx: Hegel” (p. 269). Também não se encontra em Korsch uma busca por origens filosóficas de Marx para além de Hegel, como outros autores fizeram com Kant, Spinoza, Rousseau, Maquiavel, entre outros. Isto teria levado a uma primazia da produção voltada ao debate epistemológico e sobre “o método”.

Em seguida, teria ocorrido uma série de “inovações temáticas” encampadas pelo “marxismo ocidental”, uma “virada culturalista”, especialmente ao abordar temas como a Técnica e a Arte. No entanto, Anderson (1976) não dá a devida importância à discussão da Arte no período que define como do “marxismo clássico”, tampouco nos escritos de Marx. Imprime um caráter de esterilidade política ao assunto, quando, na verdade, a Arte esteve longe de ser uma questão supérflua

na luta de classes. Basta ver o papel das vanguardas artísticas que acompanharam os movimentos revolucionários das três primeiras décadas do século XX, especialmente na Revolução Russa de 1917. Além dos apontamentos de Marx sobre a questão estética, Neto (2014) relembra da importância de figuras como Bogdanov e Lunatcharski, que jamais dissociaram arte de política. Neste aspecto, Anderson parece também se esquecer do profundo interesse de Trotsky, seu personagem predileto, pela arte e pela literatura de vanguarda.

Cabe notar que no capítulo sobre as tais “inovações temáticas” do “marxismo ocidental”, aquelas que representariam o maior desvio da luta de classes, não há uma citação sequer a Karl Korsch. Enquanto Anderson (1976) elenca uma série de autores que teriam seguido esta nova tradição, especialmente no pós-II Guerra. A Escola de Frankfurt talvez seja o caso mais exemplar daquilo que se entende por “marxismo ocidental”, se comparado com o marxismo prático de Korsch. Sobre a transferência da Escola de Frankfurt para os EUA, o marxista inglês considera que significou uma migração

[...] para um ambiente político privado de um movimento operário comprometido com o socialismo, sequer formalmente, e de uma substancial tradição marxista. No seu novo meio, o Instituto como tal gravitou firmemente no sentido de uma adaptação à ordem burguesa local, censurando o seu próprio trabalho passado e presente para se conformar com as susceptibilidades académicas ou associativas locais, e conduzindo investigações sociológicas com um carácter positivista convencional (p. 48).

Se o Instituto significou desde o princípio o abandono da luta de classes e uma academização do marxismo, sua ida para os EUA e a colaboração de seus membros com os esforços de guerra estadunidenses, sob o pretexto do antifascismo, gerou uma total despolitização com o seu retorno à Alemanha entre 1949 e 1950, principalmente de Adorno e Horkheimer. Anderson (1976, p. 61) faz uma pequena ressalva a Herbert Marcuse, considerando que o filósofo alemão ainda mantinha preocu-

pações com as lutas sociais. No entanto, desenvolve “uma teoria que nega peremptoriamente qualquer potencial socialista activo à classe operária”⁴, algo impensável para alguém como Korsch.

É especialmente interessante a *Carta a Paul Mattick*, um dos cinco documentos originais de Korsch traduzidos na íntegra por Mendonça, em seus *Apêndices*. Korsch, que colaborou com artigos para a Revista de Pesquisa Social do Instituto de Frankfurt, descreve de forma incrédula e irônica cada um dos seus membros. Sobre Marcuse, afirma o seguinte:

Marcuse é uma espécie de marxista ortodoxo que pode até ser ainda um stalinista, e é burocraticamente autoritário em questões de filosofia burguesa e marxismo (que hoje se tornou uma mesma coisa). Teoricamente, ele tem um pouco mais de caráter e solidez que os outros, cuja maior “liberdade” consiste apenas em uma maior flutuação e incerteza. Mas ele não é especialmente simpático como pessoa (p. 336).

Mendonça, ao confrontar Korsch com esses autores, demonstra sérias restrições à produção intelectual frankfurteana, pois, “enquanto o primeiro nunca colocou a necessidade de vender sua força de trabalho acima de suas posições e concepções, subordinando-as a um cargo, emprego ou trabalho, os segundos claramente aplicavam a ‘dupla contabilidade’, mesmo que de forma mitigada” (p. 300). Não deixa margem para a associação do pensamento de Korsch aos escombros do “marxismo ocidental”, que teria “o método como impotência, a arte como consolação, o pessimismo como sossego” (Anderson, 1976, p.

⁴ *O Homem Unidimensional* de Marcuse, alusão à integração entre trabalho e capital no “capitalismo organizado”, garantido pelo alto desenvolvimento tecnológico e pelo *Welfare-State* (Estado do Bem-Estar Social), demonstra um total abandono da perspectiva proletária revolucionária. A resposta mais contundente às teses de Marcuse veio de Paul Mattick (1974). Este conselheiro critica o grande pessimismo de Marcuse; sua inversão teórica do papel da “técnica” na produção capitalista; contesta a noção de “capitalismo organizado”; define o “socialismo real” como capitalismo de Estado; critica o suposto papel “estabilizador” do *Welfare-State* e a hipótese de “integração social” entre capital e trabalho. Mattick (1974, p. 82) defende a possibilidade de uma revolução proletária, enquanto esta classe continuar sob a “falta de controle de sua própria existência devido à sua falta de controle sobre os meios de produção”.

121). Provavelmente, o autor menos citado em *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*, o Korsch de Mendonça estava longe de manifestar uma separação entre teoria e prática, de uma preocupação exclusivamente filosófica ou de uma “ausência de internacionalismo”. Tampouco o conselheiro alemão se identificava com as posições dos demais nomes elencados na inconsistente noção de “marxismo ocidental”, desde Lukács. Ao que consta, sua preocupação última (e primeira) era a revolução proletária mundial, que deveria ser materializada institucionalmente na forma dos Conselhos Proletários.

Conselhos Proletários: compatíveis com a separação entre luta política e econômica?

A publicação no Brasil de obras sobre o fenômeno dos conselhos proletários é ínfima. No entanto, o ainda recente trabalho de Martorano (2011) quebrou um longo silêncio. Este cientista político realizou uma vasta revisão acerca das manifestações práticas e teóricas dos *conselhos* ao longo do século XX, observando suas relações com os partidos, sindicatos e com o problema ortodoxo da “tomada de poder do Estado”. Este autor investiga de que forma os conselhos poderiam contribuir para a constituição de uma “nova democracia”, ao analisar as diferentes proposições sobre a possibilidade ou não de articulação com a *forma-partido*. Neste sentido, Martorano (2011, p. 36) encontra três manifestações claras, onde:

- partido e conselho são organizações rivais e o primeiro dá lugar ao segundo na transição socialista;
- partido(s) e conselhos podem trabalhar conjuntamente na construção do socialismo, mas a direção cabe sempre ao(s) partido(s) que subordinam os segundos;
- partido e conselho atuam juntos com base em uma certa divisão de tarefas entre ambos.

Martorano (2011) identifica na primeira corrente os chamados *comunistas de conselhos*, das quais fazem parte alguns militantes como Otto Rühle, Anton Pannkoek e o autor em questão, Karl Korsch. Este cientista político identifica ainda Amadeo Bordiga como representante da segunda corrente, assim como Gramsci e o austro-marxista Max Adler, na terceira. Em contraposição aos *comunistas de conselhos*, corrente que considera muito “restritiva” (eufemismo para “esquerdista” e “sec-tária”), Martorano (2011, p. 43) propõe uma definição “ampliada” em sua abordagem, considerando como “conselhistas”, “[...] todos aqueles que pensaram a questão dos conselhos operários em sua relação com o partido socialista e com o Estado operário, e não exclusivamente os que consideravam estes novos organismos como expressão automática da democracia direta e da superação dos partidos”.

A obra de Mendonça, alinhada politicamente neste aspecto com a de Korsch e com os demais *comunistas de conselhos*, está claramente nos antípodas desse tipo de proposta. As posições de Martorano (2011) diante do Estado e da “democracia representativa” são demasiado ambíguas, claramente no campo do hibridismo entre organização partidária e por conselhos, que Korsch abandonou no final da década de 1920. Apesar da relevância de seu trabalho, dada a escassa produção sobre os conselhos proletários em solo tupiniquim, sua ortodoxia fica clara ao trazer para os seus fundamentos políticos e conceituais a proposição de Poulantzas, de que “[...] toda luta política deve ter ‘como objetivo o poder de Estado’ para poder ser considerada como tal” (2011, p. 20).

Para Martorano (idem, p. 21), esse “novo Estado será a expressão de poder dos trabalhadores caso adote, de forma permanente e contínua, medidas práticas transferindo as tarefas da burocracia para eles”. Em outras palavras, os “conselhos” seriam a forma de organização que supostamente garantiria “maior participação” do proletariado em um “Estado operário” em processo contínuo de “desburocratização”. Não deixa de ser interessante que o próprio autor tenha identificado o fra-

casso e a ambiguidade dessa proposta na Revolução Russa, e no pensamento de Lênin, onde,

[...] o problema da relação entre vanguarda e “massa”, presente em sua formulação anterior, fora resolvido em favor da primeira, organizada no partido, e em prejuízo dos trabalhadores e dos Sovietes. Tal fato era a expressão de uma relação potencialmente conflituosa entre os partidos revolucionários e conselhos (idem, p. 27).

Sobre este ponto – convergindo com as críticas de Korsch ao *jacobinismo* presente no marxismo original⁵ –, Bernardo (1975, p. 6) é inequívoco:

A divisão entre o político e o econômico como duas categorias absolutas, metafisicamente fundadas e de eterna vigência, e a concepção do controle político sobre o econômico são herança jacobina que fundamenta a concepção leninista de partido, de Estado e da atividade política em geral. Ora, o jacobinismo é eficaz para destruir um Estado, mas mais eficaz ainda para se reproduzir o Estado. O partido leninista pôde fazer uma revolução, mas não desenvolver as condições das novas relações de produção.

⁵ Mendonça evidencia as críticas de Korsch ao jacobinismo presente no pensamento do próprio Marx, identificado como um “radicalismo revolucionário burguês”, principalmente em sua análise sobre a Comuna de Paris, de 1871. Trata-se do método de aplicação do marxismo na crítica do próprio marxismo: “Neste ponto Korsch identifica uma contradição não resolvida no pensamento de Marx, na medida em que o segundo combina aquelas percepções – incompatibilidade das formas políticas revolucionárias com qualquer tipo de Estado – com a ‘conquista do poder político pelo proletariado’” (p. 192). E segue Mendonça: “Ao enfatizarem o caráter negativo da Comuna – destruição do antigo poder estatal burguês – para omitir seu caráter federalista e anticentralista, Marx, Engels e Lênin cometeram um erro que originou uma confusão conceitual entre os marxistas no tocante ao posicionamento dos marxistas não apenas quanto à Comuna de Paris, mas também quanto ao fenômeno histórico do Estado conselhistas revolucionário. Tal erro consistiu em atribuir excessiva importância a algumas diferenças formais entre a Comuna e a forma Estatal democrático-parlamentar burguesa: substituição do exército pela milícia, unificação das funções executiva e legislativa, revogabilidade a qualquer tempo dos mandatos e funcionários da Comuna. Para Korsch a presença de todos estes aspectos não elimina o caráter de opressão de classe comum a todo Estado” (p. 193).

Na prática, um “sistema híbrido” entre Estado e conselhos significa a manutenção da cisão entre o *político* e o *econômico*, combatida pelos comunistas de conselhos, especialmente por Korsch. Portanto, as posições de Martorano (2011) acabam por depositar esperanças injustificadas sobre dois dos três aspectos políticos que, para Korsch, compõem o fenômeno da *contrarrevolução*: o *marxismo ortodoxo* (bolchevismo) e a *democracia*. A outra dimensão contrarrevolucionária no pensamento korschiano é, obviamente, o *fascismo*. E este será o cerne da discussão de Mendonça ao longo do seu terceiro capítulo, além de destacar o tratamento dado por Korsch à subjetividade e ao desenvolvimento da consciência nas lutas sociais. Mendonça evidencia, entre outras coisas, a necessidade de “incluir na sua agenda de pesquisas a crítica a conceitos basilares da teoria democrática liberal tais como os de soberania e representação” (p. 44). Especificamente sobre o problema da “democracia representativa”, Korsch deixou bem claro se tratar de uma forma de “contrarrevolução preventiva”, que absorveu o proletariado na luta contra o fascismo. Mendonça, conclui de forma taxativa, ou “restritiva” (como diria Martorano, 2011):

Assim, da perspectiva da revolução proletária, a contrarrevolução democrática – com toda a sua capacidade de recuperação para neutralizar conflitos, para ideologizar ideias, para apresentar como novidade de consumo o que não passa de aumento de lucratividade dos monopólios – deve ser combatida como todas as demais variantes contrarrevolucionárias (p. 297).

Um Korsch “sociólogo do trabalho”?

Apesar de soar estranha a ideia de uma “sociologia do trabalho korschiana”, considerando que toda a sua discussão acerca da relação trabalho/capital está inserida na preocupação política mais ampla da

revolução proletária, não na constituição de uma “ciência marxista”⁶, os artigos apresentados por Mendonça referentes ao período do Korsch “teórico do conselhismo”, entre 1918 e 1922, apresentam importantes e originais contribuições para esta linha de pesquisa, ou mesmo para confrontá-la. Principalmente, pelo fato de a Sociologia do Trabalho marxista analisar a relação trabalho/capital de um ponto de vista estritamente econômico, correspondendo na prática ao campo da atuação sindical. Reproduz assim a separação em relação ao *político* que, para Korsch, é um “conceito totalizante que abarca tanto os atores específicos (classe contra classe), quanto a configuração institucional a ser criada” (p. 158).

Nesse período, a heterodoxia de Korsch “[...] se contrapõe às concepções tecnocráticas e moralizantes da socialização, porém ainda conservando imprecisões políticas e incertezas teóricas” (p. 137). No entanto, o autor alemão impõe uma necessária politização do estudo das relações sociais no interior do processo produtivo. Apesar de certas “insuficiências” nas “teses heterodoxas do ‘socialismo prático’ de Korsch”, como aponta Mendonça (p. 132), por serem “[...] baseadas na atividade consciente, se distanciavam das concepções ortodoxas do socialismo como ‘pura ciência’”.⁷

⁶ É preciso não incorrer na especialização sociológica do materialismo histórico, tão criticada por Korsch. Neste sentido, Mendonça alerta: “Aqui o problema, segundo Korsch, reside na concepção materialista da história aparecer como um método empírico positivista que expõe ‘todos os fatos em sua própria conexão sem colocá-los em dependência de nenhuma ‘ideia’ externa a eles.” (id. *ibid.*, p. 239), dissolvendo o materialismo econômico marxiano em uma série de ciências sociológicas particulares, desconectadas da totalidade. Desse modo, a crítica de conjunto ao modo de produção capitalista se transforma em um conjunto de críticas autônomas a diversos aspectos parciais do sistema” (p. 118). Ou seja, “A tendência sociológica destrói o fundamento prático e revolucionário da teoria marxiana da sociedade no entender de Korsch, pois as críticas parciais ao capitalismo feitas de modo fragmentado podem perfeitamente serem diluídas “em todo tipo de esforços reformistas, que não ultrapassam em princípio o terreno da sociedade burguesa e de seu Estado” (Korsch apud Mendonça, p. 118)”.

⁷ Mendonça define a diferenciação de Korsch entre “socialismo científico” e “socialismo prático”, sendo o primeiro o campo da ortodoxia, enquanto o segundo “abriu caminho para uma fértil compreensão teórica de que as relações sociais de produção podem

Não por acaso, encontramos no mesmo corpo de escritos do período (e em toda a sua produção em geral), um Korsch “cientista político”. Na realidade, isto é resultado da preocupação seminal do autor em fundir o econômico e o político em uma só luta e, portanto, em uma única expressão teórica dessa luta. Segundo Mendonça, para Korsch os conselhos operários devem se constituir revolucionariamente, ao mesmo tempo, como a instituição que extingue a contradição trabalho/capital e o órgão de exercício da gestão e poder proletários sobre o sistema produtivo e a sociedade. Trata-se de artigos que abordam a relação entre os conselhos proletários e o problema da socialização.⁸

Mendonça mostra como os conselhos na revolução alemã foram absorvidos pela social-democracia dentro de um projeto de “socialização” (estatização) que, além de desvirtuar seu caráter proletário, não foi de fato executado, o que evidencia os limites de posições como a de Martorano (2011). Ainda assim, Korsch oscilava neste período entre o leninismo e posições heterodoxas ainda não totalmente concretizadas:

Do ponto de vista dos produtores diretos [Korsch] estabeleceu a distinção entre socialização direta (autogestão com eliminação do assalariamento) e socialização indireta (estatização ou transferência a cooperativas de consumo com continuidade do trabalho assalariado) e procurou estabelecer uma conciliação entre ambas (p. 139-140).

Surge toda uma Sociologia do Trabalho em Korsch, em seus artigos sobre a “socialização”, onde discute as múltiplas dimensões da

incidir sobre o desenvolvimento das forças produtivas com o conseqüente afastamento do determinismo econômico em favor da primazia para a luta de classes” (p. 132).

⁸ Os títulos dos textos referidos são os seguintes, traduzidos do alemão por Mendonça: *O que é a Socialização? Um programa de socialismo prático* (1919); *Socialização e Movimento Proletário* (1919); *O problema da socialização antes e depois da revolução* (1919); *O programa de socialização socialista e o sindicalista* (1919); *A divisão do trabalho entre trabalho manual e trabalho intelectual e o socialismo* (1919); *Aspectos fundamentais sobre a socialização* (1919-1920); *Socialismo e reforma social* (1920); *Aspectos fundamentais sobre a socialização* (1920); *Evolução do problema dos conselhos operários políticos na Alemanha* (1921); *Direito do Trabalho para os Conselhos de Empresa* (1922).

divisão social do trabalho externo e interno à empresa. As ambiguidades ortodoxas do Korsch deste período se apresentam também em sua adesão acrítica ao taylorismo soviético (portanto, ao leninismo), por meio da frágil noção de “democracia industrial” da qual se afastou totalmente apenas em 1928. No entanto, é justamente nesta noção que Martorano (2011, p. 32) vai se apoiar para a sua análise da contribuição de Korsch, apontando suas limitações, afirmando que o conselheiro alemão “[...] aventou a possibilidade de restrição provisória da nova democracia envolvendo exatamente os direitos de participação dos operários na gestão econômica”. Ou seja, “no limite, isso teria como resultado o esvaziamento dos conselhos pela burocracia de Estado, que agiria em seu nome” (idem, p. 33). Crítica corretíssima, mas que desvia da origem leninista deste tipo de concepção, tão ao gosto do autor.

Outro aspecto importante apontado por Mendonça sobre este período do pensamento de Korsch, do início dos anos 1920, é a contraposição que o autor alemão estabeleceu entre “Liberdade de Trabalho (burguesa)” e “Constituição do Trabalho (proletária)”. No enfrentamento da condição jurídica oferecida pela legislação trabalhista, Korsch defende que “[...] o proletariado deve se colocar diante do mundo do trabalho na perspectiva mais ampla e radical da ‘Constituição do Trabalho’ que significa a um só tempo concepção, estrutura e organização do trabalho” (p. 150). Trata-se de uma forma de politização das relações econômicas tipicamente korschiana, pois “[...] possibilita desmascarar a ideologia jurídica do livre contrato de trabalho e desvelar pura e simplesmente as relações de poder. O proletário vendendo sua particular mercadoria força de trabalho entra em relações de poder social que devem ser tratadas politicamente” (id. *ibid.*).

No campo das cisões geradas pelo capitalismo, Mendonça também aponta a acuidade de Korsch para a questão da separação entre *consumo* e *produção*, geralmente pouco abordada pelo marxismo, para além do problema do *fetichismo da mercadoria*. Mesmo

sobre este tema, o autor alemão entende que a superação do caráter fetichista da produção capitalista só pode se realizar a partir de uma reintegração entre estas duas esferas, dentro de uma *totalidade* que articule “a) a atividade prática dos produtores associados, com b) a compreensão da teoria do valor” (p. 107). Marx (2011) nos *Grundrisse* abordou esta questão magistralmente, especificamente na sua *Introdução*. Ali o fundador do materialismo histórico demonstra o papel preponderante da *produção* nas determinações do processo econômico, mas dialeticamente articulado com suas outras esferas (consumo, distribuição, troca/circulação). Neste sentido, Mendonça mostra que, para Korsch,

Trata-se de uma interpretação do marxismo segundo a qual o processo de produção do capital pode ser descoberto não nas formas acessórias do capital em circulação, mas na produção. Isso não significa um desconsiderar outras esferas da vida social, as quais, mesmo aparentemente separadas, formam uma totalidade. Produção, distribuição, troca e consumo não são tratados da mesma forma. A produção é primária, e as outras esferas são momentos da totalidade (p. 116).

Assim, chegamos a outra grande contribuição de Korsch, que é a questão da separação entre *produtor* e *consumidor*, que deve também ser solucionada por um novo modo de produção que se queira *comunista*. O planejamento e a gestão do processo produtivo pelos produtores diretos precisam, necessariamente, incorporar o consumidor que, ao fim e ao cabo, é o próprio trabalhador. No capitalismo, o “consumidor” é invocado como um sujeito abstrato, a parte do processo produtivo, surgindo apenas como o detentor da energia pecuniária que interessa ao proprietário dos meios de produção e seus controladores. E as mercadorias são meras “iscas” para se alcançar “a essência do outro” (o dinheiro), como definiu Marx (2004). O *sistema de conselhos* seria, portanto, a forma social concreta de organização do processo produtivo de novo tipo, que possibilitaria reintegrar aquilo que as relações sociais de

produção capitalistas separaram: trabalho manual e intelectual, gestão e execução, produção e consumo, etc.⁹

Desta discussão surge outro elemento importante: o da *recuperação* capitalista dos Conselhos Proletários (*Arbeiterrat*) na forma de Conselhos de Empresa (*Betriebsrat*), institucionalizados pela constituição da República de Weimar que marcou a derrota da Revolução Alemã, no início da década de 1920. Estes conselhos recuperados, também chamados de Conselhos de Estabelecimento, constituem formas jurídicas de relações de trabalho baseadas na “cogestão” e na “participação”, “[...] conceitos que procuram definir o lugar do trabalhador na empresa” (Tragtenberg, 2004, p. 56). Este autor heterodoxo ressalta que se trata da estratégia do Partido Social-Democrata Alemão (SPD) que “passou da *luta* de classes para a *colaboração* de classes” (Tragtenberg, 2004, p. 57).

Em sentido estrito, “cogestão é entendida oficialmente como equilíbrio de poderes, tendo em vista o bom funcionamento da empresa. Equivale à participação, sendo esta entendida como participação nos lucros ou aumento do patrimônio” (idem, p. 56). Tragtenberg (2004) mostra como essa forma de organização das empresas surgiu em resposta tanto aos conselhos operários, como ao processo de estitização levado a cabo na URSS. Dessas experiências práticas surgem as teorias administrativas que renovam o pensamento gestorial do século XX, na “Escola de Relações Humanas”. Essa nova ideologia procurou incorporar o “informal” e o “espontâneo” na administração da empresa, assim como “[...] a solidariedade desenvolvida no processo de trabalho tornara-se elemento de produção” (idem, p. 30). Como em toda prática de administração capitalista, a preocupação era a “domesticação” do

⁹ Mendonça afirma que Korsch “coloca com clareza o horizonte de eliminação da ‘classe dos trabalhadores intelectuais’ por meio da fusão de ambos os trabalhos” (p. 143). Alertando que, se suas propostas práticas fossem adotadas fora de um contexto revolucionário, poderiam ser recuperadas pelo capitalismo. O que demonstra que Korsch estava adiantado em relação ao seu tempo, no que diz respeito ao posterior processo de *reestruturação produtiva*.

proletariado radicalizado e a “gestão de conflitos”. Em sua riquíssima pesquisa empírica e documental, analisando estatutos e a legislação europeia dos Conselhos de Empresa, Tragtenberg demonstra que o “participacionismo” das Relações Humanas, a despeito de sua aparência “humanizada”, surge como a “nova rateira do capital” (idem, p. 109).

Geralmente apontado como um autor eclético, fortemente influenciado por Weber e seus estudos sobre a *burocracia*, o que se vê aqui é um Tragtenberg insólito, de inspiração clara nos *comunistas de conselhos*, especialmente em Korsch. Perceber isto é de suma importância para se constituir uma crítica marxista (heterodoxa) à classe dos gestores e suas ideologias administrativas. Para o marxismo ortodoxo o problema da *gestão* não se coloca, aparece como um tema “naturalmente weberiano”, na medida em que supostamente é uma questão de “racionalidade técnica”, não de *classes sociais em antagonismo*. No entanto, se Weber teve o mérito de privilegiar o tema, suas respostas são insatisfatórias e insuficientes para a luta social proletária.

A relevância dos *conselhistas* neste caso é central, na medida em que contribuíram diretamente para a constituição do que poderia se chamar de *teoria marxista dos gestores*, presente no trabalho de autores como João Bernardo e do próprio Tragtenberg. O cerne da teoria dos gestores para estes autores não se encontra na “dominação”, como para Weber¹⁰, mas na *organização do processo de exploração*. E apenas categorias marxistas conseguem apreender criticamente essa relação

¹⁰ Weber definiu “poder” enquanto um processo social intersubjetivo baseado na “probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências”; e a “dominação” como “a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo” (Weber, 2004, p. 33). Tragtenberg, embora estudioso do pensamento weberiano, não poupava o sociólogo alemão de críticas, como em um artigo acerca das posições de Weber sobre a Revolução Russa, onde afirma: “Em Weber operam duas forças contraditórias: de um lado seu agudo senso das realidades políticas, sua preocupação de vinculação do político ao todo social, para discernir interesses e ideologias; de outro lado, seu nacionalismo emocional, na época, turva a clareza de sua análise. Seus textos sobre o processo político russo de 1905 e 1917 podem ser criticados e rejeitados. Mas isso implica no compromisso intelectual de conhecê-los” (1976, p. 68). Esta passagem demonstra não um ecletismo teórico, mas honestidade intelectual e um antidogmatismo próprio do pensamento heterodoxo.

social precisa em que consiste a *mais-valia*. Se a gestão capitalista é supostamente “pura racionalidade técnica”, estamos falando exclusivamente de técnicas de *controle* do capital sobre o trabalho e de *organização* das formas de produção/extração de *mais-valia*.

A atualidade de *Dez teses sobre o marxismo hoje*

Esta obra de Mendonça tem, entre tantos méritos já expostos, o de ter apresentado uma interpretação bastante plausível para as chamadas *Dez teses sobre o marxismo hoje*, controverso documento escrito por Korsch, em 1950. Desmonta por completo a interpretação senso comum que impera nos meios de esquerda sobre esse escrito, assim como sobre a trajetória de Korsch.

Não se trata, para Mendonça, de um “abandono do marxismo”, tampouco uma “virada anarquista” de Korsch, como se acredita, mas do coroamento da busca do conselheiro alemão por uma radicalidade comunista e proletária totalmente livre de reformismos, jacobinismos e estatismos, uma negação dos desvios burocráticos das lutas e organizações proletárias do passado e de todo e qualquer resquício político, teórico e prático burguês. Isto significou, de certa forma, ir contra o próprio Marx em alguns momentos. Não como um julgamento dos erros e limitações das lutas e formulações teóricas passadas, mas buscando extrair lições das diversas derrotas do movimento comunista internacional, no sentido de aprimorar e depurar as lutas presentes e futuras. Isto fica claro neste trecho de uma carta de dezembro de 1956, endereçada a Erich Gerlach, em que Korsch reafirma sua filiação ao materialismo histórico: “Como sempre, tenho bons planos para ativar minhas tendências teóricas e políticas, mas segure-se ao mesmo tempo para um outro sonho: restaurar teoricamente as ‘ideias de Marx’ que hoje estão aparentemente aniquiladas após a conclusão do episódio Marx-Lenin-Stalin” (Korsch apud Mendonça, p. 282).

Uma leitura atenta das *Dez Teses...* à luz da interpretação de Mendonça, demonstra as preocupações antidogmáticas e antiestatistas de Korsch; seu combate à tentativa de monopolização da revolução proletária por uma única doutrina, como demonstrado em seus escritos sobre a Revolução Espanhola e o papel revolucionário dos anarquistas (e contrarrevolucionário dos Partidos Comunistas); a indissociabilidade entre teoria e prática; a crítica ao fatalismo econômico (economicismo) e ao jacobinismo político (politicismo); contra o “etapismo”, que estabelece formas de “transição socialista” que adiam o comunismo por tempo indeterminado; sua denúncia contra a transformação do marxismo revolucionário em *ideologia*, justificando inúmeras novas formas de opressão; e a necessidade do abandono de formas de luta e de organização já *recuperadas* pelo capitalismo. Estas são algumas das orientações tiradas das *Dez teses...*, mas que se encontram difusas ao longo de todo o pensamento do Korsch maduro.

Mendonça mostra também que o *oportunismo*, para Korsch, pode surgir das tentativas de manutenção de formas de lutas revolucionárias em períodos de contrarrevolução. Ou seja, “[...] reside em deixar em aberto a possibilidade de que o proletariado colabore com o poder contrarrevolucionário, a fim de extrair dele concessões, e, desse modo, sacrifique sua autonomia por meio de pactos sociais” (p. 276). Isto significa que o marxismo pode passar de “teoria viva”, portanto expressão subjetiva das lutas proletárias concretas, a uma cristalização na forma de ideologia de “lutas passadas”. Esse caminho apresenta vários perigos, entre eles o de tentar responder os problemas contemporâneos com formulações práticas e teóricas já derrotadas em experiências passadas.

Do ponto de vista desta radicalidade crítica, o próprio *comunismo de conselhos* pode se tornar uma ideologia? A resposta é inequívoca: sim. Principalmente, se for transformada numa teoria descolada da luta de classes, num modelo a ser simplesmente “aplicado”. É preciso combater o “fetiche das formas”. O desafio da articulação entre teoria e prática dentro dos processos de luta social é justamente este, o com-

bate ao “teoricismo” sem prática e ao “ativismo” sem teoria. Outro perigo é tentar conjugar *instituições da conservação* e *instituições da transformação*, criando-se “sistemas híbridos” entre *conselhos proletários* e formas estatais, democracia representativa (e suas demais variações burguesas), partidos, sindicatos, etc. A História já demonstrou que o resultado final é a total *recuperação* das pautas e organizações proletárias pelo capitalismo.

A introdução depurada do pensamento de Korsch, comprometida com a demonstração da evolução do pensamento deste importante militante-pensador comunista, é o grande contributo deste trabalho de José Carlos Mendonça. O autor nos oferece um aparato teórico-metodológico para a análise e intervenção política prática. Permite-nos tanto analisar elementos de *autonomia proletária* em experiências contemporâneas – como as lutas em Oaxaca (México, 2006 e atual), Rojava (Síria Curda, atual), ocupações de escolas por secundaristas (Brasil, Chile, atual), etc.; como inspirar novas formas organizativas que rompam com as burocracias sindicais e partidárias e fortaleçam o combate contra o capital, levando em consideração suas modernas e avançadas formas de opressão e exploração, bem como as classes sociais que o personificam: burgueses e gestores.

Iraldo Matias

Doutor em Sociologia pela Unicamp.

Autor de *Projeto e Revolução: do fetichismo à gestão, uma crítica à teoria do design* (2014).

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. Porto: Afrontamento, 1976.
- BERNARDO, João. **Para uma teoria do modo de produção comunista**. Porto: Afrontamento, 1975.
- _____. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS MUNDOS DO TRABALHO: PENSAMENTO POLÍTICO-SOCIAL HETERODOXO (GEPENSAH). **Apresentação**. Disponível em: <<http://pensaheterodoxo.org/quem-somos/apresentacao/>>. Acesso em: 16 out. 2016.
- MARTORANO, Luciano Cavini. **Conselhos e democracia: em busca da participação e da socialização**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MATTICK, Paul. **Crítica de Marcuse: El hombre unidimensional en la sociedad de clases**. Barcelona: Hipótesis/Grijalbo, 1974.
- MENDONÇA, José Carlos. **Além de partidos e sindicatos: organização política em Anton Pannekoek**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.
- NETO, Pedro Leão da Costa. Crítica ao conceito de marxismo ocidental. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 38, p. 9-28, 2014.
- TRAGTENBERG, Mauricio. Max Weber e a Revolução Russa. **Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 18, p. 47-70, 1976.
- _____. **Administração, poder e ideologia**. São Paulo: Unesp, 2005.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade**. São Paulo: UnB/Imprensa Oficial, 2004. V. 1.

APRESENTAÇÃO

Delimitação temática geral da análise

Dois são os caminhos adotados que, de sua confluência, possibilitam delimitar o objeto desta tese. Pelo interior das Ciências Sociais, consideradas em sentido estrito, precisando os campos do conhecimento pelo qual necessariamente torna-se possível localizar a pesquisa, além de aferir o grau de interdisciplinaridade durante todo o seu desenvolvimento de modo a expressar no resultado final uma transversalidade entre as áreas da ciência política, da sociologia do trabalho, da história contemporânea e da filosofia política. E também pelo interior do debate bibliográfico já produzido sobre temática(s) relacionada(s) e com ela estabelecer nexos.

O ponto de partida do primeiro caminho inicia-se pela demonstração do lugar ocupado pela tese no debate acadêmico entre a tradição marxista e a tradição liberal. No seio da última, tem sido pacífico o entendimento que o subcampo da Ciência Política denominado Teoria Política objetiva refletir sobre como os seres humanos deveriam ordenar a convivência em sociedade e, nesse sentido, as tarefas da Teoria Política seriam precisar conceitos políticos imprescindíveis a tal convivência, ainda que permitindo precisões contraditórias – tais como liberdade, igualdade, democracia, justiça, representação, poder e Estado, dentre outros – e proceder ao exame de quais instituições e práticas políticas e sociais podem conduzir à sua realização.

Pela definição acima resta evidente uma “perspectiva juridicizante da política” no dizer de Pogrebinshi (2006), que limita o campo da teoria política a dois âmbitos. O de proposições que visam estabelecer um disciplinamento jurídico das “‘decisões coletivizadas soberanas’, coercivamente sujeitas a sanção e inevitáveis” (Sartori, 2007, p. 255) e o da dimensão mais valorativa circunscrita a um processo de investigação empírica progressiva do mundo real (Berlin, 2002).

Durante os anos noventa do século XX, foi da tradição liberal que despontaram proclamações acerca da morte do marxismo, rapidamente reconhecidas como exageradas. Coube a autores como Bianchi (2007) demonstrar que desde finais dos anos 1960 e inícios dos anos 1970 – com o debate Miliband/Poulantzas sobre o Estado – a tradição marxista acompanhou a renovação da teoria política que se dava naquele momento. Atualmente, após mais de uma década de século XXI, esta tradição apresenta um renovado vigor enquanto teoria crítica da teoria política liberal e propicia uma explicação alternativa para as bases e as formas do poder político, pois “uma nova situação política e um novo nexos teoria/movimento têm permitido um importante desenvolvimento do marxismo crítico, adogmático e antidogmático” (Bianchi, 2007).

Tal marxismo crítico – considerado na sua abordagem voltada para as questões relativas ao âmbito da teoria política – necessita incluir na sua agenda de pesquisas a crítica a conceitos basilares da teoria democrática liberal tais como os de soberania e representação. Do mesmo modo necessita incluir também a afirmação de conceitos como autonomia, autogoverno e autodeterminação dos produtores diretos desenvolvendo hodiernamente a senda aberta por Marx que nos legou o conceito de **associação** em textos como “Miséria da Filosofia” e “Manifesto Comunista”, entre outros, como demonstrou Berger (1977).

Nesse sentido, e no bojo de tal influxo renovador, se reveste de atualidade pesquisar no interior da tradição marxista as origens de uma vertente interpretativa que muito contribuiu para aprofundar e dar forma teórica sistematizada à máxima marxiana de que “a libertação dos

trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”, entendendo-a em seu significado literal: os comunistas de conselhos surgidos a partir de 1920, desdobramento da chamada “esquerda germano-holandesa” da II Internacional.

As elaborações teóricas desta corrente procuraram restituir à classe proletária em luta atributos de existência e capacidade de atividade política próprias. Sustentaram que o sujeito histórico insubstituível da superação do capitalismo é o proletariado e que a passagem para o comunismo não pode ser resumida à tomada do poder de Estado pelo partido político pretensamente representante da classe, pois tal passagem somente pode ser erigida por obra da autoatividade dos trabalhadores que, por meio da sua gestão direta, redimensionam o conjunto das relações sociais.

O impulso decisivo para a formação do conselhismo enquanto corrente política pode ser identificado quando a II Internacional formalizou a sua integração ao capitalismo em 1914¹ e seu fortalecimento se deu progressivamente durante os anos em que durou a Primeira Guerra Mundial até 1921. Um diversificado e heterogêneo leque de críticas a tal integração que combinou em diferentes graus, atitudes e concepções antitéticas em relação à matriz social-democrata como continuidade e ruptura, restauração e inovação, originalidade e reprodução.

As minorias revolucionárias – em regra estavam constituídas naquele momento enquanto frações internas dos grandes partidos social-democratas – questionaram esta política de diversas formas: elaborando formulações práticas divergentes, teorizando na perspectiva do internacionalismo anterior, promovendo paulatinamente a ruptura

¹ Referente ao apoio integral dado pela maioria dos partidos e sindicatos ligados à II Internacional ao esforço de guerra das classes dominantes e governos europeus, cuja expressão máxima foram os acontecimentos protagonizados pelos sindicalistas alemães, pelos dirigentes partidários e deputados no parlamento do Partido Social-democrata Alemão respectivamente em 2, 3 e 4 de agosto de 1914. Nestas três datas os primeiros firmaram um pacto social antigreves com o patronato germânico, os segundos aprovaram politicamente o orçamento militar da Alemanha e os últimos votaram favoravelmente pela concessão dos créditos de guerra (cf. Rovay, 1979, p. 111-114).

orgânica com tais organizações e construindo novos partidos. Para o recorte que nos interessa – o campo teórico em conexão com a política – abrem-se desde então duas dimensões mais significativas:

É a *falência política* da II Internacional que precipita a sua *concordata teórica*: o capitulacionismo de 1914 revelou que a demissão histórica deitava raízes na fragilidade teórico-ideológica e a rendição no interior da onda revolucionária dinamizada pela Revolução de Outubro conduziu à sua desmoralização. [...] O marxismo da II Internacional – que passa a ser denominado ‘marxismo vulgar’, expressão cunhada, ao que parece, por Lukács – é objeto de uma crítica teórica que arranca diretamente da situação política [...] A ruptura política, aliás, por seu turno, é, ela mesma, polifacética; há a considerar, sobretudo, os seus dois eixos mais importantes: o do *conselhismo*, cujo representante mais dotado é Pannekoek, e o do *bolchevismo*, cuja expressão maior é, indiscutivelmente, Lenin (Netto, 1981, p. 22).

Bolchevismo e Conselhismo condensaram este leque de críticas até então embrionário e – rompendo as barreiras nacionais de suas respectivas origens na Rússia e na Holanda/Alemanha² – deram origem a novas correntes políticas internacionais do movimento operário e socialista.

O bolchevismo evoluiu de um processo de distinção, ruptura e crítica que desautorizava o marxismo da II Internacional como interpretação oficial do marxismo, para engendrar uma segunda ortodoxia denominada desde 1919 como o “marxismo da III Internacional”. Após a morte de Lênin, esta segunda ortodoxia se cindiu em “marxismo-leninismo” e “trotskismo”, respectivamente bolchevismo “oficial” e “de oposição”, cujo significado político concreto foi a extensão do bolchevismo para além das fronteiras da Rússia enquanto corpo de ideias e prática política. O conselhismo por sua vez

² Para conhecimento do bolchevismo e do conselhismo quando ainda se constituíam em correntes internas no âmbito de seus países de origem consultar respectivamente (Broué, 2005; Authier, 1975).

baseou-se nas experiências das revoluções russa e alemã, defendia a democracia dos conselhos e recusava o poder do partido. Procurou se distinguir do bolchevismo e dos bolcheviques, e daqueles que se autodenominavam comunistas. Contudo, nas suas origens, ele estava muito distante das opiniões que desenvolveria mais tarde (Brendel, 1999).

Esta diferenciação tomou por base uma caracterização muito precisa da natureza social da revolução resultante da direção do processo produzida pelos bolcheviques na Rússia, pois “Eles entenderam que a revolução russa era uma revolução burguesa e que a economia russa nada mais era do que capitalismo de Estado. Eles enxergaram mais claramente e novas pesquisas amadureceram” (Brendel, 1999).

Podemos encontrar em Reeve (1975) uma síntese do resultado das pesquisas levadas a cabo pelos conselhistas que nos auxilia na compreensão do quadro teórico em que desenvolveu a análise dos comunistas de conselhos. A questão decisiva diz respeito ao conteúdo do socialismo: os comunistas de conselhos divergiram tanto da concepção da social-democracia – que considera a essência da luta anticapitalista a conquista do aparelho de Estado do capital para ser “utilizado” contra o poder econômico da burguesia, resultando assim numa concepção de socialismo como sinônimo de “nacionalização total das forças produtivas e a dominação do Estado (socialista) sobre toda a sociedade” (Reeve, 1975, p. 14) – quanto da concepção bolchevique que

[...] critica a Social-Democracia ocidental a sua prática de passagem “pacífica” ao socialismo, a sua tomada do aparelho de Estado por métodos parlamentares, opondo-lhe a tomada revolucionária do aparelho de Estado pelo Partido. Em ambos os casos o conteúdo do socialismo é reduzido à dominação do aparelho de Estado sobre a economia e à eliminação das classes burguesas capitalistas. Em ambos os casos o Socialismo deve ser realizado mediante a tomada de poder de Estado pelo Partido de tipo social-democrata, isto é: possuidor e garantindo a consciência de classe. Só diferem os métodos de acção política, sendo radicalizados na prática bolchevique (Reeve, 1975, p. 14).

Como, tanto as sociedades capitalistas tradicionais quanto as sociedades capitalistas de Estado, se baseiam na acumulação de trabalho não pago, na reprodução e generalização da condição assalariada e na expropriação da riqueza social produzida pelos proletários – seja pelos capitalistas privados ou pelo Estado – Reeve aponta o fundo da concepção conselheira:

[...] os comunistas de esquerda e, mais tarde, os comunistas de conselhos, realçam, por contraste, o conteúdo radicalmente diferente da sociedade não-capitalista porque lutavam. Eles sublinham que ela dependerá fundamentalmente das formas de organização de que os produtores se dotarem a fim de controlarem e transformarem a produção social. A instauração de uma sociedade e economia de tipo não-capitalista, a socialização (e não estatização) das forças produtivas está, para eles, directamente dependente da organização política dos produtores, da sua capacidade de dominar a sua força de classe e esmagar a da classe burguesa. Nesta perspectiva, a possibilidade de instaurar novos princípios na produção e distribuição social está estreitamente dependente da capacidade, ou não, dos produtores em se organizarem enquanto classe independente. Somente o controle dos produtores organizados sobre a produção e sobre a sociedade pode permitir o seu domínio sobre os mecanismos da produção social. O princípio da produção comunista reduz-se pois, ao princípio da organização comunista da classe (Reeve, 1975, p. 16).

Temos aqui a política recolocada no centro da formulação revolucionária mais de meio século depois de Marx tê-la assentado enquanto organização dos produtores livremente associados. Evidentemente que o exercício do poder proletário requer instituições que sejam compatíveis com o pleno assenhoreamento do processo produtivo. Tarefa antagônica com qualquer “fetichização” das formas institucionais, pois o próprio exemplo da social-democracia da II Internacional comprovou que o capitalismo assegura sua existência não somente

pela repressão, mas principalmente recuperando as lutas e instituições autônomas criadas pelo proletariado em luta.³

Situado o quadro teórico sobre o qual se processaram as teorizações – inicialmente da esquerda germano-holandesa que evoluiu para o comunismo de conselhos –, importa precisar um aspecto com o objetivo de evitar confusões. Por tratar-se de uma corrente política que se subdividiu, Bourrinet (2008) estabelece uma distinção entre os termos “esquerda comunista” e “comunismo de conselhos” designando pelo primeiro termo aquele setor que se manteve no terreno do marxismo e pelo segundo termo o setor que descartou o marxismo e retornou ao terreno das concepções anarquistas. O critério a ser adotado por esta pesquisa, ao definir por mostrar as contribuições desta vertente teórica e prática do movimento socialista por meio de um de seus mais expressivos representantes, pretende evitar esta oposição de nomenclaturas, pois considera que ambas devem ser analisadas e confrontadas para se chegar a uma definição desvinculada de perspectivas doutrinárias.

E como corolário da importância de se pesquisar um autor de uma corrente tão pouco conhecida no Brasil e de suprir esta lacuna em nosso país, onde a institucionalização dos movimentos sociais constitui uma regra com débeis exceções e sua integração às estruturas do Estado se dá de modo tão eficiente, vale destacar os pontos nos quais esta pesquisa pode trazer uma contribuição de relevo. Pozzoli (2006) precisou que os diversos grupos conselhistas em seu período intelectualmente

³ O conceito de *recuperação* é central neste trabalho. Significa o modo pelo qual formas institucionais, originariamente criadas como meios de luta contestatória, tornam-se mecanismos da própria continuidade da dominação capitalista. Tal conceito permite compreender a sucessão de formas variadas de existência do capitalismo que se processa não apenas por modalidades repressivas, mas, principalmente, por ciclos de absorção dos conflitos. Este processo de assimilação, tênue e sofisticado, não se resume à cooptação pessoal de antigos integrantes e dirigentes “traidores” da causa proletária. Em sua sagacidade, é capaz de integrar na estrutura capitalista as próprias instituições de lutas autônomas que historicamente o proletariado em luta cria. Desse modo, uma instituição recuperada é o resultado da degeneração dos órgãos de deliberação livremente gerados. Isto significa que as organizações continuam a existir formal e nominalmente, porém, com o conteúdo das práticas sociais plenamente desfiguradas. Para um quadro teórico mais completo consultar Bernardo (2009).

mais produtivo – segundo ele compreendido entre 1929 e a Segunda Guerra Mundial – alcançaram uma elaboração destacada em temas que permanecem atuais:

[...] Os temas fundamentais da contribuição destes grupos são a teoria dos conselhos operários – definida posteriormente mais apropriadamente como teoria da autonomia proletária –, a crítica ao movimento operário institucionalizado e à experiência bolchevique depois da revolução russa e, finalmente, a concepção de um modelo alternativo de sociedade comunista. [...] Se for medido com o padrão de medidas burgueses do “sucesso”, o comunismo conselhistas pode se considerar como uma das correntes mais fracassadas das muitas geradas pelas diferentes tentativas de emancipação da classe operária, de finais do século passado até hoje. Mas [...] o comunismo dos conselhos, dentro dos limites dos quais já se falou, permanece como um dos poucos pontos de referência teóricos para este processo de reconstrução crítica e de renovação prática que é o único que pode levar a classe operária a encontrar de novo sua autonomia e papel antagônico contra a sociedade burguesa (Pozzoli, 2006).⁴

Eis as premissas que delimitam o objeto desta tese que estuda um de seus principais expoentes: Karl Korsch, com ênfase em dois temas que foram centrais ao longo de sua vida, a saber, a ação autônoma do proletariado e o fenômeno da contrarrevolução. Isto significa uma pesquisa que examina a contribuição teórica de um autor referência da corrente conselhistas para a afirmação de uma teoria social crítica – contextualizada historicamente e precisando alguns de seus principais con-

⁴ *Los temas fundamentalmente en la aportación de estos grupos son la teoría de los consejos obreros -definida después con más propiedad como teoría de la autonomía proletaria-, la crítica al movimiento obrero institucionalizado y a la experiencia bolchevique después de la revolución rusa y, finalmente, la concepción de un modelo alternativo de sociedad comunista. [...] Si se mide con el patrón de medidas burgueses del “éxito”, el comunismo consejista puede considerarse como una de las corrientes más fracasadas de las muchas generadas por las distintas tentativas de emancipación de la clase obrera, desde finales del siglo pasado hasta hoy. Pero [...] el comunismo de los consejos, dentro de los límites de los que ya se ha hablado, permanece como uno de los pocos puntos de referencia teóricos para este proceso de reconstrucción crítica y de renovación práctica que es el único que puede llevar a la clase obrera a encontrar de nuevo su autonomía y papel antagónico contra la sociedad burguesa.*

ceitos – bem como verifica quais instituições e práticas sócio-políticas podem conduzir à sua realização, objetivando oferecer instrumentos válidos para analisar criticamente fenômenos sociais e políticos presentes e em prospectiva.

Objetivos, hipóteses e estrutura expositiva

A escolha de Karl Korsch como autor a ser estudado deve-se a duas linhas de problemas.

A primeira diz respeito à ausência de um trabalho centrado na apresentação crítica do pensamento korschiano, mesmo tópica, realizado pela academia brasileira. Este quadro de ausência pode ser exemplificado pelo fato de que até o ano de 2008 nenhuma obra de Korsch havia sido publicada no Brasil por editoras comerciais ou universitárias. Uma dimensão da lacuna da academia brasileira para com a produção intelectual de Korsch pode ser obtida ao se constatar que raros tem sido os estudos a ele dedicados por parte de pesquisadores no Brasil. Como exceções que confirmam a regra, podem-se incluir trabalhos como o de Netto (2008), de conteúdo introdutório, ou de conteúdo específico como o de Viana (2012).

A segunda, que nos serviu de hipótese, diz respeito à necessidade de verificar- a partir dos eixos autonomia proletária e contrarrevolução – em que medida a produção teórica de Korsch ainda permanece válida, para se pensar criticamente as formas do poder político do capital na contemporaneidade, bem como se seus aspectos prescritivos (não jurídicos) direcionados para movimentos sociais e organizações políticas indicam ou não um caminho consistente de transformação política e social.

O objetivo geral é o de apresentar analiticamente a contribuição de Karl Korsch para a elaboração de uma teoria social crítica e ao mesmo tempo verificar se os elementos identificados em tal concepção se mantêm atuais para a crítica e superação do capitalismo.

Este objetivo se desdobra em objetivos específicos a começar pela realização de sintética apresentação da trajetória pessoal, intelectual e política de Korsch, situando-a no contexto político em que se inseriu. Procura identificar elementos para uma teoria social crítica a partir da análise de alguns dos debates e polêmicas teóricas travadas pelo nosso autor no interior do movimento socialista, com prioridade para os acontecimentos históricos que foram significativos para a formulação de conceitos e categorias analíticas distintas dos formulados pela tradição marxista da II e III Internacionais. Isto possibilita expor os conceitos/categorias de análise korschianos por meio de dois eixos fundantes de sua produção intelectual: a sua procura constante pela ação autônoma do proletariado e o fenômeno da contrarrevolução entendido em suas dimensões fascista, marxista ortodoxa e democrática (incluem-se como exemplos de conceitos a escrutinar: socialização, socialismo prático, autogestão, autonomia, crítica, ação direta, conselhos, comunismo, ditadura do proletariado, emancipação, organização de revolucionários/partido, revolução). E ainda destacar o tratamento dado por Korsch para a subjetividade e a consciência nas lutas sociais.

A tese pretende reunir a crítica de Korsch a ambas as ortodoxias, social-democrata e bolchevique. Entendemos que o conhecimento destas críticas nos fornecerá elementos essenciais à reflexão acerca das fontes que alicerçaram a evolução de nosso autor para a sua confluência com a corrente conselheira na sua maturidade. Outro aspecto significativo da tese reside no esforço de captar os traços normativos/construtivos/propositivos de Korsch em sua relação com o futuro do movimento socialista.

Por fim, pela articulação dos elementos analisados e como corolário deste estudo, espera-se indicar pontos em que o pensamento de Korsch contribui para uma teoria social crítica capaz de analisar os fenômenos sócio-políticos contemporâneos de forma antissistêmica. Contribuição que se afirma tanto pelo reforço daqueles aspectos que se quer negar, pois “Para o marxismo, a unidade da teoria é dada por aquilo

que ele quer negar, o poder político. O marxismo é, assim, uma teoria negativa da política. É essa negatividade a condição para a existência de uma teoria marxista da política” (Bianchi, 2007), quanto pela contribuição para reforçar aquilo que se quer afirmar:

Ao criticar a política [...] Marx afirma como ela deve ser, como ela deve vir a ser, e mostra como sua teoria pode contribuir para que isso aconteça. Quando encaramos o pensamento de Marx como o devir da política, ou seja, quando percebemos seu caráter normativo, conceitos como revolução, comunismo, emancipação e abolição do Estado, por exemplo, passam a ser fundadores de uma nova maneira de conceber a teoria política, e mais especificamente de fazer teoria política normativa. [...] A teoria política presente em Marx é extremamente normativa, sem ser juridicizante. Trata-se de uma teoria do dever ser da política que prescinde, no entanto, de formas e regras prescritivas. É o político como devir que está em jogo, e não o político como norma. O político é antinormatizador, sem, no entanto, ser antinormativo. Recuperar a teoria política do jovem Marx nos permite repensar a teoria política contemporânea ao mostrar que, [...] é ainda possível repensar e recriar os conceitos políticos, [sem] renunciar a liberdade e a criatividade de se pensar (e repensar) o político (Pogrebinshi, 2006).

Em relação à metodologia empregada para proceder à leitura e interpretação do pensamento e dos escritos de Korsch, adota o método histórico-dialético ancorado em uma seleção de autores que discutem a questão da reconstituição do concreto no pensamento em busca das determinações dos fenômenos.

Embora nos escritos marxianos inexista um trabalho específico que explicita filosoficamente a metodologia que lhe serviu de base para todas as suas pesquisas, ou seja, uma epistemologia desenvolvida sistematicamente, uma teoria do conhecimento – o que deixou em aberto o problema do conhecimento, da realidade e da verdade do objeto e das formas do conhecimento – felizmente a tradição marxista pode preen-

cher tal lacuna a partir do desenvolvimento dos princípios teóricos do materialismo social e da atividade revolucionária dos homens, ambos formulados nas “Teses sobre Feuerbach”.

Ainda que Engels (1990; 1977) tenha levado a cabo esforços no sentido de elaborar tal epistemologia, estes se mostraram incompletos por serem fragmentários ou por se limitarem ao âmbito descritivo. De forma completa, esta tarefa coube a Joseph Dietzgen (1828-1888).⁵

Dietzgen (1975) aprofundou filosoficamente os princípios elaborados por Marx relativamente à forma pela qual se realiza a atividade humana frente à matéria, revelando o processo contraditório de formação e transformação dos conceitos abstratos. Assim, a metodologia utilizada será fundada no método dialético tendo como principal referencial além dos trabalhos dietzgenianos e dos apontamentos dispersos de Marx (2007; 1985; 1989), as contribuições de Rosenberg (1989), Viana (2007) e do próprio Korsch. Portanto, desta seleção de autores e obras, extrai-se os fundamentos para a investigação do pensamento do autor selecionado e obtêm-se os recursos teórico-metodológicos utilizados para analisar os escritos e as concepções elaboradas ao longo do itinerário intelectual a ser percorrido.

Quanto ao modo de apresentar a contribuição de Korsch, pode

⁵ Chamado por Marx de “o filósofo do proletariado”, Dietzgen foi inicialmente trabalhador manual curtidor e desenvolveu seus trabalhos de forma totalmente autodidata. Viveu e trabalhou na Alemanha, Rússia e Estados Unidos. Desde cedo fortemente influenciado por Feuerbach, foi um ateu militante. Dietzgen criou de modo independente o materialismo dialético pouco depois de Marx e Engels e, ao descobrir os volumosos trabalhos da dupla, tornou-se marxista. A principal contribuição filosófica de Dietzgen ao marxismo foi uma exaustiva exposição de epistemologia. Concebeu a consciência como um produto ideal da matéria (matéria concebida por ele como eterna e em perpétuo movimento, chamando-lhe a “*universum*”), e explicou que o ser natural e social é o conteúdo da consciência. Segundo Dietzgen, a cognição origina-se nas formas abstratas e sensoriais como um processo do movimento, partindo das verdades relativas para a verdade absoluta. Ele entendia essa cognição como uma imagem do mundo comprovável pelas experiências dos indivíduos. Sua principal obra foi “A natureza do trabalho intelectual humano”, de 1869. Outros trabalhos: “Socialismo Científico” (1873); “A religião da social-democracia” (1875); “Filosofia social-democrata” (1875); “Os limites da cognição” (1877); “Incursões de um socialista no campo da epistemologia” (1887) e “Ética da social-democracia” (1875) (cf. Blunden, 2016).

ser devidamente apreciado por meio da descrição das partes da tese, estruturada em três capítulos.

O Capítulo 1 se subdivide em duas partes: na primeira apresenta-se de modo conciso, pois não se trata de pesquisa de cunho biográfico, o percurso de vida, intelectual e político de Korsch. Esta primeira parte por sua vez, está organizada em três momentos. O que abrange do nascimento até a participação de Korsch na Primeira Guerra Mundial; a seguir o que abarca o período da vida de Korsch de maior atividade político-militante e a parte que tem início com a partida de Korsch da Alemanha e se conclui com a sua morte em 1961.

A segunda parte do primeiro capítulo constitui-se da exposição e discussão das premissas teóricas e epistemológicas que orientaram o pensamento de Korsch informando suas formulações. Este leque de sete premissas possibilita adentrar na crítica korschiana em variados campos e aspectos.

O Capítulo 2 se subdivide em quatro partes. A primeira trata de apresentar as determinações analítico-conceituais utilizadas para proceder à leitura e análise crítica dos escritos korschianos; a segunda se concentra no Korsch teórico dos Conselhos Proletários, forma institucional da autonomia do proletariado; a terceira expõe o modo pelo qual posições heterônomas foram criticadas pelo autor em estudo nas dimensões teórica e política; a quarta parte analisa a procura korschiana por novas manifestações da autonomia proletária valendo-se para tanto de duas abordagens, a saber, via procedimentos de reconstrução histórico-política de processos de lutas proletárias passadas e via acompanhamento sistemático de processos que se desenvolviam na conjuntura de sua época, cujo mais destacado foi a guerra civil espanhola.

O Capítulo 3 é dedicado ao fenômeno da contrarrevolução. Iniciado, nos moldes do capítulo anterior, com definições das ferramentas conceituais utilizadas e o estabelecimento dos espaços em que tal fenômeno tem seu surgimento para, na sequência, adentrar pelo modo como as diferentes manifestações contrarrevolucionárias – fascismo,

marxismo ortodoxo e democracia – foram compreendidas pelo pensamento korschiano.

Nas considerações finais são apresentados os resultados a partir da relação entre o pensamento e a prática política de Korsch com o presente, também apontando alguns elementos que seu pensamento forneceu para o desenvolvimento de uma teoria social da sociedade moderna. Ambos deduzidos do modo como trabalhou com suas premissas epistêmico-metodológicas e de suas concepções sobre autonomia proletária e contrarrevolução.

A tese conta ainda com cinco apêndices, constituídos pela tradução de quatro cartas e um ensaio de Korsch, todos inéditos em língua portuguesa.

As traduções contidas neste trabalho são de autoria do autor, salvo se mencionado o tradutor.

1

MATERIALIDADE E SUBJETIVIDADE DE UMA TRAJETÓRIA

1.1 História de vida e percurso intelectual¹

1.1.1 Dos primeiros anos à participação na guerra (1886-1918)

Tostedt, município do norte da Alemanha situado na Baixa Saxônia e distante aproximadamente 35 km a sudoeste de Hamburgo, foi a cidade natal de Karl Korsch que ali veio ao mundo no dia 15 de agosto de 1886. Filho do casal Carl August Korsch e Terese Raikowski, Karl Korsch teve quatro irmãs e um irmão.

Dos poucos registros sobre seus pais, de acordo com Kellner (1981) e Hedda Korsch (1973), consta que a família era de origem rural, mediana proprietária de terras na Prússia Oriental. O pai de Korsch não se interessava por agricultura, o que contribuía para uma rejeição do ambiente *Junker*² que o cercava na Prússia. Segundo relatos, Carl August se interessava por filosofia e possuía grandes ambições inte-

¹ As informações biográficas deste capítulo foram extraídas de Korsch, Hedda (1973), Kellner (1981), e Mattick (1973).

² Assim são denominados os membros da nobreza constituída por grandes proprietários de terras nos estados alemães antes e durante o 2.º Reich (1871-1918). Pertencentes à Prússia em sua maioria, se originaram da pequena nobreza e seguiam as tradições da aristocracia alemã, onde o filho mais velho herdava toda a herança, os demais eram enviados ao exército ou à igreja, e para as filhas se procurava o melhor marido possível. Desse modo, os clãs reuniam grande poder material e político por meio de suas conexões familiares e ocupação de postos no aparelho de Estado.

lectuais. Quanto a Terese, apenas há registros de que era desligada de questões intelectuais, dotada de beleza física e forte temperamento.

Entre 1892 e 1898 o jovem Korsch cursou o ensino primário em Tostedt e revelou uma personalidade meticulosa e despojada, formando um contraponto à personalidade de sua mãe. Percebendo o potencial do filho e os limites da cidade para proporcionar uma formação de melhor qualidade para o jovem Korsch e seus irmãos, seus pais decidem deixar a pequena cidade do norte e se mudaram para Meiningen, localizada ao sul do atual Estado da Turíngia (Alemanha central), seu pai deixa o emprego de funcionário em um tribunal e passa a trabalhar em um banco na nova cidade.

Meiningen foi, de 1680 a 1920, a capital do ducado de Saxe-Meiningen. Pontilhada por edifícios neo-clássicos, parques, além de ser um centro cultural e jurídico que à época da infância de Korsch se constituía em um dos principados mais liberais e ilustrados, principalmente se comparado com a Prússia dos *Junkers*.

Entre 1898 e 1906 Korsch cursou o ensino médio em Meiningen. Nesta época iniciou os estudos em filosofia de modo autodidata. Durante os dois últimos anos do ensino médio, a percepção das contradições sociais e familiares produziu em Korsch um primeiro processo de questionamento e oposição prática à sociedade de seu entorno. Aos dezoito anos, em 1904, deixou a casa de seus pais e banuiu de seus hábitos pessoais a vida de frequentador de bares e cerimônias corporativas.

Após a conclusão do ensino médio, entre 1906 e 1908, Korsch decidiu diversificar sua formação. Estudou artes em Munique (capital do Estado da Baviera, sul da Alemanha), local em que, pelos critérios do jovem Korsch, era possível apreciar a pintura e ouvir música de boa qualidade, e língua francesa em Genebra (Suíça). Naquela cidade suíça entrou em contato com exilados políticos, em especial russos fugidos do tsarismo. Em 1908, ingressou na Universidade de Jena (Turíngia) como estudante de Ciência Política, mas, por influência paterna, terminou

por se graduar em Direito no ano de 1911, especializando-se em Direito Internacional e Teoria do Direito (jurisprudência).

Naquela época a pequena cidade de Jena possuía um contexto social e econômico que propiciava relações de trabalho únicas em toda a Alemanha. Dominada pela Universidade e pela Fábrica Zeiss, a população se dividia entre operários e estudantes, Jena era um centro cultural, próxima da Weimar de Goethe ³ e tinha servido de moradia a importantes personagens da cultura alemã como Schiller⁴. A Fábrica Zeiss adotava um sistema de participação nos lucros e seus proprietários pretendiam transferi-la para os trabalhadores, que recusaram. Assumiam os custos parciais da universidade e construíram um *Volkshaus* (Casa do Povo) com salas de reunião e teatro. Mesmo sem vínculos com a Fábrica Zeiss, Korsch frequentava as reuniões na *Volkshaus*, inclusive incrementou sua participação após a guerra.

Os quatro anos de Korsch como estudante em Jena marcaram o início de sua militância política bem como de sua aproximação com o socialismo e o aparecimento de seus primeiros escritos. Korsch se integrou ao movimento estudantil universitário organizando-se na *Freie Studentenschaft* (União dos Estudantes Livres – FS)⁵ a qual propunha fundamentalmente a democratização da universidade e atuava em oposição às *Burschenschaften* (Associações de Estudantes) e aos *Studentenkorps* (Corpos de Estudantes) que eram a expressão organizativa do antissemitismo e do militarismo germânicos no meio estudantil.

³ Weimar, na Turíngia, patrimônio da humanidade pela Unesco, acolheu grandes nomes da cultura alemã que lá viveram: Goethe, Schiller e Nietzsche. Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832) escritor e pensador com incursões na ciência. Uma das mais importantes figuras da literatura alemã e do Romantismo europeu é considerado o mais importante escritor alemão, cuja obra influenciou a literatura de todo o mundo.

⁴ Johann Christoph Friedrich von Schiller (1759-1805) foi poeta, filósofo e historiador. Um dos grandes homens de letras da Alemanha do século XVIII, e um dos representantes do Romantismo alemão e do Classicismo de Weimar.

⁵ Neste trabalho, para partidos e organizações políticas adotou-se o critério de traduzir para o português tão somente a denominação por extenso, mantendo-se a sigla no idioma estrangeiro.

O papel assumido pelo jovem Korsch na FS foi de destaque. Tornou-se editor de periódico estudantil, viajou por todo o território alemão organizando conferências e palestras que contaram com a participação de conhecidos personagens do movimento socialista como Edward Bernstein (1850-1932)⁶ e Karl Liebknecht (1871-1919)⁷. Ainda por meio da FS, realizou contatos com trabalhadores da Fábrica Zeiss, dirigida por patrões defensores de reformas sociais. Em uma destas atividades conheceu Hedda Gagliardi (1890-1982)⁸ com quem se casou em 1913.

As características da FS, com sua forma acessível de atuação por meio de grupos abertos de filosofia, desportivos e de ajuda mútua, permitem inferir que foram marcantes no pensamento de Korsch no sentido de ter possibilitado uma prática alternativa às ortodoxias comportamentais dominantes no meio estudantil de sua época, ainda que neste momento sem um conteúdo político específico de caráter socialista. Este ambiente arejado também contribuiu para que os temas de seus primeiros escritos abarcassem um amplo leque de assuntos, que foram desde propostas para a reforma da universidade e do curso de direito até as formas livres de organização estudantil, passando pela libertação da mulher. Por meio da FS, Korsch procurou aproximar os estudantes de

⁶ Natural de Berlim, proveniente de família judia. Possuía formação em contabilidade e economia. Representante da ala direita da social-democracia alemã. Os aspectos essenciais de seu pensamento podem ser resumidos em: a) impossibilidade do socialismo científico; b) repúdio à ideia de Ditadura do Proletariado; c) rejeição do modelo teórico das crises cíclicas para analisar a evolução do capitalismo; d) abandono da perspectiva revolucionária para a substituição do capitalismo em favor de uma transição evolutiva para o socialismo, entendido como um ideal moral (cf. Bernstein, 1997, p. 7-19).

⁷ Filho de Wilhelm Liebknecht (1826-1900), um dos fundadores do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD), Karl Liebknecht era representante da ala esquerda da social-democracia. Um dos fundadores, ao lado de Rosa Luxemburg, da Liga Spartacus e do Partido Comunista da Alemanha (KPD).

⁸ Neta de uma famosa feminista (Hedwig Dohm), que influenciou seu trabalho teórico, Hedda Korsch ajudou a formar o KPD. Graduada em 1914, a partir de 1916 lecionou em escolas alternativas e experimentais, tais como a escola livre *Wickersdorf*, a escola Karl Marx, e foi professora na Universidade de Jena, na década de 1920. Além das escolas experimentais, trabalhou na Missão Comercial Soviética em Berlim, até ser demitida pelos líderes do KPD por sua relação política e pessoal com Korsch. Após a ascensão de Hitler exilou-se na Suécia até 1936 e depois tornou-se professora de Alemanha até 1956 no *Wheaton College*, Massachusetts (EUA).

operários e socialistas. E, em um momento de ascensão do SPD (Partido Socialdemocrata Alemão), Korsch atuou na juventude sem se filiar, embora tenha estabelecido vínculos com filiados a este partido.

Após a conclusão de seus estudos universitários, encerrou-se uma fase iniciada com um jovem cuja subjetividade era assinalada pela introversão e pela oposição individualista ao meio que o cercava, e deu lugar a uma atividade política reformista na sociedade alemã. Sua aproximação ao socialismo e ao marxismo, pois foi neste período universitário em que se deram suas primeiras leituras das obras de Marx, apresentou-se pontilhada de contradições.

Ao mesmo tempo em que criticava a social-democracia por seu particularismo em defender apenas os interesses dos trabalhadores, apoiava a prática social-democrata de propor reformas políticas e sociais para estabelecer patamares suportáveis de condições de vida para todos. Como bem sintetizou Kellner:

Para Korsch, o ideal do socialismo nesta etapa não deveria ser realizado por meio de uma atividade política parlamentar ou sindical, mas sim pela educação de amplos setores da população mediante as ideias progressistas e com os ideais do socialismo. Assim, Korsch superou as tendências românticas e individualistas de grande parte da juventude alemã, embora ainda possuísse uma visão idealista da mudança social, influenciada profundamente tanto por Kant quanto por Marx (Kellner, 1981, p. 13)⁹.

Em 1912, Korsch recebeu uma proposta de trabalho para traduzir e editar um livro de direito do inglês para o alemão e, juntamente com Hedda, partiu para a Inglaterra e lá permaneceu até o início da Primeira Guerra Mundial em 1914. Em solo inglês, seu leque de interesses per-

⁹ Para Korsch, el ideal del socialismo en esta etapa no debía realizarse a través de una actividad política parlamentaria o de sindicato, sino mediante la educación de amplios sectores públicos por medio de las ideas progresivas y con los ideales del socialismo. Korsch había superado así, las tendencias románticas e individualistas de gran parte de la juventud alemana, si bien poseía todavía una visión idealista del cambio social, influenciada profundamente tanto por Kant como por Marx.

maneceu amplo e se renovou: desde as universidades, passando pelos escritos de John Galsworthy (1867-1933)¹⁰, pelo movimento das sufragistas¹¹ até à Sociedade Fabiana¹², na qual Karl e Hedda se vincularam e participaram ativamente.

As atividades da Sociedade Fabiana naquele momento foram descritas por Korsch em vários artigos para a revista alemã *Die Tat* (A Ação) cujo editor, Eugene Diederichs, animava em Jena um círculo que combinava costumes tradicionais com atitudes de contestação à sociedade burguesa. Tratava-se, portanto, de um amigo do casal Karl e Hedda Korsch.

Dos escritos desse período anterior à primeira guerra mundial, Korsch mencionou posteriormente apenas *Die sozialistische Formel für die Organisierung der Volkswirtschaft* (A fórmula socialista para a organização da economia) de 1912, em que se destacam traços da formação heterodoxa do autor em relação ao marxismo da II Internacional e seu interesse pelo sindicalismo revolucionário.¹³

¹⁰ Novelistas e dramaturgo inglês. Prêmio Nobel de Literatura em 1932 em reconhecimento ao seu talento narrativo.

¹¹ No Reino Unido, foi um movimento iniciado em 1897 de caráter social, político e econômico de reforma, com o objetivo de estender o sufrágio (o direito de votar) às mulheres.

¹² Fundada em 1884, e em funcionamento até os dias de hoje, a *Fabian Society* é uma organização reformista inglesa que defende um socialismo gradual e legal por meio de medidas como igualdade de oportunidades, democracia responsável, cidadania e direitos humanos, desenvolvimento sustentável e cooperação internacional multilateral (Fabian Society, 2012).

¹³ Mesmo que, posteriormente, Korsch não tenha dado grande atenção à sua produção dos primeiros anos (1908 a 1913), do total de 36 textos produzidos nesse intervalo de cinco anos, vale mencionar alguns de seus escritos desse período como registro de sua quantidade e variedade temática: *Die Stellung der Arbeiterinnen im Erwerbsleben* (A posição dos trabalhadores no mercado de trabalho – 1908), *Wider den Ästhetizismus in Wissenschaft und Leben in und außerhalb der Hochschule* (Contra o esteticismo na ciência na vida e no espaço aberto da universidade – 1909), *Japanische Arbeitsverhältnisse* (Relações de trabalho japonesas – 1909), *Einführung in die Lehren der deutschen Bodenreform* (Introdução ao ensino da reforma agrária na Alemanha – 1909), *Unnütze Ideale* (Ideais inúteis – 1909), *Was fordert unsere Zeit von der studierenden frau?* (O que o nosso tempo exige das estudantes do sexo feminino? – 1909), *Monismus, Reinkevortrag, Toleranz und Freie Studentenschaft* (Monismo, a palestra de Reinke, tolerância e os estudantes livres – 1909), *Das "Verhältnis"* (A "razão" – 1909), *National, ein negativer und ein positiver Begriff* (Nação, um termo negativo e positivo – 1909), *Vertretungssprinzip und Behrendprogramm* (Princípio da represen-

No verão de 1914, Korsch foi convocado pelo regimento no qual havia prestado o serviço militar em Meiningen para “manobras extraordinárias”. Tratava-se de uma dissimulação para o engajamento na guerra, pois Korsch havia concluído as manobras exigidas. Korsch viu-se diante de opções que lhe desagradavam: entre “lutar pela pátria”, que feria suas convicções ideológicas, ou permanecer em solo inglês e arriscar-se a ser preso como um estrangeiro inimigo da Inglaterra. Depois de discutir longamente com sua mulher, decidem pelo regresso à Alemanha sob o argumento de que as massas estariam no exército e ele pelo menos estaria junto a elas.

A participação de Korsch na guerra expressou uma subjetividade fora dos padrões esperados para um militar. Alistado no 32º Regimento de Infantaria de Meiningen, composto em sua maioria por camponeses e no qual muitos dos oficiais foram ex-colegas de escola, Korsch atuou decididamente contra a guerra e colocou-se a missão de, ao invés de matar gente, fazer retornar com vida a seus lares o maior número possível de pessoas de sua unidade. Foram enviados para a Bélgica.

tação e 1910) *Die Forderung eines Universitätsgesetzes im preubischen Abgeordnetenhaus* (A reivindicação de uma lei universitária na câmara dos deputados prussianos – 1910), *Die Reform des juristischen Studiums* (A reforma dos estudos jurídicos – 1911), *Rechtsformen für die Verwirklichung freistudentischer Ideen* (Formas jurídicas para conseguir idéias dos alunos livres – 1912), *Recht und Wirtschaft* (Direito e Economia – 1912), *Schuldhaft und Einlager im Volkstreckungsverfahren des altniederländischen und sächsischen Rechtes* (Um levantamento de pessoas presas por dívidas e processo precoce de prolongamento da lei holandesa e na saxônia – 1912), *Wirksamkeit der Entscheidungen, Präklusion von Beschwerden, Einstellungsbeschluss und Rechtshängigkeit* (Eficácia das decisões, preclusão de reclamações, e suspensão das decisões pendentes – 1912), *Die sozialistische Formel für die Organization der Volkswirtschaft* (A fórmula para a organização socialista da economia – 1912), “Eugenics” in England (Eugenismo na Inglaterra – 1913), *Das Problem “Aufsteigen geistig Begabter”* (O problema da ascensão dos espiritualmente talentosos – 1913), *Londoner Kinderwohlfahrtsausstellung 1913* (A Exposição londrina de assistência à criança 1913), *Die Technik der öffentlichen Debatte in England* (A arte do debate público na Inglaterra – 1913), *Die erste Märtyrerin für Frauenstimmrecht* (A primeira mártir para o sufrágio feminino), *Vom englischen Zeitungswesen* (A indústria jornalística inglesa – 1913), *Die Freiheit in England* (A liberdade na Inglaterra -1913), *Rassenhygiene und Volksgesundheit* (Higiene Raça e Saúde Pública – 1913), e *Das Examen als politisches Problem* (Do exame como uma questão política – 1913).

Inicialmente Korsch recebeu a patente de tenente e, em quinze dias, foi rebaixado para sargento por sua veemente condenação ao que ele denominou “uma criminoso violação ao direito internacional”, o fato de tropas alemãs marcharem através de um país neutro como a Bélgica. Mesmo assim, Korsch se atribuiu a tarefa de pressionar oficiais e soldados alemães para que requisitassem sua alimentação ao invés de saquear a população belga. Desse modo, tornou-se um tipo de oficial intendente extraoficial que fazia com que seus colegas pagassem por ovos e frangos (Korsch, H., 1973, p. 119).

Sob o argumento de que, naquele contexto, portar armas não era garantia de segurança para ninguém, Korsch serviu durante toda a guerra sem portar fuzis ou sabres. Um militar com comportamento assim seria facilmente considerado criminoso de guerra e julgado por conselho de guerra ou tribunal militar. No entanto, Korsch explicou que dois foram os motivos que serviram para justificar o fato dele nunca ter sido julgado: primeiro por ter sido útil ao sempre ter se apresentado como voluntário para patrulhas (foi condecorado várias vezes, não por alguma ação qualquer que tenha praticado, mas apenas por ter retornado com vida de algumas delas), ter redigido informes e relatórios de qualidade, ter fornecido ideias aos oficiais de como avançar e retroceder as tropas; e segundo, por estar entre velhos conhecidos dos tempos do ensino médio que formaram um juízo de valor acerca de sua pessoa como sendo alguém que “sempre fora louco, mas não era uma pessoa ruim” (Korsch, H., 1973, p. 119).

Esta postura prática que combinava coerência ideológica com bravura em pleno campo de batalha possibilitou que Korsch granjeasse respeito e admiração por parte dos soldados, mas não sem custos. O aumento da brutalidade da conflagração e a ferocidade dos combates, produzindo elevado número de baixas, causou em Korsch, durante os últimos seis meses da guerra, um estado de desespero ao constatar sua impotência diante de tanta mortandade a sua volta. Crises convulsivas de pranto e embriaguez constantes foram manifestações concretas

de uma subjetividade confrontada com uma materialidade situada para além do suportável.

Contudo, o aumento das baixas também produziu um efeito de revolta nas tropas a partir de 1917. Esta nova conjuntura que prenunciou a revolução de novembro de 1918 possibilitou que Korsch não apenas recuperasse a patente de tenente, como fosse promovido a capitão, pois naquele momento a maioria estava pelo fim da guerra e pela revolução, e a sua companhia era conhecida como a “companhia vermelha”. Assim, Korsch recuperou seu ânimo destruído para atuar no sentido de suas convicções que se viram reforçadas. Em fevereiro de 1918 ele escreveu:

É como se este crescimento quantitativo de sofrimento nos tivesse obrigado a sentir e experimentar corretamente a simples realidade qualitativa pela primeira vez. [...] Atualmente a única diferença de nossa postura anterior é que já não nos sentimos satisfeitos com o maior e mais profundo de nossos esforços (Korsch, *Akademisch-Soziale Montsschrift*, Die Tat 9, n. 11, citado por Kellner, 1981, p. 15)¹⁴

Korsch foi eleito para o conselho de soldados e apenas deu baixa em janeiro de 1919, no entanto, sua unidade, por ser de Meiningen, não participou da insurreição espartaquista em Berlim por ausência de conhecimentos e contatos com revolucionários berlinenses. A influência dos conselhos sobre Korsch permaneceu por toda a sua vida e será analisada em capítulo específico deste trabalho.

1.1.2 O engajamento militante (1919-1933)

Com o término da guerra e a desmobilização da unidade militar em que se engajou, Korsch retornou para Jena e retomou sua atividade de professor. Em termos de militância, ingressou no *Unabhängige Sozial-Demokratische Partei Deutschlands* (Partido Social-Democrata

¹⁴ *Es como si este crecimiento cuantitativo de sufrimiento nos hubiera obligado a sentirnos y experimentar correctamente la simple realidad cualitativa por primera vez. [...] Actualmente la única diferencia con nuestra anterior postura es que ya no nos sentimos satisfechos con el mayor y más profundo de nuestros esfuerzos.*

Independente da Alemanha – USPD)¹⁵, acompanhando sua mulher Hedda que anteriormente nele havia ingressado em função de sua política contra a guerra e pelo envio de delegados à Conferência de Zimmerwald¹⁶. O USPD tornou-se então a primeira organização partidária em que Korsch se filiou.

Em princípios de 1919, Korsch aceitou um convite para integrar, na qualidade de ajudante, uma comissão incumbida da socialização sob a presidência de Karl Kautsky (1854-1938).¹⁷ Formalmente encarregada de planejar na prática a socialização da economia da Alemanha, era uma instituição capitalista ocupada por socialdemocratas que queriam enfrentar a problemática da transição pacífica ao socialismo. O papel específico de Korsch seria o de preparar recomendações para a socialização da indústria do carvão, mas segundo as atas da comissão, nenhuma contribuição sua foi registrada e a comissão foi dissolvida em abril daquele ano (Kellner, 1981, p. 102).

¹⁵ Fundado em abril de 1917, a partir do agrupamento de várias seções do SPD que haviam se separado autonomamente. O USPD contestou a política guerreira do SPD, mas continuou fiel às concepções clássicas da social-democracia.

¹⁶ Realizada de 5 a 8 de setembro de 1915. O apoio da social-democracia alemã, maior partido marxista, à guerra provocou um processo de reflexão e análise que resultou em ações práticas em toda a esquerda internacionalista e revolucionária. Nesse sentido, de março de 1915 a abril de 1916 ocorreram, em diferentes localidades da Suíça, quatro conferências que pretenderam recompor o movimento socialista com uma política de oposição à guerra. Tais iniciativas serviram para aproximar todos que, mesmo com pressupostos e lógicas políticas distintas, eram internacionalistas não somente em palavras mas em atos: os grupos radicais alemães, tribunistas holandeses, socialistas italianos e suíços e os bolcheviques. Em Zimmerwald, polarizaram-se dois campos. A maioria de orientação pacifista e a minoria de orientação anti-imperialista e revolucionária – sintetizada na consigna de “transformar a guerra imperialista em guerra civil” – que se constituiu na “Esquerda de Zimmerwald”. Também ocorreu a conferência das mulheres socialistas (Berna, 26-28 de março); a conferência da juventude (Berna, 5-6 de abril) e a Conferência de Kienthal (24-30 de abril de 1916) (cf. Droz, 1979b, p. 846-870).

¹⁷ Natural da Áustria, após 1883 foi diretor da Revista *Neue Zeit* na cidade alemã de Stuttgart. Autor de inúmeras obras de divulgação do marxismo. Foi considerado em sua época o maior teórico marxista. Para um balanço crítico da sua contribuição para a tradição marxista, sob diferentes perspectivas de análise, consultar a excelente coletânea “Karl Kautsky e o Marxismo” (Mattick et al., 1988).

Contudo, este episódio serviu para que Korsch se concentrasse na formulação de uma teoria geral da socialização, em que procurou responder como a Alemanha poderia ser reconstruída sobre fundamentos socialistas e como seriam aplicados os princípios socialistas na reorganização econômica de seu país natal. Assim, em 1919 apareceu o escrito *Was ist Sozialisierung? Ein Programm des praktischen Sozialismus* (O que é a Socialização? Um programa de socialismo prático), no qual Korsch apresentou suas concepções àquele que era um tema candente do momento.

Neste escrito, o conceito de “socialização” se define como uma nova maneira de organizar a produção em substituição à economia privada capitalista. Para tanto são necessários dois momentos, um primeiro momento em que se socializam os meios de produção, o que implica na emancipação do trabalho, e um segundo momento consistente na socialização do próprio trabalho. Vale ressaltar que, para Korsch, o conceito de produção não se refere a um processo técnico de criação de bens materiais (relação homem/matéria) e sim às “relações sociais entre homens vinculados com toda a produção técnica, e, por conseguinte às ‘relações sociais de produção’” (Korsch, 1973g, p. 29). Portanto, não se trata de um problema concernente a pessoas isoladas, mas de uma questão pública que envolve produtores e consumidores em conjunto.

A concepção korschiana de socialização, apoiada em Marx, demarca-se de concepções que não adotam como ponto de partida a integral exclusão do proprietário privado do processo de produção social, mesmo admitindo que tal exclusão possa se dar tanto por etapas quanto de uma única vez. Socialização, no entender de Korsch, exige **salto e mudança radical** ao mesmo tempo em que exclui **evolução e mudança gradual**. Isto significa o rechaço a propostas de convivência híbrida entre propriedade social e propriedade privada, de participação nos lucros, de participação em órgãos de direção e administração de empresas privadas (mesmo quando pela via de processos eletivos).

Nesta fase, sobre a temática da socialização, Korsch escreveu também: *Sozialisierung und Arbeiterbewegung* (Socialização e Movimento Proletário – 1919); *Die Sozialisierungsfrage vor und nach der Revolution* (O problema da socialização antes e depois da revolução – 1919); *Die Arbeitsteilung zwischen körperlicher und geistiger Arbeit und der Sozialismus* (A divisão do trabalho entre trabalho manual e trabalho intelectual e o socialismo – 1919); *Das sozialistische und das syndikalistische Sozialisierungsprogramm* (O programa de socialização socialista e o sindicalista – 1919); *Die sofortige Sozialisierung unseres Export- und Importhandels* (A socialização imediata de nosso comércio exterior – 1920); *Grundsätzliches über Sozialisierung* (Aspectos fundamentais sobre a socialização – 1920), e *Sozialismus und soziale Reform* (Socialismo e reforma social – 1920).

Este conceito chave será abordado mais detidamente adiante, no capítulo dedicado especificamente às formulações korschianas. Vale destacar que, segundo sua mulher Hedda, durante o período de um ano os escritos de Korsch sobre a socialização foram expressão de entusiasmo elevado e pouco ceticismo, traços incomuns de serem encontrados em pessoas com o seu perfil.

Politicamente, Korsch acompanhou a maioria do USPD que decidiu fundir-se ao *Kommunistische Partei Deutschlands* (KPD – Partido Comunista da Alemanha), em outubro de 1920, sob a base das chamadas “21 condições” para a adesão de partidos políticos à III Internacional.¹⁸ Para alguém que, desde o tempo de estudante, posicionou-se a

¹⁸ Aprovadas no II Congresso realizado na Rússia em julho/agosto de 1920, cujas principais resoluções estabeleceram a bolchevização da Internacional, as condições foram: 1) subordinação da imprensa partidária e dos serviços editoriais do partido ao Comitê Central (CC); 2) retirar de todos os cargos de responsabilidade no movimento operário os reformistas e os “centristas” substituindo-os por comunistas provados; 3) criação de um organismo clandestino para dar conta das tarefas da revolução; 4) obrigatoriedade de fazer propaganda das ideias comunistas entre as tropas; 5) realizar agitação sistemática junto aos trabalhadores rurais; 6) denunciar sistematicamente o social-patriotismo e o social-pacifismo; 7) romper definitivamente e em todos os campos com os reformistas e a política de centro; 8) apoiar por todos os meios os movimentos de emancipação das colônias e das nacionalidades oprimidas; 9) formar núcleos comunistas nos sindicatos, cooperativas e outras organizações operárias de mas-

favor da descentralização, tal passo foi dado com reservas¹⁹, em função da centralização da disciplina partidária a partir de Moscou e da dependência direta do KPD em relação aos Bolcheviques russos. Mais uma vez, foi importante para a decisão de Korsch situar-se junto às massas, além de sua crença pessoal de que o operariado alemão se encaminhava no sentido do comunismo.

Fortemente influenciado pela Revolução Russa, Korsch imaginou que novos horizontes de mudança social radical se descortinariam para o proletariado. Em especial na Alemanha, com o movimento dos conselhos de operários, soldados e marinheiros, Korsch considerou que a transição ao comunismo se colocava naquele momento histórico, conforme escreveu em 1919 no artigo intitulado, *Die Politik im neuen Deutschland* (A política na nova Alemanha).

sas; 10) propagar, nos meios sindicais, a necessidade de romper com a Internacional dos “sindicatos amarelos” e promover os “sindicatos vermelhos”; 11) excluir os parlamentares que não se subordinarem ao CC do partido; 12) organizar-se pelo princípio do centralismo democrático; 13) realizar, onde houver atividade legal e aberta, depurações periódicas das organizações internas do partido para excluir os militantes “interessados e pequeno-burgueses”; 14) sustentar sem reservas todas as repúblicas soviéticas em suas lutas com a contrarrevolução; 15) revisar o programa do partido e submetê-lo para confirmação ao Congresso da Internacional ou ao Comitê Executivo; 16) acatar que todas as decisões do Congresso e do Comitê Executivo são obrigatórias para todos os partidos filiados; 17) mudar o nome para Partido Comunista de ... (seção da 3ª Internacional Comunista); 18) obrigatoriedade de impressão de todos os documentos oficiais do Comitê Executivo da IC; 19) convocar em até 4 meses após o II Congresso da IC, um Congresso Extraordinário para se manifestar sobre as 21 condições; 20) nos casos de partidos que ainda não alteraram completamente sua linha, assegurar que pelo menos 2/3 de integrantes do CC e instituições centrais mais importantes sejam de pessoas que previamente ao 2º Congresso se manifestaram pela adesão à IC; 21) expulsar do partido quem rejeitar as condições e as teses estabelecidas pela IC. Para inteiro teor consultar: Fornazieri (1989, p. 47-52).

¹⁹ O grau de restrição de Korsch às “21 condições” e à sua adesão ao KPD é motivo de divergências entre as fontes consultadas. Enquanto Kellner (1981, p. 34) afirma não serem de grande monta, sua mulher Hedda (H. Korsch, 1973, p. 120) sustentou serem grandes as reservas. Adotamos neste trabalho o entendimento de que houve reservas, mas, independente de seu nível, elas estavam subordinadas a um critério subjetivo de Korsch fundado em seu historicismo revolucionário o qual embasava uma avaliação objetiva da situação da Alemanha naquele momento que exigia uma organização centralizada e disciplinada para responder às tarefas da revolução.

Em 1921, Korsch iniciou a elaboração de um conjunto de escritos cujo objetivo era o de restituir o conteúdo revolucionário do marxismo, transformado em fraseologia marxista pela interpretação ortodoxa de Kautsky. Estes escritos receberam o nome de *Marxismus und Philosophie* (Marxismo e Filosofia) e situou-se no cerne da polêmica, procurando responder questões como “o que é o marxismo?” e até que ponto o marxismo da época de Marx se mantinha atual nas novas condições do século XX²⁰. Além deste, datam deste período sobre esta problemática teórica as obras *Quintessenz des Marxismus* (Quintessência do Marxismo – 1922); *Einleitung zu Karl Marx “Randglossen zum Programm der Deutschen Arbeiterpartei” 1875* (Introdução ao “Glosas Marginais ao Programa do Partido Operário Alemão” 1875 de Karl Marx – 1922); *Kernpunkte der materialistischen Geschichtsauffassung* (Pontos-chave da concepção materialista da história – 1922), e *Die Marxsche Dialektik* (A Dialética de Marx – 1923).

Korsch também publicou escritos especificamente contra as posições de Kautsky e seu “marxismo doutrinário”, nos quais sustentou que as concepções kautskianas sobre a evolução social, a sociedade, o Estado e a luta de classes eram mais úteis à burguesia que ao proletariado, a exemplo de *Die Materialistische Geschichtsauffassung. Eine Auseinandersetzung mit Karl Kautsky* (A concepção materialista da história. Uma discussão sobre Karl Kautsky) de 1929 e *Die Inuguraladresse der Internationalen Arbeiterassoziation und die Geschichtsfälschungen des Herrn Kautsky* (O discurso de posse da Associação Internacional dos Trabalhadores, e as falsificações históricas do senhor Kautsky) de 1923.

²⁰ Também em 1923 surgiu a obra de Lukács intitulada “História e Consciência de Classe”, mas Korsch dela soube apenas após a publicação de “Marxismo e Filosofia”. Inicialmente considerou que o livro de Lukács continha ideias semelhantes às suas em muitos aspectos, porém, em 1929, ao redigir uma nova introdução a “Marxismo e Filosofia” relativizou esta percepção, ao afirmar que as coincidências entre ele e Lukács eram menores do que ele supôs originalmente. Até a ida de Lukács para a URSS, segundo Hedda Korsch, o relacionamento de amizade entre Korsch e Lukács não foi afetado pelo primeiro ter sido expulso do PC e o segundo ter permanecido, pois ambos se consideravam comunistas críticos. Mesmo tendo afirmado que Lukács conservou uma formação filosófica mais idealista que a dele, Korsch, a principal divergência entre ambos deveu-se às posições de cada um em relação à Rússia, acima de qualquer questão filosófica.

Em 1923, durante seis meses, Korsch foi ministro da justiça durante o efêmero governo local de coalizão entre KPD e USPD na Turíngia, região da Alemanha em que a maioria das massas trabalhadoras era social-democrata de esquerda ou comunista. Desde 1920 havia sido eleito deputado ao parlamento estadual da Turíngia (*Landtag*), reeleito em 1924 quando também se elegeu para o parlamento federal em Berlim (*Reichstag*), o que ocasionou sua mudança para esta cidade.

A participação de Korsch no governo regional da Turíngia não se limitou ao exercício formal do cargo ministerial. Os partidos que integravam o governo de coalizão entendiam que este devia ser a base regional de apoio para uma insurreição revolucionária, e Korsch, com sua experiência militar, estava encarregado dos preparativos e treinamentos neste âmbito. Naquele momento Korsch pressentiu o avanço nazista e concebia o levante dos trabalhadores na Turíngia como uma forma de impedir que os nazistas conquistassem o poder pela força. Tal insurreição nunca ocorreu dado que o exército alemão se antecipou e invadiu a Turíngia sob ordens do governo federal de Berlim.

De 1924 a 1925, Korsch esteve no centro da política do KPD e ocupou a função de editor da revista teórica do partido *Die Internationale* (A Internacional), no entanto suas preocupações com a evolução da situação na Rússia, somada à crescente ingerência de Moscou na condução e direção do KPD, paulatinamente o levaram para posições divergentes e a atitudes de enfrentamento com a linha hegemônica da III Internacional. Mesmo ciente de que sua expulsão era questão de tempo, Korsch decidiu permanecer no KPD, pois, em sua visão da conjuntura da Alemanha daquele período, era o único partido que pretendia efetivamente lutar de alguma forma.

Compareceu ao V Congresso da III Internacional (*Comintern*), realizado em Moscou em 1924 e dele se retirou antecipadamente por perceber-se em perigo, após ter sido alertado por alguns camaradas de que poderia ser preso, pois sobre ele pairavam suspeitas de que promovia conversas e incorria em práticas de sedição contra a direção

rusa. Ainda assim estabeleceu contatos com o italiano Amadeo Bordiga (1889-1970)²¹ e o integrante da Oposição Operária Russa Timofei Sapronov (1887-1939)²². Vale ressaltar que Korsch manteve-se distante de Trotsky, pois, embora o alemão partilhasse da ideia de revolução permanente e de algumas de suas críticas, divergiu do jogo de poder que o russo havia jogado no interior do partido bolchevique e também da centralidade que Trotsky atribuiu ao controle do aparato partidário em detrimento da necessidade de trabalhar a elevação do nível de consciência entre os trabalhadores.

Afastado da Revista em 1925 e expulso do KPD em 1926, Korsch dedicou-se a publicar a revista *Kommunistische Politik* (Política Comunista) financiando-a até 1928 com o seu salário de deputado durante os dois anos restantes de seu mandato.

A análise do processo de ruptura de Korsch com o leninismo, seus embates com os stalinistas na Alemanha e fora dela, serão tratados no contexto em que será analisada a crítica korschiana à nova ortodoxia bolchevique.

²¹ Principal liderança da corrente “abstencionista” que se separou do Partido Socialista Italiano para fundar em 1921 o Partido Comunista da Itália (PCI), do qual foi seu primeiro Secretário-Geral até ser preso em 1923. Expulso do PCI em 1930 por defender Trotsky. A partir de posições como a crítica do “socialismo em um só país” e da caracterização da URSS como “Capitalismo de Estado”, Bordiga combateu no interior da III Internacional contra a hegemonia do stalinismo e inaugurou uma vertente política conhecida como “Bordiguismo”. Suas relações com Korsch não se desenvolveram devido a divergências táticas e políticas conforme se depreende da carta que Bordiga lhe endereçou em 1926 (Bordiga, 2012).

²² Pintor de casas. Bolchevique desde 1912. Ativo durante a Revolução de 1917 e a Guerra Civil Russa no Soviet de Moscou. Integrou, juntamente com Bukharin, a fração dos Comunistas de Esquerda em 1918 e em seguida iniciou com Smirnov e Ossinsky o agrupamento interno do Partido bolchevique conhecido como “Centralismo Democrático” que apresentou em 1919, no VIII Congresso do partido, a concepção de que o partido não deve se sobrepor aos soviets. Diferentemente de Bordiga, a relação de Korsch com Sapronov desenvolveu-se sobre uma boa base de acordos. Korsch concordou em cooperar com o trabalho da Oposição Operária russa, e ambos consideraram que era útil naquele momento propor medidas e resoluções voltadas a maior descentralização e liberdade para as diversas correntes. Tragicamente, contudo, anos depois a descoberta de uma carta cifrada de Korsch contribuiu para o esmagamento de Sapronov pelo bolchevismo.

Karl Korsch prosseguiu suas conferências sobre marxismo, nesta altura seu nome já era reconhecido como um dos maiores especialistas em Karl Marx de toda a Alemanha, e alargou seus estudos para os campos da Geopolítica, História Geral e Matemática.

Os vínculos com a filosofia foram mantidos por meio da participação na *Gesellschaft für Philosophie empirische* (Sociedade para Filosofia Empírica) e com a produção de trabalhos como *Gutachen über Antonio Labriola und seine Bedeutung für Theorie und Geschichte des Marxismus* (Nota sobre Antonio Labriola e sua importância para a teoria e a história do marxismo), escrito em 1929, no qual considerou o filósofo italiano

[...] o melhor intérprete do método marxista, especialmente de seus fundamentos metodológicos e filosóficos [...] o último marxista ortodoxo autêntico. [...] A importância de Labriola para o desenvolvimento do marxismo no Ocidente é uma contrapartida extraordinária da importância de Plekhanov para o desenvolvimento do marxismo no Oriente. A Social-democracia alemã, com sua ideologia ortodoxa, kautskiana, participou de ambos os desenvolvimentos. No entanto, na primeira década do século XX, tem uma nítida preferência pelo segundo. Essa aproximação de Kautsky para com a Rússia não representa – segundo a lenda nos diz – o ponto mais alto de seu processo revolucionário proletário. Pelo contrário, significa a aproximação com o Oriente atrasado, cujo conteúdo revolucionário é ainda burguês, e uma fuga do desenvolvimento ocidental, das exigências teóricas e práticas da revolução do proletariado industrial (Korsch, 1979o, p. 131-132).²³

²³ [...] el mejor intérprete del método marxista, particularmente de sus fundamentos metódicos y filosóficos [...] el último marxista ortodoxo verdadero. [...] La importancia de Labriola para el desarrollo del marxismo en Occidente es una contrapartida extraordinaria de la importancia de Plejánov para el desarrollo del marxismo en Oriente. La socialdemocracia alemana, con su ideología ortodoxa, kautskiana, toma parte en ambos desarrollos; en la primera década del siglo XX, sin embargo, tiene una marcada preferencia por el segundo. Esa aproximación de Kautsky a Rusia no representa – como dice la leyenda – el punto más alto de su proceso revolucionario proletario. Por el contrario significa el acercamiento al Oriente atrasado con su contenido revolucionario todavía burgués, una fuga del desarrollo occidental, de las exigencias prácticas y teóricas de la revolución del proletariado industrial.

Ressaltou ainda a atualidade de seu pensamento ao possibilitar explicar características do movimento de fins dos anos 1920 que, apenas pelos acontecimentos conjunturais daquele momento, não resultavam plenamente claros.²⁴

Nesta fase, Korsch interessou-se vivamente pelas questões dos, à época chamados, países coloniais, estudando seu desenvolvimento, por entender que a independência das colônias era iminente e teria o potencial de alterar a política mundial. Este interesse prosseguiria ao longo de sua vida.

Após 1928 as condições políticas de insegurança individual e coletiva para a esquerda na Alemanha foram se ampliando em razão diretamente proporcional ao avanço da influência do nazismo. Mesmo neste contexto, o interesse de Korsch permaneceu diversificado, conforme se observa por seus escritos no período até 1933.²⁵

As preocupações sobre a evolução dos acontecimentos na URSS foram uma constante na subjetividade de Korsch que, somente no ano

²⁴ Antonio Labriola (1843-1904). Concebeu e interpretou o marxismo não como uma esquematização ideológica e autônoma da história, mas sim como uma filosofia autossuficiente para compreender a estrutura econômica da sociedade e as relações daí resultantes. Para considerar a complexidade dos processos sociais e a diversidade de forças que agem na história, o marxismo necessita aderir à realidade social do seu tempo. Assim, segundo Labriola, o marxismo deve ser entendido como uma teoria “crítica” no sentido de que ele não afirma verdades eternas e imutáveis e deve estar apto para interpretar as contradições sociais de acordo com as diferentes fases históricas, tendo por centro de sua análise o trabalho e as condições dos trabalhadores, e, portanto, a *práxis* humana material e concreta. O percurso de seu pensamento político e filosófico pode ser dividido em três fases: inicialmente defensor do idealismo hegeliano, seguida de uma fase de rejeição ao idealismo, e o momento de maturidade em que adere plenamente ao marxismo. As obras de seu período marxista foram: *Del socialismo* (1889); *Proletariato e radicali* (1890); *In memoria del manifesto dei comunisti* (1895); *Del materialismo storico. Dilucidazione preliminare* (1896); *Discorrendo di socialismo e di filosofia* (1898); *Da un secolo all'altro* (1925); *L'università e la libertà della scienza* (1897); *A proposito della crisi del marxismo* (1899); *Scritti varii editi e inediti di filosofia e politica* (1906), reunidos e publicados postumamente por Benedetto Croce. Para uma breve síntese da trajetória intelectual e política de Labriola, bem como da importância e atualidade de se ler Labriola, consultar: Sacristán (1969).

²⁵ Além da temática do marxismo, questões conjunturais sobre a URSS e a Espanha, aspectos sobre a filosofia de Hegel, comentários sobre livros, sobre o fascismo, e temas de direito internacional e constitucional (Cf. Korsch, 1996).

de 1929, escreveu trabalhos e prestou solidariedade ativa ao exilado russo Gabriel Miasnikov (1889-1945)²⁶, perseguido pelo governo bolchevique, ao fundar um comitê para evitar a sua extradição para a Rússia e para que a Alemanha pudesse conceder asilo político a ele.

A partir do incêndio do *Reichstag* em fevereiro de 1933, estava dada a senha para violar diretamente a integridade física de quem quer que se colocasse em oposição ao regime nacional-socialista encabeçado por Hitler. Em abril daquele ano, Karl e Hedda Korsch foram privados de seus salários de professores e tiveram sua conta bancária confiscada em função da aprovação de uma lei de confiança política de funcionários públicos.

Enquanto Hedda foi trabalhar na Suécia, Korsch permaneceu em Berlim para organizar clandestinamente atividades de resistência. Rapidamente a figura pública de Korsch tornou-se mais um problema do que um auxílio na luta antinazista em função das dificuldades crescentes

²⁶ Operário metalúrgico. Bolchevique desde 1905. Em fins de 1920 sustentou que os camponeses pobres deveriam se defender não apenas dos camponeses ricos, mas também da burocracia do Estado dito socialista. Expulso do partido bolchevique em 1922 funda a organização clandestina “Grupo Operário” em 1923. Esta organização combateu a NEP de Lênin como uma nova forma de exploração sobre o proletariado, e ao mesmo tempo defendeu a abolição do partido único, a plena liberdade no interior do partido comunista, contra a nomeação dos integrantes dos Sovietes pelo partido – pois considerava os Conselhos como a emanação da ditadura do proletariado – e que o gerenciamento da economia pelo Estado devia dar lugar à autogestão dos trabalhadores. Exilado em Berlim em junho de 1923, Miasnikov estreita relações com a oposição de esquerda ao KPD, em especial Korsch e o KAPD (Partido Comunista Operário da Alemanha). Este último traduz o manifesto do “Grupo Operário” para o alemão que se torna oficialmente a seção russa da KAI (Internacional Comunista Operária), defendida pela “Tendência Essen” do KAPD cujo maior teórico era o holandês Herman Gorter (1864-1927). Retorna à URSS em 1945, ano em que é preso e executado por fuzilamento. Para uma biografia completa de Miasnikov consultar: Bourrinet (2002). Os escritos de Korsch sobre Miasnikov em 1929 foram: *Material zur Frage der Auslieferung des politischen Flüchtlings Gabriel Mjasnikow* (Material sobre a questão da extradição do refugiado político Gabriel Myasnikov); *Mjasnikow; Was ist mit Mjasnikow? (Quem é Miasnikov?)*; *Kampf um Leben und Freiheit des Arbeiterrevolutionärs Mjasnikow* (Luta pela vida e liberdade do operário revolucionário Miasnikov); *Zu “Neues über den Genossen Gabriel Mjasnikow”* (Novidades sobre o camarada Gabriel Myasnikov); *Neue Gefahren für den verfolgten Arbeiterrevolutionär Gabriel Mjasnikow* (Novos riscos para o operário revolucionário perseguido Gabriel Myasnikov) (cf. Korsch, 1996, p. 114, 118, 133, 161,165 e 186).

para conseguir manter-se em condições mínimas de segurança para sua atividade militante. Assim, em dezembro de 1933, quando restou evidente o perigo que Korsch representava para seus amigos e camaradas, ele decidiu aceitar o convite de seu amigo Bertolt Brecht (1898-1956)²⁷ e partiu para a Dinamarca.

1.1.3 Do exílio aos últimos anos (1934-1961)

Na Dinamarca Korsch residiu na cidade de Svendborg, vizinho à residência de Brecht, no entanto, rapidamente partiu para a Inglaterra em busca de trabalho considerando que conseguiria algum posto em função de seus contatos nesse país. Contudo, esbarrou na contumaz perseguição que sofreu por parte dos bolcheviques da Inglaterra que o denunciaram por mais de uma vez ao *Home Office* (Ministério do Interior) Inglês, sob o argumento de que Korsch não era judeu e, portanto, não tinha motivos para sair da Alemanha do modo como saiu, o que o tornava suspeito de ser um agente nazista.

De seu breve exílio anglo/danês o resultado de maior destaque possivelmente tenha sido a encomenda feita pela *London School of Economics* (Escola de Economia de Londres) para que ele escrevesse um livro sobre Karl Marx. Publicado em inglês pela primeira vez em 1938, *Karl Marx* foi pensado por Korsch enquanto expressão de sua própria interpretação do pensamento de Marx, ao invés de um resultado de pesquisa acadêmica ou como fruto de uma ação militante.

Sobre a metodologia adotada por Korsch para elaborar esta obra, Langkau (1981), responsável pela introdução à publicação do original alemão de *Karl Marx*, presta alguns esclarecimentos complementares. No esboço original da obra constava a intenção de Korsch em escrever

²⁷ Dramaturgo, poeta e encenador. Seus trabalhos artísticos e teóricos influenciaram profundamente o teatro contemporâneo. Os laços de amizade pessoal e camaradagem política entre Brecht e Korsch começaram a se formar em 1928, quando, em Berlim, o segundo assistia as atividades artísticas do primeiro e Brecht frequentava as conferências proferidas por Korsch.

uma ampla exposição crítica do marxismo em seu desenvolvimento histórico, pelo procedimento de separar o “vivo” do “morto” conforme ele já havia realizado em suas conferências proferidas em Berlim em 1932-33. Caminho descartado em favor do método de interpretação por seleção, justificado por Korsch em duas cartas a Paul Mattick (a primeira escrita antes de começar e a segunda após concluir o trabalho),²⁸ nas quais explicitou que sua pretensão era reunir livremente em parágrafos, e sem muita polêmica, o que considerava ser o mais valioso do Marxismo, evitando falar diretamente contra Marx, sua teoria e sua política. Korsch reconheceu ainda que essa escolha metodológica ocasionou certas dificuldades de exposição.

A vida conturbada não paralisou a produção de Korsch. Pelo contrário, entre os anos de 1932 a 1934, não se percebem entre seus escritos traços de suas agruras pessoais e sim são reveladores de sua maturidade histórico-política. Foi nesse período que produziu várias resenhas de livros para a Revista de Pesquisa Social editada por Max Horkheimer (1895-1973)²⁹, além de ter produzido textos como *Zur Neuordnung der*

²⁸ Cf. Korsch, 2001a, p. 584-586, 700-706.

²⁹ Filósofo e professor. Em 1930 sucedeu o historiador austríaco Carl Grünberg na direção do Instituto para a Pesquisa Social, fundado em Frankfurt em 1923 e instituição sede da chamada “Teoria Crítica”. Suas formulações, em especial sobre a “Razão Instrumental”, juntamente com as teorias de Theodor Adorno e Herbert Marcuse compõem o núcleo fundamental daquilo que se conhece por “Escola de Frankfurt”. Os escritos de Korsch para a revista em 1932 foram: *Ernst H. Posse: Der Marxismus in Frankreich 1871-1905* (Ernst H. Posse: o marxismo na França 1871-1905); *Carl Schmitt: Der Hüter der Verfassung* (Carl Schmitt: O guardião da Constituição); *W. I. Lenin: Über den historischen Materialismus* (W. I. Lenin: sobre o materialismo histórico); *Julius Schaxel: Das Weltbild der Gegenwart und seine gesellschaftlichen Grundlagen* (Júlio Schaxel: A visão de mundo do presente e seus fundamentos sociais); *Philipp Frank: Das Kausalgesetz und seine Grenzen* (Philipp Frank: A lei causal e seus limites). Em 1933, Korsch escreveu: *Michael Freund: Georges Sorel. Der revolutionäre Konservatismus* (Michael Freund: Georges Sorel. O conservadorismo revolucionário), e no ano de 1934 foram: *Ernest Wilhelm Eschmann: Vom Sinn der Revolution* (William Ernest Eschmann: O Significado da Revolução); *Juan Donoso Cortés: Der Staat Gottes* (Juan Donoso Cortés: O Estado de Deus); *F. O. H. Schulz: Untergang des Marxismus* (F. O. H. Schulz: o fim do marxismo); *Wilhelm Tempel: Aufbau der Staatsgewalt im faschistischen Italien* (William Tempel: Estrutura do poder de Estado na Itália fascista); *W. Milne-Bailey: Trade Unions and the State/Report on Collective Agreements between Employers and Workpeople in Great Britain and Northern Ireland* (W. Milne-Bai-

deutschen Arbeitsverfassung (A reorganização das relações de trabalho alemãs – 1934) para publicações de setores do movimento operário com os quais mantinha afinidades e se identificava politicamente, nessa mesma linha incluem-se artigos de crítica programática como *On the new program of the "American Workers Party"* (Sobre o novo programa do "Partido dos Trabalhadores Estadunidenses" – 1935) e sobre as crises capitalistas como *Remarks on the thesis Regarding the Next World Crisis, the Second World War and the world revolution* (Observações sobre as teses relativas à próxima crise mundial, à Segunda Guerra Mundial e à Revolução Mundial), publicados originalmente nas revistas editadas por Paul Mattick (1904-1981).³⁰

Em 1935, como parte de um simpósio, Korsch publicou *Why I am a Marxist* (Por que sou marxista), escrito no qual expõe sua visão do marxismo. Seu enfoque concentrou-se nos aspectos operativos da teoria e da prática marxistas que pudessem ser isolados para servir de orientação para o pensamento e a ação naquele momento. Com tal critério, e tendo registrado que nenhum dos pontos que relacionou foi devidamente reconhecido ou aplicado pela maioria dos marxistas, enumerou os pontos essenciais do marxismo:

1. Todas as proposições do marxismo, incluindo as aparentemente gerais, são específicas.
2. O marxismo não é positivo, e sim crítico.
3. Seu objeto de estudo não é a sociedade capitalista existente em seu estado afirmativo, mas a sociedade capitalista decadente tal como se revela nas tendências operativas demonstráveis de sua bancarrota e destruição.
4. Seu propósito primordial não é o desfrute contemplativo do

ley: Sindicatos e Estado / Relatório sobre acordos coletivos entre empregadores e trabalhadores na Grã-Bretanha e Irlanda do Norte); J. T. Murphy: *Preparing for Power* (J. T. Murphy: Preparação para o Poder).

³⁰ Operário metalúrgico. Revolucionário social e escritor marxista autodidata, autor de mais de 500 trabalhos, ao longo de toda a sua vida foi um crítico, em profundidade e amplitude, de Lênin e do bolchevismo na perspectiva do comunismo de conselhos e da esquerda comunista. As revistas que editou foram: *Internacional Council Correspondence* (Correspondência Conselheira Internacional) de 1934 a 1937; *Living Marxism* (Marxismo Vivo) de 1938 a 1941, e *New Essays* (Novos Ensaios) de 1942 a 1943 (Mendonça, 2012).

mundo existente, mas sua transformação ativa (*praktische Umwaelzung*) (Korsch, 1979q, p. 84).³¹

O primeiro ponto se volta contra os que sustentavam que as contradições entre as forças produtivas materiais e as relações de produção eram um princípio “supra-histórico” que continuaria válido mesmo em uma sociedade sem classes. Isto significa que, na interpretação que Korsch faz de Marx, não há que se falar, por exemplo, de economia em si, política em si, arte e cultura em si mesmas ou direito em si, mas sim de uma “descrição detalhada das relações definidas que existem entre os fenômenos econômicos definidos em um nível histórico definido de desenvolvimento e fenômenos definidos que aparecem simultânea ou subseqüentemente em qualquer outro campo do desenvolvimento político, jurídico e intelectual.” (Korsch, 1979q, p. 89).

O segundo ponto volta-se contra os que concebem o marxismo puramente como um sistema científico, desvinculado de objetivos socialistas e sem implicações para a prática, uma “teoria das leis do devir social”. Nesse sentido Korsch é categórico: “A teoria marxiana não constitui uma filosofia materialista positiva nem uma ciência positiva. Do princípio ao fim, é uma crítica tanto teórica quanto prática da sociedade existente”. E precisa o seu conceito de “crítica” (*Kritik*):

A *Kritik* não deve ser entendida em sentido idealista mas como crítica materialista. Inclui, do ponto de vista do *objeto*, uma pesquisa empírica, “conduzida com a precisão da ciência natural”, de todas as suas relações e desenvolvimento, e do ponto de vista do *sujeito*, um registro de como os desejos impotentes, as intuições e as demandas dos sujeitos individuais se convertem em um poder de classe historicamente

³¹ 1. *Todas las proposiciones del marxismo, incluyendo aquellas aparentemente generales, son específicas.* 2. *El marxismo no es positivo, sino crítico.* 3. *Su objeto de estudio no es la sociedad capitalista existente en su estadio afirmativo, sino la sociedad capitalista decadente tal como se revela en las tendencias operativas deomonstrables de su bancarrota y destrucción.* 4. *Su propósito primordial no es el disfrute contemplativo del mundo existente, sino su transformación activa (praktische Umwaelzung).*

efetivo que conduz à “prática revolucionária” (práxis) (Korsch, 1979q, p. 90, destaques de Korsch).³²

O terceiro ponto esclarece que o marxismo, por não perder a perspectiva de seus objetivos práticos, não tem a pretensão de erigir um sistema de conhecimento unificado. Isso significa que, enquanto teoria, o marxismo não está interessado em tudo e, mesmo por aqueles objetos pelos quais se interessa, o faz de modo desigual. Korsch especifica que o marxismo se interessa fundamentalmente pelos fenômenos e inter-relações da vida histórica e social. Esta superioridade sociológica não deve ser estendida ao campo das ciências naturais. Mesmo no âmbito sociológico a interpretação korschiana do marxismo destaca que tem primazia “as discrepâncias, falhas, carências e desajustes de sua estrutura” e o estudo das crises enquanto elemento normal do funcionamento capitalista, assim como no âmbito superestrutural interessam mais ao marxismo os pontos de fragilidade, as fissuras e fendas que possam ser observados de modo a revelar ao proletariado os pontos em que sua ação prática pode incidir para provocar a ruptura na estrutura social.

O quarto e último ponto sustenta que o adepto do marxismo deve subordinar o conhecimento teórico aos fins da ação revolucionária, e que a teoria elaborada por Marx era revolucionária tanto em conteúdo quanto em método. Desse modo, a tarefa atual dos marxistas consistiria em dar à teoria de Marx “sua forma e expressão correspondente e, assim, estender e atualizar a luta revolucionária do proletariado” (Korsch, 1979q, p. 99).

Em dezembro de 1936, Korsch emigrou para os EUA inaugurando uma nova fase em sua trajetória. Inicialmente procurou dialogar e compreender a evolução do capitalismo e da luta de classes em terras

³² *La Kritik debe ser entendido no en un sentido simplemente idealista sino como una crítica materialista. Incluye, desde el punto de vista del objeto, una investigación empírica, “conducida con la precisión de la ciencia natural”, de todas sus relaciones y desarrollo, y desde el punto de vista del sujeto, un registro de cómo deseos impotentes, las intuiciones y las demandas de los sujetos individuales se convierten en un poder de clase históricamente efectivo que conduce a la “práctica revolucionaria” (praxis).*

estadunidenses, embora rapidamente tenha percebido a força dos capitalistas e a debilidade do movimento operário nos Estados Unidos.

Korsch descartou qualquer previsão do rumo que os processos de transformação social assumiriam nos EUA, talvez por isso sua principal atividade desde então foi a de escritor, não se envolvendo em grandes atividades políticas. Contudo, manteve-se solícito para com os pequenos grupos políticos que o procuravam e, durante os anos da II Guerra Mundial, proferiu palestras em escolas militares.

Sem abrir mão de suas concepções marxistas, Korsch interessou-se pelos anarquistas. Não pelos anarquistas individualistas ou de estilo de vida,³³ mas pelos trabalhadores e camponeses pobres anarquistas na Espanha republicana, pois no dizer de Paul Mattick:

Onde se puder encontrar ações independentes da classe proletária o marxismo revolucionário não estava morto. E o ponto crucial para o reaparecimento de um movimento revolucionário não é determinado pela adesão ideológica à doutrina marxista, mas pela ação autônoma da classe trabalhadora. Até certo ponto, esse tipo de ação ainda era praticada pelo movimento anarco-sindicalista. [...] Os anarquistas defendiam a liberdade e a espontaneidade, a autodeterminação e, portanto, a descentralização, colocavam a ação na frente da ideologia, e a solidariedade aos interesses econômicos. Precisamente estas eram as qualidades necessárias para um movimento socialista que aspirava influência política e poder em nações em que apenas o capital se desenvolvia. Para Korsch importava pouco se esta interpretação do marxismo revolucionário, rotulada de anarquismo, era fiel a Marx ou não. O importante, nas condições do capital no século XX, era se apoiar nestas atitudes anarquistas para ressuscitar o movimento operário (Mattick, 1973, p. 15-16).³⁴

³³ Para conhecer esta polêmica interna ao campo do anarquismo: Bookchin (2010).

³⁴ *Allí donde podían encontrarse tales acciones independientes de la clase obrera, el marxismo revolucionario no había muerto. Y el punto crucial de la reaparición de un movimiento revolucionario no se determina por la adhesión ideológica a la doctrina marxista, sino por la acción autónoma de la clase obrera. Hasta cierto punto, este tipo de acción aún era practicado por el movimiento anarcosindicalista. [...] Los anarquistas defendían la libertad y la espontaneidad, la autodeterminación y por consiguiente*

Sua atitude frente ao movimento revolucionário mundial, aos rumos da URSS mesmo após a morte de Stálin, foi de pessimismo. Embora mantivesse vivo interesse pelos acontecimentos na China, não viveu o suficiente para formar uma opinião fundamentada sobre a Revolução Chinesa e seus desdobramentos. Manteve o entendimento segundo o qual a Europa perderia cada vez mais influência no mundo e que, em sentido inverso, os jovens países, ex-colônias, se tornariam cada vez mais importantes no cenário internacional.

Realizou viagens à Europa e, na última delas, esteve na Iugoslávia, de onde teve uma impressão favorável, embora constatando um elevado grau de primitivismo no país que fez com que Korsch duvidasse da durabilidade do processo da anunciada autogestão pelo qual a então Iugoslávia atravessava.³⁵

Em 1950, durante uma de suas viagens à Europa, Korsch elaborou um roteiro para uma palestra proferida em Zurique na Suíça intitulado *Zehn Thesen über Marxismus heute* (10 teses sobre o marxismo hoje). Não foram escritas para serem publicadas e sua divulgação deu origem a uma interpretação segundo a qual Korsch teria renegado o marxismo e que tais teses seriam a expressão definitiva do itinerário de seu pensamento.³⁶ Na verdade as teses expressaram – com toda a radicalidade crítica e autocrítica – um esforço para adaptar o marxismo aos novos tempos, ampliando-o frente aos avanços das áreas científicas com profundas cargas de problematidade e riqueza.

la descentralización; anteponían la acción a la ideología, y la solidaridad a los intereses económicos. Precisamente éstas eran las cualidades que hacían falta a un movimiento socialista que aspiraba a la influencia política y al poder en naciones en las cuales sólo se estaba desarrollando el capital. A Korsch le importaba poco saber si esta interpretación del marxismo revolucionario tachada de anarquismo era fiel a Marx o no. Lo importante, bajo las condiciones del capital en el siglo XX, era apoyarse en estas actitudes anarquistas para resucitar el movimiento obrero.

³⁵ Para uma noção histórica da autogestão iugoslava, consultar Queiroz (1982).

³⁶ A autorização para a publicação das “10 Teses...” partiu de sua mulher Hedda (H. Korsch, 1973, p. 128). Assim elas apareceram pela primeira vez em francês no ano de 1959, e o original alemão em 1965 (cf. Korsch, 1982b, p. 455 e 493).

Sem dúvida que, ao iniciar a crítica das ortodoxias da II e III Internacionais (respectivamente social-democracia e bolchevismo), Korsch iniciou também uma crítica ao próprio marxismo que assume para ele um caráter de autocrítica. Contudo, para Korsch o marxismo continuava superior a qualquer outra teoria social, mesmo se considerado o seu fracasso como movimento social. Mas isso o conduziu

Não a abandonar o marxismo, mas a uma crítica marxista do marxismo, isto é, a uma maior proletarização do conceito de revolução social. E Korsch nunca duvidou que o período contrarrevolucionário seria historicamente limitado como qualquer outro, e que as novas forças produtivas da sociedade, incorporando-se em uma revolução socialista, acabariam por se reafirmar e elaborar a teoria revolucionária adequada às suas tarefas práticas (Mattick, 1973, p. 25).³⁷

Foi também no exílio estadunidense que os temas do fascismo e da contrarrevolução mantiveram um espaço constante nas preocupações Korschianas. Seja no sentido de proceder a uma reconsideração dos fenômenos históricos que antecederam o advento do Nacional-Socialismo e na análise de sua estrutura (como nos textos *Prelude to Hitler. The internal politics of Germany: 1918-1933* – Prelúdio a Hitler. A política interna da Alemanha: 1918-1933 de 1940, *Notes on history. The ambiguities of totalitarian ideologies* – Notas sobre a história. As ambiguidades das ideologias totalitárias, e *The structure and practice of totalitarianism*. Estrutura e prática do totalitarismo, ambos de 1942); seja no sentido de pesquisar a contrarrevolução enquanto um fenômeno global que articula o fascismo com o capitalismo de Estado da URSS (como nos textos “Revolução para quê?” de 1941 e *Restoration or Totalization? – Restauração ou totalização?* de 1946).

³⁷ No al rechazo del marxismo, sino a una crítica marxista del marxismo, es decir, a una mayor proletarización del concepto de revolución social. Y Korsch nunca dudó de que el periodo contrarrevolucionario seria limitado históricamente como cualquier otro, y que las nuevas fuerzas productivas de la sociedad, incorporándose en una revolución socialista, acabarían por reafirmarse y elaborar la teoría revolucionaria adecuada a sus tareas prácticas.

Tanto a crítica das ortodoxias marxistas quanto a questão do fascismo e da contrarrevolução serão abordadas com especificidade nos capítulos seguintes.

Em 1957, Korsch foi acometido por uma esclerose que o obrigou a passar seus últimos anos em um hospital psiquiátrico até sua morte em 21 de outubro de 1961 na cidade de Belmont, estado de Massachusetts, EUA. Desde então, cessou a produção de um cérebro e de uma vida que desde muito jovem sempre manteve o marxismo no centro de seus interesses. Exemplo disso nos forneceu sua mulher Hedda, ao mencionar que Korsch deixou incompleto um texto intitulado *Manuscript of Abolitions* (Manuscrito das Abolições), o qual foi uma tentativa de desenvolver uma teoria marxista da evolução histórica no sentido de eliminar as cisões que marcam a sociedade atual: entre classes sociais, entre o urbano e o rural e entre trabalho muscular e trabalho intelectual.

A obra e o pensamento de Korsch foram avaliados de distintas – e contraditórias – maneiras.

Kellner (1981, p. 100), referindo-se ao crescimento do interesse por seus escritos décadas depois de sua morte, admitiu que, em certo sentido, Korsch estava adiante de seu tempo e que o conjunto dos trabalhos que produziu “continuam desafiando e estimulando nosso próprio pensamento crítico.”

Buckmiller (1973, p. 107 e 124), considerou que no conjunto da obra de Korsch se produziu de modo singular “uma unidade entre teoria e práxis que, *postfestum*, aparece como o reflexo interno da tragédia histórica do movimento operário revolucionário, como manifestação da história concreta e suas alternativas, e não como um postulado meramente teórico.” E alerta que, em Korsch, existem “ambiguidades e debilidades epistemológicas”, se consideradas a partir do atual nível de desenvolvimento da teoria marxista, “que devem ser levadas em conta no momento de julgar o conjunto de sua obra.”

Por sua vez, Ferrero (2008), após registrar que lidar com o pensamento korschiano exige considerar sua “singularidade irredutível” e que, talvez, a maior importância de Korsch seja seu próprio exemplo de sempre adotar critérios próprios, seja nas polêmicas, seja como militante, aduziu que a principal importância de sua obra hoje reside mais nas linhas de desenvolvimento abertas por ele e na proposta que fez de uma nova teoria revolucionária do que por seu caráter crítico. “[...] seu pensamento global deve ser compreendido mais em seu sentido prático do que em suas manifestações particulares. Deste modo, há de ser considerada como mais uma dentre as grandes contribuições à cosmologia revolucionária, cuja elaboração é tarefa das gerações atuais.”

Gerlach (2008), preliminarmente ressaltou a importância de Korsch para as novas gerações de marxistas que pretendem refutar o marxismo dogmático e desenvolver uma “teoria adequada à situação moderna” (p. 439), e destacou duas contribuições:

o discernimento de que a ‘autoatividade’ da classe operária é a condição inevitável de sua emancipação, não importa quão grandes sejam as “contradições” do capitalismo; e o método empírico e dialético completamente adogmático, que está aberto a todo progresso científico e a todos os novos desenvolvimentos sociais, e, além disso, que examina constantemente seu próprio ponto de partida para evitar ‘se tornar estático’(statified) (Gerlach, 2008, p. 455).³⁸

Mansilla (2005) emite um juízo de que Korsch foi inconsequente com suas melhores ideias heterodoxas por ter apenas enunciado, sem ter utilizado, o seu teorema de que o marxismo e seus conhecimentos estariam submetidos a um tipo de relativismo histórico. Segundo este comentarista, teria faltado a Korsch:

³⁸ *el discernimiento de que la “autoactividad” de la clase obrera es la condición inevitable de su emancipación, no importa cuán grandes puedan ser las “contradicciones” del capitalismo; y el método empírico y dialéctico completamente adogmático, que está abierto a todos el progreso científico y todos los nuevos desarrollos sociales, y, es más, examina constantemente su propio punto de partida para evitar “volverse estatico” (statified).*

(a) uma interpretação global de sua época baseada em dados empíricos (como tentou Eduard Bernstein no final do século XIX), (b) uma visão crítica do progresso material e dos avanços científicos e técnicos (como ensaiou a Escola de Frankfurt com a sua crítica da civilização industrial) e (c) um estudo enriquecido por elementos de psicologia social em relação aos fenômenos que mais o preocuparam, como o Estado, a burocracia e o partido (Mansilla, 2005, p. 7).³⁹

Paul Mattick, escrevendo após a morte de Korsch, afirmou que para melhor se aproximar do marxismo korschiano, era preciso considerar preliminarmente que parte da burguesia procura incorporar um marxismo castrado à sua própria ideologia, que o meio acadêmico apenas respeita uma teoria depois que ela se “petrificou”, que o movimento operário oficial procura se desvencilhar do que resta de marxismo nele, que o marxismo também é um fenômeno histórico, e que mesmo que suas expectativas não tenham caducado, a doutrina marxiana prevalece hoje como “um conjunto de ideias desconectadas da prática social real, ou como a ‘falsa consciência’ de ideologias prescritas a partir do Estado em apoio a uma prática não marxiana”, e sintetizou:

Korsch se chamou marxista ao longo de toda sua vida adulta, mas aderiu a um marxismo sem dogmas. Sua obra se desdobra em uma atitude crítica em relação a Marx e aos marxistas, até porque estava orientada para fortalecer, e não enfraquecer, o movimento marxista. Ele entendeu esse movimento estritamente como a luta de classe do proletariado pela abolição da sociedade capitalista, e a teoria marxista tinha significado para ele apenas como parte indivisível e essencial dessa transformação social (Mattick, 2008, p. 31).⁴⁰

³⁹ (a) una interpretación global de su época basada en datos empíricos (como lo intentó Eduard Bernstein a fines del siglo XIX), (b) una visión crítica del progreso material y de los adelantos científico-técnicos (como lo ensayó la Escuela de Frankfurt con su crítica de la civilización industrial) y (c) un estudio enriquecido mediante elementos de psicología social en torno a los fenómenos que más le preocuparon, como el Estado, la burocracia y el partido.

⁴⁰ Korsch se llamó a sí mismo marxista durante toda su vida adulta, pero se adhirió a un marxismo sin dogmas. Su obra despliega una actitud crítica hacia Marx y los marxistas, incluso aunque estaba orientada a fortalecer, no a debilitar, el movimiento marxista. El entendió este movimiento estrictamente como la lucha de clase proletaria por la

Para Oskar Negt (1973), a atualidade da teoria de Korsch se deve a duas razões, primeiro por ter sido pioneiro dentre os marxistas em reconhecer “o significado *político* da relação entre a problemática epistemológica e a luta de classes imediata.” Significando que essa assimilação filosófica de Marx evidencia que uma formação teórica marxista apenas pode se remeter a interesse cognoscitivos materiais. A outra razão para Negt consistiu no fato de Korsch ter sido um obstinado pela “ideia da autogestão, dos organismos de base dos conselhos, considerados como a única forma política legítima da auto-organização e autoeducação das massas” (p. 89). Contudo, Negt critica Korsch por enxergar em sua elaboração elementos da “teoria do reflexo” e de positivismo, e sobre a definição korschiana de verdade objetiva, de modo que Korsch teria ficado “estancado prática e teoricamente em sua ortodoxia marxista” (Negt, 1973, p. 103).

Netto (2008) considerou Korsch um pensador “extremamente problemático” e, ao mesmo tempo, inspirador para quem pretende se confrontar com o capitalismo, e, para tanto, se valer “do acervo da tradição marxista” (p. 18). Diferentemente de Viana (2012, p. 21) que o considera “um dos principais representantes teóricos do marxismo” por “preservar seu caráter crítico-revolucionário e colocá-lo em sintonia com a realidade histórica presente da luta do proletariado.” (p. 97). Rusconi (1973) identifica a causa da coerência do conteúdo do pensamento de Korsch, mesmo com oscilações, e da qualidade política de suas reflexões no fato dele não ter sido um filósofo profissional, mas “um militante que sempre concebeu sua atividade teórica como um instrumento revolucionário” (p. 57).

Subirats (1973) sustenta que Korsch não realizou uma crítica epistemológica ao levar às “últimas consequências a liquidação teórica das premissas em que se assenta o poder burocrático”, mas “a subversão no plano da teoria do conceito de vanguarda”. Segundo Subirats, o

abolición de la sociedad capitalista, y la teoría marxiana tenía significado para el solo como parte indivisible y esencial de esta transformación social.

projeto korschiano se mantém atual numa época em que a adesão ao marxismo é apenas formal e a participação dos trabalhadores em organizações reflete mais uma “debilidade da consciência revolucionária”, tal projeto radica na “recriação da teoria revolucionária e na formação da nova práxis radical ao nível histórico do desenvolvimento mercantil burguês e burocrático de nossos dias.” (p. 5-6, 10-11).

Vacca (1973, p. 88) interpreta Korsch em contraposição a Lukács, demarcando as diferenças e divergências entre ambos, antevendo as vias que o seu marxismo oferece para enfrentar, além do revisionismo clássico, “o economicismo e o eticismo que frequentemente ameaçam a vida teórica do marxismo”. Ademais, Vacca (1979, p. 48) encontra muitos elementos de historicismo e de empirismo na análise histórico-política e na discussão da forma da teoria de Korsch, porém enumera as razões, a seu ver justificadas, para o revigoramento do interesse por sua obra nos anos 1960:

A pesquisa de Korsch se orienta positivamente em pelo menos duas direções: através da crítica da teoria do “capitalismo organizado” [...] e pela afirmação da permanência da crítica da economia política na época da transição, como base teórica indispensável para a análise dos processos seguidos pelas próprias sociedades de transição. Na minha opinião isto não somente não é pouca coisa, mas junto com a teoria da ideologia, com a elaboração do princípio da especificação histórica e com toda a reflexão sobre a forma da teoria na era da “atualidade da revolução” constitui a base mais sólida para a redescoberta e o êxito de Korsch na década de sessenta (Vacca, 1979, p. 80-81).⁴¹

⁴¹ *La investigación de Korsch se orienta positivamente por lo menos en dos direcciones: a través de la crítica de la teoría del “capitalismo organizado” [...] y a través de la afirmación de la permanencia de la crítica de la economía política en la época de la transición, como base teórica indispensable para el análisis de los procedimientos que siguen las mismas sociedades de transición. En mi opinión esto no solo no es poca cosa sino que junto con la teoría de la ideología, con la elaboración del principio de la especificación histórica y con toda la reflexión sobre la forma de teoría en la época de la “actualidad de la revolución” constituye la base más sólida para el redescubrimiento y el éxito de Korsch en la década de los sesenta.*

Por fim, Vazquez (1977) se soma aos que enxergam na obra korschiana a permanência de uma “força vital”, embora tenha ressaltado a debilidade de pretender que a teoria seja apenas expressão direta da prática revolucionária – sem destacar-se da práxis para em seguida voltar a estabelecer com ela uma relação mais profunda – e a força de afirmar que a teoria não pode ser “pura” e nem a organização política (partido) deve ser separada da classe. Para Vazquez a crítica de Korsch serve como advertência permanente contra toda tendência à exterioridade absoluta nas relações entre teoria e prática, seja na forma de “burocratização das vanguardas”, nas “concepções elitistas de um blanquismo revigorado”, nas formas de um “teoricismo ou objetivismo cientificista que faça do marxismo uma ciência separada e absoluta que à prática apenas cabe aplicar” (p. 18).

Trataremos a seguir das premissas teóricas e epistemológicas que orientaram o pensamento de Korsch informando suas formulações.

1.2 Premissas epistêmico-metodológicas

1.2.1 *Marxismo crítico e não dogmático*

Considerar a realidade ou o mundo de um ponto de vista crítico significa adotar uma atitude por meio da qual não se pode, nem se deve conhecer o mundo e nele agir sem primeiramente proceder a um exame dos fundamentos do conhecimento e da ação.

Ao longo de toda a sua vida, Korsch concebeu a sua própria recepção do marxismo criticamente. A sua fase leninista constitui-se em um exemplo ilustrativo. Durante esse momento de sua trajetória não abdicou da crítica ao modo como a teoria de Marx era aplicada por vários grupos, e o próprio apoio à III Internacional (Komintern) foi fundado na compreensão de que se tratava de uma organização do proletariado com o objetivo de atuar para realizar a socialização direta do processo

de produção. A partir do momento em que se tornou claro para ele que esta organização não serviria para tal objetivo, Korsch dela se retirou.

Em filosofia, a atitude de dar atenção com prioridade a uma doutrina e relegar a um plano secundário o exame dos fatos e dos argumentos, em que o procedimento da afirmação se sobrepõe à observação e/ou ao exame, é denominada de atitude dogmática. Em termos de teoria do conhecimento, o dogmático pode ser tanto aquele que admite que se possam conhecer as coisas em si, ou em sua essência; quanto aquele que possui confiança absoluta no órgão do conhecimento, em geral a razão, ou ainda aquele que se submete completamente e sem exame pessoal a certos princípios ou a quem os revela ou impõe (Cf. Ferrater Mora, 2004, p. 762).

Ao procurar aplicar os princípios da dialética materialista à sua própria interpretação por meio da análise das diferentes teorias marxistas que se desenvolveram, da pesquisa das condições sociais de seus respectivos surgimentos e do exame do nível de desenvolvimento do movimento operário, pode-se denominar o marxismo korschiano como um marxismo não dogmático.

Korsch sempre concebeu, em função do método adotado, que a análise marxiana da sociedade capitalista captava com muito mais propriedade e profundidade as determinações desse modo de produção do que as teorias que surgiram posteriormente. Contudo, tal concepção não deve ser entendida como uma visão pela qual o marxismo seria uma doutrina estática, sem vida. Pelo contrário, este marxismo vivo pode ser demonstrado pelo prefácio que Korsch escreveu para “O Capital” de Marx em 1932, no seguinte trecho:

[...] que ele [Marx] não pretendia nem remotamente transformar o seu novo princípio em uma teoria filosófica geral da história que seria imposta do exterior sobre o padrão atual dos acontecimentos históricos. O mesmo pode ser dito da concepção da história de Marx, como ele mesmo disse de sua teoria do valor, que não pretendia ser um princípio

dogmático, mas apenas uma abordagem original e mais útil do mundo real, sensível, prático que se apresenta diante do sujeito ativo e reflexivo (Korsch, 1979l, p. 79-80).⁴²

Korsch continuou seu trabalho dentro dessa perspectiva. Ele criticou as teorias que sustentavam que o marxismo era um “projeto de futuro” ou aquelas que sustentavam a existência de uma “necessidade na história”. Ele criticou organizações que transformaram o marxismo de acordo com os seus próprios fins, e argumentou contra a alusão de que os princípios de Marx eram “supra-históricos.” Ao invés de ignorar tais mudanças na teoria marxista, procurou explicá-las.

Para Korsch, formular uma questão do tipo “porque você é ou não um marxista?” colocada a margem de qualquer contexto histórico, se tornava uma abstração equivalente a perguntar “Por que acreditam ou não em Deus, na ciência, na moral, na doutrina racista, na guerra, na paz, ou na ameaça de destruição da civilização pela bomba atômica.” (Korsch, 1979w, p. 221).

Questões tais como “qual o verdadeiro pensamento de Marx?” ou “qual das correntes marxistas é a mais ortodoxa?” ou ainda “qual dos métodos aplicados por Marx em diversos momentos de seu percurso é realmente o método dialético correto?” são, para Korsch, exemplos de formas de abordagem do marxismo que conduzem diretamente a respostas dogmáticas ou estáticas. Também ilustram como a teoria de Marx se petrificou. E foi para reivindicar o elemento crítico, antidogmático e ativista do marxismo que ele reuniu em uma coletânea intitulada “Uma aproximação não dogmática ao marxismo”, publicada em 1946, vários textos que se propunham a favorecer o desenvolvimento sem travas das ciências sociais e a demonstrar que a dialética não era uma espécie de lógica acima das lógicas.

⁴² Él no pretendía ni remotamente convertir su nuevo principio en una teoría filosófica general de la historia que sería impuesta desde el exterior sobre el patrón actual de los acontecimientos históricos. Lo mismo puede decirse de la concepción de la historia que tenía Marx, como él mismo dijo de su teoría del valor, que no pretendía ser un principio dogmático, sino simplemente un enfoque original y más útil del mundo real, sensible, práctico que se presenta ante el sujeto activo y reflexivo.

O ponto de vista de boa parcela da comunidade científica acerca da definição do significado do termo “objetividade”, entendendo-a como uma prática metodológica neutra ou isenta de valores, no sentido de estar tal prática desvinculada de interesses de grupos específicos, foi firmemente criticado por Korsch sob o argumento de que uma teoria somente pode ser objetiva quando reconhece seus interesses de classe.

A centralidade da importância da crítica marxista repousa em seu conteúdo. Examinar as categorias analíticas como expressões de seu conteúdo de classe. Aqui reaparece, agora como premissa, a abordagem exposta em “Por que sou marxista” de 1935 no sentido de que a teoria marxista não é uma filosofia positiva materialista ou uma ciência positivista, mas sim uma crítica teórica e prática da sociedade existente. Tal premissa serviu de ponto de partida das análises de Marx, e também de Korsch. A crítica de ambos seguiu as conclusões lógicas dos clássicos, mas somente para negar os quadros de referência em que eles, os clássicos, operaram e, também diferentemente destes últimos, os primeiros incorporaram em suas respectivas análises o desenvolvimento da nova classe (proletariado).

1.2.2 Natureza humana e especificidade histórica

Korsch afirmou que Marx não estabeleceu quaisquer proposições gerais sobre a natureza essencial da sociedade ou a natureza universal do “homem”. Em vez disso, ele descreveu as condições particulares e as tendências de desenvolvimento dentro da forma histórica da sociedade burguesa.

Em 1945, ao resenhar o livro *Human Nature: The Marxian View* (Natureza Humana: A visão marxista), de Vernon Venable, Korsch nos forneceu uma visão mais desenvolvida acerca da “natureza humana” (Elliot, 1979).

Contrariamente à exposição de Venable, que apresentou o ser humano como um “organismo” e de modo a-histórico, fora do desen-

volvimento de uma formação particular de sociedade, sem distinguir as diferentes fases da teoria de Marx, desconsiderando os diferentes propósitos para o quais Marx escreveu, além de não distinguir os escritos de Marx dos de Engels, e centrado tão somente na ética, Korsch explicou que em “O Capital” a teoria de Marx forma uma totalidade dinâmica a qual torna dispensável adornamentos éticos. A teoria é uma teoria social, prossegue Korsch, descrevendo o fazer social dos indivíduos em uma sociedade determinada, e reconhecendo que eles nem sempre são conscientes do que fazem. Segundo Korsch, é desnecessário falar de “humanismo” no abstrato, como um conceito geral. Para ambos, Marx e Korsch, não há nenhuma essência humana universal separada da criação de um indivíduo por meio de suas particulares relações sociais em que tal indivíduo se insere.

Quanto ao “princípio da especificidade histórica”, conceito central no pensamento korschiano, cabe esclarecer preliminarmente que se trata de um conceito originado de Marx, que foi valorizado e não formulado por Korsch, que na verdade deu àquele princípio uma particular expressão e relevo teóricos. No escrito “Princípios diretivos do marxismo”, de 1937, tal princípio foi formulado explicitamente. Significa que “todas as questões sociais são concebidas em termos de uma época histórica definida.” (Korsch, 1979t, p. 17).

Neste trabalho, baseado nos exemplos concretos da propriedade da terra e das variadas formas de capital, retirados de escritos de Marx como “Miséria da Filosofia” e “Contribuição à crítica da economia política”, Korsch enfatizou a importância da crítica da economia política, que fornece a “anatomia” da sociedade civil. Desse modo, a sociedade capitalista é tratada como uma formação social transitória passível de mudar. E o processo de mudança social é um processo simultaneamente duplo: objetivo na base econômica da sociedade burguesa e subjetivo na nova divisão de classes sociais que surge desta mesma base.

O princípio da especificidade histórica foi aplicado aqui tanto à “natureza” quanto ao “indivíduo”, ambos concebidos como sociais, em

termos de uma época histórica definida. O uso de tal princípio tem por objetivo evitar que categorias, relações e formas de uma determinada época histórica sejam apresentadas como eternas, em todos os países e em todas as épocas.

Assim, Korsch, na senda de Marx, esclarece que

O princípio da especificidade histórica como demonstrado pelos exemplos acima (propriedade da terra e as variadas formas de capital) foi estritamente seguido por Marx em todas as suas pesquisas económicas e sócio-históricas. Todas as categorias são tratadas em sua forma específica e em conexão específica tal qual aparecem na sociedade burguesa moderna (Korsch, 1979t, p. 23).⁴³

E Korsch estende o esclarecimento afirmando que Marx, mesmo consciente de que muitas categorias da sociedade burguesa se verificaram também em outros modos de produção em relações específicas ao conjunto dessa outra formação social, tampouco se torna “um historiador” das categorias, pois a discussão histórica dos conceitos e categorias em Marx se circunscreve ao necessário para “analisar o caráter específico adotado por eles na sociedade burguesa moderna” (Id., *ibid.*, p. 24).

Tomando como exemplo concreto as categorias econômicas de “valor”, “mercadoria”, “dinheiro”, “força de trabalho” e “capital”, Korsch afirma que são para Marx “*um fato sócio-histórico* ou algo que, mesmo que não seja físico, seja dado de uma *forma verificável empiricamente*” (Id., *ibid.*, p. 27, *itálicos de Korsch*).

Ainda no mesmo exemplo da análise das categorias econômicas, Korsch afirma que a característica específica da teoria de Marx se restringia à produção de mercadorias na Europa Ocidental e América do Norte e que não se pode simplesmente transplantar para outras regiões

⁴³ El principio de la especificación histórica tal como es ilustrado por los ejemplos anteriores (propiedad de la tierra y las diversas formas de capital) es estrictamente seguido por Marx en todas sus investigaciones económicas y sociohistóricas. Trata todas las categorías en la forma específica y la conexión específica en que aparecen en la moderna sociedad burguesa.

sem uma pesquisa do modo de produção em outras formações sociais e sua conexão com o sistema mundial. Este aspecto historicamente específico, na visão korschiana, está perdido no abismo da academia e da ideologia, por exemplo, no Estado soviético, onde o marxismo se tornou uma ideologia de Estado canonizada, ao invés de servir para uma análise contínua das relações sociais ali existentes.

Duas questões ainda são postas em relevo por Korsch relativas a este princípio.

A primeira diz respeito a que o marxismo enquanto teoria, por se concentrar na atividade histórico-social de um modo particular da produção subjacente à presente época de uma formação "sócio-econômica" ou, por outras palavras, por se concentrar no sistema de produção de capital em seu atual desenvolvimento, não abarca todos os aspectos da sociedade, enfocando sua análise em especial na investigação das leis sociais que regem o capitalismo e as crises econômicas inerentes a esse sistema.

A segunda diz respeito a que, para Korsch, o princípio da especificidade histórica tem sua importância teórica para além de servir como um método aperfeiçoado de análise e pesquisa sociológica, é importante também no terreno da prática, pois serve de arma polêmica nas disputas travadas entre aqueles que defendem e fazem a apologia das condições de existência e existentes na sociedade de um lado, e, de outro aqueles que as atacam e criticam.

1.2.3 Generalização, ser e devir

Dada a ênfase na premissa/princípio da especificidade histórica que se apresenta no pensamento korschiano, cabe apresentar o modo pelo qual foi tratada a questão da generalização. Mais uma vez, a resposta nos foi fornecida pelo seu trabalho "Karl Marx", particularmente na seção "Teoria revolucionária".

Ao demonstrar o novo tipo de conceituação desenvolvido por

Marx para “captar processos sociais revolucionários de modo plausível”, Korsch, concordando com Marx, não generaliza categorias da sociedade *in abstracto*, do mesmo modo que considera incorreto renunciar a toda e qualquer conceituação teórica como fez a “Escola Histórica e outros irracionistas”. Aqui Korsch identifica uma conexão “particularmente estreita, histórica e teórica” entre a pesquisa social levada a cabo por Marx e a dialética filosófica de Hegel (Korsch, 1981, p. 67).

Marx transformou a análise de Hegel, que considerava a filosofia não como um mero reflexo de fatos concretos externos na mente do filósofo, mas como o concreto em si mesmo, em uma perspectiva materialista. Segundo Hegel, o “verdadeiramente universal” é idêntico ao “particular” e ao “singular”, que ele enunciou na proposição, considerada por Korsch como paradoxal mas valiosa como princípio crítico, de que “a verdade é concreta.”

Marx não configurou um conceito “geral” de sociedade em oposição à realidade concreta. Na verdade ele procurou retirar da sociedade burguesa sua falsa absolutização, e abolir superando seu modo de existência o qual, por seu conteúdo, nega o devir do novo ser proletário. E identifica:

Uma das tendências “materialistas” da nova ciência social revolucionária marxiana reside precisamente na contraposição entre o conteúdo “concreto”, ou seja, real, social, econômico, classista, das relações existentes e as circunstâncias sociais em sua *forma* “abstrata”, assim como na contraposição entre o conteúdo, em sua maior parte, ainda *informe* do devir proletário e o conteúdo já totalmente *deformado* do ser burguês (Korsch, 1981, p. 68, destaques de Korsch).⁴⁴

Assim, a conclusão de Korsch é que Marx analisou uma forma específica de sociedade, e desse modo chegou a um conhecimen-

⁴⁴ *Una de las tendencias “materialistas” de La nueva ciencia social revolucionaria marxiana estriba precisamente en la contraposición del contenido “concreto”, esto es, real, social, económico, clasista, de las existentes relaciones y circunstancias sociales y su forma “abstracta”, así como en la contraposición del contenido todavía en su mayor parte informe del devenir proletario y el contenido ya plenamente deformado del ser burgués.*

to geral de um desenvolvimento social que transcendeu àquela formação social específica.

Fruto de tal análise foi a identificação da lei específica da sociedade burguesa que é a lei do valor e seu caráter de fetiche. Isto se conecta também com duas classes sociais gerais dessa formação social, a dos produtores diretos e a dos não produtores, e com as relações de produção que a caracterizam e com as forças produtivas determinadas.

Chegado a este ponto, Korsch demonstrou onde se deu a transformação, e, com ela, a separação entre os pensamentos de Marx e de Hegel e assim sedimenta em termos precisos sua premissa da generalização:

O postulado de Hegel de que a verdade é concreta é teoricamente exagerado e praticamente irrealizável no terreno positivo. Por isso Marx o desenvolve até obter um novo princípio de conceituação na ciência social, princípio que mantém o caráter histórico específico de todas as relações sociais e a realidade da transformação histórica sem abandonar a generalização em si mesma. [...] Marx consegue com sua transformação racional do princípio dialético da filosofia hegeliana a única forma de *generalização* possível em uma ciência social praticada como ciência rigorosa segundo o modelo das ciências da natureza mais desenvolvidas. [...] Marx enxerga a possibilidade de conhecimento da lei geral de uma forma dada de sociedade na pesquisa de sua real alteração histórica. [...] As únicas leis autênticas na ciência da sociedade são, pois, as leis do desenvolvimento (Korsch, p. 71-74).⁴⁵

⁴⁵ *El postulado de Hegel de que la verdad es concreta es teóricamente exagerado y prácticamente irrealizable en el terreno positivo. Por eso Marx lo desarrolla hasta obtener un nuevo principio de conceptualización en la ciencia social, principio que mantiene el carácter histórico específico de todas las relaciones sociales y la realidad de la transformación histórica sin abandonar la generalización y en ella misma. [...] Marx consigue con su transformación racional del principio dialéctico de la filosofía hegeliana la única forma de generalización posible en una ciencia social practicada como ciencia rigurosa según el modelo de las ciencias naturales más desarrolladas. [...] Marx no ve más posibilidad de conocimiento de la ley general de una dada de sociedad que la investigación de su real alteración histórica. [...] Las únicas leyes autênticas en la ciencia de la sociedad son pues las leyes de desarrollo.*

Em suma, para um “ser” (sociedade capitalista) já deformado, corresponde um “dever” (sociedade comunista) ainda sem forma própria, precisa. E a generalização pode ser alcançada pelo caminho da pesquisa das formas específicas.

1.2.4 Mudança e prática revolucionárias (práxis)

Trata-se de premissas articuladas ao princípio da especificidade histórica que em diferentes trabalhos Korsch aplicou quando se debruçou sobre o desenvolvimento da sociedade. Assim, em 1937, ao escrever “Princípios diretivos do marxismo”, tais premissas aparecem denominadas como “princípio da mudança revolucionária” e “princípio da prática revolucionária (práxis)”. No ano seguinte, 1938, quando apareceu a primeira edição de “Karl Marx”, Korsch igualmente dedicou tópicos específicos a ambas as premissas.

Relativamente ao princípio da mudança, Korsch desenvolveu três categorias: a) inicialmente partiu da crítica a outras teorias da mudança, para em seguida b) afirmar a importância de se compreender a sociedade primitiva, para c) compreender a sociedade atual, a qual, captada em seu movimento dinâmico, consiste em classes antagônicas em luta e que apresenta potencial para transformações futuras.

Até as primeiras décadas do século XIX, durante a chamada fase clássica da teoria social burguesa, a generalização sem sofisticação dos princípios neoburgueses deu lugar a uma tendência de representar o sistema econômico da sociedade burguesa como uma forma geral e invariável de toda vida social, tarefa levada a cabo pelos economistas “vulgares” do século XIX. Posteriormente os fundadores da economia moderna e sociólogos burgueses destacaram que tal assunto deveria ser abordado de modo não específico. Este seria o critério de um cientificismo novo e desinteressado (Cf. Korsch, 1979t, p. 37).

Korsch procurou identificar o modo pelo qual este critério *a priori* cuja origem se situa na posição histórica e de classe de toda ciência

burguesa influencia “os métodos e os resultados do pesquisador e os conceitos e proposições do teórico.” (Id., Ibid., p. 38). Contrapondo os escritos de Marx e Engels às formulações originais de cientistas burgueses clássicos e pós-clássicos dos séculos XVIII e XIX ele chegou ao âmago de sua crítica:

Os economistas burgueses clássicos lidam com a sociedade burguesa existente. Ingenuamente consideraram as relações básicas da sociedade como tendo um caráter imutável de uma genuína lei natural, e por isso são incapazes de observar ou de pesquisar cientificamente qualquer outra forma de sociedade diferente desta atualmente dada (Id., ibid., p. 39-40).⁴⁶

Isto significa que os teóricos clássicos apenas conseguem descrever outras formas societárias em termos de categorias especificamente burguesas. Ao estudar formações sociais passadas, sociedades primitivas, utilizam conceitos que os fazem considerar tais sociedades como “etapas preliminares” que conduzem ao ápice que seria a sociedade atual mais ou menos completamente desenvolvida. Nesse quadro analítico, tem lugar tão somente um desenvolvimento evolucionário, sem rupturas com os princípios fundamentais da atual sociedade capitalista. As revoluções seriam então “interferências patológicas” em relação ao desenvolvimento social “normal” (Korsch, 1979t, p. 41).

Marx e Korsch partem da premissa que as sociedades primitivas apenas podem ser compreendidas em termos de suas próprias categorias. Embora a sociedade burguesa possa fornecer uma chave para a compreensão do passado, torna-se necessário analisá-las em sua totalidade própria, enquanto formações sociais diferentes. Mesmo sem negar a evolução, em termos de desenvolvimento das forças produtivas, Korsch não apoia quaisquer teorias que se divorciem das relações de classe reais, teorias que justifiquem um evoluir metafísico.

⁴⁶ *Los economistas burgueses clásicos se ocupan de la sociedad burguesa existente. Consideran ingenuamente a las relaciones básicas de la sociedad como poseedoras del carácter inmutable de una ley natural genuina, y precisamente por esta razón son incapaces de advertir o de investigar científicamente cualquier otra forma de sociedad distinta de esta actualmente dada.*

Neste ponto Korsch chega ao modo como Marx tratou a sociedade atual. Descartando esboços de sociedades pós-capitalistas, incorporando que a futura sociedade comunista não deixará de ser “um produto das condições existentes da sociedade.” (Id., *ibid.*, p. 43), mas que não poderá ser explicada por meio de nenhuma das categorias burguesas.

A premissa da prática revolucionária consiste em uma importante demarcação entre o pensamento de Marx e o de Hegel. Para o segundo a validade de seu princípio dialético estava explicitamente limitada ao desenvolvimento social passado, sem qualquer alteração de conteúdo, apenas de forma. Neste ponto, Korsch ressalta que Hegel exclui a possibilidade do “ato humano-social consciente” e aponta a consequência mais importante “da total destruição da metafísica evolutiva burguesa implicada na crítica materialista de Marx da dialética idealista hegeliana”:

O estudo da sociedade de Marx se baseia no pleno reconhecimento da *realidade da mudança histórica*. Marx trata todas as condições da sociedade burguesa existente como mutáveis ou, para dizer mais exatamente, como condições em processo de serem mudadas pelas ações humanas. A sociedade burguesa, segundo Marx, não é uma entidade geral que pode ser substituída por outra fase em um movimento histórico. É simultaneamente o resultado de uma fase anterior e ponto de partida de uma nova fase: a da guerra de classes sociais que leva à revolução social (Korsch, 1979t, p. 48).⁴⁷

Ao escrever “Karl Marx”, seção “crítica revolucionária”, Korsch agregou um exemplo esclarecedor, tanto do significado concei-

⁴⁷ *El estudio de la sociedad de Marx se basa en el pleno reconocimiento de la realidad del cambio histórico. Marx trata todas las condiciones de la sociedad burguesa existente como cambiantes o, para decirlo más exactamente, como condiciones en proceso de ser cambiadas por las acciones humanas. La sociedad burguesa, según Marx, no es una entidad general que puede ser remplazada por otra etapa en un movimiento histórico. Es simultáneamente resultado de una fase anterior y punto de partida de una nueva fase: de la guerra de clases sociales que conduce a la revolución social.*

tual quanto de sua articulação, do princípio da prática revolucionária e do princípio da especificidade histórica na análise que realizou do comunismo primitivo. A investigação de sociedades passadas, não é uma tentativa de descobrir algo como uma “verdade-comunista” em um ponto a partir do qual tais formações sociais antigas teriam supostamente se desviado, tampouco significa que a futura sociedade comunista irá restaurar um período primitivo. Tais procedimentos são para Korsch incompatíveis com o princípio materialista da concepção marxiana da história.

Na verdade, a pesquisa das sociedades passadas fornece esclarecimentos para a compreensão de algumas formas básicas ainda existentes, principalmente contribui para aumentar a compreensão da mudança social. Korsch rejeita a ideia linear de “progresso” bem como as explicações de sociedades passadas como “bárbaras”. Ele explica que o aspecto mais importante em estudar as sociedades primitivas consiste em ampliar conhecimentos de uma sociedade totalmente não burguesa, tornando-se possível conceber um tipo fundamentalmente diferente de sociedade no futuro, do mesmo modo totalmente não burguesa.

Esta crítica da sociedade burguesa se fundamenta na compreensão de que se trata de uma forma transitória de sociedade. Ademais, esta posição, nos lembrou Korsch, possibilita cumprir duas outras importantes funções:

Combate a ilusão de que a revolução proletária pode ser alcançada rapidamente e sem muitas lutas e destruições. E deixa visível a sociedade comunista, certamente em uma época distante, mas determinada do desenvolvimento futuro da humanidade, assim como os estágios primitivos anteriores a todas as formas burguesas de vida estão, sem dúvida, muito distantes no tempo, mas não se encontram além da história real da humanidade. Mas, exceção feita a isso, a sociedade comunista do futuro não têm porque ter a menor semelhança com aquelas situações proto-históricas. [...] O conteúdo real e as formas reais da futura sociedade comu-

nista não podem ser determinados por nenhuma analogia, mas, como qualquer outra realidade, apenas empiricamente, o que neste caso significa por meio do desenvolvimento histórico e da ação social humana (Korsch, 1981, p. 65-66).⁴⁸

1.2.5 Teoria e movimento do proletariado

Aqui cabe analisar a relação entre socialização e teoria no pensamento korschiano. Socializar aqui assume o significado de promover as condições sociais, independentemente da relação com o Estado, para incentivar o desenvolvimento humano integral das pessoas, ou seja, significa o movimento coletivo (do proletariado) voltado a este objetivo.

Trata-se de conceitos que possuem significados diferentes, dependendo da situação histórica particular. Alguns de seus primeiros trabalhos, que até o momento não foram examinados neste trabalho, serão agora considerados. Embora ambíguos, contribuem para demonstrar o desenvolvimento do pensamento korschiano, bem como expressam os movimentos históricos de seu tempo.

A ambiguidade presente em três de seus primeiros escritos que abordaram a temática da relação entre teoria e socialização, a saber: “A Dialética de Marx” de 1923; “A Dialética Materialista” de 1924, e a primeira edição de “Marxismo e Filosofia” de 1923, nos revelam um Korsch leninista que compreende a teoria de Lênin como uma extensão da teoria de Marx e também como expressão da consciência de classe. Isto significa que a apreensão do conteúdo de tais escritos não pode ser

⁴⁸ *Combate la ilusión de que la plena revolución proletaria se pueda conseguir mañana mismo y, en suma, con escaso gasto en luchas y destrucciones. Y pone la sociedad comunista de un modo ya visible, sin duda como una época lejana, pero ya determinada, fechada por así decirlo, del desarrollo futuro de la humanidad, del mismo modo que aquellos estadios primitivos anteriores a todas las formas burguesas de vida están, sin duda, muy lejanos en el tiempo, pero no se encuentran más allá de la historia real de la humanidad. Pero, aparte de eso, la sociedad comunista del futuro no tiene por qué tener ni el menor parecido con aquellas situaciones protohistóricas (...) El contenido real y las formas reales de la futura sociedad comunista no se pueden determinar por ninguna analogía, sino, como cualquier otra realidad, sólo empíricamente, lo cual, en este caso, quiere decir por el desarrollo histórico y la acción humana social.*

separada dos propósitos e finalidades para os quais foram redigidos e tampouco do contexto em que vieram à luz.

Em “A Dialética de Marx”, Korsch ressalta a importância da dialética hegeliana na teoria de Marx, origem da importância da correspondência entre conteúdo e forma. Isto significa que uma teoria deve ser uma expressão de uma realidade social, diferentemente de uma concepção metafísica que realiza justaposições entre sujeito e objeto, e entre ser e pensamento. Korsch faz neste texto a afirmação que a teoria de Marx é “socialismo científico”, justamente por este método, mas explicando de modo incompleto. Percebe-se aqui que as sobrevivências de suas tendências idealistas se confrontarão com a sua compreensão da Revolução Russa.

Corretamente nos lembra que Marx não foi o criador nem do movimento proletário, nem da consciência proletária, mas sim “ofereceu ao seu conteúdo a expressão teórica e científica adequada e, com isto, elevou esta consciência a um nível superior.” Esta expressão teórica é explicada por Korsch não como um “reflexo puramente passivo do movimento histórico real do proletariado”, mas como parte “constitutiva e insubstituível deste processo histórico.” (Korsch, 2008a, p. 147).

E Korsch continua sua descrição da teoria marxiana como “consciência de classe organizada” do proletariado nos planos político e econômico, nacional e internacional, fazendo notar a distinção com as representações e “sentimentos difusos e amorfos” de suas primeiras manifestações de consciência proletária. Escritos marxianos como “O Capital” e o “Manifesto do Partido Comunista” são mencionados por Korsch como exemplos práticos de “constituição teórica do socialismo em ciência”, expressões teóricas da ação revolucionária de classe do proletariado.

Em “A Dialética Materialista”, Korsch, em meio às polêmicas do momento e em plena fase leninista, retoma a importância de se compreender Hegel argumentando que as restrições a este último entre os dirigentes da III Internacional e no PC Alemão (KPD) eram reveladoras

da “débil acolhida” de Lênin entre tais figuras, posto que Lênin recomendasse, como uma tarefa importante, compreender Hegel de um ponto de vista materialista. Várias facções no interior da III Internacional tinham restrições à recomendação leniniana por interpretarem que seria uma via possível para que a influência neo-hegeliana penetrasse na teoria marxista.

Contra as posições que sustentavam que a problemática do “método científico” estava resolvida com a incorporação do método empírico das ciências naturais e do método histórico-positivo das ciências sociais (Bukharin),⁴⁹ Korsch afirmou que este é “o método especificamente burguês de investigação”, pois ele apenas pode captar a aparência (descrição) dos fenômenos e não as forças sociais que dão origem à aparência (Korsch, 2008b, p. 154).

Em divergência com as posições que sustentavam a necessidade de elaborar uma dialética como uma necessidade urgente de criar para o proletariado uma “ampla e coerente concepção do mundo” (id. *Ibid.*, p. 155) para além das necessidades práticas de luta (Thalheimer),⁵⁰ Korsch, para quem tal concepção (a teoria que precede o movimento histórico) é idealista, criticou o caráter superficial da compreensão da dialética hegeliana e sua relação com o materialismo dialético. Segundo ele, esta relação é muito mais rica do que simplesmente uma operação

⁴⁹ Natural de Moscou, Nikolai Ivanovich Bukharin (1888-1938) foi um político, economista, filósofo, revolucionário e intelectual bolchevique desde 1906. Em 1918, integrante da ala esquerda do partido (tendência dos “comunistas de esquerda”), foi contrário ao Tratado de Paz de Brest-Litovsk entre a Rússia e Alemanha, sob o argumento internacionalista de que este tratado era um freio ao processo revolucionário. A partir de 1921 muda radicalmente de posição e posteriormente tornou-se o teórico mais destacado da ala direita do bolchevismo russo. Preso, julgado e condenado, foi executado em 1938. Korsch, na polêmica sobre o método, menciona diretamente o livro de Bukharin publicado em Hamburgo no ano de 1922, intitulado *Theorie des historischen Materialismus* (Tratado de materialismo histórico).

⁵⁰ August Thalheimer (1884-1948). Político alemão. Membro da esquerda do SPD em 1909, em 1918 foi um dos fundadores do KPD, do qual foi o principal teórico até 1924 e editor de vários jornais de tendência socialista, como *Volksfreund* (Amigo do povo) e *Rohte Fahne* (Bandeira Vermelha). Na polemica mencionada, Korsch alude a um artigo de Thalheimer publicado em 1923, intitulado *Über den Stoff der Dialektik* (O objeto da dialética).

de “inversão” na qual Marx substitui o “ideal” pelo “material” em um método que se mantém inalterado no restante.

Korsch explicou que o método deve estar intrinsecamente relacionado com a realidade social. Ademais, continuou Korsch, se o método utilizado para explicar a sociedade não for revolucionário e se não for entendido corretamente, as consequências para o movimento prático seriam terríveis.

O exemplo dos economistas clássicos ingleses e dos filósofos alemães clássicos, cujas teorias expressaram o desenvolvimento da sociedade burguesa na medida em que conseguiram captar os fundamentos do movimento da burguesia durante o período revolucionário – mesmo com contradições que os impediram de ir adiante em função de seu ponto de vista de classe *a priori* e que os fez considerar que a história havia terminado – foi utilizado por Korsch para ilustrar o ponto em que se situa o desenvolvimento revolucionário da dialética idealista e da filosofia clássica burguesas operado pela teoria de Marx. Nesse momento de sua trajetória, assim se expressou:

A ciência econômica e a filosofia burguesas podiam reconhecer as “contradições”, as “antinomias” da economia e do pensamento burgueses e até torná-las transparentes; mas, no fim das contas, tinham de deixá-las subsistir. Essa espécie de encantamento só pode ser rompida pela nova ciência do proletariado, que não é nem pretende ser, como a ciência burguesa, uma “pura” ciência teórica, e sim, ao mesmo tempo, uma *práxis revolucionária (umwälzende Praxis)*. A economia política de Karl Marx e a dialética materialista do proletariado conduzem, na sua implementação prática, à resolução daquelas contradições na realidade da vida social e, por sua vez, do pensamento, que dela é parte constitutiva. Compreende-se, assim, que Karl Marx atribua à consciência de classe proletária e ao seu método dialético-materialista uma força que o método da filosofia burguesa jamais teve, inclusive em sua forma última, a mais rica e elevada, a de Hegel. Somente o proletariado mostra-se capaz, mediante o desenvolvimento da sua consciência de classe, tornada tendencialmente prática, de superar o

limite da última “Imediaticidade” ou última “Abstração” – limites que subsistem e se tornam manifestos nas suas contradições insuperáveis no marco da perspectiva de um conhecimento puro e mesmo da dialética idealista de Hegel (Korsch, 2008b, p. 156-157).

Dessa forma, Korsch argumenta contra a criação de um “sistema dialético”, o qual seria um conjunto de ideias autonomizadas que fluatuará sobre as relações sociais existentes, cujo significado seria o de uma “ciência prática” dotada de seu próprio “material” abstrato. As formas de pensamento (determinações, categorias) não podem estar separadas “do objeto da intuição, da imaginação e do desejo, com o qual estão ordinariamente envolvidas, para considerá-las em si mesmas, como um objeto particular.” (Id., *ibid.*, p. 157). Segundo Korsch, tal procedimento é absurdo. Apenas com a transformação das relações sociais pela via da revolução proletária, as categorias do pensamento podem ser transformadas e todas as relações que envolvem. Nesse momento a teoria de Marx seria superada e novas categorias de pensamento, correspondentes às novas relações de produção, seriam criadas.

Trata-se de uma concepção que considera impossível proceder a “antecipações” puramente teóricas e que entende que a teoria não pode dar “saltos históricos”. “Marxismo e Filosofia”, escrito no mesmo período, examina detidamente os problemas indicados com maior grau de detalhe.

Embora valiosas, as contribuições de Korsch, nesse período, ainda apresentam reminiscências de idealismo, que foram abandonadas quando redigiu em 1930 a sua “Anti-crítica” a “Marxismo e Filosofia”. Porém, não se deve imaginar um processo linear, pois no escrito “Uma aproximação não dogmática ao marxismo” publicado em 1946, pode-se perceber que o idealismo não desapareceu completamente do pensamento korschiano. Após corretamente afirmar que o estudo da dialética não nos torna revolucionários, mas que, inversamente, é a transformação revolucionária da sociedade que incide, dentre outras coisas, sobre a forma como os seres humanos de um determinado pe-

ríodo tendem a produzir e trocar seus pensamentos, Korsch pareceu se contradizer quando afirmou em seguida:

A dialética materialista, então, é o modo pelo qual, em um determinado período revolucionário, e durante as diferentes fases de tal período, classes sociais, grupos e indivíduos particulares criam e assumem novas palavras e ideias. É a busca pelas formas, frequentemente incomuns e surpreendentes, com que eles conectam seus próprios pensamentos e o de outros, colaboram para desintegrar sistemas fechados existentes e os substituem por outros sistemas mais flexíveis, ou, no melhor dos casos, por nenhum sistema, mas por um novo movimento do pensamento livre, sem impedimentos, que recorra rapidamente às mutáveis fases de um processo mais ou menos contínuo ou descontínuo (Korsch, 1979w).⁵¹

Pode-se perceber pela passagem acima que Korsch não contempla a mudança nos âmbitos prático e social enquanto pré-condição para que tudo isso possa se materializar. Assim, pelo menos nesta passagem, ele permaneceu na esfera das “ideias livres”.

Trata-se de um escrito em que Korsch reuniu, sob a forma de curtas declarações, o que em seu entendimento seria representativo das tendências críticas, não dogmáticas e ativistas do marxismo. Dirigido ao público estadunidense, país em que, segundo Korsch, o marxismo nunca foi objeto de uma discussão séria, isto é, levada a cabo de modo materialista. Naquele momento, no entanto, Korsch afirmou que seria de pouca utilidade discutir pontos polêmicos de qualquer teoria social “se ela não for parte de uma luta social real”.

Reitera mais uma vez a importância de se entender a filosofia de Hegel no contexto em que foi desenvolvida. Korsch se refere a Lênin e

⁵¹ *La dialéctica materialista es pues el modo como en un determinado período revolucionario, y durante las varias fases de ese período, clases sociales, grupos y individuos particulares, crean y asumen nuevas palabras e ideas. Es la búsqueda de las formas, a menudo desusadas y sorprendentes, como vinculan sus pensamientos y los de otros, colaboran en la disolución de sistemas cerrados existentes y los sustituyen por otros sistemas más flexibles, o, en el mejor de los casos, por ningún sistema, sino por un nuevo movimiento del pensamiento libre, sin impedimentos, que recorra rápidamente las cambiantes fases de un proceso más o menos continuo o discontinuo.*

Sorel como marxistas não dogmáticos, tendo por referência os seus respectivos trabalhos escritos, pelo primeiro, em 1894 contra o objetivismo e sua afirmação de que existem tendências históricas insuperáveis, e, pelo segundo, em 1902 no qual Sorel argumenta contra a ideia de uma “necessidade da história”, e termina com a afirmação de que apenas uma determinada classe por meio de sua ação direciona o conteúdo da história. Ao final de “Uma aproximação não dogmática ao marxismo”, Korsch concluiu estabelecendo a vinculação necessária que deve haver entre o conteúdo da teoria de Marx e de outras formulações teóricas e as experiências coletivas do proletariado, o que significa uma aplicação científica e ativista, nem dogmática nem autoritária.

Em outros escritos de Korsch a relação entre socialização e teoria também foi tratada.

No escrito de 1937, “Princípios diretivos do marxismo”, a teoria de Marx é descrita como “um instrumento prático para a luta do proletariado”(p. 16), cuja contribuição é expressar em categorias de pensamento a atual realidade social concreta.

Em “Karl Marx” de 1938, novamente aparece, e com mais clareza, a relação entre teoria e socialização. Ali Korsch afirmou que a conexão entre a teoria e movimento prático, não é exclusividade do marxismo. As teorias burguesas também serviram como armas práticas para as classes industriais ascendentes em sua luta contra o feudalismo. Sustentou que a teoria materialista dialética não é uma verdade absoluta, mas uma forma histórica e prática da consciência social. Isto significa que a própria teoria, como todas as ideias, está conectada com uma época histórica definida e é ela mesma, um produto histórico a expressar o desenvolvimento social de uma determinada classe social e não uma “ciência objetiva, pura e livre” acima das relações existentes na sociedade. O caráter de classe específico de todos os fenômenos é realizado. A aparência de autonomia que o Estado, a família, o direito, a filosofia apresentam, teve descoberta a sua conexão com a produção de mercadorias na qual os capitalistas aparecem como os criadores de valor excedente, quando na verdade são os produtores diretos que o produzem.

No capítulo XI – Resultados, retificações, perspectivas, da parte II – Economia Política, encontra-se uma explanação mais completa, na qual Korsch, demonstra mais uma vez que a importância operada por Marx na sua crítica da economia política consistiu em retirar da economia política a pretensão de vigência exagerada, de ser uma ciência “absoluta e atemporal”, reduzindo-a a seus limites históricos e sociais e de complemento ideológico da produção burguesa. Com tal pressuposto, torna-se possível deter-se sobre as categorias de análise.

Primeiramente, em consequência do caráter “fetichista” das categorias, evidencia-se que as proposições da economia política não fazem referência direta a objetos reais, e sim expressam relações coisificadas e disfarçadas das relações estabelecidas concretamente entre os seres humanos no processo de produção e reprodução social de suas vidas.

Em segundo lugar, precisamente pelo caráter “fetichista”, as categorias econômicas da economia política representam a forma necessária pela qual se expressa na consciência social desta época uma forma de “sociabilidade imperfeita”, típica das relações de produção burguesas (Korsch, 1981, p. 153). Korsch explica aqui que são as relações sociais indiretas entre as pessoas expressas através de coisas/mercadorias. Devido a essas relações existem certas formas de pensamento que lhes correspondem inseparavelmente ligadas às leis sociais do modo de produção burguês. Portanto, essas leis sociais podem apenas ser criticadas, mas não podem ser substituídas por alguma teoria ou ação “puras”.

O fato de os fundamentos sociais do capitalismo serem reconhecidos em pensamento, não os faz mudar. Para superar o caráter fetichista da mercadoria torna-se necessário articular em uma totalidade: a) a atividade prática dos produtores associados, com b) a compreensão da teoria do valor.

Korsch argumenta que Marx foi “em primeiro lugar, um pesquisador econômico” (p. 155), por não ter dissipado a economia em sociologia, história ou utopias. E, para evitar confusões, seria mais apropriado descrever a teoria de Marx como uma “expressão condensada das for-

mas gerais e indeterminadas do estudo histórico e teórico da sociedade em uma pesquisa materialista de seus fundamentos econômicos” (Id., *ibid.*, p. 155).

O ponto de vista korschiano da socialização culminou com o entendimento expresso na análise da sociedade procedida por Marx em “O Capital”. E não somente na análise, também na identificação do que é necessário para sua alteração, a saber, uma transformação prática levada a cabo por um movimento social consciente dos produtores diretos por meio de uma organização social direta do Trabalho, ou seja, “uma associação de homens livres que trabalham com meios de produção comunitários e exercem conscientemente suas variadas forças individuais de trabalho como uma força de trabalho social.” (Korsch, 1981, p. 157).

A unidade entre teoria e prática não significa a seleção arbitrária de funções a cumprir por alguém para ser “colocada em prática” com objetivo de ajudar a luta de classes. A luta de classes é um processo cotidiano decorrente das relações entre capital e trabalho assalariado. A unidade entre teoria e prática não será alcançada até que os produtores consigam eliminar as contradições da sociedade burguesa, por meio da criação de um trabalho diretamente social e de uma ciência fundada sobre ele.

A teoria é uma forma de consciência social, subjetividade. Por seu turno, a prática engloba os elementos subjetivos e objetivos do proletariado no processo de produção. Até o momento o processo de produção se realiza objetiva e subjetivamente, mas não conscientemente. O desenvolvimento de um elemento consciente subjetivo e o controle consciente do processo de produção seria a socialização em termos comunistas.

Essas relações estabelecem as bases para um entendimento científico da sociedade atual e de suas tendências de desenvolvimento. Além disso, isso significaria que as relações sociais indiretas que aparecem como econômicas seriam transformadas em trabalho diretamente social,

na qual o dispêndio da força de trabalho privada se combinaria para formar uma força de trabalho social. E mais, novas relações significariam novas categorias de pensamento, em um processo que incluiria a aplicação consciente de conhecimentos teóricos ao processo de produção e não apenas para uma compreensão teórica do processo histórico que é, ao mesmo tempo, objetivo e subjetivo. Até o momento, tem sido este o limite em que nos encontramos.

1.2.6 Forças produtivas e relações de produção

A definição korschiana de forças produtivas materiais, tomada de Marx, significa tão somente a real capacidade de trabalhar dos seres humanos vivos, de produzir por meio de seu trabalho empregando determinados meios materiais de produção e estabelecendo formas específicas de cooperação entre si nessa utilização dos meios materiais com o objetivo de satisfazer as necessidades sociais da vida.

Por tratar-se de um conceito determinado socialmente, no modo de produção capitalista a aplicação concreta das forças produtivas materiais significa a capacidade de produzir mercadorias. Ao lado da natureza, das técnicas e tecnologias, da ciência, da própria organização social e das forças que por ela são criadas via cooperação e divisão do trabalho (denominadas por Korsch de “energias sociais”), tudo o que contribui para aumentar a capacidade humana de trabalhar torna-se uma nova força produtiva social. Korsch agrega que, nas condições concretas da sociedade capitalista, esse aumento ocorre em benefício dos exploradores dos trabalhadores.

As transformações são na concepção korschiana a única lei da história. Derivado dessa concepção, Korsch entende o potencial progressivo de mudança que está contido nas forças produtivas da sociedade burguesa. Ao lado das relações de produção nas quais atuam e se desenvolvem, constituem “o todo real do que em cada modo de produção material pode ser ‘registrado’ com a ‘fidelidade’ da ciência natural.” (Korsch, 1981, p. 211).

Para além de ser o ponto de partida de Marx em “O Capital” para proceder à crítica dos conceitos fundamentais da economia burguesa, Korsch considera também que o ponto de partida da teoria marxiana do desenvolvimento histórico da sociedade reside no duplo caráter da produção material. Por um lado, é uma relação natural, técnica e tecnológica entre seres humanos e natureza. Por outro lado, é uma relação histórica e social entre os próprios seres humanos. Isto significa que um dado modo de produção sempre vem acompanhado de um dado modo de cooperação que é também “força produtiva”. E assim Korsch articula sua premissa das forças produtivas com a transformação revolucionária da sociedade:

A ponta revolucionária do conceito marxiano de forças produtivas prossegue na remissão a essa “nova potência energética” que aumenta constantemente pela fusão, no curso do desenvolvimento da sociedade humana, de muitas forças em uma nova força coletiva, ou seja, em condições capitalistas, aparentemente pela produtividade do capital, mas, na verdade, pelo aumento da produtividade do trabalho social. Neste sentido, é possível considerar como uma força produtiva material a própria *classe revolucionária* dos trabalhadores, que, ao quebrar os obstáculos colocados pelo atual modo de produção mercantil capitalista às forças produtivas, substituem a atual forma imperfeita da divisão burguesa do trabalho por uma socialização diretamente socialista do trabalho e, assim, realizam as novas potências energéticas já presentes de forma dinâmica no trabalho social (Korsch, 1981, p. 212-213).⁵²

Korsch combate a mentalidade tecnocrata segundo a qual se po-

⁵² *La punta revolucionaria del concepto marxiano de fuerzas productivas sigue estando después en la remisión a esa “nueva potencia energética” en constante aumento por la fusión, en el curso del desarrollo de la sociedad humana, de muchas fuerzas en una nueva fuerza colectiva, o sea, en condiciones capitalistas, aparentemente por la productividad del capital, pero en realidad por el aumento de la productividad del trabajo social. En este sentido es incluso posible considerar como una fuerza productiva material a la misma clase revolucionaria de los trabajadores, que rompen las trabas puestas por el presente modo de producción mercantil capitalista a las fuerzas productivas, sustituyen la imperfecta forma de la actual división burguesa del trabajo por una socialización directamente socialista del trabajo y así realizan las nuevas potencias energéticas ya presentes dinámicamente en el trabajo social.*

de aferir e registrar as forças produtivas da sociedade de modo “puramente científico-natural e tecnológico” (id., *ibid.*, p. 215) sem vinculá-las às determinações sociais.

Segundo a explicação de Korsch, a sociedade capitalista possui relações de produção “fixas” e forças produtivas “elásticas”. Esta contradição é o motor oculto de todo o desenvolvimento histórico da produção material e do desenvolvimetro social que nela se assenta, cuja expressão objetiva é a oposição e luta entre as classes sociais. Contradição que não será superada apenas com conhecimento tecnológico ou trabalho intelectual.

As relações de produção atualmente existentes são agora um obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas, o qual apenas pode ser retomado enquanto ação do proletariado que inclui “a total subversão da sociedade existente em uma revolução social” (Korsch, 1981, p. 221).

A teoria de Marx da revolução social parte da descoberta materialista de que as relações sociais de produção que correspondem a cada estágio das forças produtivas materiais não se desenvolvem por si mesmas, nem por meio de uma revolução política e nem por meio de uma gradual evolução social. Necessitam ser transformadas. E uma transformação radical que alcance as raízes da ordem social existente, ou seja, deve alcançar a produção material.

Contudo, até que a ruptura revolucionária das limitações capitalistas da produção ocorra, não se pode determinar com precisão e de modo definitivo que dimensões e medida terá este “salto” de transformações sociais no âmbito da produção material. A determinação materialista dos pressupostos da revolução, alerta Korsch, não pode ser confundida com previsão e antecipação.

Desse modo, ao situar com precisão o conceito de forças produtivas materiais, Korsch considerou estar equacionada uma certa ambiguidade na concepção de revolução de Marx, a qual ora parecia sur-

gir inteiramente derivada do desenvolvimento das forças produtivas materiais, ora parecia surgir inteiramente derivada da ação prática de uma classe social em luta contra outras classes. Essa ambiguidade seria manifesta no contraste entre os primeiros escritos e os escritos tardios, revelando uma mudança na concepção marxiana.

O que Korsch afirmou haver mudado em Marx, antes e depois de 1850, e sem significar uma ruptura com seu próprio pensamento, foi na verdade uma alteração de ênfase e um reconhecimento teórico de uma mudança real havida na situação histórica. Da ênfase no fator subjetivo de classe (ação revolucionária imediata) dos trabalhos até 1850, para a ênfase no desenvolvimento econômico objetivo (ação indiretamente dirigida ao objetivo revolucionário) em seus últimos escritos.

Tal alteração se deveu ao refluxo do movimento do proletariado por um lado, e a um surto de prosperidade econômica, por outro, havido nos início dos anos 1850. Korsch interpreta que, quando estão maduras as condições materiais de produção se dá a organização dos revolucionários como classe e abre-se a possibilidade de derrocamento da velha sociedade por meio da ação dessa classe (Cf. Korsch, 1981, p. 228).

De acordo com o método korschiano há uma correspondência entre a nova forma da teoria materialista com a nova forma assumida pela luta de classes que passou a se caracterizar pelo acúmulo de forças via partidos de massas e sindicatos. E Korsch acrescenta que Lênin, em um período histórico posterior, agiu de modo similar ao constatar que em uma situação de refluxo da luta não se poderia aderir a uma luta aberta e diretamente revolucionária.⁵³ Mas, ao mesmo tempo que explica seu

⁵³ Aqui, Korsch se reporta ao escrito de Lênin “Esquerdismo, doença infantil do comunismo” de 1920. Neste trabalho Lênin combate as posições daqueles que defenderam que as condições da Rússia e da Europa Ocidental eram distintas e que, consequentemente, exigiam orientações políticas distintas. A forma problemática como abordou esse texto de Lênin no seu livro “Karl Marx” foi reconhecida pelo próprio Korsch em carta a Mattick onde, respondendo às fortes críticas feitas pelo segundo, admite: “com Lênin, de fato seria melhor nunca citar seu ensaio sobre a ‘doença infantil’ sem algum tipo de reserva crítica fundamental. Por seu conteúdo, função e intenção se tratava de fato de um trabalho basicamente contrarrevolucionário” (apud Kellner, 1981,

método da correspondência entre forma teórica e luta de classes, adverte contra o objetivismo economicista:

A ênfase nos pressupostos objetivos de uma revolução vitoriosa do proletariado, que não podem ser substituídos pela mera boa vontade, nem pela teoria acertada ou pela organização eficiente dos revolucionários – ênfase que é característica da forma posterior da teoria de Marx – simplesmente aparece, deste ponto de vista, como uma mera reorientação teórica e prática na qual Marx resume os ensinamentos objetivos da revolução e da contrarrevolução europeia de 1848 para a nova fase do movimento operário revolucionário que começa em 1850. [...] Nem Marx nem Lênin pensaram em substituir a ação revolucionária real da classe operária por uma fé fatalista em um processo econômico evolutivo que, após a devida espera, se realizará com absoluta necessidade e, em última instância, sem riscos. A classe que se encontra com sua ação no meio do fluxo de desenvolvimento histórico e que determina esse desenvolvimento na prática há de demonstrar com a própria ação que, na medida em que as relações de produção existentes tornam-se grilhões das forças produtivas, já amadurecem recobertas as novas forças produtivas que permitem a passagem revolucionária para as relações de produção superiores de uma nova era progressiva da formação social econômica (Korsch, 1981, p. 230-231)⁵⁴

p. 117). Para conhecimento da posição contrária às expostas no livro de Lênin consultar: Pannekoek [1920] (2005); Gorter [1920] (1981); [1921] (2013); Pfemfert (2013).

⁵⁴ *La acentuación de los presupuestos objetivos de una revolución victoriosa del proletariado, que no pueden ser sustituidos por la mera buena voluntad, ni por la teoría acertada, ni por la organización eficaz de los revolucionarios – acentuación que es característica de la forma posterior de la teoría marxiana –, aparece simplemente, desde este punto de vista, como una mera reorientación teórica y practica en la que Marx resume las enseñanzas objetivas de la revolución e contrarrevolución europeas de 1848 para la nueva fase del movimiento revolucionario obrero que empieza con el año 1850. [...] ni Marx ni Lenin han pensado en sustituir la real acción revolucionaria de la clase obrera por una fe fatalista en un proceso evolutivo económico que, tras la debida espera, se vaya a realizar con necesidad absoluta y en última instancia sin riesgo. La clase que se encuentra con su acción en medio del flujo del desarrollo histórico y que determina prácticamente ese desarrollo ha de demostrar con la acción misma que, en la medida en que las relaciones de producción existentes se convierten en trabas de las fuerzas productivas, ya maduran bajo su recubrimiento las nuevas fuerzas producti-*

O método de pesquisa usado por Korsch e Marx capta a realidade do antagonismo, as relações sociais existentes em seu fluir. Em "Por que sou marxista" Korsch recupera a passagem do Pós-fácio de 1873 a "O Capital" que Marx escreveu para situar a dialética marxiana no quadro da transformação ativa do mundo existente. Ali, Marx afirmou que ao lado da explicação positiva e da compreensão do estado existente das coisas, se situa, ao mesmo tempo também, o reconhecimento da negação deste estado, de seu inevitável perecimento. A natureza crítica e revolucionária que abarca o conjunto das formas atuais em movimento, e por isso considera sua natureza transitória e existência momentânea, não se deixa intimidar por nada (Korsch, 1979q, p. 98).

1.2.7 Base e superestrutura

Outra das premissas korschianas é a forma pela qual ele compreendeu e incorporou em seu trabalho a centralidade das relações de produção que constituem a base da sociedade capitalista. Mais uma vez aqui, não se trata de uma premissa original de Korsch que na verdade apenas a reafirmou como um elemento central da teoria marxiana.

De acordo com Korsch, os resultados gerais alcançados por Marx que se configuram em suas contribuições mais importantes para a pesquisa social foram: 1) ter conseguido relacionar com a economia todos os fenômenos do processo da vida social, não no sentido acadêmico tradicional de objetos no mercado; 2) haver concebido a própria economia socialmente; 3) ter conseguido determinar historicamente todos os fenômenos sociais, criados pela atividade prática, concreta, ativa e reflexiva dos sujeitos sociais. Este processo social tem por fundamento o desenvolvimento das forças produtivas materiais de produção e se realiza por meio das classes sociais como um processo ativo. Como resultados parciais, contidos nos resultados gerais, mas de importância teórica e prática equivalente estão: 4) determinar a relação precisa entre

vas que possibilitan el paso revolucionario a las superiores relaciones de producción de una nueva época progressiva de la formación social económica.

economia e política, e 5) unificar todos os fenômenos ditos “espirituais” como formas determinadas de consciência social, em parte distorcidas pela ideologia, em parte válidas para uma época histórica específica (Korsch, 1981, p. 253).

A relevância atribuída por Korsch a esta premissa pode ser atestada pela seguinte declaração:

A crítica materialista da economia política em *O capital*, que apenas em breves alusões explicita as consequências do novo princípio materialista para o Estado, o direito, a filosofia, a arte, a religião, etc., parte metodologicamente do fato de que com a pesquisa do modo de produção capitalista e de suas alterações históricas resta pesquisado tudo o que pode constituir um objeto de *ciência social* de “fidelidade científico-natural” na estrutura e desenvolvimento da atual formação social econômica, com os critérios de uma ciência estritamente empírica. Aquela totalidade de relações sociais tratada pelos sociólogos burgueses como campo de uma ciência social geral é para Marx um campo de conhecimento científico objetivo apenas na medida em que é pesquisado e representado pela ciência histórica da economia. [...] Para os outros ramos da doutrina social materialista resta um território cada vez menos acessível à pesquisa científica na medida em que nos distanciamos do fundamento econômico, um território cada vez menos “material”, cada vez mais “ideológico”, que ao final não pode ser tratado de modo positivo e teórico, mas apenas crítico, em íntima relação com as tarefas práticas da luta de classe revolucionária (Korsch, 1981, p. 257-258).⁵⁵

⁵⁵ *La crítica materialista de la economía política en El capital, que sólo en breves alusiones explicita las consecuencias del nuevo principio materialista para el estado, el derecho, la filosofía, el arte, la religión, etc., parte metódicamente del hecho de que con la investigación del modo de producción capitalista y de sus alteraciones históricas queda investigado ya todo lo que puede constituir un objeto de ciencia social de “fidelidad científico-natural” en la estructura y el desarrollo de la presente formación social económica, con los criterios de una ciencia estrictamente empírica. Aquella totalidad de las relaciones sociales tratada por los sociólogos burgueses como campo de una ciencia general es para Marx un campo de conocimiento científico objetivo sólo en la medida en la cual es investigada y representada por la ciencia histórica y social de la economía. [...] Para las demás ramas de la doctrina social materialista queda un territorio cada vez menos accesible a la investigación rigurosamente científica a medida que nos alejamos del fundamento económico, un territorio cada vez menos “material”, cada vez más*

Trata-se de uma interpretação do marxismo segundo a qual o processo de produção do capital pode ser descoberto não nas formas acessórias do capital em circulação, mas na produção. Isso não significa um desconsiderar outras esferas da vida social, as quais, mesmo aparentemente separadas, formam uma totalidade. Produção, distribuição, troca e consumo não são tratados da mesma forma. A produção é primária, e as outras esferas são momentos da totalidade.

Neste aspecto é relevante destacar que a premissa de Korsch se enfrenta com dois tipos de interpretações quando se trata de enfatizar a base econômica: a economicista e a sociológica.

No primeiro caso, para o marxismo korschiano a base econômica não é vista estaticamente no sentido de ser entendida como realidade única, fora de seu enquadramento social, enquanto um objeto criador do restante da sociedade em um processo unilateral de causa e efeito.

Para a interpretação economicista, outros fenômenos sociais tais como o Estado, o direito e as demais formas sociais de consciência, possuem “em determinada gradação, cada vez menos ‘realidade’ e por fim se dissipam na pura ‘ideologia’” (Korsch, 1981, p. 232) o que tem por consequência no terreno da ação prática do proletariado o abandono de qualquer luta que não seja econômica, ou que dela se origine diretamente ou que exija mediação como a luta política, por serem consideradas como desvios de suas metas revolucionárias.

Korsch traça um breve esquema histórico para identificar concretamente os representantes da visão economicista e, ao mesmo tempo, destacar sua importância no movimento operário, apesar dessa forma “insuficiente e quase mística de identificação imediata do desenvolvimento econômico objetivo com a luta de classe proletária” (Id. *ibid*, p. 236).

Identifica nos proudhonianos e bakuninistas, no tempo de Marx, e no sindicalismo e anarcossindicalismo, em sua própria época, os re-

“ideológico”, que al final no se puede tratar ya de un modo positivo y teórico, sino sólo crítico, en íntima relación con las tareas prácticas de la lucha de clase revolucionaria.

presentantes da visão economicista, mesmo reconhecendo terem sido as últimas “a força motora do movimento revolucionário em Espanha, primeira agitação autônoma da revolução proletária desde a revolução russa de outubro de 1917” (Id., *ibid.*, p. 233).

O bolchevismo foi situado como a grande tendência “política” do marxismo “com o totalitarismo procedente de seu princípio político” (Id., *ibid.*, p. 234), e Korsch faz uma ressalva ao grupo reunido em torno de Rosa Luxemburg como a única tendência que representou uma orientação economicista revolucionária contra o falso economicismo reformista e contra o “radicalismo meramente político, ou seja, puramente burgûes, da direção do partido” (Id., *ibid.*, p. 235). E esclarece a evolução dessa tendência:

Esta tendência proletária radical do movimento social-democrata alemão e internacional se transformou durante a guerra e na primeira fase do pós-guerra no radicalismo comunista esquerdista, diretamente antiparlamentar e antissindical, que junto com algumas correntes abertamente anarquistas e sindicalistas revolucionárias, inicialmente interveio intensamente na fundação da nova organização internacional de combate da classe operária revolucionária e depois, com a crescente estabilização das velhas relações capitalistas, recuou em todas as partes e foi excluída da *Terceira Internacional* por meio de uma encarniçada luta de frações dirigida até o final pelo próprio Lênin (Id., *ibid.*, p. 235).⁵⁶

No segundo caso, o marxismo korschiano se enfrenta com a chamada “tendência sociológica”, que procurou suplementar a teoria de Marx, por considerá-la economicamente unilateral. Aqui o problema, segundo Korsch, reside na concepção materialista da história apare-

⁵⁶ *Esta tendencia proletaria radical del movimiento socialdemócrata alemán e internacional se trasformó durante la guerra y en la primera fase de posguerra en el radicalismo izquierdista comunista, directamente antiparlamentario y antisindical, que junto con algunas corrientes abiertamente anarquistas y sindicalistas revolucionarias, intervino primero intensamente en la fundación de la nueva organización internacional de combate de la clase obrera revolucionaria y luego, con la creciente estabilización de las viejas relaciones capitalistas, retrocedió en todas partes y fue excluida de la Tercera Internacional en una enconada lucha de facciones dirigida todavía hasta el final por Lenin mismo.*

cer como um método empírico positivista que expõe “todos os fatos em sua própria conexão sem colocá-los em dependência de nenhuma ‘ideia’ externa a eles.” (Id., *ibid.*, p. 237), dissolvendo o materialismo econômico marxiano em uma série de ciências sociológicas particulares, desconectadas da totalidade. Desse modo, a crítica de conjunto ao modo de produção capitalista se transforma em um conjunto de críticas autônomas a diversos aspectos parciais do sistema.

A tendência sociológica destrói o fundamento prático e revolucionário da teoria marxiana da sociedade no entender de Korsch, pois as críticas parcelares ao capitalismo feitas de modo fragmentado podem perfeitamente serem diluídas “em todo tipo de esforços reformistas, que não ultrapassam em princípio o terreno da sociedade burguesa e de seu Estado” (Korsch, 1981, p. 238).

A teoria de Marx dispensa a introdução de “interações” e “inter-relações” para que a sua afirmação de que a produção material tem importância primária tenha plena validade e plenitude de alcance, pois como afirmou em “O Capital”, uma mesma base econômica em suas condições principais pode apresentar inumeráveis circunstâncias, condições e influências em incontáveis graus e variações, as quais exigem serem analisadas para serem compreendidas.

Marx tampouco considerou que a chamada “produção intelectual” seria tão somente um reflexo da produção material, pois cada forma histórica específica da produção material apresenta a produção intelectual que lhe corresponde e ambas interagem. Mesmo na própria esfera econômica, nos lembrou Korsch, Marx e Engels consideraram a “repercussão” das relações de distribuição, intercâmbio e consumo sobre a produção, além da intervenção de circunstâncias históricas gerais.

Assim, pela interpretação de Korsch, as interações e inter-relações estão contidas no princípio crítico materialista de Marx de conexão de todos os fenômenos “econômicos, sociais, políticos e espirituais [...] na totalidade do processo vital” (Korsch, 1981, p. 238), e sua adição nada acrescenta ao conhecimento. Pelo contrário, pode contribuir para maior

confusão. Em suma, o direito, a filosofia, o Estado, apenas podem ser entendidos se enraizados nas condições materiais.

* * *

Esse leque de premissas possibilita adentrar na crítica korschiana em variados campos e aspectos. Os próximos capítulos são dedicados a expor e analisar o modo pelo qual Korsch, em suas manifestações concretas, se valeu deste conjunto de ferramentas teóricas e epistemológicas para suas elaborações e posicionamentos políticos, com ênfase nas relações estabelecidas em sua apreensão da Autonomia Proletária e do fenômeno da Contrarrevolução.

2

AUTONOMIA PROLETÁRIA VERSUS PRÁXIS HETERÔNOMAS

2.1 Determinações analítico-conceituais prévias

Desde que se voltou para os movimentos sindicalistas de antes da I Guerra Mundial até seus últimos trabalhos, a ideia da autonomia da ação do proletariado sempre esteve presente em Korsch ao longo de seus quarenta anos de atividade produtiva. Para além de ser uma temática constante, se constituiu, ao lado da temática da contrarrevolução – abordada especificamente no próximo capítulo – no tema central de suas preocupações em sua fase de maturidade.

Expressão de uma subjetividade que combinava intransigência com integridade e abertura mental, esta constância temática serviu de marco referencial para as severas avaliações korschianas tanto dos erros políticos da classe proletária, quanto da degeneração da teoria revolucionária em reles ideologia que serviu de fachada para uma prática reformista na realidade.

Aqui torna-se necessário expor quais conteúdos não podem ser atribuídos ao conceito de ação autônoma do proletariado, realizando um parêntese explicativo antes da retomada do modo como tal conceito operou no pensamento de nosso autor ao longo de seus escritos.

O primeiro conteúdo a ser afastado como parte integrante da autonomia proletária é o de controle operário. Este termo designa uma apropriação parcial, e não total, dos produtores no processo de produ-

ção. Significa que nem todas as decisões fundamentais são tomadas pelo conjunto dos produtores diretos por meio de instituições criadas ou livremente escolhidas por eles mesmos de modo que se identifiquem integralmente com elas e possam determinar o que, como, quando e as condições do que se deve produzir. Pelo contrário, controle operário significa que tais decisões são tomadas em instituições exteriores ao processo produtivo – que podem ser estatais, partidárias, familiares, sindicais ou associativas privadas – e asseguram assim a perpetuação da separação entre produtores e meios de produção, fundamento para qualquer sociedade classista. Por isso,

A essas duas situações correspondem palavras diferentes. **Gerir** significa tomar por si mesmo as decisões, na qualidade de pessoa ou colectividade soberana, e com pleno conhecimento das informações necessárias. **Controlar** significa supervisionar, inspecionar ou verificar as decisões tomadas por outrem. O “controle” implica uma limitação de soberania ou, pelo menos, um estado de duplo poder no qual algumas pessoas determinam os objetivos ao passo que as restantes se esforçam por que sejam aplicados os meios apropriados para os realizar. Historicamente, as controvérsias a respeito do controle operário surgiram precisamente nessas condições de duplo poder económico. Como todas as formas de duplo poder, o duplo poder económico é essencialmente instável. Acabará por evoluir, ou para uma consolidação do poder burocrático (exercendo a classe operária cada vez menor controle), ou para a **gestão operária**, tomando a classe operária a gestão inteiramente a seu cargo (Brinton, 1975, p. 15-16).

Pensada como prática social, a autonomia proletária se vincula à capacidade de engendrar um tipo de relações sociais abertamente antagônicas às relações sociais vigentes no capitalismo. No exercício concreto da autonomia, o proletariado age diretamente, não se faz representar – representação aqui entendida como renúncia ou transferência de poder. Ao unificar as cisões fundantes da divisão social classista materializadas nas polaridades decisão/execução, trabalho manual/trabalho intelectual, dirigentes/dirigidos por meio de um processo de luta e de diferenciação

das classes capitalistas e suas instituições, unifica também as instituições criadas com esta finalidade para assentá-las no novo modo de produção sem a cisão nos âmbitos político, econômico e social.

Um segundo conteúdo a afastar, por ser também fonte de confusões, diz respeito a assimilar como sinônimas autonomia proletária e autonomia orgânica – na acepção física do termo – em relação às instituições capitalistas. Algo como, a título de exemplos, se se referisse à autonomia de movimentos sociais em relação a instituições estatais ou à autonomia de sindicatos em relação a instituições partidárias. O conceito de autonomia proletária abordado neste trabalho ocorre em relação “aos modelos capitalistas de organização e gestão, que por sua vez são hierarquizados, centralizadores das decisões e reprodutores das desigualdades sociais” (Bruno, 1990, p. 11).

Em terceiro lugar não se confunde autonomia proletária com gestão/participação em qualquer grau nas instituições já existentes de produção e reprodução da vida no capitalismo, isto é, integrar o proletariado em algo preexistente e dotado de finalidade e estrutura próprias. O problema aqui, para os fins de nossa pesquisa, reside na necessária restrição e subordinação da autoiniciativa, requerida em nível máximo pela autonomia proletária, para, nesta situação, ser substituída pela simples contribuição ou incorporação parcial da criatividade proletária nos processos de produção. Neste conteúdo incluem-se ainda a perda do saber, competência e memória dos proletários. Assim, cogestão e participação são formas heterônomas negadoras da autonomia que atendem a objetivos estritos de integração do proletariado no sistema capitalista, logo, de agravamento de sua condição de trabalhador explorado e autoalienado.

Ainda um quarto conteúdo deve ser eliminado de aplicação quando nos referimos à autonomia proletária enquanto conceito. Ela não se confunde com trabalho cooperado ou com instituições de tipo cooperativas. Seja por sua incompatibilidade de coexistência com o Estado, seja também pela obstrução intransponível de sua generalização no ca-

pitalismo em virtude da extrema desigualdade de concorrência com os monopólios econômicos, as cooperativas estão restritas ao âmbito da economia e reproduzem a separação entre política e economia. Precisamente uma das cisões mais importantes que a autonomia proletária pretende romper.

Fechado o parêntese explicativo, incontornável para nossa análise, torna-se possível verificar criticamente o modo como a primeira das duas temáticas centrais do pensamento político de Korsch se manifestou enfeixando-a em blocos temáticos e em sequência temporal.

2.2 Conselhos Proletários: forma institucional da autonomia do proletariado

A palavra “Conselho” se presta a imprecisões terminológicas as quais forçosamente necessitam ser eliminadas para que possa ser válida como conceito. Tarefa dificultada quando se procura antecedentes e modelos na história para um acontecimento singular: as formas surgidas da luta proletária na Rússia em 1905.¹ Nesse sentido define-se aqui o conceito de Conselho como algo: a) surgido de forma revolucionária; b) criado por uma classe social determinada: o proletariado; c) constituído por meio da ampla participação dos proletários.

Ademais, adotar como conceito a palavra “Conselho” implica em atribuir, com base em reiteradas experiências históricas,² um núcleo

¹ A rigor, o continente europeu vivenciava no início do século XX uma fase de lutas revolucionárias que propiciou o aparecimento da forma conselhistas. Greve dos ferroviários de Barcelona, em 1901, que extrapola os sindicatos e se estende aos metalúrgicos; greves políticas pelo sufrágio universal na Suécia e na Bélgica em 1902; greve de massas na Rússia e a greve dos ferroviários na Holanda em 1903; greve de massas, no outono de 1904, na Itália, com ocupação de fábricas seguida da proclamação da greve geral e formação de conselhos operários no norte do país durante quatro dias, em um movimento espontâneo dos operários que precedeu a Revolução Russa de 1905, mas diferentemente dessa última, não durou tempo suficiente para permitir maiores teorizações baseadas sobre esta experiência (Cf. Bourrinet, 2003).

² Sob diferentes contextos e graus de implantação, duração e abrangência pode-se mencionar, além da Rússia em 1905 e 1917, que a forma conselhistas apareceu na Ale-

constante de características e explicitar os vários tipos que assumiram. No primeiro caso são elas:

[...] participação direta dos trabalhadores em assembleias onde decidem eles próprios os rumos e as táticas a serem empregadas; não remuneração para cargos delegados – cujos mandatos podem ser revogados a qualquer tempo; além da constante rotatividade das funções. Nessas ocasiões, as relações hierárquicas típicas das estruturas políticas e econômicas capitalistas eram reconvertidas em relações horizontais de solidariedade (Mendonça, 2011, p. 162-163).

No segundo aspecto, o conceito de “Conselho” funde e unifica três capacidades: 1ª) a união dos proletários organizados como sistema de poder (antes, durante e depois da derrota do poder capitalista); 2ª) órgãos dirigentes da luta revolucionária (duplo poder durante a presença do Estado Capitalista) e, 3ª) organismos representativos dos interesses do proletariado (políticos, econômicos e sociais). Anweiler (1975, p. 12), se refere a estas três capacidades como tipos que existiram separadamente em momentos históricos anteriores e se interpenetraram na experiência dos soviets russos. Assim, segundo seu modelo explicativo, tivemos na Comuna de Paris de 1871 a forma conselho como **Comuna**. O Conselho de Soldados na Revolução Inglesa seria do tipo **Comitê Revolucionário**, e, por fim na Comissão de Luxemburg em 1848 estivemos diante do tipo **Comitê Operário**.

O período em que Korsch concentra seu trabalho como teórico e político dos conselhos abarca os anos 1919-1922. Não por acaso coincide com o período de duração da Revolução dos Conselhos na Alemanha. Iniciada durante a Primeira Guerra Mundial, aquela conheceu seu momento de maior vigor entre novembro de 1918 e maio de 1919, passando ainda por duas novas experiências em março/abril de 1920

manha, Hungria e Itália (1918-20), Espanha (1936-38), Hungria (1956), China (1966-67), França e Itália (1968), Chile (1972-73), Portugal (1974-75), Polônia (1980-81), Argentina (2001), México (Oaxaca-2006), Síria (Rojava-2015). Todas elas apresentando como conteúdo comum a vida econômica, social e política gerida pela organização de conselhos, independentemente de terem adotado esta denominação.

(Insurreição do Ruhr) e março de 1921 – a “Ação de Março”, segundo a periodização de Authier (1975, p. 15). Esse autor se diferencia da historiografia de linhagem bolchevique que identifica no ano de 1923 o fim da revolução. Para Authier, a chegada a 1923 “significa, na realidade, o absoluto esmagamento do proletariado alemão pelo capital, esmagamento econômico (uma fantástica inflação) e militar. ”

O modo como Korsch expressou aquele movimento revelou-se singular no panorama político e ideológico daqueles anos, embora tenha sido uma expressão teórica indireta daquela dramaticidade dinâmica que se revestiu a experiência conselhistas. Se for considerado em particular os seus escritos do biênio 1919-20, percebe-se que em alguns momentos o seu quadro teórico e político se apresenta defasado em relação aos eventos que estavam ocorrendo. Este foi o custo de uma concepção e formulação da temática conselhistas que não coloca o conselho antes de tudo como forma “política” mas sim como forma “econômica”, compreendida dentro de um problema mais abrangente e tecnicamente articulado que recebeu o nome de “questão da socialização”.

Vale ressaltar que a distinção entre as esferas “política” e “econômica” assume para Korsch a função crítica de propor uma nova síntese teórica e prático-operativa. Evitando projetos utópicos “puros” e preocupado em fornecer elementos de concretude para a hipótese conselhistas, Korsch concebe uma socialização do sistema produtivo que sintetize uma rigorosa planificação econômica, politicamente controlada “do alto”, com as novas formas de autogestão “dos de baixo”. Elabora assim uma proposta ancorada nos objetivos finais de emancipação humana – embora gradativa e não isenta de fragilidades e contradições – fruto de sua convicção de que tal sociedade emancipada não virá sem um processo de maturação política e cultural que exige tempo e energia.

Compreender o movimento conselhistas adotando como ponto de partida a socialização, ao invés da forma conselho “pura”, não acarretaria prejuízos em si desde que se contasse com uma análise concreta das forças em luta. Contudo, esta foi uma deficiência da posição de Korsch.

As forças que seriam tecnicamente capazes de implementar um planejamento econômico não orientado para o lucro privado, mas sim para as necessidades sociais, eram intolerantes a qualquer controle democrático a partir de baixo. Inversamente, as forças sociais que impulsionavam os conselhos cultivavam dentro de si tendências particularistas e antiinstitucionais acentuadas, de modo a desencorajar qualquer projeto sério de plano com seus corolários inevitáveis de centralização e autoritarismo. Apresenta-se aqui uma contradição da evolução política de Korsch em sua busca por uma estratégia que conciliasse uma duplicidade entre instâncias de planificação e de gestão que ocorria naquele momento.

O duplo poder de fato entre república parlamentar e conselhos proletários, ausente do pensamento da social-democracia tradicional, propiciou confusão entre o proletariado e favoreceu a ideologia da integração no capitalismo da velha burocracia de partido, sem que disso estivessem conscientes as massas. Dado que, pela tradição da II Internacional, a única forma de representação democrática do povo no Estado se dava por meio do parlamento, repentinamente os dirigentes da ala esquerda do USPD e do KPD apelam para que os conselhos, nascidos como órgãos espontâneos de luta autogestionária, tornem-se base de sustentação da organização do Estado. Algo que, a princípio, a maioria dos trabalhadores formados na antiga social-democracia não entendia.

Essa formulação de subordinação dos conselhos ao Estado, que na melhor das hipóteses apenas manteria *ad infinitum* a dualidade de instituições de poder, nega o caráter requintadamente “político” da proposição conselhistas, a qual não descuidava da “economia” – assim entendida como gestão direta e total da produção – e que forneceu o substrato imediato, palpável e irrenunciável para qualquer proletário a partir de novembro de 1918. O movimento conselhistas ganharia ou sucumbiria na medida em que fosse capaz de, em ambos os níveis político e econômico, criar entre eles uma síntese que fosse de fato realmente nova e alternativa em comparação com a ortodoxa tradição da social-democracia.

Assim, não é casual que o próprio Korsch, por formação cultural e política, se sentisse estranho ao clichê do marxismo ortodoxo. Sua abertura para a experiência Fabiana e sua atenção para os movimentos anarcossindicalistas, por exemplo, não derivavam de considerações ou opções ideológicas, mas sim de sua pesquisa de todas as tentativas que de alguma maneira procuraram incidir sobre a situação concreta das fábricas na perspectiva de uma progressiva gestão por parte do proletariado. Vale lembrar que algumas semanas após a revolução de novembro Korsch teve a oportunidade de conhecer a realidade Alemã de uma posição privilegiada, convidado que foi para participar da “Comissão para a socialização” na qualidade de colaborador.

A socialização era a questão chave daquela revolução. Pelo menos enquanto expectativa das massas que a enxergava como “prova de fogo” da vontade política do governo provisório socialista intitulado com o desafiador nome de “Conselho dos Comissários do Povo”. O uso de nomes revolucionários e slogans radicais talvez possa expressar boas intenções de pessoas no governo, mas naquele momento já se configurava em um velho vício dos social-democratas de encobrir com radicalismo verbal a ausência de uma estratégia concreta para a transição ao socialismo. Assim, foram chamados especialistas – “professores socialistas” e tecnocratas da planificação – para formular e implementar o projeto de socialização que deveria ser realizado no sentido de uma racionalização e estatização de todo o sistema produtivo que havia sido esgotado pela derrota militar da Alemanha.

Porém, essa disposição da comissão esbarrou na falta de vontade política da maioria da social-democracia que detinha o poder real e, sob o manto de obstáculos reais ou ilusórios, enfrentou problemas de ordem política que a levaram à sua rápida dissolução, mesmo que sua competência formal fosse apenas consultiva. Confirmou-se desse modo a previsão do jovem Korsch que criticava a fórmula “socialização dos meios de produção” como “vazia e puramente negativa” para a qual apelavam, mesmo que com diferentes rótulos e distintas motivações, os

partidários da nacionalização: socialistas de Estado, anarcossindicalistas e cooperativistas. Escreveu ele em 1912:

Será difícil para a futura geração compreender com que simples fórmula o socialismo de nossos dias se contenta e quantas aspirações diversas e em parte opostas se encontram nela implícitas. “Socialização dos meios de produção” é a fórmula simples com a qual o socialismo tem trabalhado até agora e presumivelmente seguirá trabalhando na Alemanha por muito mais tempo. É uma fórmula comum que se adapta a socialistas de Estado, sindicalistas, cooperativistas e várias outras tendências. [...] O conceito “socialização dos meios de produção” tem um claro significado negativo. Em seu aspecto positivo está vazio e não diz nada. Esta falta de conteúdo da fórmula socialista para a organização da economia não era e não é prejudicial enquanto a atividade prática do socialismo estiver limitada à luta e à eliminação dos inconvenientes existentes. Se torna prejudicial quando o socialismo de alguma parte e de alguma maneira chega ao governo e lhe for solicitado que realize a socialização da economia. Se tal situação se verificasse hoje, o socialismo se encontraria despreparado para essa tarefa (Korsch, 1982(I)a, p. 9-10).³

De fato, quando o momento chegou esta questão da socialização se tornou o nó concreto das contradições do socialismo alemão. A sua ausência de solução revelou com nitidez a separação entre movimento revolucionário e seus dirigentes. De um lado encontrava-se um

³ Resultará arduo para la generación futura comprender con que simple fórmula podía contentarse el socialismo de nuestros días y cuantas aspiraciones diversas y en parte opuestas se hallaban implícitas. “Socialización de los medios de producción” es la simple fórmula con que el socialismo ha trabajado hasta ahora y con la que seguirá adelante en Alemania presumiblemente por mucho tiempo más. Es una fórmula común, que se adapta a socialistas de Estado, sindicalistas, cooperativistas y otras varias tendencias. [...] El concepto “socialización de los medios de producción” tiene un claro significado negativo: en su aspecto positivo, está vacío y no dice nada. Esta falta de contenido de la fórmula socialista para la organización de la economía no era y no es perjudicial mientras la actividad práctica del socialismo esté limitada a la lucha y a la eliminación de los inconvenientes existentes. Se vuelve, en cambio, perjudicial apenas llega el momento en que el socialismo desde alguna parte y de alguna manera llega al gobierno y por lo tanto se le pide que realice la organización socialista de la economía. Si esta situación se verificase hoy, encontraría sin preparación para esa tarea...

movimento de massas que provocou um vazio de poder sob o impulso das insuportáveis condições econômicas, do desejo do fim imediato da guerra, da rebelião contra o militarismo e o autoritarismo. Um movimento que se agitava por trás das grandes, e ambíguas, palavras de ordem de “democracia e socialismo” e que majoritariamente confiava nos chefes tradicionais. Do outro lado o grupo dirigente, em sua maioria do SPD, preocupado somente com o restabelecimento da ordem e satisfeito em substituir constitucionalmente, isto é, formal e juridicamente, a monarquia pela república democrática parlamentar sem alterações substanciais nas estruturas econômicas e sociais.⁴

Este foi o contexto em que Korsch apresentou sua proposta de socialização, concomitantemente à forma conselhistas que surgiu espontaneamente. Antes de examinar outros escritos que nos permitem captar o pensamento korschiano próximo da revolução de novembro de 1918, vale condensar as definições contidas em *Was ist Sozialisierung? Ein Programm des praktischen Sozialismus* (O que é a Socialização? Um programa de socialismo prático) já enunciadas no primeiro capítulo deste trabalho: 1) nova maneira de organizar a produção em substituição à economia privada capitalista que exige dois momentos; 2) um primeiro momento de socialização dos meios de produção que implica na emancipação do trabalho; 3) um segundo momento consistente na socialização do próprio trabalho; 4) questão pública que envolve produtores e consumidores em conjunto; 5) integral exclusão do proprietário

⁴ Rusconi (1975, p. 1199) parece ter captado bem as razões dessa relutância da social-democracia em promover alterações profundas ao atribuí-la a uma simbiose – sedimentada durante muitos anos – entre doutrinarismo revolucionário e prática de mera autodefesa organizativa centrada em torno do aparato sindical, fundado sob bases corporativistas e concebido como instrumento de reivindicações estritamente econômicas. Por sua vez, estas características resultam de uma espécie de atitude cultural subordinada diante tanto da ideologia capitalista dominante quanto da identidade nacional, originadas de uma passividade frente às novas ciências sociais que eram meras racionalizações do sistema existente e fonte poderosa de controle – portanto duplamente reacionárias. Esta definição ajuda a entender ainda, segundo Rusconi, a conduta que a social-democracia adotou durante toda a República de Weimar, definida por ele como sendo de um “conservadorismo econômico do mais míope”, até ser varrida pelo nazismo.

privado do processo de produção social; 6) Processo que requer **salto e mudança radical** (ainda que gradativa) ao mesmo tempo em que exclui **evolução e mudança gradual** no sentido de rechaçar propostas de convivência híbrida entre propriedade social e propriedade privada sob as formas de participação nos lucros, participação em órgãos de direção e administração de empresas privadas (mesmo quando eleitos).

Observamos que mesmo preocupado em confiar a gestão da produção socializada para “associações autônomas”, Korsch reputa ainda como importantes tanto a manutenção de um alto nível de iniciativa das massas, quanto da produtividade econômica. Contudo, naquilo que parece ser uma concessão aos adversários da socialização, ainda não aparece a identificação direta dos Conselhos como sendo a forma institucional das “associações autônomas” e sim deixa tal lugar reservado para o sindicato, como se pode deduzir desta passagem

Autonomia industrial para o sindicato que inclui todas as empresas de um setor, para as empresas individuais consideradas como tais, e, em seu interior, para cada segmento de trabalhadores (direção, comissão proletária, comissão de empregados) para certas competências (Korsch, março de 1919, *Die Politik im neuen Deutschland*, p. 68, citado por Rusconi, 1975).

Em seus trabalhos escritos na sequência, o ponto decisivo reside na autonomia. Mas a ela também se deve acrescentar a componente da vontade, ativista, que será um elemento que permanecerá em todas as tentativas korschianas para chegar a uma síntese entre teoria e prática, cuja primeira forma pode ser claramente identificada nas “Teses sobre Feuerbach” de Marx. No entanto, nesta fase de seu pensamento, os trabalhos de Korsch ainda apresentam uma forte carga idealista, com certos traços típicos do socialismo acadêmico, revelando uma debilidade teórica que não está à altura da amplitude e profundidade da crise e do confronto ideológico que ocorre na Alemanha daqueles dias. Apenas de forma gradual as formulações de Korsch ganham níveis teóricos mais apropriados.

Apesar dessas insuficiências as teses heterodoxas do “socialismo prático” de Korsch, baseadas na atividade consciente, se distanciavam das concepções ortodoxas do socialismo como “pura ciência” do Kautskismo ou da vertente considerada “revisionista” do Bernsteinismo que assumidamente renunciavam a mudar as estruturas sociais. Diferentemente destas duas últimas, a “terceira via” heterodoxa Korschiana possibilitava manter pontos de contato com o movimento revolucionário real que acontecia naquele momento. Temos também uma primeira avaliação global da revolução de novembro e as suas perspectivas.

Em seu escrito *Sozialismus und soziale Reform* (Socialismo e reforma social) de 1920, pode-se perceber como se opera uma mudança na perspectiva política de Korsch que deixa de ser centrada no aspecto construtivo para passar a ser predominantemente crítica em relação ao SPD e à sua forma de recepção do marxismo. Baseando-se na afirmação de Marx sobre a impossibilidade de uma transformação das relações sociais de distribuição sem a revolucionarização das relações de produção nas quais se assentam as primeiras, o que faz com que “ toda reforma séria da política social, toda melhor e mais justa distribuição dos bens **no seio** de uma economia capitalista tenha limites precisos e que **não podem ser transpostos**” (Korsch, 1973i, p. 107, negritos de KK), sejamos remetidos para uma crítica dos “socialistas de governo, que em termos absolutamente nada claros querem ao mesmo tempo duas coisas que se contradizem entre si, e se dedicam portanto a uma política ilusória que necessariamente deve concluir no desastre total” (Id. *ibid.*, p. 108). Diga-se de passagem, que Korsch abriu caminho para uma fértil compreensão teórica de que as relações sociais de produção podem incidir sobre o desenvolvimento das forças produtivas com o conseqüente afastamento do determinismo econômico em favor da primazia para a luta de classes.

Nosso autor está subjetivamente convencido de que o capitalismo é incapaz de suportar até mesmo este conjunto de medidas, tornadas necessárias pela guerra e pela legislação social do pós-guerra. No limite, Korsch se dispõe a reconhecer a boa-fé daqueles que gostariam,

pelo menos temporariamente, de um “capitalismo socialmente refinado, até os limites do economicamente possível”. Mas se trata de uma conciliação impossível à luz das “descobertas científicas de Karl Marx, o renovador da economia”. E formula uma síntese de sua proposta:

Apenas se totalmente compreendida – com base no conhecimento científico – a impossibilidade e o caráter completamente ilusório de qualquer combinação – aparentemente tão realista – de política de produção capitalista com política de distribuição socialista, só então – mas neste caso com absoluta necessidade – aqueles que desejam ser práticos e pensar em termos sociais, como “socialistas práticos”, nos reconheceremos em um socialismo no qual ciência, fé e disposição para a ação socialista se fundem em uma unidade inseparável. Este é o “socialismo prático” (Korsch, *Praktischer Sozialismus*, citado por Rusconi, 1975, p. 1205).⁵

Neste contexto, realiza-se mais uma vez o distanciamento do “marxismo ortodoxo”, fiel à letra, mas não à subjetividade de Marx, que espera passivamente que a ordem social socialista caia em suas mãos da árvore do capitalismo maduro. Se este é o socialismo “científico” então o “socialismo prático” não é científico: “é mais que ciência: é vontade criativa e prontidão para agir”. Aproveita-se aqui para se opor ao reformismo, antes encarnado por Bernstein, mas que naquele momento já era característico de toda a social-democracia majoritária. Korsch descartou, juntamente com as construções dogmáticas dos epígonos de Marx, também a aceitação da imutabilidade do modo de produção capitalista como essência do marxismo. Com relação a este ponto, que nem socialismo chega a ser, o “socialismo prático” – que considera as relações de distribuição dependentes das relações de produção – está mais embasado cientificamente.

⁵ *Solo si abbiamo compreso fino in fondo sulla base di una conoscenza scientifica l’impossibilità, il carattere completamente illusorio di ogni combinazione – in apparenza così realistica – di politica di produzione capitalistica e di politica di distribuzione socialista, solo allora – ma in tal caso con necessità assoluta – diventeremo da pratiche che desiderano e pensano in termini sociale, “socialisti pratici”; ci riconosceremo in un socialismo nel quale scienza, fede e disponibilità all’azione socialista si fundono in unità inseparabile. Questo è il “socialismo pratico”.*

Fértil ainda a compreensão korschiana de que “o capitalismo não tem possibilidade de futuro, mesmo que o socialismo não possa surgir sozinho” embora seja uma afirmação que deixa desconectadas as suas duas componentes, ou, pelo menos, conectadas somente pelo ato de vontade subjetiva. Tal acontece pela ausência, neste aspecto, de dois elementos: a) um desenvolvimento da plataforma teórica da análise científica, reduzida apenas a referências (de autoridade) a Wilbrandt⁶ e Marx. Aqui Korsch se limita a subsumir a tese wilbrandtiana sob o esquema marxiano da contradição entre forças produtivas e relações de produção. Suficiente para sair do tecnicismo, embora politicamente radicalizado, de Wilbrandt, mas ainda insuficiente para definir uma teoria política que seja operacionalmente eficaz. E, b) a especificação de um sujeito político estratégica e organizativamente determinado e determinável. Aqui parece que a passagem do colapso do capitalismo ao planejamento socialista não parece exigir mais esforços analíticos do que já foi exposto por Marx. Resta apenas a necessidade de agir.

Em que pese toda heterodoxia, esta forma de apelar para a cientificidade poderia soar perigosamente semelhante ao costume ortodoxo de delegar ao “mestre” mais uma vez todo o ônus da demonstração, mas no caso de Korsch a referência a Marx inclui a realização de fundação da relação teoria-prática, algo completamente ausente nos epígonos ortodoxos. Daqui chegará, anos mais tarde, à crítica dialética do conceito de ciência, agora aceita sem problematização. Além disso, o modo como Korsch discorreu sobre os agentes políticos da socialização revolucionária – os conselhos – será indiretamente articulado à ideia de “livre associação de produtores” do Manifesto Comunista de 1848.

⁶ Robert Wilbrandt (1875-1954) economista alemão e teórico do sistema cooperativo. Representante da geração mais decidida e politizada do chamado “socialismo de cátedra” no contexto da Alemanha do imediato pós I Guerra Mundial. Após a Revolução de Novembro de 1918, pertenceu, desde dezembro daquele ano, à comissão para a socialização da mineração de carvão. Partiu dele o convite a Korsch para que se integrasse aos trabalhos da comissão. Sua principal obra daquele período *Der Sozialismus* de 1919 foi resenhada por Korsch em 1920.

Naquele período Korsch se inseriu no debate intenso que se travava sobre a forma orgânica que o sistema de conselhos deveria assumir. Assumiu um alinhamento junto ao setor da social-democracia favorável aos conselhos (USPD), colocando-se como socialista decidido e intransigente e não mais como socialista “prático” como nos tempos de colaborador do SPD. Esta alteração terminológica não expressou somente uma nuance verbal, – foi o resultado de uma escolha político-partidária reveladora de que Korsch não concebia sua participação no processo de luta real de modo extrapartidário.

O debate teórico, as indicações operativas, o reforço do argumento e a ação concreta conselhistas se articulavam, e ganharam expressividade por meio de diferentes e divergentes correntes políticas organizadas em uma situação de fato caracterizada pelo elevado nível de heterogeneidade em pelo menos três aspectos: a) no âmbito das concepções; b) no âmbito territorial, e c) no âmbito do movimento das massas proletárias.

No modo de conceber o sistema de conselhos, foi patente a insuficiência de reflexão acumulada teoricamente. As formulações adquiriram conteúdos gradualmente diferentes segundo os lugares, períodos e as forças políticas em jogo.

Nas diferentes partes da Alemanha a implantação do movimento era diversa. A região de Berlim poderia ser considerada expressão maior do conselhismo em termos ideológicos e claramente políticos, e, nesse sentido, polo aglutinador de uma experiência intensa. A região do Vale do Rio Ruhr no oeste, com fortes traços da ação sindicalista e espontânea, colocou como questão candente a socialização imediata da produção, concebida como gestão proletária direta. Na região da Alemanha Central, Saxônia e Turíngia, a situação se apresentou mais complexa, onde as pressões pela socialização direta estiveram mediadas por estratégias de simples controle da economia e de democratização gradual das empresas, entendidas como formas de transição para uma reestruturação global da sociedade.

Resultado dos dois primeiros aspectos, no interior do próprio movimento proletário pelos conselhos se percebia a confusão, que não era apenas terminológica, em materializar o desejo subjetivo das massas de que as fábricas, a administração e o Estado fossem “democráticos e socialistas”. Assim, com tal grau de indefinição, a palavra conselhos podia significar coisas profundamente diferentes e antagônicas tais como “participação”, “cogestão” e “socialização”. Em suma, a forma institucional concreta em criação e a ser criada sintetizada pela palavra “Conselhos” e quais as forças sociais encarregadas da criação da nova ordem estavam abertas ao extremo, deixando espaço para evoluir seja no sentido da utopia idealista, seja no da demagogia conservadora, seja, por fim, no sentido da astúcia restauradora do capitalismo.

Para situar a evolução do pensamento de Korsch durante seu período como militante do USPD, importa contextualizar que a “Revolução dos Conselhos” após a realização do primeiro congresso nacional dos conselhos, realizado de 16 a 21/12/1918, renunciou explicitamente aos seus objetivos políticos em favor de uma Assembleia Nacional e se “retiraram” para o âmbito estrito social e econômico se restringindo assim ao âmbito empresarial. Tal suicídio político se deveu a diferentes fatores, mas para o ponto aqui buscado permite identificar o surgimento de uma distinção decisiva que esclarece os rumos do processo

A passagem do *Arbeiterrat* (Conselho Proletário), expressão direta da autonomia proletária extrainstitucional para o *Betriebsrat* (Conselho de Empresa), legalizado, com poderes de cogestão determinados juridicamente, mas no fundo ainda uma forma alternativa de conquistar e gerenciar (que será a tese do Korsch de 1921-1923) pode parecer um momento transitório estrategicamente aceitável. No mais são previstos organismos superiores e regionais autônomos que, na intenção dos operários, devem ser lugar de controle do poder da classe empresarial em nível de política econômica geral, sem afetar a “liberdade” do empresário privado no seu negócio particular. Em vez disso, as coisas evoluíram diferentes: a lei já altamente imitativa sobre o *Betriebsrat* não foi seguida por outras iniciativas. Pelo contrário, mesmo com altos e baixos,

se procederá ao desmantelamento dos direitos adquiridos (Rusconi, 1975, p. 1207)⁷

Mesmo esta forma de “Conselho de Empresa” já **recuperada** pelo capitalismo e extirpada de autonomia revolucionária, provocou um acirramento com os sindicatos tradicionais, surpreendidos pela Revolução de Novembro. Avessos a qualquer forma de instituição que com eles disputasse o monopólio da representação dos trabalhadores e até mesmo a qualquer forma de controle sobre a produção, se opuseram aos conselhos declarando-os “políticos”.⁸

Diante deste quadro, a social-democracia majoritária (SPD) se vale de sua legitimidade conferida pelo congresso dos conselhos – que perpetuava a cisão institucional entre partido e sindicato – para colocar os conselhos em rota de extinção por meio de uma operação de reabsorção dessa forma pela velha estrutura de representação de fábrica, preexistente à eclosão revolucionária de novembro de 1918, operando a uma mudança de nomenclatura e a um enquadramento jurídico de cunho constitucional. Assim se configuraram o art. 156 da Constituição da República de Weimar, promulgada em 11/08/1919, e a mencionada lei dos “Conselhos de Empresa” de 4/2/1920.

A social-democracia independente (USPD), partido de Korsch, por motivos que combinaram divisão interna com debilidade teórica, a despeito de muitos de seus militantes serem reconhecidas figuras

⁷ *Il passaggio dall'Arbeiterrat (consiglio operaio) espressione diretta dell'autonomia operaia extrainstituzionale al Betriebsrat (consiglio aziendale) legalizzato, con poteri cogestionali determinati giuridicamente, ma in fondo ancora da conquistare e gestire in modo alternativo (sarà la tesi del Korsch del 1921-1923) può apparire un momento transitorio strategicamente accettabile. Del resto sono previsti organismi superiori, regionali autonomi che (nelle intenzioni operaie) dovranno esserre luogo di controllo del potere della classe imprenditoriale e livello di politica economica generale, lasciando invece impregiudicata la "libertá" dell'imprenditore singolo nella sua attività particolare. Le cose invece andranno diversamente: alla legge già fortemente imitativa sul Betriebsrat non seguiranno altre iniziative; si procederá anzi, con alterne vicende, allo smantellamento dei diritti acquisiti.*

⁸ Para um debate histórico e analítico abrangente sobre a temática conselheira, incluindo este período da Revolução de Novembro de 1918, consultar a coletânea *Consejos Obreros y Democracia Socialista* (Gerratana et al., 1977).

favoráveis ao sistema de conselhos, foi incapaz de apresentar uma estratégia alternativa clara e coerente. A fusão da maioria do USPD ao *Kommunistische Partei Deutschlands* (KPD – Partido Comunista da Alemanha), em outubro de 1920, já encontrou o movimento conselhistas modificado em seu conteúdo original. Agora a fase dos “Conselhos de Empresa” seria hegemônica pelo KPD e o Korsch teórico dos conselhos acompanhou os acontecimentos de modo diferenciado. Ultrapassadas as fases anteriores em que seu pensamento se esforça para antecipar, com tons de idealização, situações ainda não libertas de suas próprias contradições e deficiências estratégicas, nesta fase “corporativa” dos conselhos sua interpretação tenderá a se identificar com ela. Mas problemas como a superestimação da força política imediatamente criativa da forma conselhistas com a consequente subestimação da capacidade de resistência e contra-ofensiva do Estado, instituição unificadora e escudo protetor das forças sociais conservadoras, além de certa negligência para com as ligações organizativas do movimento conduziram à suposição ideal da nova sociedade sem que fossem testados de forma realista os instrumentos estratégicos de sua realização.

Tal problema aparece explicitado, por exemplo, no momento em que Korsch apresenta a parte prescritiva de sua formulação no ensaio de 1919 *Was ist Sozialisierung? Ein Programm des praktischen Sozialismus* (O que é a Socialização? Um programa de socialismo prático), na parte final intitulada “O que devemos fazer? A educação para o socialismo” são apresentadas as seguintes indicações políticas operativas: a) ação política para executar a socialização por meios legislativos federais e municipais; b) promoção e participação em cooperativas de consumo e produção; c) ação político-econômica dos proletários para transformar internamente a propriedade industrial por meio de contratos coletivos de trabalho e de formas de cogestão. Além dessas medidas indica o programa da Liga Spartacus (*Spartakusbund*) como referência para levar a cabo o processo de expropriação dos capitalistas.

Em que pese o caráter firmemente revolucionarizado de sua subjetividade, fica patente que Korsch não enxerga a contradição antagônica entre a estratégia legalista da social-democracia e a estratégia revolucionária direta dos setores mais conscientes do proletariado, acreditando que ações de construção das novas instituições seriam tranquilamente legalizadas pelo Estado em suas esferas governamentais ao lado da aceitação da eliminação do proprietário privado.

Se a proposta tem o mérito de estimular as potencialidades criativas, intelectuais e de energia militante dos proletários, a fragilidade se sobressai ao abrir espaço para uma concepção “pedagógica” do processo de transformação social ao invés de política, econômica e militar. E mais, talvez por formação, Korsch alimentou aqui ilusões no direito como meio válido para a substituição do capitalismo ao circunscrever o conceito de “político” ao âmbito das iniciativas formais e oficiais dos poderes constituídos e, na falta destes, remetendo o processo de transição para um longo período de educação das novas gerações.

Mesmo que estivesse consciente dessas suas contradições, Korsch demonstra seu esforço para abrir vias para o desenvolvimento de sua radicalização política em um quadro que opunha necessidade objetiva de socialização e falta de vontade política. Sua heterodoxia se contrapõe às concepções tecnocráticas e moralizantes da socialização, porém ainda conservando imprecisões políticas e incertezas teóricas.

Da produção textual de nosso autor em 1919, abordaremos de passagem aspectos pontuais complementares antes de uma análise mais detida de seu trabalho mais importante nesta fase, publicado em fevereiro de 1920, *Grundsätzliches über Sozialisierung* (Aspectos fundamentais sobre a socialização).

Em *Sozialisierung und Arbeiterbewegung* (Socialização e Movimento Proletário), Korsch estabelece as questões centrais do ponto de vista prático e teórico a serem enfrentadas tanto interna quanto externamente ao âmbito da comissão pela socialização na qual participou. Do ponto de vista dos produtores diretos estabeleceu a distinção

entre socialização direta (autogestão com eliminação do assalariamento) e socialização indireta (estatização ou transferência a cooperativas de consumo com continuidade do trabalho assalariado) e procurou estabelecer uma conciliação entre ambas. Como o problema político de fundo não foi enfrentado – a definição da estratégia, se legal ou direta –, a problemática permaneceu abstrata. Para além da clareza didática da exposição, este texto tem o mérito de apontar para uma contradição importante se encarada prospectivamente no processo de substituição do capitalismo quando se alcança a condição de eliminar a figura do patrão

Após a abolição deste intermediário, aparecerá em primeiro plano o conflito realmente decisivo de interesses. Não mais trabalhador contra comprador de trabalho, mas sim comunidade de produtores contra comunidade de consumidores. Assim se oporão as partes nesse conflito que continuará existindo (Korsch, 1982(l)c, p. 18).⁹

Aparecido em junho de 1919, o escrito *Die Sozialierungsfrage vor und nach der Revolution* (O problema da socialização antes e depois da revolução) apresenta o programa de transição de Korsch pautado sobre duas exigências. Primeiro substituir a regulação da produção de bens das mãos do empresariado pela administração e planificação da produção e da distribuição pela sociedade. Segundo, anular a exclusividade do poder patronal no interior da cada empresa. Para tanto, sustenta que ambas exigências podem ser realizadas de forma “segura e rápida” pelo sistema de conselhos.

Ainda no mesmo junho de 1919 foi publicado *Das sozialistische und das syndikalistische Sozialisierungsprogramm* (O programa de socialização socialista e o sindicalista). Neste trabalho aparece a definição Korschiana de “democracia industrial” como expressão de

⁹ *Después de la eliminación de este miembro intermedio, aparecerá en primer plano el conflicto verdaderamente decisivo de los intereses. No ya trabajador contra dador de trabajo, sino comunidad de productores contra comunidad de consumidores; así se opondrán las partes en este conflicto que seguirá existiendo.*

uma combinação de influências do sindicalismo com o socialismo e o comunismo modernos. Ressalvando que, se o aspecto do controle e administração direta no interior de cada ramo da indústria e até mesmo de cada empresa particular procede do sindicalismo, as correntes marxistas dele se afastam no restante das suas concepções de “socialismo antiautoritário” pois não pretendem retornar a formas de produção do passado e, pelo contrário, admitem que a grande indústria mecanizada deve ser ampliada e aperfeiçoada tecnicamente. Contudo, sua heterodoxia empalidece e sua visão das consequências deste processo desaparece ao afirmar que

Toda grande indústria mecanizada é, na verdade, trabalho organizado, e trabalho organizado significa subordinação contínua de todos os envolvidos no trabalho à vontade unitária da direção. Precisamente o porta-voz máximo do bolchevismo (Lênin) não se cansa de sublinhar que “para que os processos de trabalho organizados de acordo com a grande indústria mecanizada sejam bem-sucedidos, é absolutamente necessária a *subordinação sem objeção* de centenas e milhares a uma vontade individual”. Também na “democracia industrial” plenamente realizada da época socialista se deve aplicar ainda mais fortemente um princípio: *enquanto trabalha* a massa de trabalhadores deve estar passivamente subordinada a quem dirige o processo de produção (que por sua vez obedece às leis da máquina); este é o único autorizado a tomar decisões. Mas quem deve desempenhar esta função e por quanto tempo, é decidido pela democracia operária soberana da sociedade socialista, decide nas assembleias de empresa que se realizam em cada fábrica e no sistema de conselhos operários da indústria estruturados debaixo para cima, decide em plena liberdade e se reserva o direito de mudar a decisão tomada a qualquer momento. [...] Esta é a democracia industrial [...], ao mesmo tempo, a realização desta parte das demandas operárias “sindicalistas” que, no atual nível de desenvolvimento económico e social, pode ser realizada sem cair em formas de produção economicamente atrasadas (Korsch, 1973d, p. 77-78, itálicos de KK).¹⁰

¹⁰ *Toda gran industria mecanizada es, en efecto, trabajo organizado, y trabajo organizado quiere decir subordinación continua de todos los que participan en el trabajo, a*

Ainda que de forma matizada é inegável que esta adesão ao taylorismo praticado na Rússia de Lênin expõe o lado débil da “democracia industrial” mesmo como formulação transitória. Permanece o problema da não percepção do antagonismo das estratégias e não se resolve a contradição política de fundo. Korsch tinha conhecimento das críticas que começavam a chegar da experiência concreta e das contradições da Rússia Bolchevique não apenas vindas da direita mas também dos defensores mais radicais da extrema esquerda: o proletariado organizado em torno das Uniões (AAU) e de suas teses. Teses que naquele momento rejeitava, mas que as faria suas a partir de 1926, tardiamente portanto, em um contexto econômico, social e político muito modificado.

Contrário a uma concepção redutora da política a um complexo de medidas legais, formais, aplicadas das altas esferas do Estado, cuja impotência estava demonstrada desde as primeiras semanas após a revolução de novembro, Korsch está claramente à procura de uma redefinição da política nos sentidos teórico e prático. Desse modo pode ser entendida sua referência de princípio ao leninismo – nessa fase de seu pensamento – que parece ter equacionado a questão pela formulação de Lênin, mas que na verdade o próprio Korsch perceberia ser a sua particular apreensão do que deveria ser o leninismo.

la voluntad unitaria de la dirección. Precisamente o máximo portavoz do bolchevismo (Lenin) no se cansa de subrayar que “para el éxito de los procesos de trabajo organizados según el tipo de esta gran industria mecanizada, es absolutamente necesaria la subordinación sin objeciones de centenares y miles a una voluntad individual”. También en la “democracia industrial” plenamente realizada de la época socialista se debe por tanto aplicar, incluso aplicar mucho más sólidamente, un principio: durante el trabajo la masa de los trabajadores debe estar pasivamente subordinada a quien dirige el proceso de producción (el cual a su vez obedece las leyes de la máquina); este es el único autorizado a tomar decisiones. Pero quien debe desempeñar esta función e por cuanto tiempo, lo decide la democracia obrera soberana de la sociedad socialista, lo decide en las asambleas de empresa que se realizan en cada fábrica y en el sistema de los consejos obreros de la industria estructurados de abajo hacia arriba; lo decide en plena libertad reservándose el derecho de cambiar en todo momento la decisión tomada. [...] esta es la democracia industrial [...] al mismo tiempo, la realización de esta parte de las reivindicaciones obreras “sindicalistas” que en actual nivel del desarrollo económico e social puede ser efectuada sin recaer en formas de producción económicamente atrasadas.

Por sua vez, em *Die Arbeitsteilung zwischen körperlicher und geistiger Arbeit und der Sozialismus* (A divisão do trabalho entre trabalho manual e trabalho intelectual e o socialismo) publicado em julho de 1919, Korsch se dedica a demonstrar que o socialismo não pode se limitar exclusivamente a terminar com a divisão de classe entre capitalistas e proletários, mas projetar a superação de uma cisão ainda mais radical, herdada historicamente e aprofundada pelo capitalismo, que se constitui naquela que separa os seres humanos entre aqueles que se dedicam a um trabalho estritamente corporal muscular e aqueles dedicados aos trabalhos intelectuais afastados de qualquer trabalho físico.

Movendo-se em um contexto de mercado fordismo nos processos de trabalho, a preocupação política de Korsch é a de realizar a unidade de todos os produtores contra todos os “parasitas” e inicia argumentando que as bases culturais e materiais que cindem a intelectualidade dos operários agora podem ser ultrapassadas em função de acontecimentos práticos e fala em “aliança política” entre ambos. Busca na história a explicação de uma mudança de mentalidade, necessária em seu entender, para que os trabalhadores intelectuais possam ter a exata medida de seu lugar na nova ordem que nasce. Formula distinções particularmente densas ao demonstrar a variada estratificação presente na *intelligentsia*, aponta para a possibilidade de marchas e contramarchas no processo de supressão dessa contradição, mas coloca com clareza o horizonte de eliminação da “classe dos trabalhadores intelectuais” por meio da fusão de ambos os trabalhos. E também aqui apresenta medidas transitórias para alcançar este objetivo de caráter educativo e de formação técnico-produtiva. Trata-se de um texto onde desponta a convicção comunista de Korsch, mas que, se tomado em suas indicações práticas fora de um contexto revolucionário, poderia ser passível de recuperação pelo capitalismo. Algo que se confirmou décadas depois com a substituição do taylorismo-fordismo por processos de trabalho que adotaram muitas daquelas propostas.¹¹

¹¹ Da vastíssima literatura existente sobre os processos de trabalho advindos da crise do taylorismo/fordismo, dominantes desde meados dos anos 1970, um quadro sintéti-

Por apresentar um delineamento mais preciso da dimensão política dos conselhos, o texto *Grundsätzliches über Sozialisierung* (Aspectos fundamentais sobre a socialização) pode ser considerado o mais importante desse período 1919-1920. Demarcando-se do socialismo acadêmico ao estilo de Wilbrandt e Heimann ¹², que concebiam a socialização

co e esclarecedor – pela perspectiva das lutas sociais e de classe adotada neste trabalho – pode ser descrito como se segue. As formas anteriores de gestão taylorista promoviam concentrações físicas de proletários em imensas unidades fabris e buscavam explorar unicamente a sua força muscular. Foi a resposta encontrada pelos capitalistas no início do séc. XX para submeter a milhões de camponeses em todo o mundo às formas de assalariamento, objetivando: A) possibilitar extração de mais-valia; B) destruir o saber operário e C) liquidar as formas econômicas pré-capitalistas. Com o tempo, o proletariado percebeu que o taylorismo propiciava: A) facilidade de mobilização política dos trabalhadores; B) o conhecimento das formas de controle dos seus movimentos e consequentemente da capacidade de controlar os ritmos que lhes eram impostos. Com isso passaram a se utilizar destas armas contra o próprio sistema taylorista/fordista. Em função desta tomada de consciência, o mundo irá conhecer durante as décadas de 1960/70 lutas de grande envergadura contra a disciplina reinante nas empresas em vários pontos do planeta: EUA (luta dos negros e trabalhadores); Leste da Europa (Hungria, Tchecoslováquia e Polônia); França (maio de 1968, que revelou a transformação da universidade de elite para universidade de massas) e China (Revolução Cultural). Estas lutas serão as principais responsáveis pela grande crise econômica de 1974 (tratada superficialmente por muitos como sendo uma “crise do petróleo”). Na verdade, o aparecimento do sistema toyotista de gestão da produção foi o resultado de uma dupla tomada de consciência por parte dos capitalistas: por um lado era preciso explorar a componente intelectual do trabalho e, por outro, era necessário fragmentar ou até mesmo dispersar os trabalhadores. As atuais formas de gestão são caracterizadas por conseguirem: A) articular meios de trabalho com meios de fiscalização, via microeletrônica, e B) expandirem-se para fora das unidades de produção atingindo a sociedade em geral por meio da conjugação entre meios de fiscalização com meios de lazer, o que resulta na intensificação do controle e da exploração sobre o proletariado mundial. Entende-se assim porque a opressão política é agravada pelo desenvolvimento da exploração econômica. E também porque não se pode neutralizar a tecnologia, a gestão e a organização do trabalho, a maquinaria com o argumento pretensamente “crítico” de que o problema destas reside no uso que os capitalistas lhes dão, fazendo supor que a tecnologia em si poderia ser usada para outros fins. As forças produtivas (FP) não são neutras. E as FP capitalistas não constituem um amontoado de técnicas fragmentárias e reciprocamente isoladas, mas uma estrutura coerente que reproduz e realiza a estrutura do Modo de Produção. Para maiores aprofundamentos consultar Bernardo (2004).

¹² Eduard Magnus Mortier Heimann (1889-1967) economista e cientista social alemão. Secretário da Comissão para a Socialização em 1919. Em abril deste ano escreveu *Die Sozialisierung* (A Socialização) para o *Archiv für Sozialwissenschaft Sozialpolitik* (Arquivo para as Ciências Sociais e Política Social) como contribuição aos problemas econômicos do socialismo no contexto da Revolução de novembro de 1918. Neste trabalho polemiza com Korsch em vários aspectos, dentre eles o de que os conselhos seriam in-

como um conjunto de iniciativas técnicas racionais e funcionais para otimizar a produção, Korsch introduz uma nova aquisição teórica a de que “a socialização é a revolução social, é a ideia socialista que se transforma em realidade por meio da atividade prática humana e sensível” (Korsch, 1973a, p. 90, itálicos de KK), estebelecendo assim a identidade entre **processo de desenvolvimento histórico** e **atividade humana revolucionária** denotando um salto de qualidade da sua concepção em relação a qualquer concepção tecnocrática.

A questão do Estado aparece como central seja sob o aspecto de reafirmação de princípios revolucionários abandonados pelo marxismo ortodoxo da II Internacional, seja como problema insolúvel para o próprio Korsch. No primeiro caso, nosso autor assim expressou sua concepção de Estado

uma organização do poder que com a violência resume em uma unidade artificial múltiplos interesses, de diferente natureza, sociais e individuais, e que, um dia, na comunidade socialista, deverá “se extinguir” para dar lugar a formas de organização, coordenadas de modo infinitamente mais elástico, da “sociedade” sem Estado (Korsch, 1973a, p. 101).¹³

Contudo, Korsch deixou em segundo plano a concepção de Estado – que parecia central meses antes – como representante do interesse coletivo dos consumidores e reparador dos interesses particularistas dos produtores e passa então a definir teórica e praticamente o Estado como “gestão centralizada do plano econômico”. Como não se trata de uma função simplesmente técnica, mas política, Korsch é colocado ante a necessidade de restaurar de alguma forma um Estado que legitime o uso da violência e a limitação dos direitos operários. Apenas insistindo sobre o caráter de herança do passado nessa situação e, por isso, em

competentes para gerir a produção ou de que a socialização não seria fruto de um ato político incisivo sobre o sistema produtivo, mas somente nas formas de distribuição.

¹³ *una organización del poder que con la violencia resume en una unidad artificial múltiples intereses, de diferente naturaleza, sociales e individuales, y que un día, en la comunidad socialista, deberá ‘extinguirse’ para dar lugar a formas de organización, coordinadas de un modo infinitamente más elástico, de la ‘sociedad’ sin Estado.*

sua transitoriedade, Korsch contorna o problema para o momento. Isso não deixará de ressurgir em quem, como ele, coloca os conselhos de base na perspectiva autogestionária, mas também desconfia da “massa despreparada” tanto quanto da burocratização ligada à simples nacionalização. Vejamos então os reflexos teóricos e práticos dessa tentativa korschiana de combinar autonomia dos organismos dos produtores, o sistema de conselhos, com planificação e centralização.

Esta primeira sistematização do marxismo korschiano exprime um esforço para fundamentar teoricamente a socialização enquanto ação, até o momento circunscrita à pura vontade de agir. Tomado pelas conexões imediatas entre consciência e ação e entre revolução e produção, a fusão entre teoria e prática não deriva de qualquer elemento externo ou de qualquer relação organizativa, mas opera diretamente na personalidade do revolucionário. Essa forma de marxismo ativista resulta de uma tensão subjetiva originada pela convicção, gerada sobre elementos objetivos, da inevitável derrocada do sistema capitalista, mas sem significar que a revolução possa ser concebida como “desenvolvimento histórico inevitável” e sim como tarefa prática. O marxismo de Korsch não se escuda na “ciência marxista” como meio de substituição da ação proletária e tampouco possui qualquer objeção ao conceito de cientificidade do socialismo ou ao método científico como tal.

Ideias claras sobre socialização pressupõem uma abordagem científica para o problema. Teoricamente essa convergência entre ciência e ação na ideia de socialização em Korsch não levanta maiores especificidades. “Ciência” é simplesmente o conjunto de orientações de política econômica surgido a partir das experiências de economia de guerra (orientada não para fins lucrativos, mas ao interesse nacional e às possibilidades de produção) ou formulado em vários projetos de socialização entre fins de 1918 e início de 1919 que, em contraste com a tendência ao socialismo de Estado – que não é socialismo na concepção de Korsch -, têm como perspectiva a autogestão econômica das unidades autônomas. No fundo de todas estas

indicações, há a crença de que o capitalismo abre o caminho para o socialismo não apenas negativamente, com suas próprias contradições, mas também positivamente desenvolvendo formas de organização social que o socialismo deverá prosseguir. Não restam dúvidas que, em seguida, as ciências econômicas e sociais envolvidas nesta operação estão excluídas de qualquer crítica preconceituosa de natureza epistemológica ou “política”. São válidos apenas os critérios de eficiência e de salvaguarda do princípio conselhistas. Ciência como fator de conhecimento antecipador e ação como fator de realização conforme Marx. Mesmo sendo uma tese formulada de modo conciso e postulativo, em função da premência de tornar-se ferramenta de análise e prática política eficaz, foi capaz de, no desenvolvimento posterior de Korsch, marcá-lo por esta recepção pragmática e ativista do marxismo.

A última fase do movimento conselhistas dos anos 1920, a fase dos “Conselhos de Empresa”, isto é, dos “conselhos proletários recuperados”, foi enfrentada por nosso autor sob a urgência de resolver em termos teóricos a questão das relações entre economia e política. Na prática se tratava de definir a função específica que o conselho deveria desempenhar ao lado do partido e do sindicato na conjuntura de refluxo revolucionário dos anos 1922-23. Politicamente trata-se de identificar uma estratégia global de transição para o socialismo que – com seus objetivos finalistas, dentre os quais um dos primeiros é a extinção do Estado – possa se valer de todos os meios legais e reformistas disponíveis. A revolução de fato, escreve Korsch, é um processo de atos parciais, resgatados em sua parcialidade pelo movimento geral.

Percebendo com acuidade essa conjuntura de refluxo, Korsch elabora em março de 1921 o texto *Wandlungen des Problems der politischen Arbeiterräte in Deutschland* (Evolução do problema dos conselhos operários políticos na Alemanha) que contém uma crítica sistemática da prática conselhistas naquelas circunstâncias concretas. Sublinha duas deficiências que, segundo ele, causaram a morte dos conselhos e

em grande medida da própria revolução: a submissão aos partidos e a ausência de um conteúdo autenticamente revolucionário. Analisa as “causas concomitantes de índole ideológica” da rápida “decadência e desintegração das instituições dos conselhos” (Korsch, 1979j, p. 40).

Os conselhos alemães deixaram de lado suas próprias tarefas e se autolimitaram a exercer uma função de controle superficial do aparelho de Estado e da indústria, sem se colocarem a tarefa de tomada do poder. Nem mesmo expressaram eficazmente as grandes dificuldades do proletariado que, optaram majoritariamente pelos sindicatos como instituições mais seguras para defender suas reivindicações imediatas. Assim Korsch explicou a debilidade dos conselhos diante da repressão desencadeada sobre eles.

Esta crítica a uma situação concreta serviu de ponto de partida para uma reflexão no âmago da própria teoria política contida no fundo da problemática que poderia ser assim exposta: como manter a autonomia teórica e prática do movimento proletário diante do movimento revolucionário burguês, ou seja, qual a relação existente entre as formas políticas criadas pelo proletariado e os conteúdos de classe aos quais essas mesmas formas devem servir de instrumento?

E a problemática continua de uma perspectiva prática – saber até que ponto são os conselhos instituições revolucionárias – e de uma perspectiva teórica mais geral – saber até que ponto o próprio marxismo é uma teoria da revolução proletária, portanto também um instrumento válido.¹⁴

¹⁴ Esta segunda questão equivale para Korsch a pesquisar como se opera a ruptura no plano teórico do marxismo com a consciência de classe burguesa, já que na prática a burguesia encerra seus esforços revolucionários quando conquista o poder e transforma o Estado Feudal em Estado Capitalista e o proletariado, desse momento em diante, deve se voltar contra ela. Assim o marxismo seria, enquanto socialismo científico, uma teoria unitária e autônoma, expressão teórica de um movimento real da classe. Contudo, desde o surgimento do marxismo a situação não se alterou substantivamente no entender de Korsch. Continuam a existir teorias que dividem a classe se reivindicando da tradição marxista. Seria preciso então, humildemente, reconhecer essa realidade renunciando a princípios imutáveis e adotar uma atitude criativa e antidogmática em sintonia com a prática real do movimento presente.

Nesta nova conjuntura, temos não mais o Korsch da ala esquerda do USPD mas o Korsch bolchevique do KPD.¹⁵ Embora a forma institucional dos Conselhos seja para ele muito mais avançada do que formas políticas burguesas como o parlamentarismo, e tenha havido uma identificação entre Conselhos e triunfo do proletariado revolucionário, a evolução da Rússia levará anos depois ao questionamento desta formulação no sentido de pôr em causa o próprio caráter proletário da Revolução Russa.

Em 1922 o KPD, sob a orientação tática da “Frente Única”,¹⁶ realiza um lento trabalho de penetração do partido nas massas operárias, nos sindicatos e nos conselhos de empresa. Korsch defendeu essa tática aderindo aos argumentos da maioria da direção do partido, contra a esquerda partidária interna, que sustentavam que, em uma situação social difícil para as massas proletárias e diante da ameaça de um insurgente fascismo alemão – mesmo em uma situação ainda caracterizada como

¹⁵ O texto *Die tote USPD und der lebendige Stinnes* (O morto USPD e o vivo Stinnes) é representativo dessa ruptura. Nesse escrito, publicado em setembro de 1922, Korsch analisou o programa de ação da social-democracia que fundiu a parte minoritária do USPD que recusou a unificação com o partido comunista e retornou ao velho SPD. Pela sua leitura do momento político vivido pela Alemanha imediatamente após o refluxo do movimento operário, enquanto as forças econômicas capitalistas passavam ao contra-ataque – dirigidas pela grande indústria e expressas politicamente pelo magnata industrial Hugo Stinnes do Partido Democrático *Deutsche Volkspartei* –, a social-democracia (SPD e USPD unificados) adota um programa de “fraseologia confusa” que permanece com a velha prática de radicalismo verbal onde “não apresenta perigos para a prática real”, um autêntico “programa verbal de ações”. Korsch não poupa adjetivos depreciativos para denunciar o socialreformismo em mais uma tentativa de enganar o proletariado, demonstrando a estreita correlação entre os acontecimentos de política interna e internacional que unificam as ações dos capitalistas e as medidas programáticas propostas pela social-democracia (Korsch, 1982(I)b, p. 65).

¹⁶ Trata-se da tática aprovada no III Congresso da Internacional Comunista, realizado em Moscou de 22.6 a 12.7 de 1921. Com base em uma argumentação de que o mundo capitalista havia se recuperado, que algumas revoluções haviam fracassado e que os comunistas não contavam com a maioria do proletariado naqueles países onde previam a possibilidade da revolução, previa uma nova relação entre os partidos ditos proletários e a classe, bem como ações unitárias com a social-democracia e os socialistas, e a conquista da maioria do proletariado por dentro dos velhos sindicatos. Previa também a formação de Partidos Comunistas de Massas, abandonando a primazia do trabalho de propaganda e de agitação, por meio da defesa de reivindicações parciais e imediatas. Para uma apreciação da tática da “Frente Única” na integralidade das resoluções do III Congresso consultar: Fornazieri (1989b).

pré-revolucionária – tal conjuntura apenas podia ser enfrentada com uma sólida unidade operária e uma vigorosa política “Democrática”.

No entanto, para se manter válida, esta linha necessita se apoiar sobre um duplo movimento: aceitar e defender a legalidade republicana até, no limite, admitir a possibilidade de uma participação em um eventual governo, ou fazer oposição leal, com a conquista democrática das instituições operárias, sindicatos e conselhos, e ao mesmo tempo manter as atividades extra-institucionais e a perspectiva da insurreição. É uma linha de vanguarda, pontilhada de ambiguidades que, somada a alguns erros táticos, levará à derrota em outubro de 1923 e à sua rejeição por muitos de seus então apoiadores, Korsch incluído.

Interpretando na prática a política de revolucionarização por dentro das estruturas institucionais existentes tendo em vista o momento da inevitável batalha decisiva, o trabalho korschiano faz emergir uma estratégia revolucionária que, embora inspirada em Lênin e na experiência russa, constitui-se na verdade em uma variante ocidental. Obviamente que seu grande potencial não foi aplicado, bloqueado por muitas ambiguidades internas. Contudo, permaneceu como uma perspectiva válida a ser testada pelo movimento alemão e europeu.

O texto de maior fôlego que expressa a nova orientação política de Korsch, com o qual encerraremos a análise da sua abordagem conselheira, aparece em julho de 1922. Trata-se de *Arbeitsrecht für Betriebsräte* (Direito do Trabalho para os Conselhos de Empresa). Nele Korsch começou sua discussão contrapondo burguesia e proletariado frente ao trabalho, contraposição que se reproduz na legislação trabalhista. A burguesia fala apenas de “contrato de trabalho” colocando-se em termos da livre troca de “propriedade” de bens, considerando nesta mesma forma o trabalho, ou melhor, a força de trabalho como “propriedade” vendável, alienável. Em sentido contrário, o proletariado deve se colocar diante do mundo do trabalho na perspectiva mais ampla e radical da “Constituição do Trabalho” que significa a um só tempo concepção, estrutura e organização do trabalho.

A tão propalada “liberdade de trabalho” burguesa aparece em todos os seus limites: não apenas por ter sua validade apenas para o trabalhador individual e não para a classe operária, que, como tal, sempre necessita de um patrão, mas principalmente por estar ausente do local de produção. Exatamente onde se encontra a colaboração organizada dos seres humanos, predomina a exploração e ausência de liberdade.

Essa falta de liberdade e de direito em que a classe assalariada efetivamente se encontra na sociedade capitalista, apesar do “contrato de trabalho livre” e de todos os outros direitos fundamentais e “liberdades” da república burguesa, tem sua origem, em todas as suas formas, numa única e mesma raiz comum. Para descobrir e desenterrar esta raiz temos que descer, de acordo com a teoria de Marx, até esta camada mais profunda da vida social humana designada pelo nome de vida “econômica”. [...] Temos de pesquisar a **constituição** desta vida econômica. Temos que considerar de modo **político**, não só o Estado e o direito, mas também essa camada mais profunda: a economia. Não temos que proceder da forma burguesa: “economia” por um lado e “política” por outro, mas temos de fazer “economia política” (Korsch, 1980c, p. 9-10, destaques de KK).¹⁷

Esta abordagem política dos fatos econômicos possibilita desmascarar a ideologia jurídica do livre contrato de trabalho e desvelar pura e simplesmente as relações de poder. O proletário vendendo sua particular mercadoria força de trabalho entra em relações de poder social que devem ser tratadas politicamente. Isto significa que ao reivindicar a “democracia industrial” o proletariado pode se valer de todos os motivos alegados pela burguesia contra a nobreza feudal

¹⁷ *Esta falta de libertad y de derecho en que se encuentra efectivamente la clase asalariada en la sociedad capitalista, a pesar del “contrato libre de trabajo” y de todos los demás derechos fundamentales y “libertades” de la república burguesa, tiene su origen, en todas sus formas, en una y la misma raíz común. Para descubrir y desenterrar esta raíz tenemos que descender, según la teoría de Marx, hasta esa capa profunda de la vida social humana que se designa con el nombre de vida “económica”. [...] tenemos que investigar la **constitución** de esta vida económica. Tenemos que considerar de un modo **político** no sólo el Estado e el derecho sino también esa capa más profunda: la economía. No tenemos que hacer, al modo burgués, por un lado “economía” y por otro “política”, sino que tenemos que hacer “economía política”.*

quando sustentou sua “democracia política” para fundar um Estado baseado na liberdade, dado que as revoluções burguesas libertaram o ser humano enquanto cidadão, mas deixaram intactas as raízes da falta de liberdade como tal, situadas na ausência de liberdade para quem trabalha na esfera da produção. Aqui reside a especificidade da revolução proletária: não se limita em libertar a humanidade em termos intelectuais e políticos, mas liberta o ser humano que trabalha. Portanto, a tarefa do proletariado é golpear a base econômica da dominação de classe, abolindo a escravidão no local de produção. Agindo desse modo, é uma continuação/superação dialética das revoluções burguesas que a precederam.

Contudo, tal continuidade em perspectiva e a analogia terminológica entre as duas “constituições” (política burguesa e do trabalho proletária) não deve induzir ao erro de pressupor que a segunda não implica em mudanças estruturais do modo de produção. A “constituição do trabalho” de Korsch não se confunde com uma “CLT radicalizada”¹⁸ ou algo ao estilo, pelo contrário, pressupõe a luta pelo poder no âmbito da república democrática por uma nova forma de produzir que assume a aparência de uma luta pelo controle do Estado e de outras esferas da vida social.

No contexto dessa luta, Korsch estabelece um paralelo entre tipo de Estado político e tipo de relações de trabalho, inseridas no conceito de “economia”. Cada classe procura a forma estatal mais adequada à sua dominação: “Estado de Exceção” burguês como forma da “ditadura da classe capitalista” ou ditadura do proletariado. Trata-se de uma correlação “retardada”. Na verdade, no momento histórico em que se subordinava ou mesmo se eliminava a monarquia absoluta pe-

¹⁸ Norma legislativa, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 é composta por oito capítulos e 922 artigos que abrangem e especificam direitos de grande parte dos trabalhadores brasileiros que tratam desde questões como identificação profissional, duração da jornada de trabalho, salário mínimo e férias, passando por temas como segurança e medicina do trabalho, proteção ao trabalho da mulher e do menor, previdência social até o estabelecimento de regulamentações de sindicatos.

la burguesia, imperou o despotismo irrestrito nos locais de trabalho. A luta do “quarto Estado” pelos direitos de participação na economia se inicia com o fim da revolução política democrática do “terceiro Estado”. Hoje, em nenhum lugar, se pode falar de uma “democracia industrial” plenamente realizada, nem sequer de “parlamentarismo”, mas apenas de “constitucionalismo industrial”, ainda assim aparente, em analogia com a monarquia constitucional. Tal constitucionalismo pode ser considerado apenas uma transição temporária para “democracia industrial” real. Neste momento de sua elaboração, Korsch estabelece uma nova relação entre fins (domínio da economia) e meios (conquista do Estado) no seu paralelo das formas:

A conquista do poder político pela classe trabalhadora e o estabelecimento da democracia proletária no lugar da democracia burguesa (sob a forma de ditadura do proletariado) certamente acelerará consideravelmente – se considerarmos longos períodos – o desenvolvimento de formas mais diretas “democratização industrial” [...] No entanto, se considerarmos períodos menores, a ditadura proletária pode mostrar ainda que *temporariamente*, a tendência oposta, e em certa medida limitar os direitos de cooperação dos trabalhadores como tais, (isto é, a “democracia industrial” no sentido estrito da palavra) e até, talvez, a “autonomia dos sindicatos” (ou seja, os direitos de participação dos trabalhadores como vendedores da mercadoria força de trabalho).(Korsch, 1980c, p. 40-41, destaques de KK).¹⁹

E nosso autor prossegue esclarecendo que tais limitações ocorrem, no Estado proletário, em favor dos trabalhadores “organizados co-

¹⁹ *La conquista del poder político por parte de la clase trabajadora y la instauración de la democracia proletaria en lugar de la democracia burguesa (en forma de dictadura del proletariado) acelerará sin duda considerablemente – si tomamos en cuenta periodos largos – el desarrollo de formas más directas de “democratización industrial” [...]. Si se consideran periodos más pequeños, la dictadura proletaria puede mostrar sin embargo, **temporalmente**, la tendencia contraria, y limitar hasta cierto punto los derechos de cooperación de los trabajadores en cuanto tales (es decir, la “democracia industrial” en el sentido estrecho de la palabra) y hasta quizás la “autonomía de los sindicatos” (es decir, los derechos de participación de los trabajadores en cuanto vendedores de la mercancía fuerza de trabajo).*

mo Estado". Em seu pensamento isto significa substituir os direitos de participação dos proletários na qualidade de produtores sindicalizados pelos direitos de cooperação de cidadãos do novo Estado. Este "recuo" apenas é admissível devido ao fato de que o proletariado não manterá esta forma transitória de poder estatal como forma permanente de sua organização social, mas como "passageiro estado de exceção".

Contraditoriamente, a menção a Lênin não guarda proximidade com o leninismo de fato na concepção de fundo dessa formulação, mas serve de referência contra as posturas dos dirigentes sindicais de sua época e também para polemizar contra as diversas formas de reformismo já abordadas (Casal Webb na Inglaterra, Kautsky e Bernstein na Alemanha) e também contra a tendência "antirreformista" ainda presente nas massas e expressa pelo KAPD²⁰ e as Uniões Operárias (AAU)²¹.

²⁰ Sigla em alemão do "Partido Comunista Operário da Alemanha". Expressão mais radicalizada das sucessivas cisões na social-democracia alemã. Divergindo da política "4 de agosto" do SPD, em abril de 1917 a esquerda (Liebknecht, Mehring, Pieck, Levi e Rosa Luxemburg) e o centro (Kautsky) do partido fundaram o USPD. Em dezembro de 1918, a corrente spartaquista deixou o USPD, somou-se aos radicais de esquerda e fundou o Partido Comunista Alemão (Liga Spartacus), sigla KPD (S). O KPD(S), em abril de 1920, perdeu 80% de seus membros (40.000) para o KAPD e os 20% restantes, em dezembro de 1921, fundiram-se com a ala esquerda do USPD, cerca de 400.000, dando origem ao VKPD – Partido Comunista Unificado da Alemanha. A ala direita do USPD paulatinamente retornou ao SPD a partir de 1922. Segundo Meijer (1975, p. 24), o voluntarismo da militância do KAPD foi temido na Alemanha por sua prática de ações diretas e violentas, pela crítica desenvolvida contra partidos e sindicatos, pela denúncia da exploração capitalista sob todas as formas e, em um período de decadência do movimento operário e marxista, pela qualidade de suas publicações. Mesmo rompendo com o modelo bolchevique adotado após a Revolução Russa de "partido de massas", o KAPD manteve-se fiel ao modelo de "partido de quadros" que se constrói por meio da seleção dos proletários mais conscientes. Com militantes profissionais e redatores pagos para dar vida ao aparato burocrático (imprensa, publicações, dentre outros), que forneciam sustentação para as "ações exemplares" como forma de conscientização das massas.

²¹ *Allgemeine Arbeiter Union Deutschlands* (União Geral dos Trabalhadores da Alemanha), sigla AAUD. Núcleo político e econômico dos operários radicais pela transformação das organizações de luta econômica em corpos políticos de poder – os Conselhos Proletários. As organizações de empresa que a integravam gozavam de ampla independência e liberdade para adotar suas táticas nos locais de trabalho. Reuniu oitenta mil trabalhadores no momento de sua fundação, a AAUD teve rápida expansão. Em dezembro de 1920, contava com trezentos mil, apesar da repressão política e policial que a acompanhou por toda sua trajetória. Nessa data a AAUD realizou sua III conferência na cidade de Leipzig,

Contra os reformistas que, em geral, pretendiam conquistar a “democracia industrial” sem ruptura política, nosso autor argumentou a incompreensão daqueles acerca da diferença de fundo entre Estado Capitalista e Estado Proletário e defendeu como condição necessária para atingir tal conquista, não um processo gradual e interno à economia capitalista, mas a derrocada violenta das instituições democrático burguesas, ou seja, da revolução violenta.

onde aprovou um programa de onze pontos definidor do seu caráter, objetivos, métodos e meios. Contudo, a partir desse mesmo dezembro de 1920, divergências políticas insuperáveis sobre dois pontos – necessidade ou não de um partido externo à própria AAUD e como gerir a vida econômica e social – levaram a uma cisão em junho de 1921 de grandes proporções. Inicialmente sob a forma de uma oposição interna e depois boa parte das organizações fundadoras abandonou a AAUD para formar, em outubro daquele ano, a *Allgemeine Arbeiter Union Deutschlands Einheitsorganisation* – AAUD-E (União Geral dos Trabalhadores da Alemanha – Organização Unitária). Tais divergências não ganharam primazia enquanto a AAUD não manteve contatos estreitos com partidos políticos. Realidade alterada pelo surgimento do KAPD em abril de 1920. Contra a vontade de várias organizações que a integrava, uma apertada maioria da AAUD passou a colaborar estreitamente com esse partido, fazendo com que o campo da esquerda comunista – dentro de um marco geral convergente (análise política, concepção de comunismo, necessidade de superação das formas de organização tradicionais), se apresentasse cindido quanto às formas que deveriam assumir as novas organizações. De um lado os que concebiam a importância da manutenção de uma dupla organização na qual as organizações de fábrica seriam a base do sistema de conselhos na condição de que houvesse uma hegemonia comunista consciente. Sendo o partido (KAPD) uma organização de comunistas conscientes, na prática promoveriam o programa e as concepções revolucionárias via participação nas organizações de empresa, exercendo um papel dirigente nas lutas de classes para orientar seu desenvolvimento em sentido comunista. À AAUD caberia agrupar e organizar as massas apoiada sobre uma rede de organizações de empresa. Seus integrantes não deviam assumir a direção de qualquer luta que não fosse passível de ser orientada para fins comunistas (lutas por reformas ou aumentos salariais nas empresas), sendo solidários na prática com tais lutas, mas procurando impedir a sua assimilação pelo capitalismo. O principal teórico dessa vertente “KAP/AAU” foi Hermann Gorter. De outro lado os que concebiam que nada poderia substituir a ação direta dos próprios proletários, que se não fossem capazes de superar suas debilidades seriam vencidos e continuariam submetidos a todo tipo de exploração. Assim, as organizações de empresa seriam a única base para a organização revolucionária do proletariado, combinando todas as funções e tarefas políticas e econômicas de preparo e sustentação da ditadura do proletariado. Outra diferença de concepção significativa é que a unidade orgânica entre luta econômica e luta política foi vista como condição para o desenvolvimento de uma organização unitária de massas, contrária à ideia da existência de organismos conselhistas separados para o exercício das funções econômicas e políticas. Tal separação, foi vista como resquício da velha concepção social-democrata e bolchevique expressa nas formas partido e sindicato. O principal teórico dessa vertente “AAU-E” foi Otto Rühle (Cf. Authier, 1975; Mendonça, 2011).

Contra os antirreformistas que negavam qualquer valor à existência de uma legislação social, nosso autor – situado em um campo divergente daquele que se tornaria o seu nas últimas três décadas de sua vida²² – argumentou, apoiado na obra de Lênin “Esquerdismo: Doença infantil do comunismo” publicada em junho/julho de 1920, que a oportunidade para sustentar medidas de “política social” residia no fato de que, longe de ser mera concessão tática do adversário (independentemente de sua intenção subjetiva), são expressão dos níveis reais da “pressão de classe” e devem ser compreendidas e mantidas como parte da ação geral do proletariado. Este temor de que o descontamento dos “debaixo” possa aumentar a tensão social a ponto de sair do controle dos “de cima” é o motivo principal, embora existam outros, secundários, como o temor de epidemias e a redução do número de recrutas para o serviço militar.

O mesmo vale para o trabalho sindical, erroneamente considerado por militantes do KAPD, alguns sindicalistas e por grandes setores não sindicalizados como cansativo trabalho absolutamente supérfluo ou mesmo prejudicial ao objetivo final revolucionário.

²² Conforme ele mesmo admitiu em carta ao conselheiro australiano Jim Dawson em maio de 1948, na seguinte passagem onde se lê: “Talvez eu deva primeiramente consignar em detalhes quem sou e fornecer-lhe uma análise histórica do longo desenvolvimento por meio do qual eu passei de membro (embora um membro opositorista mesmo assim) da inglesa *Fabian Society* em 1912-1914 para membro do Partido Social Democrata Independente alemão durante a primeira Guerra Mundial, de lá – via uma breve adesão entusiástica – para o partido de Lênin, dele para uma oposição “ultra-esquerdista”, primeiro interna e depois externamente ao partido, e de lá posteriormente, durante os últimos vinte anos, para uma nova posição que me parece em muitos aspectos semelhantes à sua atual tendência conforme expresso pelo seu número de dezembro de 1947, o último até agora que eu tenha visto.” (Korsch, 1977c, p. 292-293). Esta carta encontra-se traduzida para o português e integra este trabalho (Apêndice D). *Maybe I should state first in detail who I am, and give you a historical analysis of the long development through which I changed from a member (though an oppositionist member even then) of the English Fabian Society in 1912-14 to a member of the German Independent Social Democratic party during the first World War, and from there through a short enthusiastic adherence to the party of Lenin to an “ultra-leftist” opposition, first from within, afterwards from without the party, and from there further on, during the last twenty years, to a new position which seems to me in many ways similar to your present tendency as reflected by your issue of December, 1947—the last, so far, that I have seen.*

Contra ambas as tendências Korsch sustenta o que denomina de “perspectiva do marxismo revolucionário”, a qual se diferencia do reformismo e do antirreformismo por considerar “de antemão de modo ‘político’ a **totalidade** da atividade dos sindicatos, mesmo nas suas formas mais insignificantes [...] na medida em que contempla todos esses processos como parte de uma ação geral cujo objetivo final consiste na transformação revolucionária da ordem social e da economia existentes” (Korsch, 1980c, p. 58, destaques de KK).

Preocupado em acentuar a linha histórica de continuidade entre luta econômica sindical e luta política tanto sob o aspecto da realidade do proletariado como classe quanto das formas de suas organizações, nosso autor identifica três estágios da luta proletária: se inicia com o processo de autonomização da burguesia, mas ainda não constituem uma classe para si mesmos, não lutam de forma independente e por um objetivo especificamente proletário. Em seguida aparecem as primeiras associações puramente proletárias sob a forma de federações sindicais para eliminar a concorrência entre os operários e fazer uma resistência comum aos capitalistas, mas o resultado obtido não é o êxito nessa finalidade, mas uma unidade mais ampla da própria classe, alcançam o estágio de “classe para si” e lutam de modo independente. O terceiro estágio se caracteriza pelo confronto das aspirações proletárias com as instituições das classes dominantes e sua obstinada resistência.

Neste momento Korsch expõe a forma mais eficaz de derrotar a luta proletária por seus objetivos: a integração das organizações do proletariado no capitalismo:

Todas as fases subsequentes do desenvolvimento histórico são caracterizadas por vitórias parciais da **ideia de associação** sobre a **ideia de liberdade** do primeiro capitalismo e, finalmente, para manter e afirmar sua dominação de classe ameaçada, o próprio capitalismo vai recorrer à ideia de associação. Apesar das proibições mais estritas, os proletários, em número cada vez maior [...] se concentram irresistivelmente em associações, até que aquelas proibições deixam de ser cumpridas na prática e são derogadas

(1825 na Inglaterra, década de 1860 na Alemanha). A partir desse começo [...] vai se desenvolvendo gradualmente [...] uma “liberdade de associação” que, mesmo limitada em muitos sentidos, vai além da mera tolerância (Korsch, 1980c, p. 65, destaques de KK).²³

Ademais, destaca que os capitalistas também passam a se valer da ideia de associação, organizando-se em sindicatos patronais, e observa que esta “liberdade de associação” conquistada nos marcos do regime começa a se transformar em seu contrário como “obrigação formal de associação”²⁴. Este desenvolvimento coloca, no entender de Korsch, a necessária confrontação de classe contra classe para determinar o conteúdo dessas regulações públicas. Uma luta política aberta que assume o conceito de luta decisiva, total e final. Disso resulta a definição do conceito de “político” korschiano como conceito totalizante que abarca tanto os atores específicos (classe contra classe), quanto a configuração institucional a ser criada. A natureza do conselho de empresa, ponta de lança desse processo, resulta afetada por essa expansão indefinida de suas funções.

Valendo-se do método da retrospectiva histórica do movimento sindical alemão e internacional para identificar as principais tendências de seu contexto no sentido das limitações do poder absoluto nas fá-

²³ *Todas las fases siguientes del desarrollo histórico se caracterizan por triunfos parciales de la idea de asociación sobre la idea de libertad del primer capitalismo, hasta que finalmente, para mantener y afirmar su amenazado dominio de clase, el propio capitalismo recurrirá a la idea de asociación. A pesar de las prohibiciones más estrictas, los proletarios, en un número cada vez mayor [...] se concentran irresistiblemente en asociaciones, hasta que aquellas prohibiciones ya no pueden cumplirse en la práctica y son derogadas (1825 en Inglaterra, en la década de 1860 en Alemania). A partir de este comienzo [...] se va desarrollando gradualmente [...] una “libertad de asociación” que si bien está limitada en muchos sentidos, va más allá de la mera tolerancia.*

²⁴ Em 1928, seis anos depois deste seu principal trabalho durante o período de existência dos conselhos, Korsch se dedicou a essa problemática no escrito “Sobre o direito de contratação das uniões sindicais revolucionárias”. Retomando explicitamente a menção a esta passagem, demonstrou o antagonismo entre as duas formas de associação. Concebida como unidade da classe, implica em aumento da força proletária, mas se concebida enquanto subordinação/enquadramento da classe, implica em aumento do controle sobre o proletariado (Korsch, 1982(l)e). Portanto, a “obrigação de associação” é a “livre associação recuperada”, logo integra o arsenal da contrarrevolução, tema do próximo capítulo.

bricas, e, com isso, precisar a função dos conselhos de empresa em seu quadro teórico, nosso autor identifica três etapas. Depois de passar pela legislação social operada pelo Estado que foi favorável ao trabalhador enquanto cidadão e não como produtor e pela fase das lutas econômicas sindicais que, via contratos coletivos de trabalho, defenderam o trabalhador enquanto vendedor da mercadoria força de trabalho, chega-se à mais recente historicamente e mais decisiva etapa na perspectiva dos objetivos socialistas, a dos direitos de participação dos proletários na gestão como integrante da produção e das empresas.

Novamente temos Korsch apresentando a contraposição entre concepções reformistas e revolucionárias e afirma que caso se pretenda envolver concretamente as instituições existentes para a sua revolucionarização, os então conselhos de empresa, reconhecidos como *Betriebsräte*, devem ser vistos por uma matriz dupla. Um lado da sua essência de fato é a continuação das velhas instituições anteriores denominadas “comissões de trabalhadores” de 1891 e 1916, inseridas portanto em uma lógica reformista. E o outro lado de sua essência são também herdeiros do movimento revolucionário conselhistas de novembro. Ambos aspectos são constitutivos da realidade de fato dos conselhos de empresa existentes.

Por esta formulação, nosso autor não despreza a dimensão reformista dos conselhos mesmo identificando-a claramente como uma deformação e apontando precisamente a perda de conteúdo revolucionário por meio de ardilosas manobras de meras mudanças nominais e arranjos jurídicos combinados com a “ressurreição” de instituições capitalistas derrocadas no final de 1918. O argumento Korschiano para esta concepção, ao mesmo tempo revelador de sua interpretação do marxismo frente às reformas no interior do capitalismo, foi assim expresso:

Quem, como Marx, considera que a “política social” do Estado capitalista – realizada até o último período quase sem participação “positiva” dos partidos socialistas – bem como todas as lutas salariais dos sindicatos são processos parciais de um único processo “revolucionário”, tem de considerar também do mesmo modo todo direito de cooperação de

um “conselho de empresa” ou de um “conselho operário de distrito”, por mais insignificante que seja. O aparecimento destes direitos de cooperação também surgem como parte do grande processo da “revolução proletária”, que segundo a teoria de Marx não pode ser pensado como um processo unitário de curta duração, mas representa um processo geral composto por muitas e diversas partes [...] Nenhum verdadeiro marxista pode considerar qualquer reforma social como substituto para a revolução social total [...] Mas, por outro lado, todas as “reformas sociais” que abundam por todo o século XIX não estão fora do processo global da revolução proletária, mas nela inserida. Do ponto de vista do marxismo revolucionário, todas aparecem como escaramuças, mais ou menos desenvolvidas, que antecedem à batalha social decisiva que se aproxima inevitavelmente. Nesse sentido, consideramos também que todas as “imperfeições, fraquezas e misérias” que percorreram a história do movimento conselhistas alemão desde 1918 são elos necessários na longa e trabalhosa forjada cadeia da “revolução proletária” (Korsch, 1980c, p. 92-93).²⁵

Em relação aos sindicatos, mesmo denunciando sua miopia política e se opondo ao seu reformismo, afirma estarem corretos em combater o particularismo localista manifestado pelas “organizações

²⁵ *Quien considere como Marx que la “política social” del estado capitalista, realizada hasta la última época casi sin participación “positiva” de los partidos socialistas, así como todas las luchas salariales de los sindicatos son procesos parciales de un único proceso “revolucionario”, tiene que considerar también de la misma manera todo derecho de cooperación de un “consejo de empresa” o de un “consejo obrero de distrito”, por más insignificante que sea. El surgimiento de estos derechos de cooperación también aparece como una parte del gran proceso de la “revolución proletaria”, que según la teoría de Marx no puede pensarse como un proceso unitario de corta duración, sino que representa un proceso general compuesto por innumerables partes de tipo muy diverso [...] Ningún marxista verdadero puede considerar cualquier reforma social como un sustituto de la revolución social total [...] Pero por otra parte, todas las “reformas sociales” de las que está lleno el siglo XIX tampoco están fuera del proceso global de la revolución proletaria sino que se encuentran en medio de él. Desde el punto de vista del marxismo revolucionario, todas ellas aparecen como escaramuzas previas, más o menos desarrolladas, a la batalla social decisiva que se acerca inevitablemente. En ese sentido, consideramos que también todas las “imperfecciones, debilidades y miserias” que ha recorrido la historia del movimiento consejista alemán desde 1918 son eslabones necesarios de la larga y trabajosamente forjada cadena de la “revolución proletaria”.*

de empresa” que demonstraram ser menos eficazes para enfrentar os capitalistas antes da guerra. Contudo, essa situação se modifica quando se pensa nos “conselhos proletários” como órgãos de controle da produção no curso de um processo revolucionário iminente contra a burguesia. Então, a forma sindicato enquanto “associação profissional” se torna inadequada para organizar o proletariado. E Korsch reivindica a transformação dos sindicatos em “associações industriais” por ramo da atividade produtiva, abandonando a sua constituição original e atuação por profissão.

Nova relação entre sindicatos e conselhos de empresa surge então: os segundos deixam de ser auxiliares dos primeiros para se tornarem um “posto avançado” da consolidação dos sindicatos nas empresas e nos ramos industriais. Mesmo assim, esta situação que representou um avanço histórico em relação à realidade do pré-guerra, não passou de um “trabalho preliminar”, escreveu Korsch, no caminho de sua libertação.

Para ir além em seus objetivos de libertação será preciso – diferentemente de poucos anos antes em que Korsch falava de imaturidade das massas e atraso teórico como causas da derrota do movimento de novembro de 1918 – clareza de objetivos a serem perseguidos com energia e evitar a armadilha do reformismo que substituiu os organismos de gestão da produção por meras formas de representação. E as próprias massas têm sido enganadas, por exemplo, ao não perceber que sustentar o sistema conselhistas na Constituição do Reich era a sepultura de qualquer possibilidade de revolução social. Contudo, tal concepção negava dar razão aos movimentos radicais que recusavam por princípio qualquer colaboração com os sindicatos por conceberem um sistema conselhistas “puro”. Neste momento de seu pensamento, nosso autor definia esta posição como “fantástica, abstrata, unilateral e insuficiente” (Korsch, 1980c, p. 114).

Neste momento, Korsch defende a proposição de um “sistema econômico de conselhos controlados pelo Estado proletário” nos termos em que se apresentava na Rússia. Embora se possa objetar sobre

a viabilidade comunista de tal fórmula, por simplesmente reproduzir o modo de organização da produção capitalista sem as devidas reestruturações para deixar de atender a fins de lucratividade e passar a atender necessidades sociais, já era um fato, no entanto, que o “movimento espontâneo das massas” – orientado de modo mais inconsciente do que consciente para este objetivo – foi bloqueado na Alemanha, enquanto na Rússia sofreu uma parada momentânea devida a uma causa externa (cerco capitalista) e aguarda o relançamento da próxima revolução europeia – assim nosso autor argumentou.

Se tomada em sua positividade a proposta korschiana apresenta muitos problemas, em sua negatividade oferece um panorama crítico importante. Demonstra como a origem da ideia conselhistas se tornou uma realidade institucional para beneficiar ações colaboracionistas, mas a situação agora (meados de 1922) está em movimento novamente. Para desgosto dos reformistas iludidos, são os próprios empregadores a se preparar para sair das *Arbeitsgemeinschaften* (órgãos de cooperação entre trabalho e capital) e a rejeitar qualquer “paridade” nas câmaras econômicas e qualquer arbitragem vinculante.

O deslocamento do movimento dos conselhos para o terreno jurídico significou o fim da autogestão. Mais uma vez acontece na história que a falta de princípios e erros dos líderes proletários são corrigidos pelos inimigos do proletariado. Os dirigentes sindicais que, perseguindo o fantasma de uma “igualdade de direitos em uma economia comum” estavam dispostos a abandonar o terreno da luta de classes, são agora obrigados a ele retornar por seus adversários.

Mesmo diante da sua contradição entre diagnóstico e prescrição, nosso autor acredita que algo se move nos sindicatos com base no Congresso da Confederação Geral dos Sindicatos Alemães (ADGB) realizado em Leipzig em junho de 1922. Apesar de não tomar posição clara sobre a questão básica das *Arbeitsgemeinschaften* (Comunidade Laboral) e dos “conselhos econômicos”, o congresso forneceu duas claras indicações: rejeitou o regulamento da greve, contra a recomendação

da direção nacional, e aceitou, em princípio, uma reorganização para os setores industriais. Assim, entende Korsch, o movimento sindical alemão colocou na ordem do dia, e de modo concreto, a questão da “revolucionarização dos sindicatos”. A reestruturação sindical se torna um dos pontos nevrálgicos para os “Conselhos de Empresa” legais que já possuem caráter industrial. A questão reside em como estabelecer conexões estáveis e eficientes entre base e centro – função que não podem realizar as conferências periódicas realizadas então, mais de função decorativa ou, no melhor dos casos, propagandística. No repensar desta nova estrutura, não por acaso, foi ressuscitado o famoso modelo “em caixas” do movimento conselhistas de Berlim.

Assim, na concepção de Korsch, os “Conselhos de Empresa” são chamados a representar o futuro do movimento no movimento que se desenvolvia naquele momento, conforme menção explícita feita por ele ao trecho do “Manifesto Comunista” de Marx. A esta forma institucional, em conjunto com sindicatos e partidos políticos proletários, é atribuída tarefas econômicas – “sustento imediato” dos proletários, redução da jornada e melhoria das condições de trabalho – e sociais que, “no seu ponto crítico implica ao mesmo tempo uma luta política” (Korsch, 1980c, p. 149). Para tanto, os requisitos devem ser um conhecimento preciso tanto da posição geral na sociedade quanto no local de trabalho no interior da empresa. Isto permite pensar a ação conselhistas seja na defensiva (resistindo com luta em entregar qualquer conquista alcançada), seja na ofensiva (avançando sem parar até tomar as posições do inimigo de classe).

Isto significa que o eixo revolucionário passa pela combinação estratégica conselho-sindicato sob a “pressão” direta das massas. Se instaura desse modo uma ligação direta entre ação econômico-sindical e ação política. O movimento de massas, uma vez em movimento, tende linearmente, apesar de milhares de obstáculos e conflitos, ao objetivo final.

Chegados a este ponto, é possível divisar dois aspectos: um relativo à sustentação da posição política e teórica de Korsch, e outro da re-

lação dessa posição com o leninismo, a referência por ele adotada. Seria um erro confundir esta obra – direcionada aos delegados dos conselhos e concebida por seu autor não como um manual, mas sim como corretivo e complemento, de uma perspectiva militante, aos manuais existentes à época para consulta sobre a lei de conselhos de empresa – com um documento político em sentido estrito, pois, a indefinição sobre o papel do partido, por exemplo, é surpreendente em um texto que seria leninista. Em razão disso, antes de abordar estes aspectos que finalizam esta parte de nosso trabalho, vale mencionar duas contraposições a que se dedica Korsch na parte final de *Arbeitsrecht für Betriebsräte* (Direito do Trabalho para os Conselhos de Empresa).

Primeiro, sem seguir a análise crítica que nosso autor realiza de textos jurídicos, como uma concretização da necessidade da ação “ideal” ao lado da ação “real” econômica e política, uma das teses de “Marxismo e Filosofia” que aparecerá no ano seguinte (1923), ressaltar que Korsch procura realizar “por dentro” das normas legais existentes uma contraposição aos velhos princípios privatistas por meio da ideia de “direito social”, na crença de que se atravessava um período de transição que deveria também encontrar correspondência na consciência jurídica daquela época (p. 160). Portanto, o confronto entre “direito burguês” e “direito social”, expressava uma confrontação entre as duas classes.²⁶

Segundo, Korsch realiza uma contraposição metodológica de interpretação jurídica. Enquanto os juristas burgueses adotam o método de considerar válido exclusivamente o regramento do trabalho que derive da relação contratual estabelecida individualmente entre empregador e empregado, pelo método de Korsch, depois de revolução de novembro, o trabalhador possui certos direitos que não foram estabelecidos pela via do “contrato ‘livre’ de trabalho” e sim integram parte ativa das empresas sob a forma de “trabalho social conjunto”.

²⁶ Observe-se aqui que Korsch tem clareza que se trata de concepções jurídicas nos marcos do capitalismo. Diferentemente do “direito proletário” da Rússia de Stálin que operava como ideologia para ocultar sua real função de regulamentação de uma exploração brutal sobre o proletariado russo pelos gestores do partido, do Estado e no interior das empresas.

Retomando a questão do leninismo de Korsch, não se trata de aplicar a ótica histórica que hoje possuímos mas considerar o peso do clima convulsivo daquele tempo e perceber que, na Alemanha daqueles anos, o “leninismo” entre as massas, quadros, e dirigentes mesmo comunistas também pode ser descrito da forma como Korsch procedeu – uma posição de confronto interno na International e no partido que vai explodir ferozmente em consequência da derrota alemã em outubro de 1923, da qual, a longo prazo, o próprio Korsch será vítima, entretanto com posições diferentes se não opostas às do momento em que escreveu *Arbeitsrecht für Betriebsräte*, reveladora da tortuosidade e complexidade do conceito de ortodoxia leninista. Agindo assim, se pode compreender porque foram realizadas avaliações de acontecimentos russos de modo a permitir analogias.

Majoritariamente entre os comunistas alemães se caracterizava a situação como prerrevolucionária. Isto gerou a ilusão de que uma ação articulada dos sindicatos, conselhos e partido (KPD) poderia reproduzir a conjuntura russa de 1917 quando comitês de fábrica locais, sindicatos nacionais e soviets hegemônicos pelo partido bolchevique (POSDR) se moveram concêntricamente para o assalto ao Estado Tsarista e às estruturas econômicas da Rússia. Uma reflexão perspicaz perceberia que tal “reprodução” se chocava com diferenças contextuais intransponíveis em pelo menos três fatores.

Em primeiro lugar, enquanto na Rússia desde fevereiro de 1917 existiu uma realidade política de duplo poder entre conselhos e aparelho estatal, na Alemanha tal duplicidade havia desaparecido desde dezembro de 1918 com a decisão politicamente “suicida” tomada pelo congresso dos conselhos e já mencionada. Ainda que precariamente, o ordenamento jurídico do capitalismo alemão foi reforçado com a institucionalização dos conselhos, eliminando suas potencialidades anticapitalistas.

Em segundo lugar, na Rússia os sindicatos estavam revolucionarizados, enquanto na Alemanha os sindicatos enxergaram com “maus olhos” a nova forma institucional conselhistas, vendo-a como concorrente de si mesmos.

Em terceiro lugar, talvez mais importante que os dois anteriores, o papel do partido bolchevique, que soube controlar as contradições entre comitês de fábrica e sindicatos, inicialmente atendendo às exigências dos primeiros mas aos poucos fortalecendo os segundos e impondo a ambos sua própria hegemonia e se firmando como instituição de controle “acima” de todas as demais instituições. Se acrescentamos a intervenção militar estrangeira, a guerra civil, e as contradições entre operários e camponeses – todos fatores que favoreceram o caráter de autoridade sem contestações que o POSDR acabou por exercer – a comparação com a conjuntura da Alemanha de 1918-19, e mais ainda daquela de meados de 1922, quando Korsch escreve este seu principal trabalho sobre a temática conselhistas, torna-se impossível.

O KPD por sua vez, mesmo nos momentos mais agudos da crise alemã, procura encontrar sua identidade revolucionária própria, levando uma existência conflituosa entre colaborar ou não com a social-democracia (SPD) e também sobre que papel deve exercer diante das demais instituições. Enquanto a proposta puramente bolchevique, apresentada por Zinoviev, era de organizar um partido rigidamente centralizado e com disciplina de ferro, Korsch se posicionou pela existência das formas partido, sindicato e conselhos como formas fundamentais de organização do proletariado, mesmo afirmando a prioridade de princípio do partido. Menciona “partidos” ao invés de “o partido” em *Arbeitsrecht für Betriebsräte* texto aqui em exame. Trata-se de uma abertura que ajuda a compreender sua posterior autocrítica em relação ao leninismo.

Vale destacar dois pontos que expõem o leninismo “heterodoxo” de Korsch.

Um se situa na sua superestimação dos efeitos políticos de uma eventual transformação organizativa dos sindicatos de profissão em sindicatos por ramo industrial. Tal superestimação apenas é possível se apoiada na crença de que as massas sindicalizadas são espontaneamente revolucionárias e estão impedidas de se unirem por formas organizativas. Aqui estamos diante de um choque frontal com o Lênin discípulo

de Kautsky que, em 1903 na obra *O que fazer?*, afirmou a impossibilidade de que a consciência revolucionária poderia se desenvolver espontaneamente entre os proletários e sim que deveria ser levada aos últimos pela intelectualidade.

Outro, também sintomático da heterodoxia leninista de Korsch, é sua atribuição de um valor decisivo da greve como arma política na sociedade capitalista, entendida como parte da revolução social na medida em que contribui para abolir os fundamentos da sociedade civil existente.²⁷ Aqui nosso autor está nitidamente influenciado pelo sindicalismo revolucionário. De certo modo pode-se inferir que, anos mais tarde, houve o reconhecimento dessa influência, quando Korsch admitiu, mesmo criticamente e referindo-se a outra temática, méritos na contribuição de George Sorel, um dos mais destacados teóricos dessa vertente.²⁸

Para concluir, ao se fazer uma síntese de seu esquema teórico para a fase final do período conselhistas na Alemanha, também é possível identificar mais traços relevantes de heterodoxia leninista do Korsch que reivindica a experiência russa.

Resumidamente, o ponto de partida é a rejeição à abordagem restritiva e cindida da economia burguesa, para chegar a uma “economia política do trabalho” (*Arbeitsverfassung*) como nova organização do processo de produção a partir dos produtores diretos. Do mesmo mo-

²⁷ Esta parte não se encontra na versão espanhola utilizada neste trabalho. Trata-se do seguinte trecho, retirado de suas obras completas em alemão: “A ‘greve’ dos trabalhadores na sociedade capitalista não é apenas um exercício preliminar para um dia consumir a transformação desta sociedade. Pelo contrário, mesmo sendo a sua ação limitada no tempo e no espaço, já é a abolição formal da sociedade civil existente. Isto significa: é ela própria um momento da revolução social” (Korsch, 1980b, p. 469). *Deinn der „streik“ der Arbeiter in der kapitalistischen gesellschaft ist nicht nur die Vorübung zu einer irgendwann einmal zu vollbringenden umwälzung dieser gesellschaft. Er ist vielmehr, wenn auch in seiner Wirkung noch räumlich und zeitlich beschränkt, innerhalb dieser gesellschaft schon die förmliche aufhebung der grundlagen deiser gesellschaft. Das heisst: er ist selbst schon ein Teil der sozialen revolution.*

²⁸ Trata-se do trabalho de 1946 intitulado “Una aproximación no dogmática al marxismo” (Korsch, 1979w).

do se distancia da concepção burguesa de política, igualmente cindida e restrita, como superestrutura jurídico-institucional, incluídas aí as próprias reformas sociais que por esta via penetram na estrutura econômica da sociedade. Este movimento circular entre política e economia reproduz o “processo global composto por inúmeros acontecimentos parciais de natureza muito diferente”, que é a revolução. No centro deste processo, está o Estado, que progressivamente deve ser conquistado, gerido provisoriamente e extinto.

Inserese aqui a sua concepção de ditadura do proletariado que concilia temporariamente dois aspectos do Estado como tem sido historicamente configurado: o aspecto técnico de instrumento necessário para construir uma economia socialista planificada e o aspecto político de preparação de uma nova sociedade. Essa forma estatal de transição não se limita a reprimir a contrarrevolução, mas também restringe e impede algumas conquistas do próprio proletariado. A atribuição de funções políticas decisivas para o Estado também está presente em seu esquema da socialização de 1919, embora nele venha revestido sob a fórmula genérica de controle da coletividade de consumidores. Mas, a direção do Estado, ou melhor, o sujeito político específico que concretiza a ditadura da classe assegurando a nova constituição do trabalho – nos termos korschianos – e realiza a nova síntese entre economia e política no sistema conselhistas de acordo com a experiência da Rússia de Lênin não é nem o proletariado nem os conselhos, mas o partido.

Assim, evidencia-se que no Korsch de 1922 falta a percepção de que existe uma conexão necessária entre uma política centrada na forma institucional do partido e a correspondente forma de organização e construção do “Estado proletário”. Enquanto sustenta todas as restrições de princípio contra concepções meramente “políticas” – anos mais tarde dirá “jacobinas” contra o próprio Lênin – que deixam o modo de produção intocado, ao mesmo tempo não enxerga a contradição antagônica entre o sistema conselhistas e o “sistema de conselhos econômicos controlado pelo Estado proletário” da Rússia bolchevique. Ademais, independentemente do fato de que esta “fórmula justa da

práxis conselhistas russa” tenha perdido seu valor estratégico porque representa a cristalização da relação de forças que se estabeleceu após a revolução, marca a vitória de uma linha heterônoma contrária às intenções de Korsch.

Nosso autor, sob o manto das declarações de princípio e atenuantes invocadas para justificar a continuidade das restrições à gestão proletária direta na Rússia, acabou por realizar uma avaliação ideológica do “Código do Trabalho” bolchevique, o qual foi fruto de uma situação muito conflituosa entre soviets, sindicatos e partido. Em seu âmbito de elaboração ele não parece suspeitar do contraste radical surgido dramaticamente no décimo congresso do Partido Bolchevique, realizado em março de 1921, sobre esta questão que foi uma das mais controversas entre as organizações proletárias na Rússia desde 1917 até o final dos anos 1920: passar ou não do “controle operário” para a “gestão exclusiva” da economia pelo conjunto da classe.

A fragilidade da estratégia conselhistas-sindical, mesmo com o elo decisivo do partido (KPD), restou demonstrada pela derrota de outubro de 1923. No momento de uma grave crise econômica, na qual os sindicatos entraram em colapso e a revolução apareceu novamente no horizonte da Alemanha, os “Conselhos de Empresa” foram as instituições que dirigiram as grandes greves e entraram em ação com as palavras de ordem do KPD, mas não foram capazes de fornecer ao movimento revolucionário uma direção coerente e decidida.

Todas estas limitações e contradições podem ser resumidas pelo fato de que Korsch demorará anos para transitar de uma concepção antiburguesa para uma concepção antiestatal, resultado de continuadas reflexões históricas e políticas. Sua abertura para acontecimentos genuinamente proletários como a Comuna de Paris de 1871 e os movimentos e ações do anarcossindicalismo na Espanha da década de 1930 serão marcantes nessa sua evolução.

A partir de 1923 e até 1928/29 tem início uma nova fase de experiência política e teórica na vida de Korsch que o faz migrar para posições

distintas, embora conservando uma linha de fundo coerente com sua busca pela autonomia do proletariado. Doravante, e desde sempre em seu percurso, o projeto conselhistas será historicizado em razão da falta de verificação empírica para superar os muitos impasses com que se defrontou durante o período 1918-23 e estará integrado no itinerário korschiano típico de repensar criticamente o marxismo.

Com esta análise conclui-se o Korsch teórico dos conselhos. Veremos a seguir a busca da autonomia em seu pensamento, pela crítica das concepções que a negam enquanto práxis: teórica e praticamente.

2.3 Crítica teórica e política de posições heterônomas

A partir de 1922, Korsch promove um aprofundamento sistemático do marxismo sem se desconectar da problemática política do momento. Em trabalhos como *Arbeitsrecht für Betriebsräte* o conceito de dialética ainda está ausente, tendo aparecido somente em escritos posteriores menores com modulação mais discursiva que fundante. De qualquer forma Korsch está preocupado que a dialética não substitua a pesquisa empírica exata, mas que seja seu pressuposto. Ao lado dessa aceção “científica” da dialética existe uma outra histórico-política relacionada ao “movimento real”. O exemplo de manter e superar o Estado no “Estado de transição” proletário torna-se o modelo geral de movimento real dialético.

A forma encontrada por nosso autor para elaborar a crítica de posições heterônomas se dá por meio da permanente verificação da conexão entre teoria e prática, não poucas vezes operando por meio de retrospectivas históricas. No escrito “Introdução à Crítica do Programa de Gotha de Karl Marx” (*Einleitung a Karl Marx, Randglossen zum Programm der Deutschen Arbeiterpartei*) encontramos uma tentativa interessante nesse sentido. Aparece pela primeira vez a formulação de **quebra entre teoria e movimento real**, expressa aqui no exemplo do programa do partido, ou de que **a consciência ideológica do movi-**

mento não seja expressão dos níveis reais de luta. O Programa de Gotha era completamente inadequado ao nível de maturidade do proletariado alemão de 1875.

As observações de Korsch ao texto de Marx foram realizadas à luz do contexto contemporâneo do primeiro, de modo que a polêmica entre marxismo e lassallismo foi atualizada com a polêmica entre comunismo e social-democracia daqueles anos 1920. Dois elementos deste trabalho merecem destaque. Nele aparece a primeira tentativa de historicizar o marxismo juntamente com o destaque para a “dialética positiva”, que é a consciência metódica de uma estratégia gradual que ainda assim permanece funcional ao objetivo final. Além destes dois elementos destacados, temos uma sintética explanação do método materialista e dialético de Marx particularmente válida:

[...] para pensar, como para qualquer outra produção, é necessário um material determinado e concreto, que se elabora sob a forma de pensamentos. Totalmente estéril é o pensar que produz pensamentos somente abstratos “no universal”. Também do pensar pode nascer um produto mental real “material”, apenas aplicando a força do pensamento a um material a elaborar mentalmente. Assim, Marx não critica o projeto de programa de modo a simplesmente opor o princípio mais verdadeiro e profundo de seu materialismo de modo universal depois de revelar o princípio universal errado e superficial que evidentemente se encontra na base de todas as proposições e demandas particulares do programa. Pelo contrário, na carta sobre o programa começa por criticar cada proposição individual de forma muito extensa. [...] Contudo, nunca o dialético positivo e revolucionário Karl Marx [...] se deixa levar na exposição de seu trabalho crítico a uma mera negação das falsidades ou estupidezes inerentes ao programa. Tende sempre além, a uma dedução ou diretamente a uma indicação do positivo e verdadeiro que deve substituir a falsidade e a estupidez criticada por ele (Korsch, 1982(l)d, p. 78-79).²⁹

²⁹ [...] Para pensar, como para cualquier otra producción, es necesario un material determinado y concreto, que se elabora en forma de pensamientos. Totalmente estéril es el pensar que produce pensamientos solamente abstractos “en lo universal”. Tam-

Vale mencionar ainda que tal processo de aprofundamento do marxismo pode servir de indicação esclarecedora do aparato teórico-político com o qual nosso autor se revestiu para enfrentar a problemática aqui definida como de crítica a posições heterônomas. Nesse sentido, por ter sido um processo que ocorreu em paralelo e concomitante, devemos expor as linhas de um segundo trabalho, publicado em março de 1922, intitulado *Kernpunkte der materialistischen Geschichtsauffassung* (Pontos fundamentais da concepção materialista da história).

Nesse trabalho, também dedicado a rejeitar as versões do marxismo ortodoxo que serviam de expressões teóricas para as práticas de revisionistas (Bernstein) e centristas (Kautsky) da II Internacional, Korsch principia definindo seu posicionamento sobre o marxismo.

Primeiramente expressa o entendimento de que o marxismo não pode ser enquadrado em nenhum compartimento do tradicional sistema das ciências burguesas embora tenha pontos de contato com muitos deles (História, Economia, Direito, Filosofia e Política). Isto se deve, explica Korsch, ao fato de que, se considerado em termos burgueses, o marxismo não é ciência e não será nunca se permanecer fiel a si mesmo (Korsch, 1975, p. 14). Não possui a pretensão de substituir nenhuma dessas áreas por sua correspondente “nova” (nova historiografia, nova filosofia e assim por diante), mas se coloca a tarefa de criticar a todas, não no sentido da crítica “pura” ou “incondicional”, mas em estreita relação com a luta prática de libertação do proletariado, da qual é apenas uma expressão teórica.

bién del pensar puede nacer un producto mental real “material”, solo aplicando la fuerza del pensamiento a un material a elaborar mentalmente. Así, pues, Marx critica incluso el proyecto de programa no ya de modo tal que, después de haber puesto al descubierto el principio universal errado y superficial que evidentemente se halla en la base de todas sus proposiciones y demandas particulares, le oponga simplemente el principio más verdadero y más profundo de su materialismo en forma igualmente universal. Por el contrario, en la carta sobre el programa comienza por criticar cada proposición individual en forma muy extensa. [...] Nunca, sin embargo, el dialectico positivo y revolucionario Karl Marx [...] se deja llevar en la exposición de su trabajo crítico a una mera negación de las falsedades o estupideces inherentes al programa. En cambio, tiende siempre más allá, a una deducción o directamente a una indicación de lo positivo y verdadero que debe reemplazar la falsedad y estupidez criticada por el.

Em seguida Korsch expõe a sua interpretação da concepção materialista da História de Marx, totalidade que unifica de modo inseparável a crítica da materialidade – economia política – e a crítica de suas expressões ideológicas – posicionamentos em questões não econômicas (jurídicas, filosóficas, históricas, políticas, sociológicas, dentre outras), com mais peso para a primeira. Descarta assim a posição daqueles marxistas que consideram que o marxismo necessita de complementos em todas e cada uma destas áreas, mas sem confundir tal atitude com o desprezo pelo conhecimento dos métodos de todas estas ciências. Desse modo, explica o motivo que possibilitou a que Marx e Engels chegassem a descobertas efetivas em todos estes campos mesmo que não tenha sido este o seu objetivo. Com tais fundamentos, resume os resultados a que chegou: “por um lado, reconhecemos a unidade intrínseca do sistema global de pensamento do marxismo, e, por outro lado, também o significado específico de seus componentes individuais nos marcos do conjunto.” (Korsch, 1975, p. 22).³⁰

Se acrescentamos a estes dois trabalhos “Marxismo e filosofia”, aparecido em 1923, temos o primeiro conjunto de escritos que servem de base ao nosso autor para prosseguir sua prática de militante bolchevique, que durará, com percalços, até o final dos anos 1920, momento em que o desenvolvimento de sua crítica a duas das formas heterônomas mais significativas presentes no movimento proletário – leninismo e kautskismo – se desenvolve de modo mais completo.

Antes disso, registre-se de passagem que estes anos leninistas de Korsch se dividiram em duas fases distintas: um período de relativa “ortodoxia” (1923-25) e o período de polémica e ruptura com o KPD e a III Internacional (1926-28). A primeira fase se constitui no período mais apagado da busca de Korsch pela autonomia proletária, logo, apresenta poucos traços relacionados com a temática

³⁰ *El resultado de nuestro estudio consiste en que por una parte hemos reconocido la unidad inherente del sistema global de pensamiento del marxismo, y por otra parte también la significación específica de sus componentes individuales en el marco del conjunto.*

deste trabalho, embora alguns de seus escritos conservem validade para outras temáticas correlatas.³¹

A segunda fase já possibilita detectar alguns elementos importantes. Expulso do KPD em abril de 1926, já no texto *Der Weg der Komintern* (O caminho da Internacional Comunista) Korsch nos apresenta traços de seu *modus operandi* político e teórico heterodoxo. Envolvido no debate acirrado da luta entre frações, expôs como o uso de uma mesma palavra de ordem pode servir tanto para fins de mobilização revolucionária quanto para uma operação de ocultamento – ideológica, portanto – de políticas que visavam meramente arrebanhar massas para legitimação de alianças da III Internacional no cenário geopolítico europeu para favorecer interesses específicos russos.

Da mesma forma, o problema da natureza intrínseca do caráter internacionalista do socialismo também se inicia naquele texto. Korsch polemiza diretamente contra Stálin que, segundo ele teria revisado a “doutrina leninista sobre a questão do socialismo em um só país” (Korsch, 1979c, p. 117), deixando de conceber que a sustentação internacional da Rússia revolucionária era condição para evitar seu esmagamento pelas forças do capitalismo, para passar a conceber que tal apoio era necessário para construir a sociedade socialista na Rússia.

Começa aqui uma argumentação korschiana que faz analogia, sem apagar as diferenças, com as deformações da teoria marxista de antes da guerra por Kautsky e Bernstein. O reformismo teórico do Stálin de 1926, e também de Bukharin, seria “um ‘bersteinismo’ e um ‘kautskismo’ após a tomada do poder. [...] tanto em relação às tarefas que devem ser resolvidas neste país, quanto em relação às tarefas da luta de

³¹ Em meio a ilusões, equívocos e posições que serão abandonadas pelo nosso autor, pode-se indicar, apenas a título de exemplos, alguns temas pertinentes à autonomia proletária em textos desse período. Em “Sobre o Governo dos Trabalhadores” (Korsch, 1979h), ressaltam as temáticas do armamento do proletariado e a distinção entre fórmulas teóricas e fórmulas propagandísticas. Em “Lênin e a Internacional Comunista” (Korsch, 2008c), ao enfatizar a importância do método para a III Internacional, mostrou que não se deve relativizar a forma modelar “rígida” da ditadura dos conselhos como única expressão adequada para a ditadura do proletariado.

classe proletária internacional que se resolvem junto ao proletariado do país e de seu partido comunista” (Korsch, 1979c, p. 119).

Outro ponto de fundo que começa a se manifestar nessa fase final de ruptura de Korsch com a ortodoxia da III Internacional que vale ser destacado é que tem início a reavaliação de nosso autor acerca da natureza social da Rússia Bolchevique. Criticando a aproximação entre o austromarxista Otto Bauer, expoente da II Internacional, e os “modernos leninistas” de Moscou – como ele chamou a maioria stalino-bukharinista da III Internacional – ele avança uma primeira definição crítica:

compreendemos perfeitamente o novo significado particular que, de acordo com o ensinamento de Lênin, as chamadas “reformas” adquirem em um país que já se tenha conquistado o poder. Mas pensamos também que, no período seguinte à tomada do poder em um país ou em alguns países, o principal sinal do desvio “reformista” pelo marxismo-leninismo revolucionário consiste no fato dele considerar socialismo algo que é apenas um capitalismo transformado, posteriormente desenvolvido, um capitalismo de Estado, cooperativista (Korsch, 1979c, p. 122).³²

Permanece assim a autorreivindicação de um verdadeiro leninismo contra as suas “falsas versões”, que expressa uma ruptura prática e política de Korsch, mas ainda não teórica. O mérito aqui reside na demonstração competente de que as duas ortodoxias, a “velha” da II e a “nova” da III Internacionais, possuíam mais pontos de contato entre si do que com posições revolucionárias.

Outros pontos indicadores dessa reavaliação estão na questão do internacionalismo – Korsch denuncia o tratado russo-alemão de 1926 baseado em uma posição de princípio extraída diretamente dos esta-

³² *comprendemos perfectamente el nuevo significado particular que, según la enseñanza de Lenin, adquieren las llamadas “reformas” en un país en el cual ya se ha conquistado el poder. Pero creemos que también para el periodo luego de la toma del poder en un solo país o en algunos países, el signo principal de la desviación ‘reformista’ por parte del marxismo-leninismo revolucionario consiste en el hecho de que ella toma por socialismo algo que solo es un capitalismo transformado, ulteriormente desarrollado, un capitalismo de Estado, cooperativista.*

tutos da I Internacional (AIT)³³ – e do reconhecimento da luta de classes no interior da URSS por meio de vários escritos em que vai afirmando o caráter antiproletário do regime bolchevique.³⁴

No texto que sintetizou as posições da articulação política da qual participava Korsch naquele momento, abril de 1926, intitulado *Platform der Linken* (Plataforma das Esquerdas) a crítica ao bloqueio do desenvolvimento da autonomia proletária pelos sindicatos permaneceu viva, mesmo que no quadro teórico bolchevique de centralidade do partido, como se observa dessa passagem:

O partido não pode renunciar a se comprometer a favor das reivindicações mais urgentes de hoje de milhões de desempregados e trabalhadores a tempo parcial e a orientar suas lutas de forma autônoma. A retomada do movimento de desempregados e sua articulação com a luta dos sindicatos, conselhos de empresa e do movimento dos comitês de controle – que deve ser relançado – é uma das tarefas mais importantes do partido e não pode simplesmente ser exigida dos sindicatos. Em todos os lugares em que

³³ Como afirmou explicitamente da tribuna do parlamento (Korsch, 1982(l)g, p. 176).

³⁴ Em *Erklärung der Linken zur Krise in der KPSU und in der Komintern* (Declaração das Esquerdas sobre a crise no PCUS e no Comintern) temos os seguintes pontos: 1) o caráter da Revolução Russa é descrito como “radical burgues” pelas medidas implementadas e por suas consequências; 2) o partido comunista da Rússia é criticado por ter se colocado diante de uma “contradição insolúvel” que o fez alterar seu caráter de classe proletário e, 3) chama abertamente para uma cisão internacional no interior de cada país e da III Internacional (Korsch, 1982(l)h, p. 180-182). Em *Über den Terror in Sowjetrussland und über die Ausgaben des Proletariats angesichts des näherrückenden Krieges* (O terror na Rússia Soviética e as tarefas do proletariado ante a guerra iminente) Korsch abordou o problema do terrorismo de Estado – teórico e de suas vítimas – da seletividade na solidariedade aos presos políticos dentro e fora da Rússia, além de criticar as formas concretas que assumiu tal prática pelo regime bolchevique (Korsch, 1982(l)i). Por último, em *Thesen und Resolutionen zur Politik, Taktik und Organisation der Gruppe Kommunistische Politik* (Teses e resoluções sobre a política, a tática e a organização do grupo Política Comunista) a posição de Korsch sobre o caráter burgues da Revolução Russa se funde ao leninismo ao afirmar que “Na própria Rússia a revolução em curso realizou o programa leninista da realização da revolução burguesa por meio do proletariado” de onde se extrai a conclusão de que se deve condenar “do modo mais decidido a tentativa de desmoralizar ao proletariado internacional com a miragem da construção socialista na União Soviética, que é na realidade construção capitalista.” (Korsch, 1982(l)j, p. 187-188).

os dirigentes sindicais dificultarem a organização dos desempregados para seus próprios fins, o partido deve tomar tal tarefa diretamente em suas mãos. Não pode se limitar a aumentar a pressão sobre os sindicatos com assembleias e manifestações de desempregados. Deve criar conselhos de desempregados, estabelecer vínculos entre eles e as outras organizações proletárias de classe. Deve também iniciar imediatamente a organização de uma convocatória para organizar um congresso nacional dos conselhos de empresa e de desempregados, com os sindicatos da ADGB caso cedam à pressão das massas organizadas pelo partido, sem e contra eles caso se oponham ao movimento (Korsch, 1982(l)f, p. 169).³⁵

Retomando o Korsch do final dos anos 1920, onde sua crítica ao leninismo e ao kautskismo se desenvolve mais a fundo, temos dois trabalhos voltados a tal empreitada. *Die Materialistische Geschichtsauffassung. Eine Auseinandersetzung mit Karl Kautsky* (A concepção materialista da história. Uma polêmica com Karl Kautsky) de 1929 e conhecido como “O AntiKautsky”, e *Der gegenwärtige Stand des Problems “Marxismus und Philosophie” Zugleich eine Antikritik* (O estado atual do problema ‘Marxismo e Filosofia’ ao mesmo tempo, uma anticrítica) de 1930 e conhecido como “Anticrítica”.

A argumentação korschiana contra ambos segue um esquema análogo: tanto a social-democracia da II Internacional quanto o leninis-

³⁵ El partido no puede renunciar a comprometerse en favor de las reivindicaciones hoy más apremiantes de millones de desocupados y trabajadores de horario reducido y a guiar sus luchas en forma autónoma. La reiniciación del movimiento de los desocupados y su vinculación con la lucha de los sindicatos, de los consejos de empresa, e del movimiento de los comités de control, que debe ser lanzado nuevamente, es una de las tareas más importantes del partido y no puede ser simplemente exigida a los sindicatos. En todas partes donde los vértices sindicales obstaculizan la organización de los desocupados para sus propios fines, el partido debe tomar directamente en sus manos esa tarea. No puede limitarse a reforzar la presión sobre los sindicatos con asambleas y manifestaciones de desocupados; debe crear consejos de desocupados, establecer vínculos entre ellos y las demás organizaciones proletarias de clase; debe además iniciar inmediatamente la organización de la convocatoria de un congreso nacional de los consejos de empresa y de los desocupados, con los sindicatos de la ADGB, si estos ceden a la presión de las masas organizadas por el partido, sin y contra ellos en el caso de que se opongan al movimiento.

mo da URSS não foram formas autênticas de marxismo, na verdade foram expressões ideológicas de um movimento ainda imaturo. Enquanto a política social-democrata permanece assumidamente no interior do âmbito estatal capitalista, a política bolchevique se torna a forma repressiva de uma ditadura de partido sobre as massas.

Contra o kautskismo, Korsch estabeleceu um paralelo entre uma concepção de marxismo como doutrina puramente científica (não proletária) da sociedade com uma concepção de Estado capitalista como forma institucional acima das classes sociais e, por isso, passível de assumir progressivamente um conteúdo socialista. A incapacidade teórica para compreender o problema da constituição epistemológica sobre a base da prática social, se reflete na incapacidade político-prática de captar a historicidade e, assim, revolucionar o Estado capitalista. A primeira incapacidade (teórica) é atribuída por nosso autor a Kautsky em razão da sua concepção das ciências naturais e sociais ser naturalista e positivista e não dialética, na medida em que exclui a dimensão subjetiva da totalidade concreta. A consequência, em nível teórico, resulta em uma “dialética” que nada mais é do que uma descrição genética das formas de objetividade e, em nível concreto, a prática revolucionária é transfigurada em uma consideração contemplativa do devir social como forma da evolução natural. Substantivamente, a prática social, em vez de ser o fundamento gnoseológico da transformação e, portanto, do conhecimento científico do mundo, torna-se um momento extrapolável do mais amplo desenvolvimento cosmológico.

A tal materialismo evolucionista, Korsch associa o idealismo de privilegiar a reforma do Estado capitalista atribuindo este idealismo a uma incompreensão absoluta da parte de Kautsky do conceito marxiano de “sociedade civil” – que constitui o elo entre produção/cooperação, estrutura econômico-social/superestrutura jurídico-política – que o faz operar uma cisão que concebe a natureza de modo materialista e a história e a sociedade de modo idealista. Os aspectos idealistas destacados por Korsch são: a tradução em sentido pacifi-

co-evolucionista da doutrina de Darwin, uma misteriosa atribuição ao ser humano de uma “capacidade espiritual” de criar e manejar instrumentos, conceber o progresso civil como passagem do estado de “violência natural” para o do “ordenamento político”. Chegado a este ponto, a assunção por Kautsky do “Estado de Direito” como norma ética de convivência significa para Korsch a inversão completa das relações reais entre as esferas política e econômico-social, ficando o kautskismo no mesmo patamar de filósofos do progresso como Rousseau, Kant ou Hegel.

Korsch encerra o seu “AntiKautsky” com a seguinte observação sintética:

O “Kautskismo”, como ideologia cuja ação prática se tornou conservadora e mesmo reacionária, nos estágios finais de seu desenvolvimento histórico e cuja teoria começou a desmoronar durante a sua última fase, aparece como expressão concreta dessa inversão dialética da teoria “marxista”, que é realizada na ideologia do movimento operário moderno, ao deixar de ser a forma de desenvolvimento da luta de classes revolucionária do proletariado que era originalmente para se tornar um obstáculo a esta luta. E este último trabalho que analisamos, que de Kautsky é o mais amadurecido, pode reivindicar para si o mérito involuntário de haver apresentado pela primeira vez claramente as características gerais da concepção materialista da história de Kautsky, não como uma forma de desenvolvimento revolucionário da consciência e da luta de classes do proletariado, mas como o seu entrave e sua limitação às ideias e objetivos da classe burguesa cujo período revolucionário já se foi historicamente (Korsch, 1973g, p. 155).³⁶

³⁶ *Le ‘kautskysme’, en tant qu’idéologie dont l’action pratique est devenue conservatrice, voire réactionnaire, dans les dernières phases de son évolution historique et dont la théorie a même commencé à se désagréger au cours de sa phase ultime, apparaît comme la manifestation spécifique de ce renversement dialectique de la théorie «marxiste» qui s’est maintenue en idéologie dans le mouvement ouvrier moderne, en cessant d’être forme du développement de la lutte de classes révolutionnaire du prolétariat qu’elle était originellement pour devenir une entrave à cette lutte. Et cette dernière oeuvre que nous avons analysée et qui est celle que Kautsky a le plus murie, peut revendiquer pour elle-même le mérite involontaire d’avoir pour la première fois*

Passemos agora para os argumentos korschianos contra o leninismo e o marxismo da III Internacional. Na “anticrítica” é explicitado com maior detalhe a concepção de marxismo exposta em “Marxismo e filosofia” que conduz à demonstração da desconexão entre movimento real e teoria marxista, explicado por nosso autor por ter sido recepcionada a segunda pelo primeiro apenas no plano formal, como ideologia “trazida já pronta e acabada ‘de fora’” (Korsch, 2008e, p. 93) e também pelo fato de que, explica-nos Korsch, o desenvolvimento teórico que parte de condições herdadas de uma época anterior já encerrada e uma nova práxis do movimento operário são processos que evoluem lado a lado mas com relativa independência.

Um segundo aspecto da “Anticrítica” que opõe nosso autor a Lênin e seus seguidores, reside nas relações entre “ser” e “consciência”. Enquanto Lênin secundariza a questão teórica da verdade ou da falsidade da filosofia que defende, subordinando-a a uma questão prática de ser útil ou não para a luta de classes, isto é, posiciona-se sobre questões filosóficas exclusivamente “em função de razões e consequências extrafilosóficas” (p. 99) o que, naquelas condições concretas materiais, são expressão das tarefas da Revolução Russa e não da Revolução Proletária Internacional, logo a filosofia leninista que fundamenta a sua teoria é estranha ao proletariado (p. 100). Além disso, o materialismo de Lênin retrocede, na sua confrontação com o idealismo, a uma fase anterior a Hegel e Kant por enfatizar o materialismo em detrimento da dialética e produzir como consequências uma esterilidade dessa filosofia frente ao desenvolvimento das ciências sociais e da natureza e também esta outra:

Lênin e os seus seguidores transportam unilateralmente a dialética ao objeto (vale dizer, à natureza e à história) e descrevem o conhecimento como simples reflexo e repro-

présenté visiblement dans ses grands traits généraux ce caractère de la conception matérialiste de l'histoire de Kautsky, non pas en tant que forme du développement révolutionnaire de la conscience et de la lutte de classes du prolétariat, mais comme leur entrave et leur limitation aux idées et aux objectifs de la classe bourgeoise dont l'époque révolutionnaire est historiquement résolue.

dução passivos deste ser objetivo na consciência subjetiva; assim, suprimem efetivamente toda relação dialética entre o *ser* e a *consciência* e, por uma consequência necessária, entre a *teoria* e a *práxis*. [...] Abandonando completamente a concepção materialista dialética que Marx tinha das relações entre a teoria e a práxis, tanto em geral quanto em face do movimento revolucionário, eles retornam à oposição – a mais abstrata possível – entre uma *teoria* pura que descobre as verdades e uma prática pura que aplica à realidade essas verdades enfim descobertas. [...] É com esse *dualismo*, que corresponde cabalmente às representações do mais vulgar *idealismo* burguês, que um intérprete filosófico de Lênin (que não se afasta um milímetro da doutrina do mestre) opera a degradação da magistral *unidade dialético-materialista da “práxis revolucionária” de Marx* (Korsch, 2008e, p. 101-102).

De tal posicionamento resultou uma reafirmação *in totum* de suas concepções expostas sete anos antes em “Marxismo e filosofia”, com uma exceção: na “Anticrítica” Korsch admite que ter postulado pela extensão da ditadura do proletariado ao âmbito da ideologia – “ditadura ideológica” – pode ser entendido como uma defesa de uma “ditadura no âmbito das ideias”, mas tal denominação equivocada para um conteúdo que pretendia afirmar a continuidade do processo de luta proletária revolucionária não se confunde com o “sistema de opressão intelectual” que vigorava na Rússia bolchevique. E definiu em quais aspectos: por se tratar de uma ditadura **do** proletariado e não **sobre** o proletariado; por ser uma ditadura de **classe** e não **do partido** ou **dos dirigentes do partido** e, por fim, por ser uma ditadura **revolucionária**, logo parte de um processo de **eliminação de qualquer coerção ideológica** (Korsch, 2008e, p. 107-108).

Anos depois, mais precisamente em novembro de 1938, ao escrever uma resenha sobre o livro de Pannekoek “Lênin filósofo”, Korsch repetiu no fundamental suas críticas a Lênin contidas na “Anticrítica” de que o materialismo leniniano se configura em uma espécie de revitalização de um realismo mecanicista vulgar, que retrocede até mesmo

em relação a Kant. Revelador de uma “incapacidade para superar os limites intrínsecos do materialismo burguês” que serve no máximo de base ideológica para movimentos de caráter “antirreacionário” ou “antifascista”, mas não anticapitalista. Abonando as conclusões do livro de Harper (pseudônimo de Pannekoek) exprimiu o seu sentido político:

Esta ideologia leninista, que hoje os partidos comunistas professam e que, em princípio, está em conformidade com a ideologia tradicional do velho partido social-democrata, já não expressa nenhum dos objetivos do proletariado. Segundo Harper, é na verdade *uma expressão natural dos fins de uma “nova classe”: a intelectualidade*. Portanto, é uma ideologia que as diversas camadas desta pretensa nova classe estariam dispostas a adotar do momento em que fossem liberadas da influência ideológica da burguesia em declínio. Traduzido em termos filosóficos, quer dizer que o “novo materialismo” de Lênin se converteu na principal arma dos partidos comunistas na sua tentativa de desligar um setor importante da burguesia da religião tradicional e das filosofias idealistas professadas por esta camada superior da burguesia que, até o momento, detém o poder. Atuando assim, os partidos comunistas esperam ganhar esta fração da burguesia para o sistema de planificação industrial, esse capitalismo de Estado que, para os operários, não passa de uma forma de escravidão e exploração (Korsch, 2004b, p. 394, itálicos de KK).³⁷

Na continuidade de sua crítica, em outros trabalhos, Korsch realiza

³⁷ *Esta ideología leninista, que profesan hoy los partidos comunistas y que, en principio, está conforme con la ideología tradicional del viejo partido socialdemócrata, no expresa ya ninguno de los objetivos del proletariado. Según Harper, es más bien una expresión natural de los fines de una “nueva clase”: la intelectualidad. Por tanto, es una ideología que las diversas capas de esta pretendida nueva clase estarían dispuestas a adoptar desde el momento en que fuesen liberadas de la influencia ideológica de la burguesía en declive. Traducido a términos filosóficos, esto quiere decir que el “nuevo materialismo” de Lenin se ha convertido en el arma principal de los partidos comunistas en su intento de desligar una fracción importante de la burguesía de la religión tradicional y de las filosofías idealistas profesadas por esta capa superior de la burguesía que, hasta el presente, ha detentado el poder. Al actuar así, los partidos comunistas esperan ganar esta fracción de la burguesía para el sistema de planificación industrial, ese capitalismo de Estado que, para los obreros, no es más que una forma de esclavitud y de explotación.*

uma analogia em relação às formas de consciência burguesa. Se estas não conseguem entender a dimensão histórica e passageira do Estado, e mais amplamente daquele mundo natural e social que se constitui sobre a base da prática social e da divisão do trabalho, analogamente para o leninismo “a garantia do caráter ‘revolucionário’ do movimento operário não se encontrava no seu conteúdo de classe econômica e social real, mas exclusivamente na tomada em mão da luta por uma direção encarnada no Partido revolucionário que guia a teoria marxista correta” (Korsch, 1978d, p. 247). Teoria que vem aplicada a partir do exterior, de modo jacobino e pedagógico, e não dialéticamente deduzida da dinâmica de classe.

A historicização do leninismo e sua imediata inserção na cepa da tradição social-democrata são temas de dois artigos publicados em 1932 na revista *Der Gegner* (O Adversário) e posteriormente republicados nos EUA em dezembro de 1937 e fevereiro de 1938 intitulados respectivamente *The Passing of Marxian Orthodoxy* (O fim da ortodoxia marxista) e *The Marxist Ideology in Russia* (A ideologia marxista na Rússia).

O argumento central de “O fim da ortodoxia marxista” repousa na demonstração da equivocidade histórica da famosa polêmica envolvendo Bernstein-Luxemburg e Lênin-Kautsky. Enquanto Bernstein – considerado já em 1920 por Korsch como “o mais cuidadoso, sincero e coerente de todos os socialistas não socialistas” (Korsch, 1973i, p. 108) – apenas expressava a prática cotidiana do movimento operário, prática reformista, e na qualidade de um “sóbrio observador da realidade”, nas palavras de Korsch, que revelava a flagrante contradição entre o ser e a consciência e entre a ideologia e a realidade apresentou “a primeira tentativa séria de formulação teórica dos fins e dos meios reais da política operária burguesa que eles praticavam” (Korsch, 1978d, p. 243), Rosa Luxemburg adotava uma plataforma totalmente ideológica para combatê-lo ao centrar a sua oposição não na prática real da social-democracia mas na própria teoria de Bernstein, aferrando-se no “objetivo final” que demonstrou ser o nada, conforme o próprio Bernstein em

sua famosa frase já definira³⁸, quando do apoio da social-democracia ao esforço de guerra dos governos capitalistas em 1914.

Do mesmo modo que Luxemburg, Lênin incorreu nos seguintes erros: a) privilegiar a esfera do político sobre o econômico; b) situar o “Bernsteinismo” apenas como um desvio do movimento social-democrata que era entendido por ambos – Rosa e Lênin – como possuindo um caráter revolucionário no fundamental e, c) adoção de fórmulas objetivamente falsas para combater a política burguesa dos partidos socialistas e dos sindicatos na Alemanha e no restante da Europa.

A tese principal de “A ideologia marxista na Rússia” está em demonstrar o caráter ideológico burguês da recepção do marxismo na Rússia feudal pré-revolucionária.

Inversamente à Europa Ocidental, onde a teoria marxista apareceu na época do declínio da revolução burguesa e se afirmava como expressão de uma tendência real visando ultrapassar os objetivos do movimento revolucionário burguês – a tendência representada pela classe proletária –, pelo contrário, na Rússia, o marxismo apenas foi, desde o início, um écran ideológico atrás do qual se escondia na prática a luta pelo desenvolvimento capitalista num país pré-capitalista. Com este objetivo, toda a “intelligentsia” progressista adotou, avidamente, o marxismo como a última palavra de ordem da Europa. [...] contudo, mesmo nesse terreno virgem, o princípio burguês já não podia retomar as ilusões e as auto-ilusões, aliás desgastadas, graças às quais se mascarou o conteúdo estritamente burguês das suas lutas na época heroica do seu primeiro desenvolvimento no ocidente, e que lhe tinham permitido manter as suas paixões ao nível de grandes acontecimentos históricos. Para penetrar no Leste, era-lhe necessário nova pele ideológica. E a doutrina marxista, emprestada ao Ocidente, parecia precisamente mais apta a prestar este importante serviço ao desenvolvimento burguês na Rússia. Face a isto, o marxismo era de longe superior

³⁸ A frase de Bernstein, reproduzida no texto korschiano após este frisar que o primeiro tinha plena concordância com a prática reformista da social-democracia, é “O objetivo final, qualquer que seja, nada é para mim; o movimento é tudo” (Citado por Korsch, 1978d, p. 245).

à doutrina russa dos revolucionários “narodniki” (populistas) (Korsch, 1978b, p. 253).

É nesta origem histórica que Korsch encontra a explicação para a transformação bolchevique do marxismo de “teoria científica da revolução anticapitalista” em “mito ideológico do partido”, pois, Lênin, antes que Stálin, aprovará teoricamente a concepção neopopulista da impossibilidade de um desenvolvimento normal e orgânico do capitalismo na Rússia e fará com que o marxismo sirva de instrumento para justificar uma acumulação capitalista de Estado e a formação de uma nova classe exploradora.

A rigor, para que o marxismo, tal como fora elaborado em obras como “Manifesto Comunista” e “O Capital”, se prestasse a essa função seria necessário um processo de modificações, mesmo que restritas ao âmbito teórico. Assim, durante as décadas de 1870 e 1880 Marx e Engels fizeram concessões teóricas aos populistas russos, abrindo um precedente que foi seguido por Lênin. Tudo isso foi reconhecido por Korsch, embora ressaltando a profunda diferença entre “impulsionar o futuro movimento revolucionário” dos três primeiros da atitude de Stálin de se valer do marxismo exclusivamente “como meio para defender um ‘status-quo’ não socialista e como arma contra qualquer tendência revolucionária” (id., *ibid.*, p. 256).

Desse modo, a separação entre teoria e autonomia proletária se processou quando o marxismo deixou de ser a ferramenta teórica da revolução socialista para se transformar no disfarce ideológico de uma evolução capitalista, quando ocorreu uma fusão entre a doutrina populista tradicional russa com elementos ideológicos do marxismo, recentemente incorporados naquele período.

Outra consequência da quebra entre teoria e autonomia se deu pelo alijamento das possibilidades de implementação prática do marxismo original, enquanto “expressão teórica de um movimento proletário autônomo e estritamente socialista” (p. 257) dado que nenhuma corrente o sustentava no debate e mesmo aqueles que se

gabavam de sustentar a “pureza” do marxismo, os chamados “marxistas legais”, renunciavam aplicá-lo naquelas suas partes que ultrapassariam os objetivos burgueses.

Assim, tal qual diante do marxismo social-democrata, o juízo de Korsch sobre o marxismo bolchevique foi taxativo:

Menos que nunca, o marxismo serve hoje como arma teórica numa luta autônoma do proletariado, para e pelo proletariado. Todos os pretensos partidos “marxistas” estão agora muito mais interessados, tanto na sua teoria como sua prática real, na via da colaboração. Reduzidos à função de “sacristães” dos dirigentes burgueses, apenas podem ajudar modestamente a resolver o que o “marxista” americano L. B. Boudin definia ainda recentemente como “o maior problema do marxismo – a nossa posição em relação às lutas internas da sociedade capitalista” (Korsch, 1978b, p. 261)

Fechadas as vias de desenvolvimento prático da luta autônoma do proletariado na Europa a partir do final dos anos 1920 e início dos anos 1930, Korsch, sem diminuir seu compromisso político pessoal que o leva a entrar em contato com pessoas e círculos marcadamente heterogêneos,³⁹ ao mesmo tempo em que intensifica sua reflexão teórica e histórico-política, paulatinamente traslada sua atenção do movimento comunista oficial para movimentos revolucionários exteriores, notadamente de natureza sindicalista revolucionária.

Esta continuidade da procura pela autonomia proletária é o que abordaremos a seguir nos dois eixos em que se manifestaram tanto no pensamento quanto na práxis de Korsch.

³⁹ Como exemplos desse amplo arco heterogêneo de contatos pode-se mencionar desde a *Die Gesellschaft für empirische Philosophie* (Sociedade para a Filosofia Empírica) que articulava pensadores neopositivistas até os militantes do *Gruppe Internationaler Kommunisten* (Grupo de Comunistas Internacionais) da Holanda, passando pelo círculo de intelectuais do “Café Adler” de Berlim (Brecht, Mühsan e Döblin dentre outros), até o *Institut für Sozialforschung* (Instituto para Pesquisa Social) de Frankfurt cujos fundadores eram Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Herbert Marcuse, Friedrich Pollock, Erich Fromm, Otto Kirchheimer e Leo Löwenthal (Korsch, 1982(II), p. 257).

2.4 A busca por novas manifestações da autonomia proletária

Ao concluir sua avaliação e, por consequência, ruptura com as ortodoxias social-democrata e bolchevique, e diante do refluxo do movimento operário, Korsch intensifica seus interesses teóricos em pelo menos quatro frentes. Uma que se pode denominar como mais estritamente científica, outra sobre o fenômeno do fascismo e da contrarrevolução – que será tema do próximo capítulo -, uma terceira em que começa a realizar uma reflexão crítica sobre o pensamento político de Marx e uma quarta, que interessa mais diretamente a este trabalho, que reconstrói as mais significativas experiências de ação proletária e revolucionária sob uma perspectiva histórica e política. Ademais, fora do plano estritamente teórico, nosso autor procurou acompanhar outro movimento operário no qual pudesse haver a possibilidade de existência de uma nova forma de luta revolucionária.

Dois foram os centros temáticos que corresponderam às duas situações concretas. A Comuna parisiense de 1871 foi a experiência de ação proletária e revolucionária analisada retrospectivamente por Korsch, enquanto o movimento operário desenvolvido na Espanha desde a proclamação da república naquele país em 1931 e seu desenrolar até a guerra civil de 1936-39 foi por ele acompanhado atentamente.

Para o primeiro tema foram dois trabalhos publicados no periódico *Die Aktion* que Korsch denominou *Revolutionäre Kommune I* (A Comuna Revolucionária I) de setembro de 1929 e *Revolutionäre Kommune II* (A Comuna Revolucionária II) de julho de 1931 que serviram para demonstrar os termos em que evoluiu a concepção de nosso autor que parte de uma posição que adota uma atitude **antiburguesa** para se converter em uma posição que adota uma atitude **antiestatal**.

Para o segundo tema foram quatro escritos. Em agosto de 1931 redigiu “Preliminares históricos da revolução espanhola” – que não chegou a ser publicado -, em setembro daquele mesmo ano foi a vez

de “A revolução espanhola” editado pelo periódico *Neue Rundschau*. Cronologicamente os dois últimos trabalhos foram “Economia e política na Espanha revolucionária”, de maio de 1938, e, “Coletivização em Espanha”, de abril de 1939, ambos publicados em *Living Marxism*. Analisá-los servirá para enxergar como a problemática da autonomia foi tratada já a luz das novas compreensões do pensamento korschiano e da conjuntura da década de 1930.

2.4.1 Reconstrução histórico-política da Comuna de Paris

Estabelecer uma distinção entre o que se sabe e o que se deve saber sobre a experiência dos operários parisienses em 1871 foi o objetivo explicitado por Korsch ao escrever a primeira parte de seu escrito voltado diretamente a “todo operário com consciência de classe” (Korsch, 1982(II)f, p. 272).

No primeiro aspecto da distinção saber/dever saber se situam aspectos históricos (fatos) e sua expressão teórica dada por Marx, Engels e Lênin que se fixaram na subjetividade daqueles a quem nosso autor dirige seu texto, ou seja, que a Comuna foi um governo da classe operária, forma política da ditadura do proletariado e que recebeu um prolongamento na Revolução Russa de 1917: o sistema revolucionário de conselhos.

Contudo, o significado do sistema de conselhos deixou de ser sinônimo de forma mais contemporânea e evoluída da ditadura do proletariado pelos rumos tomados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, onde passou a existir uma flagrante contradição entre o nome “URSS” e sua realidade concreta. Essa alteração de significado obriga os lutadores da classe proletária no mundo inteiro, prossegue Korsch, a adotar algumas atitudes consideradas necessárias. Acriticidade e paralisia de pensamento devem ser abandonadas, bem como explicações insuficientes como a de que houve “traição” por parte de dirigentes bolcheviques seriam superficiais e errôneas.

Se comparamos os termos utilizados nesse escrito de 1929 para definir a evolução contraditória da URSS, a saber, evolução “que levou do velho lema revolucionário ‘todo poder aos conselhos’ ao atual regime capitalista e fascista do pretense ‘Estado socialista soviético’” (p. 275), com a relativização da mesma URSS no contexto pós II Guerra Mundial adotada por nosso autor, temos uma elucidativa demonstração do critério korschiano para se manter coerente com a perspectiva do proletariado, pois o que poderia parecer uma reviravolta em seu pensamento, e, conseqüentemente, em seu posicionamento político, demonstrou ser uma aplicação do mesmo critério proletário a um novo quadro e novas condições conjunturais.⁴⁰

Voltando ao texto “A Comuna Revolucionária I”, para o segundo aspecto da distinção, o “dever saber”, se faz necessário **explicar** tal desenvolvimento contraditório por meio de uma **autocrítica revolucionária** que exige aplicar a dialética a pensamentos e formas de organização da própria classe proletária em luta pela sua autoemancipação e não somente a ideias e instituições do passado burguês ou feudal. Dessa concepção Korsch extrai o método:

⁴⁰ Trata-se de uma carta escrita em 1947 ao seu amigo Bertold Brecht na qual Korsch afirma ser o imperialismo russo um “mal menor” para o mundo em relação ao imperialismo estadunidense, em síntese, pelas seguintes razões: a) melhores perspectivas econômicas para as áreas de influência russa, mesmo diante de “terríveis brutalidades nas zonas ocupadas e, mais ainda, na própria Rússia”; b) A Rússia é o único aliado dos países e povos do Extremo Oriente mesmo sem nada fazer de fato para eles, subordinar tal aliança aos seus diferentes propósitos e exigir deles concessões desproporcionais ao que oferece; c) o imperialismo estadunidense não servirá aos interesses do capitalismo dos EUA como um todo, mas apenas para um grupo relativamente pequeno de “exploradores coloniais pretorianos”; d) ausência de uma terceira possibilidade na prática; e) baixo nível de desenvolvimento da repressão e da exploração das “minorias nacionais” não-dominantes, secundárias e periféricas dentro do império russo, que aplica medidas coercivas (deportações em massa, campos de trabalho forçado e outras medidas físicas e sociais contra a população) mais devido ao aproveitamento, ainda, de situações de fato (regiões externamente segregadas, menos densamente povoadas, profissional e socialmente menos diferenciadas) não tendo chegado ao nível de discriminação sistemática; f) Até aquele momento a repressão e a exploração nas áreas limítrofes do império russo (Balcãs, Checoslováquia, Polónia, zona ocupada da Alemanha) constituem “um fator subordinado, e não necessariamente o fator dominante no caráter destas formas de governo” (Cf. Korsch, 1977a, p. 289-290). Esta carta foi vertida na íntegra ao português e inserida como Apêndice C deste trabalho.

Ao invés de reclamar sobre a “traição” da ideia dos conselhos e da “degeneração” conselhistas deve-se proceder a uma síntese sóbria, serena e historicamente objetiva de toda a evolução deste processo, elaborando uma *visão histórica geral* que abarque suas fases sucessivas, e, por fim, fazendo-nos a *pergunta crítica*: de acordo com esta experiência histórica, qual é o *significado real de ordem histórica e de classe desta nova forma de governo*, inicialmente cristalizada na *comuna revolucionária* de 1871, destruída pela força depois de setenta e dois dias de vida, e que encontrou sua mais recente e concreta expressão na *Revolução Russa de 1917*? (Korsch, 1982[II]f, p. 276, destaques de KK).⁴¹

Na resposta a essa questão crucial, Korsch se diferencia de todos aqueles marxistas (Lênin, Rosa e Gramsci por exemplo) que se reivindicavam do princípio conselhistas e antiparlamentar da Comuna de 1871 e a conceberam como uma forma de governo totalmente proletária, anti-burguesa por excelência e antagônica ao Estado Burguês. Nosso autor esclarece que, na verdade, a comuna foi, historicamente, uma forma de governo não somente “mais antiga” que o parlamento como também a forma política “mais pura” que a burguesia – ao longo de uma evolução milenar desde o século XI até a Revolução Francesa de 1789 e sob diferentes modalidades – se valeu na luta antifeudal.⁴²

⁴¹ En lugar de lamentarnos sobre la “traición” a la idea de los consejos y la “degeneración” consiliar debemos proceder a sintetizar de manera sobria, serena e históricamente objetiva la evolución entera de ese proceso, elaborando una *visión histórica de conjunto* que dé cuenta de sus fases sucesivas, haciéndonos por último la *pregunta crítica*: cual es, de acuerdo con esta experiencia histórica, el *significado real de orden histórico y clasista de esta nueva forma de gobierno*, cristalizada inicialmente en la *comuna revolucionaria* de 1871, aniquilada por la fuerza la cabo de setenta y dos días de vida y que ha encontrado su expresión más concreta y reciente en la *revolución rusa* de 1917?

⁴² Além dos trabalhos de referência com os quais Korsch trabalhou de autoria de Marx, Engels e Lênin, respectivamente “A guerra civil na França” (Marx, 2011), “Introdução à guerra civil na França, de Karl Marx (1891)” (Engels, 2011) e “O Estado e a revolução” (Lênin, 1983) é numerosa a literatura sobre a Comuna no interior do marxismo. Para conhecimento sobre a comuna de Paris a partir de critérios analíticos e historiográficos exteriores ao campo marxista, consultar o erudito e rigoroso estudo de orientação anarquista “Negras Tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris” (Samis, 2011). Para um conhecimento centrado na descrição factual da Comuna de Paris pode-se recorrer ao já consagrado texto “História da Comu-

Evidentemente que Marx tinha consciência de que a forma “comuna”, herdada das lutas medievais da burguesia, teria que passar por uma transformação radical de seu caráter, nos alerta Korsch, além de não nutrir ilusões que esta **forma política** enquanto tal serviria para a emancipação proletária. A forma política comuna apenas pode servir de instrumento para fins revolucionários do proletariado parisiense em 1871 – segundo a interpretação korschiana do Marx analista da Comuna – justamente por seu caráter “pouco evoluído e relativamente indeterminado” (p. 277). E atribui a Marx o mérito de fazer uma analogia histórica entre a evolução política da burguesia como classe oprimida no feudalismo e a evolução do proletariado no capitalismo. Os instrumentos que a burguesia forjou para a sua luta revolucionária podem servir de “ponto de partida formal” para a luta proletária revolucionária que se desenvolve modernamente sobre bases distintas.

Em “A Comuna Revolucionária II” temos a continuação e conclusão dessa reflexão. Ao estabelecer uma dupla relação das formas de organização com uma classe social e determinado período histórico, isto é, formas instituídas pela moderna luta de classes do proletariado com as formas instituídas pela luta da burguesia em tempos anteriores, Korsch afirma que Marx percebeu que as formas políticas revolucionárias possuem um caráter mutável ilimitado e, por isso, não pretendeu estabelecer uma forma determinada de organização política em seus escritos de juventude. E mais, que Marx percebeu com clareza que a forma política “comuna” se constitui, sob determinadas condições, na expressão institucional de uma ação revolucionária incompatível com qualquer tipo de Estado.

Neste ponto Korsch identifica uma contradição não resolvida no pensamento de Marx, na medida em que o segundo combina aquelas percepções – incompatibilidade das formas políticas revolucionárias com qualquer tipo de Estado – com a “conquista do poder

na de 1871” (Lissagaray, 1995), cujo autor foi um comunardo que viveu diretamente os acontecimentos.

político pelo proletariado”. E nosso autor ressalta que Marx evoluiu seu posicionamento para a necessidade de aniquilamento da máquina estatal burguesa. Esta última posição constitui para Korsch na “teoria política marxista do Estado, ainda não falseada” e nos lembra que, no plano teórico, Lênin, em sua obra “O Estado e a revolução”, e, no plano prático, a Revolução de Outubro, potencializaram tal teoria” (Korsch, 1982(II)g, p. 281-282).

Contudo, tal teoria política resulta exclusivamente negativa, nada afirmando de positivo sobre o caráter formal desse novo poder estatal proletário. Aqui tem início a crítica korschiana do jacobinismo de Marx, pois para o nosso autor a teoria política marxiana do Estado era incompatível com as ideias dos comunardos parisienses de 1871, que derivavam “parte do programa federalista de Bakunin e Proudhon, parte do acumulado de ideias jacobinas sobreviventes sob o nome de *blanquismo*, mas apenas em medida muito pequena de *marxismo*” (p. 283, itálicos de KK).

Além de identificar esta insuficiência em Marx e Engels e o erro de Lênin – que datou a origem da teoria do Estado de Marx desde 1852 e operou um “salto lógico” esquecendo a posição de Marx em 1864 – Korsch avançou sua crítica afirmando que mesmo depois de 1871 Marx não se decidiu pela forma política comuna, que não era marxiana, como forma de governo da ditadura do proletariado, apenas, diante do evidente caráter revolucionário da Comuna de Paris, procurou ser solidário com os comunardos em sua derrota e evitar o crescimento das correntes federalistas por meio do texto “A guerra civil na França” e nele violentou sua essência, interpretando-a como um governo centralista, razão pela qual este escrito não apresenta uma caracterização histórica válida da “constituição comunal revolucionária aspirada pelo comunardos parisienses e que chegaram a realizar nos primeiros momentos” (p. 285).

Ao enfatizarem o caráter negativo da Comuna – destruição do antigo poder estatal burguês – para omitir seu caráter federalista e anti-centralista, Marx, Engels e Lênin cometeram um erro que originou uma

confusão conceitual entre os marxistas no tocante ao posicionamento dos marxistas não apenas quanto à Comuna de Paris, mas também quanto ao fenômeno histórico do Estado conselhistas revolucionário. Tal erro consistiu em atribuir excessiva importância a algumas diferenças formais entre a Comuna e a forma Estatal democrático-parlamentar burguesa: substituição do exército pela milícia, unificação das funções executiva e legislativa, revogabilidade a qualquer tempo dos mandatos e funcionários da Comuna. Para Korsch a presença de todos estes aspectos não elimina o caráter de opressão de classe comum a todo Estado.

Portanto, conclui Korsch, exclusivamente como forma política a comuna pode ser tanto um governo burguês quanto uma ditadura de partido. Somente se a tal forma vem acoplado os seus conteúdos econômico-sindicais que ela pode assumir a forma de uma autêntica ditadura de classe, mas seria um erro confundir **ditadura revolucionária** com **comunismo**. A primeira é necessariamente centralizadora enquanto o segundo pressupõe uma completa autogestão das forças produtivas.

O autêntico *objetivo final* da luta de classe proletária não é um dado *Estado*, por mais “democrático”, “comunal” ou “conselhistas” que seja, mas a *sociedade* comunista sem classes e sem Estado, cuja forma de conjunto não é representada por este ou aquele poder político, mas pela “*associação em que o livre desenvolvimento de cada um é condição incontornável para o livre desenvolvimento de todos*” (*Manifesto Comunista*). Até este momento, tal Estado somente diferirá do Estado burguês, no período de transformação revolucionária da sociedade capitalista em comunista, em *virtude de sua essência de classe e função social, mas não de sua forma política* [...] Neste conteúdo social da *forma política* e não nesta ou naquela particularidade artificialmente elaborada ou implantada em momentos ou circunstâncias muito especiais reside o “*verdadeiro segredo*” da *comuna revolucionária, do sistema revolucionário de conselhos e de qualquer outra forma histórica de realização do governo da classe proletária* (Korsch, 1982(II)g, p. 287, itálicos de KK).⁴³

⁴³ La autêntica **meta final** de la lucha proletaria de clases no es un determinado estado, por “democrático”, “comunal” o “consiliar” que sea, sino la **sociedad** comunis-

Em que pese a inegável densidade dessa análise, em razão de sua radicalidade antidogmática, de sua negação do “fetiche das formas” e de sua profundidade autonomista, o problema da contradição **centralismo versus federalismo**, que dividiu as duas grandes correntes do movimento proletário, permaneceu irresoluto.

Coube a Paul Mattick equacionar tal contradição. Em 1970, por ocasião dos 40 anos da primeira edição de *Grundprinzipien kommunistischer Produktion und Verteilung* (Princípios Fundamentais de uma Produção e Distribuição Comunista)⁴⁴, Mattick foi encarregado de redigir a introdução a esta obra. Ali, na mesma linha antiestatal de Korsch, depois de esclarecer que a socialização nada tem a ver com identificar controle estatal com controle social, que o termo “associação de produtores livres e iguais” perdeu seu significado original, pois as características da futura sociedade comunista contidas no capitalismo ao invés de serem vistas na possível auto-organização dos produtores na produção e na distribuição, foram vistas pela social-democracia reformista e revolucionária (bolchevismo) nas tendências à concentração e à centralização, típicas do capitalismo, que finalmente gerariam um domínio estatal sobre todas as esferas da economia, ele entrou diretamente no problema:

O sistema dos Conselhos somente poderá ser realizado se forem criadas instituições que possibilitem supervisionar as

ta sin clase y sin Estado, cuya forma de conjunto no es la representada por tal o cual poder político, sino por esa **“asociación en la que el libre desarrollo de cada cual es condición inexcusable para el libre desarrollo de todos”** (Manifesto comunista.) **Hasta ese momento**, dicho Estado sólo se *diferenciará* del Estado burgués, en el periodo de transformación revolucionaria de la sociedad capitalista en comunista **en virtud de su esencia de clase y de su función social, pero no de su forma política** [...] En este contenido social de la **forma política** y no en tal o cual peculiaridad artificialmente elaborada o implantada en momentos o circunstancias harto especiales radica el **“verdadero secreto”** de la **comuna revolucionaria, del sistema revolucionario de consejos y de cualquier otra forma histórica de realización del gobierno de la clase obrera.**

⁴⁴ Fruto de elaboração coletiva do *Gruppe Internationaler Komunisten – Holland* (Grupo dos Comunistas Internacionais da Holanda) em 1930, trata-se da primeira tentativa do movimento dos conselhos na Europa Ocidental de enfrentar o problema da construção do comunismo sobre a base dos Conselhos. Um trabalho seminal e fundamental que permanece, ainda hoje, sem desenvolvimentos posteriores.

necessidades e as possibilidades do conjunto social. Os conhecimentos obtidos por essa forma exigem decisões que não podem ser tomadas em nível de cada organização de fábrica. A estrutura do sistema dos Conselhos deve ser de modo a regular a produção centralizadamente, sem por isso condicionar a autonomia dos produtores. Além do mais, nas próprias fábricas a execução das decisões dos trabalhadores ficará a cargo dos Conselhos sem que seja criada uma primazia dos Conselhos sobre os trabalhadores em razão disso. E mais, de uma ótica mais global, podem ser encontrados na produção nacional, métodos organizativos que coordenem as instituições acima das fábricas sob o controle dos trabalhadores. Contudo, esta solução da contradição centralismo-federalismo prevista nos “Princípios Fundamentais...” não poderá ser resolvida simplesmente por meio de um “registro do processo econômico na contabilidade social geral”, provavelmente serão necessários órgãos particulares, integrados ao sistema dos Conselhos, encarregados especificamente da organização econômica (Mattick, 1976, p. 20-21).⁴⁵

Diferentemente da teorização gradualista sobre os conselhos do Korsch da primeira metade da década de 1920, Mattick sofisticou o modelo “puro” do sistema de conselhos. No âmbito teórico, introduz uma distinção particularmente fértil entre **centralismo** (de cima para baixo) e **autocentralização** (de baixo para cima). A primeira forma, heterônoma, perpetua a divisão em classes enquanto a segunda assegura a autonomia proletária pensada em termos planetários, diferentemente do federalismo que subordina a coordenação entre distintas regiões (populações e territórios) a um livre acordo mútuo que, caso não se estabeleça, pode excluir regiões e povos do acesso a um mundo comum em termos de abundância material.

⁴⁵ Diferentemente de todas as demais citações traduzidas, esta – e todas as demais retiradas deste texto – resultou do cotejamento das versões espanhola e alemã. Por tal motivo, para evitar uma redundante duplicidade de fontes consultadas, optou-se por não colocar aqui apenas a versão espanhola, adotada neste trabalho. Decisivo para a adoção deste critério, foi que as escolhas do equivalente em português resultantes da versão alemã as fariam parecer estranhas ao texto espanhol e arbitrarias ao leitor.

Outra distinção esclarecedora contida nesta introdução, para o tema da autonomia proletária, foi de que “instituições de planejamento” não se confundem com “instituições estatais”. Resultante da afirmação de que a totalidade comunista – produção e distribuição – dispensa uma administração central dirigida pelo Estado, pois requer em seu lugar tão somente “organismos de planificação” os quais, na ditadura política do aparelho estatal sobre os trabalhadores, foram utilizados como instrumentos.⁴⁶ Assim, segundo Mattick (p. 21), foi esta ditadura, e não o planejamento da economia, a responsável por inaugurar uma nova forma de exploração, a qual contou inclusive com a participação das autoridades da planificação.

Considerando que Mattick e Korsch passaram a integrar a mesma posição política exatamente ao longo da década de 1930 – cuja denominação ficou conhecida historicamente por “comunistas de conselhos” –, conforme atestado pelo próprio Korsch em algumas de suas correspondências⁴⁷, pode-se deduzir que, por trajetórias diferentes e pelo menos neste aspecto, o pensamento antiestatal do Korsch maduro se encontrou com esta definição síntese de Mattick:

a primeira condição da produção e distribuição comunistas é que não exista nenhum aparato estatal ao lado ou acima dos Conselhos e que a função “estatal” (supressão das ten-

⁴⁶ Apenas a título ilustrativo, o Estado brasileiro utiliza o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como instrumento para suas políticas e o próprio IBGE é parte das instituições estatais. Pelo raciocínio de Mattick, após uma profunda reorganização sob todos os aspectos, o IBGE poderia ser mantido como órgão técnico integrado ao sistema de conselhos cujos estudos e pesquisas serviriam, no âmbito econômico, para planejar o atendimento das necessidades sociais ao invés de subsidiar decisões para perpetuar relações de mercado.

⁴⁷ Trata-se de duas cartas de Korsch. A primeira destinada a Mattick, datada de novembro de 1938, em que nosso autor afirma, referindo-se a Horkheimer, que ele “nos últimos anos tem se aproximado muito do meu, nosso, ponto de vista político.” (Korsch, 1977d, p. 284). A segunda refere-se à já mencionada carta de maio de 1948 a Jim Dawson (Apêndice D). Se pela primeira carta comprova-se a unidade de concepções entre Korsch e Mattick, pela segunda missiva fica evidenciado que Korsch se considerou da corrente política dos comunistas de conselhos desde 1928. Também inédita em língua portuguesa, a carta a Mattick foi traduzida e integrada este trabalho como Apêndices B.

dências contrarrevolucionárias) seja exercida pelos próprios operários, organizados em seus Conselhos. Qualquer partido que, enquanto uma fração dos trabalhadores, aspire ao poder estatal ou se coloque como um aparato estatal depois da tomada do poder, sem dúvidas tentará controlar a produção e distribuição, e reproduzir este controle para manter as posições obtidas. Se existe o controle da maioria por uma minoria, então a exploração continuará existindo. O sistema dos Conselhos não pode permitir que a seu lado continue a subsistir nenhum Estado, a menos que renuncie a si mesmo. Mas sem este poder estatal separado da sociedade, qualquer planificação da produção e da distribuição somente pode ser levada a cabo pelo sistema de Conselhos. Os organismos de planificação vem a ser também das empresas que, junto a outras empresas, se fundem em um único sistema de Conselhos (Mattick, 1976, p. 21-22).

Concluída esta exposição analítica do tratamento da relação Estado/autonomia no pensamento korschiano maduro, passemos para o último tópico do primeiro eixo definidor deste trabalho: o modo como nosso autor abordou o movimento operário da Espanha, mais especificamente do proletariado nas regiões da Catalunha e Valência, em sua procura pela ação proletária autônoma.

2.4.2 Revolução na Espanha

Dos quatro trabalhos que Korsch dedicou ao tema, o primeiro deles, em ordem cronológica, foi o único que não chegou a ser publicado na época. Tratou-se na verdade de uma análise de conjuntura em perspectiva histórica, na qual nosso autor analisou as peculiaridades do movimento operário espanhol em comparação com os demais movimentos da Europa desde o começo do século XIX além de ter apontado suas características e conteúdos.

“Preliminares históricos da revolução espanhola” nos mostra um posicionamento de que Espanha, durante 130 anos, foi sacudida por revoluções em intervalos de tempo regulares e em conexão com pro-

cessos revolucionários acontecidos no restante da Europa, porém com grande atraso no tempo e com um ritmo mais lento de suas fases do processo. A esta primeira peculiaridade do movimento revolucionário espanhol, Korsch acrescenta uma segunda, consistente em que, muitas vezes, o levantamento revolucionário na Espanha coincide com conjunturas de derrotas desesperadas e de reacionarismo obscurantista nos demais países do continente europeu.

Articulado com ambas singularidades apontadas, prossegue Korsch, está a peculiaridade de todo o movimento operário espanhol tanto nas áreas industriais quanto nas rurais: a criação da I Internacional (AIT) na Espanha resultou de um movimento revolucionário ascendente enquanto no restante da Europa estava em lenta recuperação de uma “derrota grave”, citando a descrição feita por Marx em seu “Discurso inaugural” de 1864, e atribuindo a tal derrota uma força capaz de ter destruído para sempre “os primeiros ímpetus entusiásticos da revolução operária”. Pelo contrário,

O que na Espanha se juntou à forte “Internacional” de orientação bakuniniana, foi a nata dos revolucionários proletários ativos, que, justamente naquele momento, evoluíam sem vacilações, se separando do partido revolucionário-burguês, defensor de uma república federada, e proclamando cada vez mais abertamente os objetivos próprios e independentes do proletariado (Korsch, 1979r, p. 176).⁴⁸

Este perfil autônomo seguiu uma linha evolutiva “plenamente orgânica e ininterrupta” desde a década de 1860 até a década de 1930, passando por muitas fases e dificuldades, mas conservando este caráter peculiar. Como consequência dessa evolução, e sobre esta base analítica, Korsch extraiu então o conteúdo das duas orientações do movimento operário espanhol.

⁴⁸ *Lo que en España se sumó a la fuerte “Internacional” de orientación bakuniana, fue la crema y nata de los revolucionarios obreros activos, que precisamente entonces evolucionaban sin titubeos, separándose del partido revolucionario-burgués, patrocinador de una república federada, y proclamando cada vez más abiertamente los objetivos propios e independientes del proletariado.*

A majoritária e principal, diferentemente do restante da Europa, era “decididamente *antiestatal, anarquista e sindicalista*.” (p. 177, itálicos de KK). A minoritária, de orientação social-democrata marxista, foi mais precoce e avançou de modo ainda mais aberto e resoluto em seu papel conservador no combate à orientação anarcorrevolucionária do movimento operário espanhol, pois assim já atuava desde os anos 1860 enquanto a social-democracia alemã, por exemplo, apenas revelou seu conservadorismo, abertamente, em 1914.⁴⁹

Dois meses depois de escrever “Preliminares históricos...”, em setembro de 1931, foi publicado “A revolução espanhola”. Trata-se de um informe político⁵⁰, resultado de sua viagem a Madri em junho daquele ano para assistir ao Congresso da *Confederación Nacional del Trabajo*

⁴⁹ Korsch se refere aqui ao *Partido Socialista Obrero Español* (PSOE), fundado em 1879. A central sindical do PSOE, a *Unión General de Trabajadores* (UGT) foi fundada em 1888. Expressões práticas da cisão institucional da ortodoxia marxista da II Internacional que separa política de economia na luta dos trabalhadores. Esta teoria foi mantida pela ortodoxia da III Internacional.

⁵⁰ Para evitar confusões, cabe explicitar a definição adotada por este trabalho de “Informe Político (IP)”, descrevendo-o tecnicamente. Aqui, IP não é confundido com relatório e nem com avaliação política. Enquanto o primeiro se limita a narrar ou descrever de forma relativamente minuciosa fatos que se viu, ouviu, observou ou algo que se estudou; tem caráter eminentemente técnico, deve primar pela objetividade e não deve conter a opinião/avaliação de quem o elabora, a segunda se limita a expor a opinião de quem avalia algo; tem caráter eminentemente político e predomínio da subjetividade; pode conter ou não dados que a fundamentem; é equivalente à análise política (no sentido de decompor o objeto analisado em partes, explicando-as, para depois voltar a recompô-lo na sua totalidade e concluir o processo de análise). Embora considerados isoladamente tanto o relatório quanto a avaliação/análise política possuem sua validade própria e aplicações específicas, o IP deve combinar ambos os instrumentos, fundindo-os. Deve fornecer dados objetivos necessários ao domínio da realidade/contexto por parte de quem o lê, localizar os atores sociais (indivíduos, partidos, classes, por exemplo) e sua movimentação (propostas, ações, enfrentamentos, acordos, por exemplo), destacar o que se considera relevante, seja para o entendimento dos leitores, seja em termos de destaque factual, pode também contemplar questões em aberto, dúbidas expostas ou esclarecimentos prestados por parte de quem o redige aos leitores e, por fim, apresentar perspectivas de futuro, temas que ficaram por esclarecer ou decidir, resultados alcançados e uma avaliação política geral daquilo que se está informando. Com este conteúdo, nos parece adequado afirmar que Korsch realizou um IP sobre a revolução espanhola em 1931.

(CNT).⁵¹ Começa por descrever o caráter do regime republicano que sucedeu a queda da monarquia – social-democrata e burguês em seu entendimento –, percebeu com acuidade e realismo que a igreja e o exército representavam constante ameaça à república, duas instituições que juntamente com a própria monarquia compunham o tripé institucional da contrarrevolução. Neste escrito aparece a expectativa de Korsch, que se revelou frustrada, de que os acontecimentos em Espanha poderiam inaugurar e servir de estímulo para um novo movimento proletário internacional independente da III Internacional (*Komintern*) e da Rússia bolchevique. Vejamos em detalhe tais assertivas.

O critério definidor do caráter reacionário do novo regime republicano se deu por sua total indiferença pelas agudas exigências sociais do proletariado “que reclamava aos gritos sua solução prática imediata.” Diferentemente do acontecido, compara nosso autor, com a Revolução Russa de 1917. Esta diferença de caráter é explicada por ele em parte como resultado das diferentes conjunturas europeias em que aconteceram tais processos, e em parte pelas peculiaridades do movimento operário espanhol mencionadas no texto “Preliminares históricos...” mas que aqui recebem maior detalhamento.

A primeira delas é a ausência de um partido comunista com forte implantação social. Cinco anos depois de sua expulsão do PC alemão, Korsch se refere aos três partidos marxistas em termos duros:

O que agora se apresenta sob o nome de “comunismo” no movimento revolucionário espanhol é apenas a sombra de uma sombra, como demonstraram as eleições das Cortes de 28 de junho, até mesmo para os estrangeiros céticos. Há três seitas comunistas, mais hostis entre si e com as autênticas or-

⁵¹ Fundada em 1910, em Barcelona. Atualmente, em sua página na internet, a CNT afirma: 1) continuar fiel aos princípios anarcossindicalistas; 2) ser a única herdeira no Estado espanhol do “espírito” da I Internacional (AIT); 3) que atualmente é o único sindicato no Estado Espanhol totalmente independente de “diretrizes políticas”; 4) que suas decisões não são tomadas por sindicalistas profissionais e sim diretamente por seus filiados; 5) que para manter sua independência econômica renuncia ao financiamento tanto do Estado quanto dos patrões, e 6) que não deixa as negociações nas mãos de intermediários (CNT, 2015).

ganizações revolucionárias de massas do proletariado espanhol do que com os inimigos de classe. Uma seita segue as diretrizes de Stalin, a segunda é a dos seguidores de Trotsky, enquanto apenas a terceira, o grupo dos comunistas federalistas da Catalunha, sob a direção de Maurín, pode ser considerada em certa medida um produto nativo do movimento espanhol. Nenhum destes três grupos possui qualquer influência real dentro do movimento operário espanhol. Nenhum deles está representado sequer por apenas um deputado nas Cortes constituintes (Korsch, 1982(II), p. 261).⁵²

Apesar do decidido posicionamento contrário a atributos constituintes do bolchevismo – vanguarda dirigente e doutrinário – e da clara diferenciação entre classe e dirigentes, ao ignorar que as regras eleitorais podem eliminar a igualdade nos pleitos e adotar como critério definidor da influência política junto ao proletariado apenas sua expressão em termos de votos e deputados, a criticidade korschiana perde muito de sua força autonomista e se aproxima de um parâmetro liberal. Mesmo com a atenuante de que o periódico para o qual escreveu – *Neue Rundschau* – adotasse uma linha editorial burguesa e independentemente da hipótese de ter sido uma eleição igualitária para todos que nela concorreram.

A segunda peculiaridade apontada reside na ausência de enfrentamento ao novo regime também por parte das duas correntes majoritárias, com peso social real no movimento proletário espanhol. No caso do PSOE, por estar completamente dentro de seu perfil programático (reformista), ideológico (estatista) e de atuação (conservadora). No ca-

⁵² *Lo que actualmente se presenta bajo el nombre de "comunismo" en el movimiento revolucionario español es solo la sombra de una sombra, como han podido demostrarlo las elecciones de las cortes del 28 de junio incluso a los extranjeros escépticos. Hay tres sectas comunistas, más hostiles entre si y hacia las auténticas organizaciones revolucionarias de masa del proletariado español que hacia los enemigos de clase. Una secta sigue las directivas de Stalin, la segunda las de los seguidores de Trotski, mientras sólo la tercera, el grupo de los comunistas federalistas de Cataluña, bajo la guía de Maurin, puede ser considerada un producto en cierta medida autóctono del movimiento español. Ninguno de estos tres grupos tiene alguna influencia real en el interior del movimiento obrero español. Ninguno está representado en las cortes constituyentes ni siquiera con un solo diputado.*

so do Sindicalismo Revolucionário⁵³, a tática adotada – diante do fato de que a queda da monarquia não correspondeu em nada às suas exigências programáticas, mas significou um alívio momentâneo “de uma enorme opressão” com medidas como libertação de presos, pausa nas perseguições e reconhecimento parcial de suas organizações – foi a de priorizar a construção de sua instituição de massas (CNT) e de apresentar um plano de “exigências mínimas” de conteúdo democrático-radical e não socialista.

Nesse momento, a análise política korschiana se volta para o aspecto prescritivo. Ao constatar que a república espanhola foi um fiasco completo do ponto de vista de cumprir as tarefas históricas que uma revolução burguesa deveria realizar, demonstrado pelo não atendimento das exigências mínimas dos proletários revolucionários e pela atitude de composição com forças do antigo regime combinadas com a repressão das greves e ações crescentes dos explorados em movimento, apresentou-as sintetizadas em três pontos: **Estado federal** descentralizado para atender o desejo de catalães, bascos e galegos a uma administração própria, **laicismo** para separar definitivamente a igreja do Estado e da escola, e **revolução agrária** para fornecer a solução burguesa para o problema da terra.

A luta aberta pela realização de tais medidas, foi para nosso autor o fechamento da primeira fase da revolução em Espanha. Destas três grandes tarefas, a luta pela democratização da terra assumia a centralidade e se configurava, em seu entender, no “ponto de partida e conteúdo” da segunda fase do processo revolucionário. Sete anos depois, escrevendo em maio de 1938 o texto “Economia e política na Espanha revolucionária”, quando a evolução da guerra civil já não deixava dúvidas sobre a vitória da contrarrevolução, objetivando explicar ao proletariado internacional o conteúdo real das lutas revolucionárias que ali se

⁵³ Apenas para fins de registro, existem divergências se **sindicalismo revolucionário** e **anarcossindicalismo** são concepções sinônimas ou distintas. Neste momento nos abstermos de adentrar tal polêmica e nos limitamos a utilizar a terminologia adotada por Korsch para evitar digressões muito longas dos objetivos deste trabalho.

desenvolviam, mais uma vez Korsch se valeu da comparação retrospectiva para aplicar o método da especificidade histórica.

Afirmando a impossibilidade de qualquer analogia histórica entre a Espanha durante a guerra civil e a Rússia pós outubro de 1917, posto que, diferentemente da segunda, em nenhum momento desde a queda da monarquia espanhola o poder esteve em mãos do movimento revolucionário ou mesmo de um partido que pudesse falar em seu nome. E também não se pode falar de duplo poder no caso espanhol pela existência constante de conflitos internos ao campo republicano, pela cisão consumada entre “a substância (econômica) do Estado, que passou à disposição dos operários, e sua envoltura (política)” (Korsch, 1982(II)c, p. 289), e principalmente pelo fato da incapacidade de fazer funcionar, contra um proletariado armado, o aparelho burocrático e militar para reprimi-lo, “função principal de qualquer Estado capitalista”.

Defendeu os anarquistas de críticas incorretas, em seu entender, tais como terem sido as vacilações e erros dos primeiros, “devidas a escrúpulos teóricos e debilidade interna de suas posições revolucionárias”, as responsáveis pela incapacidade de conquistar o poder em uma situação objetivamente revolucionária. Considerou que seria exigir um rendimento “sobre-humano e supra-histórico” do proletariado revolucionário espanhol, dadas as suas características e em pleno confronto com as forças franquistas, não cometer erros e vacilações. Para ambos os casos argumentou que o bolchevismo russo incorreu nos mesmos problemas em julho de 1917 e que, para triunfar, teve que alterar toda a intuição histórica que possuía até aquele momento, desmascarando assim a glorificação ideológica de sua vitória na Rússia em outubro daquele ano. Contudo, afirmou:

Isto não significa negar que as ações revolucionárias dos proletários catalães foram efetivamente contidas por sua tradicional abstinência política. Mesmo as medidas econômicas mais radicais ditadas por eles no momento em que pareciam ter o controle absoluto da situação – e assim consideravam – conduziu a resultados semelhantes aos causados pelas me-

didadas econômicas e políticas da ditadura bolchevique, que encheram de raiva e perplexidade a seus inimigos internos e de todo o mundo burguês (Korsch, 1982(II)c, p. 291)⁵⁴

E explicitou o que lhe pareceu ser o ensinamento mais importante da revolução em Espanha:

O fato de que a CNT e a FAI se viram forçadas, em razão de experiências muito amargas, a abandonar sua tradicional estratégia de abstencionismo político fez com que todos os revolucionários enxergassem – exceto alguns grupos anarquistas desesperadamente sectários – **a íntima relação entre ação econômica e ação política em todas as fases da luta de classe do proletariado, especialmente na fase revolucionária** (Korsch, 1982(II)c, p. 292, destaque de KK)⁵⁵

Com este substrato teórico que retoma a totalidade da ação proletária autônoma, tomou posição pela **coletivização** em oposição à **nacionalização** ou **intervenção estatal**. Embora situando a primeira no mesmo patamar de outras tentativas econômicas históricas, dada a iminente derrota dessa experiência, sufocada pelos dois lados da luta na guerra civil.

O historicismo radical korschiano foi mais uma vez reafirmado, agora em um mundo “sombrio, em crise, em que todo o movimento operário socialista, comunista e anarquista está em decadência”. O aprendizado advindo dos sucessos e fracassos históricos, finaliza Korsch

⁵⁴ *Esto no equivale a negar que las acciones revolucionarias de los obreros catalanes fueron efectivamente frenadas por su tradicional abstención política. Ni siquiera las más radicales medidas económicas dictadas por ellos en el momento en que parecían ser los dueños absolutos de la situación – y como tal se consideraban – dieron lugar a resultados similares a los provocados por las medidas económicas y políticas de la dictadura bolchevique, que llenaron de furia y espanto a sus enemigos del interior y de todo el mundo burgués.*

⁵⁵ *El hecho de que la CNT y la FAI se hayan visto por fin obligadas, en virtud de experiencias muy amargas, a deponer su tradicional estrategia de abstencionismo político ha hecho ver a todos los revolucionarios – con excepción de algunos grupos anarquistas desesperadamente sectarios – **la íntima relación existente entre la acción económica y la acción política en todas las fases de la lucha de clases del proletariado, y muy especialmente en la fase revolucionaria.***

ch, deve servir para continuar a procura pelos “caminhos e meios para a realização dos objetivos da classe proletária revolucionária” (p. 296).

Este objetivo prosseguiu em seu último escrito sobre o movimento revolucionário espanhol, “Coletivização em Espanha”, de abril de 1939. Publicado após o término oficial da guerra civil, que apenas transformou em concretude consumada a tendência identificada desde maio de 1937, aqui o esforço de Korsch foi confrontar a “superficialidade, as deformações e a conspiração de silêncio” com que a historiografia burguesa retratava os acontecimentos na Espanha daquele momento. Para tanto se inspirou em uma publicação dos próprios trabalhadores espanhóis sobre os sete primeiros meses de “coletivização” revolucionária, editada pela CNT/FAI em 1937.

Este livro demonstrou, no entender de nosso autor, que se estava diante de mais uma tentativa de transição para uma nova forma de organização social, embora sem oferecer detalhes, desde as tentativas de socialização na URSS, na Hungria e na Alemanha do período imediatamente pós I Guerra Mundial. Tentativa, ao mesmo tempo, a elas equiparável em importância e delas diferenciada pelas formas concretas que assumiu.

Esta nova forma de transição para um modo de produção coletivo, além de antagônica não apenas com o fascismo mas também com o antifascismo, tem sua importância mesmo derrotada. “O estudo deste movimento, de seus conceitos e métodos, de seus êxitos e fracassos, com o conseqüente conhecimento de seus pontos fortes e fracos é de importância duradoura para aquele setor do proletariado internacional com consciência de classe e ânimo revolucionário [...]” (Korsch, 1982(II)e, p. 299).

Além disso, Korsch vislumbrou nessa publicação uma fonte histórica do mais alto nível, e, por isso, de importante alcance teórico geral por ser um documento que combinava “máximo valor humano” com “as exigências da objetividade”. Por meio do testemunho direto de pessoas simples da cidade e do campo que tomaram em suas próprias mãos

as tarefas de assegurar para suas vidas liberdade e bem-estar, Korsch foi ressaltando o teor antijurídico e espontâneo do processo de coletivização, preparado com antecedência de muitos anos, que apresentou por parte de seus protagonistas maior clareza e dose de realismo de seus objetivos em comparação com o movimento operário “marxista” do restante da Europa em circunstâncias similares.

A observação korschiana da dinâmica do processo permitiu que ele captasse que o funcionamento externo das empresas coletivizadas na Catalunha era similar ao de uma sociedade anônima capitalista, mas o conteúdo completamente distinto, expresso na constatação de que produção, administração e pagamento de salários, por exemplo, sofreram profundas transformações.

Posto isto, Korsch enumera as características do processo de autonomia na prática: 1) o modo como encararam a coletivização da agricultura “totalmente realista e procurando purificá-lo de precipitações, exageros e desacertos psicológicos.” (p. 302); 2) a obtenção dos primeiros resultados em termos do crescimento e aperfeiçoamento da produção, ultrapassando o alcance de medidas tais como: eliminação de condições de trabalho desumanas, aumento de salários, diminuição da jornada de trabalho e “diversas e inovadoras formas de compensação das diferenças salariais entre operários e empregados, operários especializados e peões, homens e mulheres, adultos e jovens [...]” (p. 303); 3) criação de novos ramos industriais para suprir necessidades desatendidas da população; 4) renúncia voluntária e consciente, em termos de tempo livre e meios de vida, por parte das camadas mais empobrecidas do proletariado urbano e rural em favor da assistência às vítimas da guerra e aos refugiados dos territórios dominados pelo fascismo que permanentemente acorriam à zona republicana; 5) fornecimento de soluções inovadoras e criativas para problemas secundários, mas de difícil resolução, pela revolução proletária, tais como o artesanato e o comércio; 6) incidência sobre todos os problemas fundamentais da sociedade humana.

O acompanhar do processo em Espanha, serviu de comprovação empírica para o novo patamar antiestatal a que havia chegado o pensa-

mento korschiano desde o início da década de 1930. Tanto assim que a explicação por ele encontrada para o proletariado daquelas regiões ter sido capaz de tantas realizações “assombrosas” em uma conjuntura tão adversa se deveu a um posicionamento decididamente antiestatista e livre de quaisquer “freios e obstáculos de ordem ideológica e organizativa” (p. 304).

Contudo, mesmo reconhecendo tudo isso, nosso autor entendeu que o mais importante desse período em que foi possível existir a coletivização na revolução espanhola, foi a forma institucional peculiar que possibilitou tais transformações: seus sindicatos.

Estas formações sindicais antipartidárias e anticentralistas foram formadas exclusivamente a partir da atividade autônoma das massas proletárias. A totalidade do trabalho foi realizado pela própria elite dos operários do respectivo ramo industrial e não por funcionários destacados. Esta elite consciente, eleita durante a revolução pelos trabalhadores via comitês de ação – dentro ou fora do âmbito dos sindicatos – é que basicamente tornou possível, graças à sua iniciativa e seu trabalho exemplar, duradouro e solidário, realizações essenciais do novo período revolucionário. Este ensinamento histórico da revolução espanhola será de valor duradouro para a organização e as táticas do movimento revolucionário (Korsch, 1982(II)e, p. 303-304).⁵⁶

Esta defesa da autonomia proletária acompanhada do reconhecimento de que ela pode ser expressa pelo sindicalismo revolucionário/anarcossindicalismo e pelo anarquismo não autoriza concluir por uma passagem de Korsch para o campo anarquista. Mesmo afirmando que a

⁵⁶ *Estas formaciones sindicales antipartidistas y anticentralistas se han formado exclusivamente a partir de la actividad autónoma de las masas obreras. La totalidad del trabajo no ha sido llevada a cabo por funcionarios prominentes sino por la propia élite de los obreros de la rama industrial correspondiente. Esta élite consciente, elegida durante la revolución por los trabajadores en los comités de acción – dentro o fuera del marco de los sindicatos – es la que ha hecho básicamente posible, mediante su iniciativa y su trabajo ejemplar, duradero y solidario, los logros esenciales del nuevo periodo revolucionario. Esta enseñanza histórica de la revolución española será de un valor duradero para la organización y táctica del movimiento revolucionario.*

luta do proletariado espanhol era a continuidade da derrotada luta proletária europeia, ele apontou claramente as contradições com as ideias marxistas do movimento revolucionário e manteve-se com estas. Duas em especial: a maior importância atribuída pelo anarcossindicalismo às pequenas cidades e povoados em relação aos grandes centros urbanos, e a admissão da possibilidade de uma existência humana socialmente justa sem eliminação da pobreza material. Algo como uma variante de socialismo da miséria.⁵⁷

Em suma, uma apreciação de conjunto de todos os seus escritos sobre o movimento proletário na Espanha, possibilita algumas observações.

Primeira, ao descrever as diferentes fases da Revolução Espanhola, começando com a queda da Monarquia em 1931, seguida pela revolta dos trabalhadores de 1936 e, finalmente, com a derrota proletária para Franco, coincidindo com o avanço da contrarrevolução em escala mundial em 1939, nosso autor aplicou o princípio da especificidade histórica. Tal aplicação serviu para uma reflexão que distingue claramente o movimento prático e real de suas expressões teóricas e ideológicas.

Segunda, nesta fase de seu pensamento, o marxismo korschiano aplicado à análise concreta de uma situação concreta, demonstrou ter maturado como um marxismo livre da influência jacobina trazida para o interior dessa vertente do movimento socialista principalmente por Lênin. Anos depois esta característica antibolchevique seria explicitamente reafirmada.⁵⁸

Terceira, a experiência de Korsch com o processo revolucionário na Espanha expôs sua ruptura com qualquer pretensão do marxismo

⁵⁷ Para uma explicação do socialismo da miséria consultar: Bernardo (2011).

⁵⁸ Trata-se da Tese de número 8 de seu escrito de 1950 "Dez teses sobre o marxismo hoje", publicado pela primeira vez após sua morte, em que ele acrescenta que o marxismo ideológico de Lenin se presta aos mais diversos objetivos (Korsch, 1982(II) b, p. 495).

em ter o monopólio tanto da iniciativa revolucionária, quanto de sua direção prática e teórica. Isto significou ser possível uma *práxis* revolucionária não necessariamente marxista.

O caminho a ser trilhado pela autonomia proletária, único capaz de conduzir à sociedade comunista segundo Korsch, mostrou ser incompatível com o uso do Estado como instrumento da revolução social. Nem poderia ser expresso por teorias da transição que postergam a emancipação do proletariado para um futuro indeterminado.

A ação proletária autônoma pode se realizar fora de condições políticas e econômicas de capitalismo avançado, pois a revolução social não está subordinada a nenhuma espécie de desenvolvimento da economia capitalista, tampouco exige que tal desenvolvimento em todos os países seja um antecedente obrigatório para eliminar o capitalismo.

Não se pode prescindir da conexão entre política e economia, pois a existência da autonomia do proletariado depende de sua ação combinada em ambas esferas, negando tanto o politicismo bolchevique quanto o economicismo social-democrata.⁵⁹

Vejamos no próximo capítulo, o segundo eixo norteador deste trabalho. A forma como a contrarrevolução foi compreendida pelo pensamento de nosso autor.

⁵⁹ A relação entre política e economia é um dos polos como Korsch concebe a contradição política, o outro se situa na relação entre revolução e contrarrevolução. Temos um exemplo disso na crítica realizada por ele em 1935 ao programa do AWP (*American Workers Party*) Estadunidense (cf. Korsch, 1982(II)r).

3

CONTRARREVOLUÇÃO

3.1 Definições e espaços de surgimento

Diferentemente da problemática da autonomia proletária, o segundo tema que acompanhou Korsch ao longo de sua vida surge mais tardiamente, por volta dos anos 1923-24, momento no qual seu percurso militante o coloca diante de fatos que o fazem perceber com nitidez que a contrarrevolução como realidade concreta poderia advir tanto sob a forma do nazismo – percepção adquirida durante os seis meses em que participou na qualidade de ministro da justiça do efêmero governo regional da coalizão KPD/USPD na Turíngia – quanto sob a forma do capitalismo de Estado/stalinismo – percepção adquirida pelo acompanhamento da evolução da situação na Rússia e pela crescente ingerência de Moscou na condução e direção do KPD.

A condição de centralidade que a contrarrevolução assume no pensamento político de Korsch pode ser explicada pelo modo como, em sua compreensão, se relaciona com o movimento do proletariado. Quando este último atua assume a condição de sujeito constitutivo da história, mas ao não se colocar em movimento ou quando sua ação autônoma é derrotada cede lugar instantaneamente para o aparecimento de uma nova realidade totalizadora sob a forma da contrarrevolução.

Antes de nos concentrarmos em seus trabalhos para expor e analisar criticamente suas contribuições para o entendimento do fenômeno

contrarrevolucionário nas sociedades capitalistas, cumpre apresentar a perspectiva que orienta este esforço, ao mesmo tempo expositivo e analítico, afastando compreensões distintas da que adotamos.

Nossa ênfase na subjetividade está ancorada na concepção segundo a qual, na senda do materialismo histórico-dialético de Joseph Dietzgen e Anton Pannekoek, a mente somente pode formar ideias e conceitos quando recebe estímulos do mundo exterior, pois não é independente da materialidade, pelo contrário, é passiva em relação a esta última. Se limita a acrescentar e não a transformar.¹ Algo muito diferente da teoria do “reflexo” de Lênin, por um lado, e, por outro, de linhagens historiográficas que estudam e nos apresentam, por exemplo, a era do fascismo a partir de subjetivismos psicologizantes, explicando-o através de estados de “espírito” de grandes personagens como Hitler e Mussolini, e suas complexidades políticas e ideológicas. Igualmente distinto de abordagens idealistas que situam tal período histórico como sendo uma luta entre princípios abstratos – fascismo *versus* democracia – expressão político-filosófica do velho maniqueísmo “bem contra mal” (Elliot, 1979).

Ao deixar de lado, deliberadamente, concepções de história centradas em grandes “personagens” e “acontecimentos”, abraça-se uma concepção de história como **movimento de todas as classes**, cuja compreensão exige analisar as condições econômico-sociais subjacentes. Concepção que se articula a um enfoque que considera ser a teoria política um subcampo da sociologia dedicado ao estudo dos movimentos com tendência a conservar ou transformar a sociedade. Além de uma postura metodológica que considera que processos po-

¹ O que não significa que estes dois autores tenham deixado de abordar a mente e seu funcionamento de forma específica, como ente particular, e, sob este aspecto, distinto de todas as outras coisas. De modo materialista, conceberam que a mente possui a particularidade de estabelecer uma relação de troca efetiva com o resto do mundo (mundo exterior) e cujos efeitos do mundo exterior nela, mente, se fazem representar. Para conhecer a contribuição de J. Dietzgen ao materialismo histórico-dialético consultar: Dietzgen (1976; 2010). Para conhecer como Pannekoek interpretou, aplicou e desenvolveu Dietzgen, consultar: Pannekoek (1975; 2015).

líticos expressam o desenvolvimento histórico de contradições sociais (Abendroth; Lenk, 1971).

Tal fundamento epistemológico que entende e faz história e sociologia como totalidade articulada – no sentido de fundir a explicação sociológica com a informação histórica –, nos orienta a proceder enquanto historiador e sociólogo da política por meio de seleção e classificação de fatos e da relação entre eles. Relacionar os fatos, tecendo uma espécie de relação de relações (contradições), é o trabalho do historiador-sociólogo que se filia a essa perspectiva. Mas não só. Para o estabelecimento de nexos causais e para a compreensão por parte do historiador daquilo que foi percebido como casual pelos que viveram no passado sob investigação, é preciso operar concomitantemente com pontos de vista *a posteriori* no primeiro caso e *a priori* no segundo “o ponto de vista *a posteriori* representa o posicionamento do historiador no futuro em relação a um tempo passado. O ponto de vista *a priori* representa o posicionamento dos agentes da história no passado em relação ao futuro de onde o historiador os observa” (Bernardo, 2006, p. 194).²

O tratamento do fascismo, tema muito estudado e com extensa bibliografia, também exige um esclarecimento da perspectiva que fundamenta a análise. Autores expressivos da vertente ortodoxa do marxis-

² Neste pequeno texto Bernardo expõe sucintamente algumas indicações metodológicas úteis não apenas para historiadores de profissão, mas para qualquer pessoa que pretenda operar com a história. Indicações que vão desde a definição de história como a luta entre os que procuram a preservação *versus* os que procuram a transformação “entre os passados que se arrastam e os futuros possíveis” – o que, em seu entender, remete a um modo de produção determinado, a um entendimento de que toda história deve ser socioeconômica desde que se entenda a economia como relacionamento social – até a concepção de que a história somente pode ser científica se for capaz de explicar “o que não aconteceu e por que não aconteceu”, passando por uma crítica profunda aos historiadores que limitam a história ao mero plano do descritivo, pela valorização do aspecto comparativo no fazer história, pela distinção entre “imaginação” (quadro de possibilidades) e “invenção” (afirmação arbitrária) do historiador, sobre o entendimento da dupla operatividade dos conceitos históricos (interpretar o passado e moldar o futuro) sem incorrer em anacronismos, além de algumas definições sobre a finalidade da história (conhecer por contraste e não por assimilação) e do significado da objetividade neste campo do saber humano (indicar claramente pressupostos e implicações).

mo, do campo liberal, ou ainda do meio acadêmico realizaram pesquisas sérias e avançaram definições sobre este fenômeno do século vinte. Objetivando contrastar formulações rigorosas, mas que conduzem a caminhos e conclusões distintas, procederemos a uma sintética comparação a partir de três conceituações elaboradas por autores de referência que se debruçaram em profundidade sobre o tema do fascismo. Este procedimento se constitui em uma componente necessária que antecede o trato direto com os escritos korschianos.

A primeira conceituação, de autoria de Leandro Konder, intelectual situado no campo do marxismo ortodoxo, em sua obra "Introdução ao fascismo" foi assim elaborada:

o fascismo é uma tendência que surge na fase imperialista do capitalismo, que procura se fortalecer nas condições de implantação do capitalismo monopolista de Estado, exprimindo-se através de uma política favorável à crescente concentração do capital; é um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sob uma máscara "modernizadora", guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionalistas e conciliando-os com procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório. O fascismo é um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista, antioperário (Konder, 1977, p. 21)

Observe-se que aqui não temos menção à luta de classes, nem ao processo que leva o proletariado a se tornar fascista. Mas deixemos as considerações para depois de expostos todos os conceitos e passemos à segunda das definições selecionadas, formulada pelo cientista político e acadêmico Robert Paxton, em sua obra "A anatomia do fascismo", nos seguintes termos:

O fascismo tem que ser definido como uma forma de comportamento político marcada por uma preocupação obsessiva com a decadência e a humilhação da comunidade, vista como vítima, e por cultos compensatórios da unidade, da energia e da pureza, nas quais um partido de base popu-

lar formado por militantes nacionalistas engajados, operando em cooperação desconfortável, mas eficaz com as elites tradicionais, repudia as liberdades democráticas e passa a perseguir objetivos de limpeza étnica e expansão externa por meio de uma violência redentora e sem estar submetido a restrições éticas ou legais de qualquer natureza (Paxton, 2007, p. 358-359).

Por fim, a terceira conceituação escolhida para esta comparação foi elaborada pelo marxista heterodoxo João Bernardo no seu trabalho “Labirintos do fascismo”. Ali, a pretensão do autor foi apresentar historicamente problemas revelados em sua plenitude pelo fascismo e que continuam sem resolução. Na definição propriamente dita, assim se expressou:

Defini então o fascismo, em três palavras, como a revolta no interior da coesão, chamando a atenção para a sua ambivalência, ao mesmo tempo radical e conservador. [...] O fascismo mobilizou os trabalhadores para efectuar uma revolução capitalista contra a burguesia, ou, talvez mais exactamente, apesar da burguesia. O fascismo foi uma revolta na ordem. [...] A ordem é o Estado, e não existe no Estado capitalista qualquer lugar neutral, nenhuma arena onde exploradores e explorados possam medir forças e definir espaços, somando avanços e recuos e traçando demarcações que persistam ao longo do tempo. Muito mais do que um conjunto de instituições, funcionando como aparelho ao serviço dos poderosos, o Estado é um princípio de organização geral das instituições. [...] no capitalismo a classe explorada não se limita a sustentar o peso dos exploradores, mas recebe deles o quadro e as modalidades em que se organiza. O Estado capitalista não é apenas uma plataforma que as classes dominantes usam para se constituírem internamente nem um simples instrumento de opressão dos explorados. Na sociedade actual uma classe domina na medida em que dita a organização interna da classe dominada. Princípio de auto-organização das classes capitalistas, o Estado é ao mesmo tempo o princípio da hetero-organização da classe trabalhadora (Bernardo, 2003, p. 25-26).

Paxton limita o fascismo a procedimentos diante de estímulos sociais ou a sentimentos e necessidades no âmbito da política, ou seja, a

um comportamento cujas motivações nos escapam da definição por ele adotada. Os atributos subjetivos inseridos na sua formulação reforçam um entendimento psicologizante do fenômeno fascista sem o devido fundamento material. Ademais, a centralidade dada ao aspecto democrático torna seu conceito politicista e alheio à relação entre as esferas do político com o econômico. Some-se a isso a importância concedida ao aspecto legal que o circunscreve ao âmbito do jurídico, portanto meramente superestrutural. Por todas estas razões, trata-se de um conceito inaproveitável para o caso concreto a ser examinado.

Por seu turno, o conceito de Konder poderia servir parcialmente se nos limitássemos aos escritos de Korsch anteriores a 1928, quando a ruptura do segundo com o quadro teórico do bolchevismo ainda não havia acontecido, mesmo considerando a presença de traços nítidos de heterodoxia em relação àquela tradição política (relativização da centralidade e não exclusividade do partido, são exemplos).

A explicação dada por Konder ao fascismo é típica do **marxismo das forças produtivas**, pois apoiada nas teses de Marx que privilegiam o mercado na definição do capitalismo, assimilando desse modo, capitalismo, mercado livre-concorrencial e arbitrariedade econômica. Esta vertente interpretativa dos textos marxianos é assim chamada por colocar nas forças produtivas o fator da ruptura e da transformação, dado que ao sistema de organização das empresas, às técnicas de gestão, à disciplina da força de trabalho e à maquinaria se atribui um caráter de neutralidade que as torna capazes de fundamentar a substituição do capitalismo, independentemente de terem surgido e sido concebidas para e pelo modo de produção capitalista. Algo como se todos aqueles fatores mencionados contivessem em germe as características do futuro modo de produção. Ao deixar de lado a questão da mais-valia, este marxismo das forças produtivas considera transformações internas do capitalismo como se fossem formas de passagem a outro modo de produção. Nesse sentido pode ser incluído na relação das ideologias da reorganização e do desenvolvimento do poder capitalista.

Este modelo teórico não permite a Konder situar o modo de produção capitalista enquanto um modo de exploração cujo fundamento se encontra em determinadas relações sociais. Desse modo, não se explica as forças produtivas a partir das relações sociais, que não podem ser consideradas neutras ou cujo desenvolvimento seja autônomo. As consequências de tal concepção – denominada **marxismo das relações de produção** e que tem seu epicentro na mais-valia – são: 1) colocar os explorados em luta como agentes da substituição do atual modo de produção, e 2) analisar o problema da substituição do capitalismo exclusivamente no âmbito das relações sociais de produção.

Na definição de Konder, para os fins de servir de suporte para a análise da contrarrevolução em Korsch, deixemos de lado uma contradição de sua formulação consistente em atribuir ao fascismo um caráter simultaneamente chauvinista e antiliberal, como se o liberalismo não fosse igualmente nacionalista. Mesmo ressaltando os aspectos válidos de seu conceito tais como situar o fascismo em uma dada etapa histórica do capitalismo, como uma tendência/movimento, fornecer elementos de seu sistema ideológico e *modus operandi*, trata-se de um conceito que silencia sobre a dialética social em que se assenta o fascismo, nada diz sobre seu conteúdo heterônomo e estatal, deixa o conjunto do chamado movimento operário como algo exterior quando o fascismo se situou exatamente na encruzilhada de suas contradições em conexão com as contradições internas das classes dominantes.

Um autor que persegue permanentemente a autonomia da ação do proletariado como Korsch, precisa ser analisado a partir de instrumentais conceituais que possibilitem que tal elemento possa sempre ser verificado, como presença ou como ausência. Ao lado do princípio do institucional,³ e acima de fidelidades teórico-doutrinárias, é a dialética quem deve se constituir no fator determinante, aplicada aos conflitos de classe.

³ Por “princípio do institucional” entenda-se a necessidade que os seres humanos têm de criar instituições para o seu agir. Neste caso, ação pode ser tanto para a transformação social quanto para a integração no capitalismo. Cf. Bruno (1990).

Ademais, analisar a maneira como o Korsch maduro examinou o fascismo exige um conceito que seja funcional à sua postura anties-tatal, de crítica às instituições de poder e que concentre as atenções na existência ou não de exploração sobre o proletariado, afastando rótulos ideológicos.

Se revolução para o nosso autor é sinônimo de socialização, de uma transformação fundamental do processo produtivo, que liberta uma classe até então explorada – os produtores imediatos que vendem sua força de trabalho – uma contrarrevolução é um processo que impede que os trabalhadores sejam senhores dos processos de trabalho e da organização global da economia. Um conceito de fascismo precisa ser operativo para possibilitar ao analista dos escritos korschianos sobre contrarrevolução discernir que as classes dominantes lutam entre si pelo controle dos meios de produção, e que tais lutas resultam em mudanças nas formas políticas e de controle, mas que deixam inalterada a substância social.

Estas razões somadas nos permitem afirmar que o conceito bernardiano de fascismo é o mais adequado para se analisar um pensador com as características de Karl Korsch no tocante a esta temática.

3.2 Fascismo

Em termos cronológicos, o primeiro escrito de Korsch tratando do fascismo apareceu em novembro de 1924, ainda em sua fase “ortodoxa” bolchevique, intitulado *Der Faszismus ist tot – nieder mit dem Faszismus!* (O fascismo está morto – abaixo o fascismo!). Neste escrito nosso autor avança uma primeira definição de fascismo situando-o como uma “forma particular de violência ilegal que a classe capitalista se serviu provisoriamente em alguns países para enfrentar o primeiro assalto das massas operárias rebeladas sob a pressão da crise bélica e pós-bélica” (Korsch, 1982(lj), p. 126) que foi depois legalizada na Itália de Mussolini e em outros países como um “sistema de métodos ilegais e violentos”.

Uma leitura apressada ou puramente teórica se limitaria a apontar a fragilidade dessa primeira definição por seu restrito horizonte jurídico. Contudo, se contextualizada, ela tem o mérito de apontar para uma conclusão política das mais relevantes e se complementa com um desdobramento que nada tem de jurídico. Korsch constatou que as classes dominantes não tinham mais necessidade de recorrer ao fascismo para debelar a revolução proletária. A ordem burguesa se firmara e as divergências entre liberais e social-democratas, por um lado, e fascistas, por outro, eram apenas uma espécie de “conflito de negócios” (p. 127) vez que não se eliminou o fascismo enquanto “núcleo de uma mentalidade e atitude burguesa reacionária” (id. *Ibid.*, p. 127) por meio da luta.

O historicismo korschiano característico se manifestou quando nosso autor indicou que o conteúdo histórico do fascismo deve ser encontrado não em suas formas exteriores – em uma pretensão de “fazer política como se fosse uma arte” (Bernardo, 2003, p. 18) – mas como “somatório de todas as formas com as quais a classe burguesa leva sua luta pela manutenção e restauração de seu domínio de classe na época da revolução proletária” (Korsch, 1982(I), p. 128).

Embora em termos de concepção este escrito esteja com a marca indelével do bolchevismo, é na identificação, por meio de suas manifestações, do processo de “fascistização” que se situa sua força maior. A coerção latente se transforma em coerção consciente. Legislação, magistratura, ciência e sua aplicação (de políticas sociais para políticas de produção), medicina (medidas de “higiene social” sobre inocentes – leia-se esterilização e aniquilamento de “indignos de viver” – sob o argumento econômico de poupar recursos), o esforço em todas as áreas deve ser voltado para gastar o mínimo com despesas “improdutivas”. Diante de tal quadro, a luta contra o fascismo deveria prosseguir sob novas condições: lutar contra a fascistização da vida social.

E mesmo reverberando a tática do KPD naquele momento – de que a social-democracia é mais nefasta que o nacional-socialismo por

ser este mais débil (em 1924) – faz uma constatação da Alemanha de Weimar aplicável aos dias atuais a outros países e contextos:

Estamos em uma fase histórica na qual, apesar de todos os discursos hipócritas sobre “paz e democracia”, todo o aparelho de Estado democrático burguês se torna cada vez mais perfeitamente em um puro aparato repressivo do proletariado. Esmaga sem considerações tudo aquilo que antes simulava respeitar e defender, tais como “direito, lei, liberdade, humanidade” (Korsch, 1982(l)), p. 130).⁴

A menção que Korsch faz à Itália – o primeiro dos fascismos a conquistar o poder de Estado em 1922 – nesse primeiro texto explicitamente dedicado ao fascismo seria objeto de sua atenção anos depois no já mencionado escrito de 1928 “Sobre o direito de contratação das uniões sindicais revolucionárias”. Ali ele descreveu uma característica fundamental do fascismo: a corporativização das massas proletárias.

Nosso autor analisou a legislação italiana de 1926, que estabeleceu que: 1) apenas uma associação – seja de empresários, seja de trabalhadores, seja de profissionais liberais – pode ser reconhecida por lei, mesmo que essa associação represente uma minoria do setor que se diz representar, e 2) necessita dar provas de “comportamento político em sentido nacional”, algo que apenas as associações dirigidas pelo partido fascista conseguiam. Estas associações (corporações) eram as únicas a poder enviar representantes aos órgãos previstos para representação e a poder recorrer aos tribunais. Mesmo prevendo a possibilidade de existência de outras associações “de fato”, tais associações não poderiam defender legalmente os interesses dos trabalhadores e ambas – tanto as reconhecidas quanto as “de fato” – estavam proibidas de organizar paralisações ou greves, sob pena de multa para a(s) associação(ões) promotora(s) e prisão ou pena de morte para as pessoas envolvidas.

⁴ Nos encontramos en una fase histórica en la cual, pese a todos los hipócritas discursos sobre “paz y democracia”, todo el aparato del estado burgués democrático se transforma cada vez más perfectamente en un puro aparato represivo del proletariado. Pisotea sin consideraciones todo lo que antes simulaba respetar y defender, como “derecho, ley, libertad, humanidad”.

Para sua conclusão, mais uma vez Korsch aplicou o princípio da especificidade histórica:

Este recente processo italiano mostra claramente que mesmo um passo à frente, “em si” progressista, como ir da liberdade de associação à obrigação de se associar, apenas sob certas condições concretas da realidade histórica significa um progresso real para a classe proletária em luta, ou seja, apenas no contexto da revolução proletária que se realize simultaneamente em toda a estrutura política e econômica da sociedade. No que diz respeito à Itália, é claro [...] que hoje não são as “corporações” fascistas – com reconhecimento do Estado, monopolizadas e consideradas como concessionárias – que abrem o caminho para o verdadeiro progresso revolucionário da classe proletária, mas as uniões de luta econômicas e políticas dos proletários italianos que continuam a existir ilegalmente e são constantemente recriadas, apesar dos decretos estatais de dissolução, das proibições e perseguições (Korsch, 1982(I)e, p. 223-224).⁵

O reconhecimento do princípio de associação sindical, uma liberdade conquistada pelos proletários após um longo processo de lutas sociais, foi recuperado pelo Estado capitalista sob o argumento de “gerir legalmente” tal conquista e assumiu por tal processo a forma de “obrigação de associação”. A liberdade de associação anticapitalista foi assim transformada em sindicalização obrigatória por lei. A autonomia organizativa do proletariado se torna, por assim dizer, castrada, anulada e invertida pois sua legalização corresponde ao enquadramento da força de trabalho como mero “fator de produção”.

⁵ *Este reciente proceso italiano muestra con toda evidencia que hasta un paso adelante “en si” progresista, como el que va de la libertad de asociación a la obligación de asociarse, sólo en determinadas condiciones concretas de la realidad histórica representa para la clase obrera en lucha un progreso real, es decir sólo en el contexto de la revolución proletaria que se realice simultáneamente en toda la estructura política y económica de la sociedad. Por lo que se refiere a Italia, está claro [...] que hoy no son las “corporaciones” fascistas con reconocimiento estatal, monopolizadas y consideradas como concesionarias, las que abren camino al verdadero progreso revolucionario de la clase obrera sino las uniones de lucha económicas y políticas de los obreros italianos que continúan existiendo ilegalmente y son recriadas constantemente, a pesar de los decretos estatales de disolución, las prohibiciones y las persecuciones.*

Particularmente enriquecedor da análise feita por nosso autor é que a Itália fascista não é o único exemplo por ele apresentado. Além da própria Alemanha de Weimar, a Rússia bolchevique, pois também nesta última o direito de contratação também está oficialmente limitado às associações registradas pelo conselho central da liga sindical bolchevique. Os acordos contratuais estipulados por estas associações, *ope legis*, isto é, em decorrência automática da lei, possuem efeitos vinculantes ao conjunto do proletariado. Desse modo, segundo Korsch, a organização estatal-bolchevique dos proletários longe de se revelar como instrumento da libertação revolucionária do trabalho, se mostra um fator de

[...] maior escravidão dos trabalhadores com a simples supressão da liberdade de associação. Os sindicatos degeneraram de organizações da luta de classe proletária a elementos do aparato estatal de repressão contra os operários. Da mesma forma que na Itália fascista, também na Rússia a tarefa da verdadeira luta pelos interesses econômicos dos trabalhadores se desloca desses “sindicatos” oficiais desclassados e transformados em órgãos estatais de governo às verdadeiras associações operárias, novamente surgidas ilegalmente, apesar da repressão material e ideológica, em formas diversas: acordos informais entre os trabalhadores para não superar as normas de produção estabelecidas, comitês de greve ilegais e caixas de ajuda mútua (Korsch, 1982(l)e, p. 226-227).⁶

Esta análise que combina o princípio da unicidade sindical com nacionalismo permite vislumbrar que o fenômeno fascista foi muito

⁶ *mayor esclavitud de los trabajadores con el simple defraudamiento de la libertad de asociación. Los sindicatos han degenerado, de organizaciones de la lucha de clase proletaria, a elementos del aparato estatal de represión contra los obreros. Igual que en la Italia fascista, también en Rusia la tarea de la verdadera lucha por los intereses económicos de los trabajadores se desplaza de esos “sindicatos” oficiales desclasados y transformados en órganos estatales de gobierno a las verdaderas asociaciones obreras, surgidas de nuevo ilegalmente, a pesar de la represión material e ideológica, en formas diversas: con acuerdos informales de los trabajadores para la no superación da las normas de producción establecidas, con comités de huelga ilegales y cajas de socorros mutuos.*

além do continente europeu ⁷ e possibilita esclarecer porque ainda hoje partidos bolcheviques se mantêm defensores da unicidade sindical imposta pela lei. ⁸

Ainda sobre a descrição de modalidades fascistas e da aplicação do princípio da especificidade histórica por parte de nosso autor, vale trazer o caso da Espanha pré-republicana onde um modelo similar ao primevo fascismo italiano teve lugar. Trata-se dos chamados “comitês paritários”, espécie de tribunais de arbitragem criados pela ditadura de Primo de Rivera inspirados nas “cartas do trabalho” de Mussolini. Tais comitês cumpriram a função de monopolizar as associações sindicais **contra** as organizações anarcossindicalistas. Enquanto as primeiras eram débeis e se fortaleceram com este impulso estatal, as segundas foram proibidas e perseguidas.

Politicamente, os comitês paritários foram apoiados pela social-democracia espanhola em uma conjuntura na qual não apenas a parcela revolucionária do proletariado, mas também toda a burguesia radical, pequenos proprietários, liberais e conservadores se uniam contra o “regime anticonstitucional do ditador”. Desse modo, o caso da Espanha pré-republicana afirma-se como um eloquente exemplo histórico da política prática da contrarrevolução social-democrata. Porém, para tragédia da revolução proletária em Espanha, o advento da república não alterou tal situação:

A queda da ditadura e da monarquia não significou qualquer alteração substancial nesse estado de coisas e, é claro, nada em benefício da parte revolucionária dos trabalhadores. Ainda hoje, os “comitês paritarios” do ditador, que a república não quis mudar, e as medidas de repressão direta que o atual

⁷ Apenas para exemplificar, nos restringindo aos dois países mais importantes da América do Sul, seria suficiente tomar os governos de Getúlio Vargas no Brasil e de Juan Domingo Perón na Argentina. Ambos se enquadraram plenamente dentro destes princípios.

⁸ No Brasil, mesmo no momento distantes em termos de linha política, os dois principais partidos do bolchevismo oficial (PCB e PCdoB) continuam adeptos da unicidade sindical.

governo “revolucionário” aplica contra operários sindicalistas e suas greves – por meio de pistoleiros e Sanjurjos herdados da ditadura – estão menos a serviço do objetivo geral de “defesa do Estado” do que da tarefa bem mais perceptível de fortalecimento dos sindicatos reformistas de Largo Caballero, ministro republicano do trabalho e secretário reformista dos sindicatos, e da repressão constante aos grupos sindicalistas da Confederação Nacional do Trabalho (CNT), em crescimento constante desde o momento da revolução – desenvolvida por sua própria conta. Esta repugnância do atual partido social-democrata espanhol contra toda defesa um tanto enérgica das demandas revolucionárias do proletariado chega tão longe que até a sua própria vitória obtida nas eleições para as Cortes se torna inoportuna em grau máximo (Korsch, 1979y, p. 163).⁹

O pensamento de nosso autor sobre a problemática fascista se apresenta mais desenvolvido no ano de 1932 quando Korsch tentou definir o conceito fascista de Estado. Este esforço apareceu sintetizado no esquemático escrito intitulado *Thesen zur kritik des faschistischen Staatsbegriffs* (Teses para a crítica do conceito fascista de Estado).

Korsch procedeu a várias localizações daquele tipo estatal. Historicamente como um tipo de Estado moderno e não pré-capitalista; internamente ao campo capitalista o Estado fascista expressa “desencanto frente ao ideário político do liberalismo e do socialismo em todas

⁹ *La caída de la dictadura y de la monarquía no significó ninguna modificación sustancial en este estado de cosas y, desde luego, nada en beneficio de la parte revolucionaria de los trabajadores. Todavía hoy, los “comités paritarios” del dictador, que la república no quiso cambiar, y las medidas de represión directa que el actual gobierno “revolucionario” aplica contra los obreros sindicalistas y sus huelgas, a través de esos pistoleros e Sanjurjos heredados de la dictadura, no están tanto al servicio del objetivo general de una “defensa del estado” cuanto al de la tarea mucho más tangible del robustecimiento de las asociaciones sindicales reformistas de Largo Caballero, ministro republicano de trabajo y la vez secretario reformista de los sindicatos, y de una repressão reiterada de los grupos sindicalistas de la Confederación Nacional del Trabajo (CNT), en crecimiento constante desde el momento de la revolución desarrollada a sus propias expensas. Esta repugnancia del actual partido socialdemócrata español contra toda defensa un tanto enérgica de las exigencias revolucionarias de la clase proletaria llega tan lejos que hasta la victoria obtenida por él mismo en las elecciones de Cortes le resulta a dicho partido inoportuna en grado sumo.*

as suas versões”; política e ideologicamente representa uma renovação do mito do Estado, pois unifica “uma práxis estatal direta, sóbria, desiludida, funcional ao objetivo (exercida por meio de uma elite) com uma mitologia absolutamente irracional (representada pelo povo, pela raça e pela massa).” (Korsch, 1982(II)t, p. 310).

Na sequência do escrito, bifurcou sua crítica em dois eixos. O primeiro, denominado eixo empírico (imaneente) que – ecoando a mesma crítica marxista e sindicalista à estrutura produtiva e institucional do primitivo capitalismo liberal – fez com que o Estado fascista aparecesse para Korsch como uma tentativa capitalista de superar a atomização provocada pela concorrência em uma nova forma de sociedade orgânica. A tese de Korsch sobre isso foi que a concentração estatal-monopolista do fascismo não resolveria a contradição capital-trabalho, mas sim a aprofundaria até a ruptura. Ainda pelo eixo imaneente, o estado fascista teve sua base de classe identificada (Estado da grande burguesia monopolista) e foi situado na geopolítica daquela conjuntura (ampliação da contradição Itália-França para a contradição Europa-EUA e concorrência com as velhas potências autoritárias).

O segundo eixo, voltado para além do momento (transcendente), procedeu a distinção entre fascismo e bolchevismo – o primeiro não revoluciona a economia, nem rompe radicalmente com velhas relações de produção e tampouco libera novas forças produtivas; situou o Estado fascista como “coesão do poder econômico e político da burguesia contra o proletariado” em um reforço do Estado classista, e não sua superação conforme afirmado pela ideologia e, por fim, situa o conteúdo da resistência proletária antifascista que exigiria “novas formas de união da ação econômica e política do proletariado” (Korsch, 1982(II)t, p. 311).

Pelo prisma da atualidade, por este sucinto texto pode-se vislumbrar três posicionamentos importantes ainda que não desenvolvidos. O conceito de **fascismo como capitalismo estatal**, a reflexão que considerou **nazismo e stalinismo equiparados**, e a **recusa da estratégia das frentes populares**. Antes, porém, será preciso realizar uma necessária

digressão sobre o modo como Korsch concebeu a economia tecendo considerações sobre três de seus trabalhos.

Em dois artigos aparecidos em 1933, Korsch polemiza com Grossmann ¹⁰ acerca das crises no capitalismo e nos fornece alguns de seus enunciados sobre economia. São eles que nos interessam para a compreensão da contrarrevolução e não adentrar pelos meandros argumentativos de réplicas e tréplicas do debate econômico, mas extrair da polêmica o pensamento de Korsch sobre esta problemática quando nosso autor a expõe sob a forma de teses gerais.

Nesse sentido, em *Die Grundlagen einer revolutionären Krisentheorie* (Fundamentos de uma teoria revolucionária das crises), Korsch argumenta que uma teoria da crise “revolucionária e seriamente fundamentada” não se confunde com juízos generalizantes sobre o mau andamento da economia capitalista. Para se chegar a tal teoria é necessário: a) ter clareza sobre as determinações econômicas que fundamentam as crises econômicas capitalistas, as tendências fundamentais em conflito e, então, se questionar sobre quais fenômenos econômicos incidem esse conflito; b) indicar os pontos concretos por onde podem iniciar os ataques do proletariado aos capitalistas “elaborar a putrefação econômica e a debilidade relacionada a isso dos capitalistas em relação à ação proletária”, e c) desmascarar “diletantes econômicos e políticos” que tentam enganar as massas proletárias com planos reformistas (ampliação do crédito, derrubada da inflação, geração de empregos, dentre outros) (Korsch, 1978c, p. 107).

¹⁰ Trata-se de Henryk Grossmann (1881-1950) economista e historiador germano-polaco de origem judia. Pertenceu desde 1925 ao Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt. Sua obra *Das Akkumulations – und Zusammenbruchsgesetz des kapitalistischen Systems* (A lei da acumulação e do colapso do sistema capitalista) geradora da polêmica e que abriu uma nova fase do debate sobre como encarar as perspectivas do capitalismo foi publicada pela primeira vez em 1929. Para uma introdução acessível às teses econômicas de Grossmann consultar a obra de Paul Mattick “Crise e teoria da crise” (Mattick, 1977). Uma exposição sobre as diferentes abordagens dessa polêmica envolvendo Korsch, Grossmann, Pannekoek e Mattick sobre crise(s) capitalista(s) e a teoria do colapso do capitalismo pode ser encontrada em: Maramao (1978).

Postos tais objetivos, nosso autor se dedicou a estabelecer suas premissas e métodos para se alcançar uma teoria revolucionária das crises.

A premissa consiste em investigar a economia do momento presente voltado para a transformação desse mesmo presente, o que implica que o esforço principal se concentra em **descobrir as tendências efetivas**. Desse modo o conhecimento se torna parte da transformação da realidade.

Um método incontornável para Korsch é o **conteúdo de objetividade**, sem o qual toda a pesquisa resultaria sem valor. Outro é a **crítica à neutralidade**, revestida com a denominação de “objetividade na pesquisa” que deve vir acompanhada de seu desmascaramento ao pretender abolir o “tende a ser” em favor exclusivo “daquilo que é”.

Na realidade, justamente uma abordagem do problema dirigida ao puro “ser” exclui uma pesquisa objetiva e em consonância com a verdade da realidade histórica. Porque a história não é um ser, mas uma sucessão no tempo. Mas essa sucessão não pode ser entendida de nenhuma forma sem a inclusão do futuro e do passado, ou seja, sem entender suas *tendências*. Em segundo lugar, nunca pode existir “objetividade” na abordagem do problema sem incluir o ponto de vista, a situação e os interesses do pesquisador. Esta inclusão é “científica” se realizada de forma consciente, ou seja, se quem pergunta deixa claro o conteúdo de suas perguntas à história, mesmo antes de perguntar. Seria falta de método científico ou engano consciente, se não se esclarece sobre o que a história é questionada, ou quando se é certamente ciente de seu interesse, mas ele se mantém escondido atrás de frases falsas sobre uma objetividade “válida para todos” (Korsch, 1978c, p. 109, itálico de KK).¹¹

¹¹ *Pero en realidad, precisamente un planteamiento del problema dirigido al puro “ser” excluye una investigación objetiva y acorde con la verdad de la realidad histórica; porque la historia no es un ser, sino un suceder en el tiempo. Pero este suceder no puede de ningún modo ser entendido sin la inclusión del futuro y del pasado, es decir sin entenderlo en sus tendencias. En segundo lugar, jamás puede existir una “objetividad” en el planteamiento del problema sin la inclusión del punto de vista, de la situación y de los intereses del investigador. Esta inclusión es “científica” si se lleva a cabo conscientemente, es decir se el interrogante pone en claro el contenido de sus preguntas a la historia aun antes de preguntar. Habría falta de método científico o en-*

Este duplo movimento korschiano, ao mesmo tempo em que afirma a sua própria concepção de fazer ciência, desvela a forma apologética – entendida como justificativa do existente – do *modus operandi* dos cientistas das classes dominantes, permite que ele conclua que o resultado desse tipo de ciência, que determina os fatos em sua forma rígida como simples dados, seja um “amontoado, cronológico ou sistemático, de material {do qual} se pode aprender quantitativamente [...] mas nada se aprende do homem e sua história” (Id., *ibid*, p. 110).

Ao partilhar da posição dos cientistas que afastam por princípio qualquer pesquisa fundada em avaliações valorativas, nosso autor chega então à sua posição pela objetividade, sem temer as respostas que virão às perguntas formuladas e sem imposições extra históricas. Apenas motivado por problemas e disposto a aprender com a história.

Na sequência do texto, Korsch nos expõe qual importância atribui à **análise de conjuntura**, entendida por ele na contraposição operativa com a análise conjuntural dos capitalistas. Enquanto para os segundos é a tarefa de registrar o menor movimento da economia para obter indicações de opções para a continuidade de sua rentabilidade, para nosso autor interessa apenas os fatos ou conjuntos de fatos que sejam relevantes para a ação anticapitalista (Korsch, 1978c, p. 111).

Antes de adentrar por uma didática explanação das teses de Marx sobre as crises capitalistas, nosso autor nos deixou mais uma cautela metodológica: não tomar os desejos pela realidade, isto é, substituir a objetividade pelo julgamento. A consequência é que não deve haver ilusões nem quanto às forças nem quanto às debilidades do Capital. Exemplo disso – de teoria utópica da revolução – ele apontou todas aquelas teorias que enxergam sempre nos fatos concretos de cada crise capitalista, a “crise mortal” do sistema.

gaño consciente si no se esclarece respecto a qué se cuestiona la historia, o cuando se es ciertamente consciente de su interés, pero se lo oculta detrás de las frases de una falsa objetividad “válida para todos”.

O segundo artigo de sua crítica a Grossmann intitulado *Über einige grundsätzliche Voraussetzungen für eine materialistische Diskussion der Krisentheorie* (Sobre algumas condições básicas para uma discussão materialista da teoria das crises), foi concebido como uma continuação para tratar de dois aspectos considerados necessários para uma apreciação concreta dos fenômenos da crise que se desenrolava à época.

Por um lado, no primeiro escrito Korsch percorreu as categorias analíticas e conceitos marxianos de relações sociais de produção, forças produtivas, trabalho em geral, trabalho na sociedade capitalista, traço comum das mercadorias, lei do valor, mais valia, taxa de lucro, composição orgânica do capital, composição técnica do capital, tendência da queda da taxa de lucro, contratendências, o mecanismo da reprodução ampliada, fatores de crise, causas das guerras, imperialismo e colonialismo

Por outro lado, no segundo escrito explanou sobre a teoria de Marx sobre a circulação e sobre as particularidades do capital monopolista e “das premissas teóricas para uma teoria concreta das crises” (Korsch, 1978c, p. 123).

Uma vez mais aplicou sua “fórmula da práxis”, ou seja, de relacionar teoria e prática como critério para se posicionar e constatou a separação entre ambas, realizando a crítica das correntes de esquerda no movimento proletário que procuravam uma teoria da crise que fosse revolucionária “em si”. Segundo nosso autor, tal teoria de quase nada adiantaria se não expressar “o grau de desenvolvimento efetivo da consciência de classe e da disponibilidade revolucionária para a ação dos grupos e pessoas que professam essa teoria” (Korsch, 1978a, p. 124) em alusão direta à social-democracia. Esta primeira crítica korschiana desemboca na conclusão revolucionária, tomada de Lênin, e que dela partilha, segundo a qual não existem situações sem saída para o capitalismo.

A segunda crítica formulada por Korsch nos permite perceber como se articula em seu pensamento maduro a relação entre crise econômica, teoria e prática, ação revolucionária e contrarrevolução:

Na verdade, as várias teorias sobre as crises surgidas até agora no movimento operário não são um medidor de consciência de classe e de capacidade de ação revolucionária atingidos por seus autores e adeptos. Em tais teorias se refletem *passiva e posteriormente* a situação global de crise iniciada na *realidade objetiva*, ou talvez apenas uma crise econômica passageira. Deste ponto de vista, todo o desenvolvimento histórico das teorias das crises poderia ser representado [...] como o reflexo puramente passivo do respectivo desenvolvimento anterior. A partir do mesmo ponto de vista, também se poderia representar – além dos marcos da teoria das crises – todas as lutas importantes pela direção surgidas no interior do movimento socialista, por exemplo, nos últimos cinquenta anos, como *meras consequências e reflexos* da respectiva imediata *conjuntura* anterior dentro do ciclo de crise capitalista (Korsch, 1978a, p. 126-127, itálicos de KK).¹²

Desta concepção ativista derivam as tarefas do movimento proletário para Korsch: aproveitar os momentos de crise para aguçar a luta pela eliminação do modo de produção capitalista, ao invés de se esforçar para “debilitá-las e superá-las” nos marcos do regime.

Fiel à sua premissa epistêmico-metodológica de que marxismo é crítica, nosso autor criticou três vertentes teóricas.

A vertente subjetiva das crises (Hilferding e outros) foi criticada por sempre refletir no plano ideológico *a posteriori* uma fase passada do movimento real da economia operando uma contraposição à realidade presente já alterada como “teoria’, fixa, rígida” (Id., *ibid.*, p. 129). Além

¹² *En realidad, las diversas teorías sobre las crisis surgidas hasta la fecha en el movimiento obrero no son tanto un medidor de la consciencia de clase y de la capacidad de acción revolucionarias alcanzadas por sus autores y partidarios. Más bien reflejan pasiva y posteriormente en ellas la situación global de crisis iniciada en la realidad objetiva, o quizá tan solo una crisis económica pasajera. Desde este punto de vista, se podría representar todo el desarrollo histórico de las teorías de las crisis [...] como el reflejo puramente pasivo del respectivo desarrollo anterior. Desde el mismo punto de vista, se podría representar también – más allá del marco de la teoría de las crisis – todas las luchas más importantes por la dirección, que surgieron dentro del movimiento socialista por ejemplo en los últimos cincuenta años, como simples consecuencias y reflejos de la respectiva coyuntura anterior inmediata dentro del ciclo de crisis capitalista.*

de denunciar alguns subterfúgios adotados pelos autores dessa vertente, principalmente o de explicar as crises econômicas por motivos extra-econômicos, produz como consequência prática “a destruição completa de todos os fundamentos objetivos do movimento de classe proletário” o que significa conceber o socialismo como “exigência moral”.

Igualmente criticada foi a vertente objetiva clássica – objetivista segundo nosso autor – que se contrapôs à anterior, formulada principalmente por Rosa Luxemburg e por Grossmann que, ao se sustentar na tese de “O Capital” de Marx segundo a qual existe um limite econômico absoluto para o desenvolvimento do modo de produção capitalista, afirmou que a ação revolucionária do proletariado apenas pode ter sucesso na ocorrência de um abalo objetivo do sistema. Para Korsch, esse objetivismo teórico é incapaz de fornecer as bases para uma ação consciente do proletariado por seus próprios objetivos por estar baseado em induções – conhecimento experimental – insuficientes, por trabalhar mais com a imaginação do que com conceitos científicos univocamente determinados e por conceber “uma tendência econômica de desenvolvimento objetivamente dada e predeterminada em seu objetivo final” (Korsch, 1978a, p. 130).

A terceira vertente, soreliana, se diferencia da vertente materialista por pretender substituir um mito (fatalismo catastrofista) por outro (greve geral), embora Korsch reconheça o mérito de Sorel em descartar como previsão científica a insurreição do proletariado como se fosse fruto de uma tendência geral do capitalismo à sua autoderrocada.¹³

¹³ Referência ao francês Georges Eugène Sorel (1847-1922), engenheiro de formação, filósofo e escritor. Em razão das influências ecléticas que recebeu, bem como de sua peculiar trajetória política, a influência de sua obra tem sido fruto de controvérsias, sendo associada tanto à fundação do sindicalismo revolucionário quanto a uma das fontes de inspiração do fascismo. Em apertada síntese, o conceito soreliano de “mito político”, objeto da crítica korschiana ao autor pelo seu uso e exposto por Sorel em sua obra principal de 1907 “Reflexões sobre a violência”, pode ser entendido como uma representação coletiva mobilizadora, um meio para atuar sobre o presente, uma arma na luta política cujo sentido seria mobilizar, impelir para a ação, pois seria “uma organização de imagens capazes de evocar instintivamente todos os sentimentos que correspondem às diversas manifestações da guerra travada pelo socialismo contra sociedade moderna” (Sorel, 1992, p. 146).

Após criticar estas três vertentes, Korsch concluiu seu texto apresentando a sua posição “teórica e prática materialista” concordante com o jovem Lênin de 1894, quando este combatia tanto populistas subjetivistas quanto marxistas objetivistas no debate russo da época. Essa posição foi assim formulada:

[...] Por meio de uma pesquisa empírica cada vez mais exata e profunda do modo de produção capitalista atual e de suas iminentes tendências de desenvolvimento observáveis, certas previsões podem ser feitas que, embora limitadas, são suficientes para o agir prático. Assim, para determinar a ação, o materialismo pesquisa a situação dada da produção capitalista, incluindo as antíteses em seu interior. Dentre estas se incluem a situação, grau de consciência, organização e disposição para lutar do proletariado industrial e de todos os diversos extratos do proletariado (Korsch, 1978a, p. 131).¹⁴

Passemos agora ao terceiro dos textos de nosso autor em que ele nos apresentou o modo como concebia a contradição política por meio da relação entre os âmbitos econômico e político e por meio da relação entre revolução e contrarrevolução. Trata-se da crítica programática que dirigiu, em 1935, ao *American Workers Party* – AWP (Partido dos Trabalhadores Estadunidenses), partido formado por militantes de uma cisão da *American Federation of Labor* que em 1934 havia publicado o seu programa.¹⁵

¹⁴ [...] a través de una investigación empírica cada vez más exacta y profunda del actual modo de producción capitalista y de sus observables tendencias inminentes de desarrollo, pueden hacerse ciertas predicciones que, aunque limitadas, son suficientes para la acción práctica. Por ello, para la determinación de la acción, el materialismo investiga perfectamente la situación dada de la producción capitalista, incluyendo las antítesis que están en su interior, y entre estas también la situación, el grado de conciencia, la organización, la disposición de la clase obrera para la lucha, así como la de todas las diversas capas de la clase obrera.

¹⁵ A evolução político-organizativa do AWP foi breve. Em 1929 foi formada a *Conference for Progressive Labor Action* (CPLA) uma organização política que pretendia reformar a velha central sindical AFL, e que se dissolveu para dar lugar ao AWP em dezembro de 1933. O AWP por sua vez, em dezembro de 1934, se fundiu com a *Communist League of America* – de orientação trotskista – para dar origem ao *Workers*

Na parte econômica do programa, que aqui nos interessa, Korsch levanta primeiramente a restrição de que o AWP não demarca com o conceito de “economia planificada”, utilizado tanto por capitalistas democráticos quanto por capitalistas fascistas. Do mesmo modo, prossegue ele, o conceito de “socialização” aparece no programa do AWP limitado à expropriação dos monopólios. A consequência de tais insuficiências e ambiguidades no âmbito econômico está em que “a realização deste programa exigiria, no lugar do ataque revolucionário ao capital em sua totalidade, apenas ataques parciais” (Korsch, 1982(II)r, p. 315).

A comprovação dessa fragilidade programática do AWP, segundo Korsch, está na forma em que nele se define a contradição principal do sistema capitalista e como ela é resolvida. Ao invés de identificar na contradição entre forças produtivas e relações sociais de produção, contradição que antagoniza possuidores e não possuidores, o AWP enxerga como principal a contradição entre um aparato produtivo capaz de satisfazer as necessidades humanas e um sistema de relações sociais que impedem o seu uso para fins sociais. Desloca-se assim o problema central da produção para problemas de distribuição e de direção errada – portanto passível de correção – da própria produção capitalista.

A conexão com o fascismo aparece então:

Todo aquele que tome como ponto de partida os meios de produção atualmente existentes deve, por lógica, renunciar não apenas à revolução proletária em favor de uma **reforma** capitalista, mas também, por último, capitular diante do fascismo. A atual capacidade produtiva em sua forma capitalista [...] está dada pela existência dos meios de produção, pelo enorme aparato produtivo capitalista atual. Frente às tormentas à que está sujeito o mercado mundial em consequência da crise, frente às devastações de uma **concorrência** “não regulada” [...] frente às inevitáveis rebeliões dos **trabalhadores** [...] aquela capacidade produtiva apenas

Party of the United States e assim, a maioria de seus membros foram absorvidos pela corrente principal do movimento trotskista.

pode ser protegida por meio de um **Estado forte**. [...] Este é hoje o sentimento da burguesia, inclusive onde sofre as consequências do fascismo. E este é o sentimento de uma grande parte, sempre crescente, de pessoas e povos, mesmo no interior das categorias de trabalhadores e de subtrabalhadores desocupados (Korsch, 1982(II)r, p. 316-317, destaques de KK).¹⁶

Esta passagem nos permite identificar não apenas que o Estado é o elo que articula os interesses de fascistas e capitalistas como também o meio pelo qual o próprio proletariado se torna fascista, mesmo que, na sequência do texto, Korsch se contradiga ao sustentar ainda a necessidade de um “Estado proletário dos trabalhadores” como instituição de transição ao comunismo.

O centro da crítica korschiana à parte econômica do programa repousa em revelar o conteúdo superficial de suas afirmações. Primeiro por fazer coro com ideias “difundidas pelos conciliadores voluntários e involuntários da contrarrevolução fascista”, mas principalmente por demonstrar que objetivos aparentemente revolucionários podem ser assumidos, em certas conjunturas, por capitalistas burgueses ameaçados de falência e por capitalistas fascistas.

Embora termine aqui a nossa digressão sobre as concepções de Korsch referentes à economia, vale concluir a análise desse texto pela densidade de algumas das reflexões de nosso autor relacionadas aos dois eixos teóricos que estruturam este trabalho.

¹⁶ *Todo el que tome como punto de partida los medios de producción actualmente existentes debe por lógica no sólo renunciar a la revolución proletaria a favor de una reforma capitalista, sino también, por último, capitular ante el fascismo. La actual capacidad productiva en su forma capitalista [...] está dada por la existencia de los medios de producción, por el enorme aparato productivo capitalista actual. Frente a las tormentas a que está sujeto el mercado mundial a consecuencia de la crisis, frente a las devastaciones de una competencia “no regulada” [...] frente a las inevitables rebeliones de los trabajadores [...] aquella capacidad productiva sólo puede ser protegida mediante el estado fuerte. [...] Este es hoy el sentimiento de la burguesía, incluso allí donde sufre las consecuencias del fascismo. Y este es el sentimiento de una gran parte, siempre creciente, de personas y de pueblos, aun en el interior de las categorías de los trabajadores y de los subtrabajadores desocupados.*

Ao passar para a crítica da parte política do programa do AWP, Korsch nos deixa análises valiosas. De início aponta a total separação entre **objetivos** do partido, por um lado, dos **meios e métodos** que pretende utilizar, de outro. Depois alerta para a necessidade, ausente no AWP, de **combinação** entre diferentes atividades distribuídas em campos ação diversificados e com tempos diversos, de modo que todas confluam para uma única ação revolucionária.¹⁷

Não se trata, explica Korsch, de criticar o AWP por não ser revolucionário em razão das limitações de suas tarefas práticas, mas de indicar a desconexão entre tais tarefas e o desenvolvimento revolucionário do partido. No mesmo sentido, apontar quando a teoria revolucionária serve de justificativa para uma prática oportunista, momento em que deixa de ser teoria e se transforma em operação de ocultamento (ideologia). E ainda, demonstrar quando, em certas situações, uma posição mais revolucionária do partido a respeito de certa atividade do proletariado pode debilitar e até mesmo impedir o desenvolvimento revolucionário dessa mesma atividade, enquanto atividades menos revolucionárias podem deixar melhor abertas as vias que aquele desenvolvimento se efetive posteriormente.

A contrarrevolução pode se manifestar também no campo da tática. Uma questão simples como a participação do AWP nas eleições, ao invés de ser apenas explicada e defendida em função das características dos EUA, no momento da decisão prática se transforma na adoção do chamado “parlamentarismo revolucionário”¹⁸, na contramão de toda a

¹⁷ Esta arguta reflexão, ao situar em um conjunto diversificado o critério definidor do conteúdo da ação política de uma organização que se autodeclara de intencionalidade anticapitalista, pode servir de antídoto contra interpretações simplificadas imperantes em muitas das organizações atuais da esquerda tradicional, nas quais tal critério definidor do conteúdo do agir político significa “todos fazendo as mesmas coisas”. Em regra, tentando ser dirigente de instituições sindicais e de movimentos sociais ou ocupar postos no Estado.

¹⁸ Trata-se do conjunto de resoluções específicas sobre a temática intitulado “O partido comunista e o parlamentarismo” aprovadas no II Congresso da III Internacional em julho de 1920. Em apertada síntese defendia a participação do PC nos parlamentos como “pontos de apoio secundários de sua ação revolucionária [...] usar a tribuna parlamentar para fins de agitação revolucionária, para denunciar as manobras do adver-

experiência internacional dos partidos marxistas de antes e depois da I Guerra Mundial.

A crítica korschiana se estende ao âmbito do institucional. Pelo programa do AWP, nos mostra Korsch, se inverte a relação entre “uma autêntica frente única dos trabalhadores e a conquista, e exercício revolucionário, do poder por meio dos Conselhos Proletários” (Korsch, 1982(II)r, p. 322) vistos os segundos como mera forma desenvolvida da frente única.

A contradição entre a posição teórica e a prática efetiva do AWP prossegue na parte sindical do programa. Teoricamente, assume a primazia da política sobre a economia e da luta política sobre a luta sindical, e de forma politicista e idealista coloca os sindicatos no mesmo nível de outras organizações de massas a serem conquistadas pelo partido. Aqui Korsch manifesta sua divergência tanto com a concepção política (leninista) quanto com a concepção oposta (sindicalista), demonstrando que as condições para o exercício da autonomia proletária exigem a fusão de ambas na ação revolucionária direta dos Conselhos Proletários (Korsch, 1982(II)r, p. 326).

Korsch termina seu rol de críticas ao AWP, expondo o seu teorismo como ideologia e sua transformação prática:

Na realidade se revela aqui, neste primeiro retrocesso prático do AWP diante das enormes dificuldades de suas tarefas revolucionárias proclamadas teoricamente, a inevitável tendência de desenvolvimento de um partido político que, no lugar de se inserir como parte precisa – com importantes tarefas parciais – no movimento da classe proletária

sário, para agrupar em torno de certas ideias as massas que, principalmente nos países atrasados, consideram a tribuna parlamentar com grandes ilusões democráticas” e que, uma vez no parlamento se deveria atuar não no sentido de uma “ação orgânica, mas para solapar do interior a máquina governamental e o Parlamento” (Fornazieri, 1989a, p. 113). Já naquele momento, esta posição recebeu críticas de várias perspectivas no interior do marxismo. Apenas para citar um exemplo, em 1921, Amadeo Bordiga, a considerou pura utopia: “nunca se conseguirá organizar uma atividade parlamentar que contrarie os princípios do parlamentarismo e ultrapasse os limites de seus regulamentos” (Bordiga, [1921] 2015).

existente, passa a frente com uma pretensão “teórica” de totalidade, em nome de uma teoria “revolucionária” que, nas relações dadas, se transforma inevitavelmente em uma glorificação ideológica de uma prática muito mais limitada. Por trás dela, pode se cumprir muito mais rapidamente o processo de redução do partido proletário revolucionário em partido de oposição burguês, e sua destruição final por meio do Mussolini e do Hitler estadunidense (Korsch, 1982(II)r, p. 327-328, aspas de KK).¹⁹

Retomando os posicionamentos principais de Korsch – fascismo como capitalismo estatal, equiparação entre nazismo e stalinismo, e sua recusa da estratégia das frentes populares – neste mesmo ano de 1935 nosso autor publicou “*Discussion on the above thesis on the next world crisis, the Second World War and the world revolution*” (Observações sobre as teses relativas à próxima crise mundial, à Segunda Guerra Mundial e à revolução mundial). Trata-se de um artigo por meio do qual nosso autor entra no debate gerado pela publicação das “Teses sobre a próxima crise mundial, a Segunda Guerra Mundial e a revolução mundial” de seu ex-aluno, amigo e camarada Heinz Langerhans (1904-1976)²⁰, propondo-se analisá-las.

Neste trabalho, Korsch se esforçou para esclarecer as relações estruturais existentes entre crise econômica, guerra mundial e revolução internacional. Mesmo criticando que as “Teses...” se abstraem do pre-

¹⁹ *En realidad se revela aquí en este primer retroceso práctico del AWP frente a las enormes dificultades de sus tareas revolucionarias proclamadas teóricamente, la inevitable tendencia de desarrollo de un partido político que, en lugar de insertarse como parte precisa, con importantes tareas parciales, en el movimiento de la clase obrera existente, pasa al frente con una pretensión “teórica” de totalidad, en nombre de una teoría “revolucionaria” que, en las relaciones dadas, inevitablemente se transforma en una glorificación ideológica de una práctica mucho más limitada. Tras ella puede cumplirse mucho más rápidamente el proceso de reducción del partido proletario revolucionario a partido de oposición burgués, y su destrucción final a través del Mussolini y del Hitler norteamericano.*

²⁰ Cientista social e político. Expulso do KPD em 1926, Langerhans militou no grupo de Korsch “Política Comunista”. Em 1933, foi preso por sua atividade antifascista e condenado por traição. Foi como prisioneiro político que ele escreveu do cárcere suas “Teses...” e conseguiu enviá-las a Korsch que as publicou anonimamente (Ceppa, 1975, p. 1.254).

sente real e projetam uma fictícia atualização de uma situação revolucionária no futuro, o que, em seu entender, retira delas “o valor prático-materialista”, Korsch admitiu como meritorias a afirmação do caráter necessariamente internacional da revolução proletária, rechaçando tanto a tese stalinista da “revolução em um só país”, quanto a tentativa do trotskismo de substituir a autêntica revolução mundial por uma construção ideológica ao qualificar as revoluções nacionais daquele período como “revolução permanente”. Desse modo, as *Teses...* afirmavam claramente que o movimento proletário deveria começar do zero, o que deveria ser celebrado como o corte definitivo “do cordão umbilical entre revolução burguesa e revolução proletária” e a libertação de toda influência anterior.

Korsch objetou que, desgraçadamente, as afirmações supra são desmentidas pelos fatos, pois as ilusões entre o proletariado persistiam e que esta celebrada “libertação” do proletariado de sua história anterior significava igualmente se libertar de toda experiência de luta adquirida e retroceder do estágio de “classe para si” ao estágio de “classe em si” de mera existência econômica como classe explorada.

Deixando o conteúdo subjetivo-prático e passando ao conteúdo teórico-objetivo das *Teses...* a articulação da equação crise e guerra se deu por meio da concordância de Korsch com Langerhans na afirmação de que a guerra deve ser considerada uma mera forma especial de crise periódica, e, portanto, uma manifestação normal da produção capitalista. Daí se explica que, da combinação entre crise e guerra, e do ponto de vista do proletariado, se possa identificar a tendência para uma nova crise bélica mundial, a qual, por sua vez, se constitui em pressuposto objetivo para uma nova situação revolucionária mundial.

Neste trabalho também aparece claramente a rejeição por parte de Korsch de uma estratégia de ocupação do Estado capitalista ao lado da exposição do duplo caráter da contrarrevolução – nacional-socialista e reformista – como transparece nessa passagem:

A luta contra o Estado capitalista se tornou de fato um componente muito mais direto da luta de classe do proletariado do que no passado, quando o movimento operário socialista – aprisionado (como as teses expõem admiravelmente) na falsa alternativa entre reforma social e revolução (apenas política – tinha perdido completamente de vista a totalidade concreta da luta socialrevolucionária da classe proletária. Neste sentido, é uma crítica revolucionária que atinge o coração não só do inimigo atual, mas também dos falsos amigos de ontem e de hoje do movimento operário, a afirmação contida nas teses de que por meio da conquista do poder pelo nacionalismo hitleriano não somente “triunfou a revolução política e a única reforma social possível” contra os trabalhadores, mas ao mesmo tempo também revelou o caráter contrarrevolucionário (em suas conseqüências) de ambos os objetivos, aparentemente progressistas, das organizações operárias do passado (Korsch, 1982(II)n, p. 336-337, itálicos de KK).²¹

Em suma, ao longo do texto, entre críticas, oposições e detecções dos limites das “Teses...”, Korsch apresentou as suas próprias teses, consistentes em: 1) a fase concorrencial do capitalismo foi superada pelo planejamento estatal do capital – que se tornou uma entidade política e cumpre a sua reprodução ampliada via economia de guerra, expansão do consumo e da instrumentalização corporativa dos sindicatos – que por sua vez fornece ao proletariado as condições materiais de seu imediato autorreconhecimento político; 2) o desenvolvimento econômico foi monopolizado pelo Estado, embora tal monopólio seja realizado de

²¹ *La lucha contra el estado capitalista se ha convertido, en efecto, en un componente de la lucha de clases proletaria mucho más directamente que en el pasado, cuando el movimiento obrero socialista, prisionero (como las tesis lo exponen admirablemente) en la falsa alternativa entre reforma social y revolución (solamente) política, había perdido de vista por completo la totalidad concreta de la lucha social revolucionaria de la clase obrera. En este sentido, es una crítica revolucionaria que golpea el corazón no sólo del enemigo actual sino también de los falsos amigos de ayer y de hoy del movimiento obrero, la afirmación hecha en las tesis de que a través de la conquista del poder por parte del nacionalismo hitleriano no sólo “ha triunfado la revolución política y la única reforma social posible” contra los obreros, sino que al mismo tiempo se ha puesto también de manifiesto el carácter contrarrevolucionario (en sus consecuencias) de ambos objetivos aparentemente progresistas de las organizaciones obreras del pasado.*

diferentes formas, seja pela Alemanha nazista, pelos EUA do *new deal* rooseveltiano ou pela Rússia stalinista; 3) o monopólio estatal não significa a monopolização da luta de classes nem a pacificação social. Pelo contrário, provoca, em linha direta e a curto prazo, a recomposição política do proletariado.

Contudo, esta última tese foi negada pelos fatos e Korsch se viu forçado a aprofundar sua análise. Este aprofundamento serviu de “pano de fundo” subjetivo para seus escritos a partir de 1940. Antes porém, devemos retroceder a 1934, ano em que publicou o artigo intitulado “*Zur Neuordnung der deutschen Arbeitsverfassung*” (A reorganização das relações de trabalho alemãs), para expormos o modo como Korsch apresentou algumas das características do nacional-socialismo na Alemanha.

Trata-se de uma descrição detalhada das mudanças operadas pelo regime nazista nas relações entre capital e trabalho e à ordem empresarial, realizada por meio da “Lei para ordenação do trabalho nacional” (LOT). Em sua análise, Korsch se debruçou sobre pontos onde o regime anunciou ter havido ruptura completa com formas anteriores, expondo como se manteve, sob novos rótulos, a velha exploração e opressão do proletariado.

Um primeiro tópico abordado foi a demonstração de como o nazismo se aplicou no uso da lei para formatar de modo “revolucionário”, isto é, ideológico, conteúdos que se alteravam de modo reacionário. Por esta operação juridico-ideológica, desapareceram compradores (patrões) e vendedores de força de trabalho (empregados). A ideologia os transformou respectivamente em “dirigente” e seu “pessoal” de uma “comunidade de empresa” cuja base eram a “solicitude e fidelidade” e, por consequência, fundiu as organizações de patrões e operários, eliminando assim de um só golpe todas as “classes” e “oposições de classes”.

Nosso autor revelou que o objetivo era o de evitar a luta operária real, não apenas por meio de formas diretas como as greves, mas também pelas formas mais suavizadas do conflito de classes que almejavam

diminuir o desequilíbrio entre patrões e empregados, tais como laudos e acordos coletivos que resultavam da negociação direta entre as partes.

Afastando diferentes concepções, a seu ver equivocadas, segundo as quais a LOT ou promoveu um retorno a diferentes formas anteriores (patriarcais, feudais, neofeudais a depender da fonte: se partidária ou adversária do regime) de organização do trabalho, ou ampliou o *Führerprinzip*²² nacional-socialista de organização do trabalho, Korsch adotou como premissa analítica que as mudanças não foram tantas nem tão profundas assim. Por um lado, preparava-se um retorno a certas medidas anteriormente praticadas tais como as reduções salariais dos operários, e, por outro, reforçar o poder do Partido Nacional-Socialista e do patronato dos principais ramos da economia sobre os trabalhadores assalariados e em detrimento do empresário particular.

No âmbito da política social estatal, foram desmanteladas o que restava das instituições de conciliação e arbitragem, ceifadas as possibilidades de participação democrática dos trabalhadores na configuração da economia em geral, eliminados – sem substitutos – os sindicatos e as bases da atividade sindical, legalmente suprimidos os direitos de greve, de associação, de participação paritária. Em substituição a tais garantias e direitos, aparecem institutos de comando unipessoal e novos entes estatais cujas atribuições não deixam dúvidas quanto ao seu caráter antiluta: “1) tarefas de **formação profissional** e **agência de colocações**, ‘exercidas com objetividade e na linha do partido’ pelos ‘funcionários profissionais’ [...] 2) tarefas da **Organização do Descanso Kraft durch Freude** (Força e alegria), criada à imitação da italiana *Dopo Lavoro* [...]” (Korsch, 1979v, p. 215, negritei). Todas estas modificações, assumem para Korsch não o caráter de ruptura, mas de continuidade e arremate do que já existia durante a República de Weimar, ou seja, o nazismo conclui aquilo que a social-democracia iniciou.

²² Entendido como o princípio segundo o qual toda escolha e discussão estaria eliminada, pois o correto seria aquilo que fosse ordenado pelo *Führer*. Tal princípio estava assentado em um sistema de nomeações verticais, imposto de cima para baixo desde Hitler até última das instituições associativas (Korsch, 1979v, p. 207).

No interior das empresas, o que mais chamou a atenção de nosso autor foi a eliminação formal e completa dos últimos vestígios que restavam dos direitos de cogestão por meio dos *Betriebsrat* (Conselhos de Empresa) analisados no capítulo anterior, substituídos pela atribuição de poderes ilimitados para o empresário decidir sobre a economia em geral e presidir um “comitê de confiança” com poder meramente consultivo e composto por pessoas indicadas pelo Partido Nacional-Socialista.

Tendencialmente a LOT apontava ainda para um arrocho salarial dos proletários e para a quebra de um padrão remuneratório mínimo comum a um conjunto de empresas, em favor de que tais determinações – regulamentação do salário e condições de trabalho – ficassem a cargo das empresas individualizadas, no contexto de inexistência de instrumentos de defesa dos trabalhadores em sua condição específica de assalariados. E na ocorrência de apelações, recursos, por parte dos operários, inexistia um órgão colegiado que possa decidir a demanda, mas tão somente a figura individual do “fiduciário do trabalho”, definido por Korsch como “um funcionário direto deste Estado autoritário, liberado plena e radicalmente de qualquer influxo democrático por parte da massa de seus cidadãos, em especial da massa dos trabalhadores” (Korsch, 1979v, p. 223).

A conclusão de sua análise da LOT se confronta diretamente contra o mecanismo ideológico do regime de apresentar mudanças verbais como se fossem mudanças substantivas reais:

Porque o verbalismo que invade a LOT, bem como todas as publicações do atual regime alemão sobre a questão social, esse verbalismo que imagina ter mudado as coisas pelo fato de atribuir-lhes novos nomes, tropeça aqui com o limite, intransponível para ele, que consiste na realidade do poder do empresário, da opressão e exploração do assalariado, e da oposição e luta de classes que está ocorrendo na ordem atual da sociedade capitalista (Korsch, 1979v, p. 225).²³

²³ *Porque el verbalismo que invade a la LOT, así como a todas las publicaciones del régimen alemán actual referentes a la cuestión social, ese verbalismo que se imagina haber cambiado las cosas por el hecho de darles nombres nuevos, tropieza aquí con*

Esta percepção do nexu entre esquerda reformista e fascismo apareceu mais desenvolvida no importante ensaio de 1940, "*Prelude to Hitler. The internal politics of Germany: 1918-1933*" (Prelúdio a Hitler. A política interna da Alemanha: 1918-1933). Nele Korsch realizou mais uma retrospectiva histórica, dessa vez sobre a crise política interna da República de Weimar, as origens do nazismo e suas características ideológicas.²⁴

Se propondo a enfrentar o problema do poder durante estes catorze anos situados entre duas revoluções, derrocada do Império e ascensão do Nacional Socialismo, Korsch afirmou que o poder ficou em aberto durante todo este período. Em seu entender a República de Weimar passou por cinco fases completamente diferentes: 1ª) luta a fa-

el límite, insalvable para él, que consiste na realidad del poder del empresario, de la opresión y explotación del asalariado, y de la oposición y lucha de clases que está produciéndose en el orden actual de la sociedad capitalista.

²⁴ Leonardo Ceppa (1975, p. 1255-56), menciona um segundo texto korschiano, escrito em 1943, igualmente voltado à temática de esclarecer as origens históricas e características ideológicas da Alemanha nazista, modelo de desenvolvimento imperialista para nosso autor. Trata-se de "*A Historical view of Geopolitics*" (Uma perspectiva histórica da Geopolítica). A referência tomada por Korsch foi a "ciência da dominação imperialista", desenvolvida na Alemanha pelo General Karl Haushofer (1869-1946). Ceppa nos esclarece que, diferentemente da geografia política tradicional – formulação histórico-acadêmica limitada a tematizar os inevitáveis condicionamentos geográficos, logísticos e espaciais sobre as funções do Estado político -, a geopolítica nazista, pelo contrário, se converte em um princípio agressivo de organização política, voltado para a exploração imperialista de longo prazo dos territórios, e se apresentou como "a ciência político-militar de controle estratégico do espaço" que influenciou, segundo Korsch, todas as concepções pan-europeias e pan-asiáticas. O imperialismo dos generais nazistas representa um passo adiante em relação ao imperialismo clássico que se baseava no controle dos espaços marítimos, pois "se vale dos novos meios de comunicação logística, que permitem um controle muito mais eficaz das zonas internas continentais. Deste ponto de vista, a geopolítica aparece para Korsch como a forma mais madura da ideologia imperialista internacional." (*si avvale dei nuovi mezzi di comunicazione logistica, che consentono un controllo assai più efficace delle aree interne continentali. Da questo punto di vista la geopolitica appare a Korsch come la forma più matura dell'ideologia imperialistica internazionale.*). Além disso, em relação direta com o eixo deste trabalho, a geopolítica alemã representava para Korsch, "a expressão, bem como a arma de uma tentativa desesperada de resolver os problemas revolucionários do nosso tempo [...] por meio do cataclismo de uma contrarrevolução mundial." (*the expression as well as the weapon of a desperate attempt to solve the revolutionary problems of our times [...] through the cataclysm of a world-wide counter-revolution*) (Citado por Teschke, 2006, p. 325).

vor ou contra os conselhos proletários, de novembro de 1918 a agosto de 1919, o poder estava em disputa pelas forças do movimento revolucionário dos conselhos contra o poder dos corpos francos “primeiro núcleo importante da futura organização militar do poder contrarrevolucionário nazi” (Korsch, 1982(II) o, p. 345); 2ª) Da derrota da tentativa de golpe – o “Putsch de Kapp” – em março de 1920 até 1925. Aqui o poder adquiriu certa estabilidade pois “o governo republicano oficial havia sido a duras penas tolerado pelos que o sustentavam, isto é, o exército reacionário e os corpos francos ultrarreactionários.” (Id., Ibid., p. 345); 3ª) Os sucessivos governos parlamentares da chamada “era Stresemann”²⁵ de 1925 a 1929. O poder nessa fase repousava na fração do capital alemão que resolveu aceitar momentaneamente a forma republicana de Estado e as condições do Tratado de Versalhes. Após 1923, a luta contra a abusiva política de reparações imposta à Alemanha pelos vencedores da I Guerra, marcou pela primeira vez a união das duas direitas: as velhas forças tradicionais do nacionalismo e conservadorismo germânicos com as novas forças contrarrevolucionárias de Hitler; 4ª) Da crise de 1929 a 1932, quando o poder de Estado era parlamentar apenas na forma, pois no conteúdo era presidencialista, dado que os governos que se sucederam nessa fase governaram por meio de decretos de emergência e não pela via parlamentar clássica. A contrarrevolução chega aqui à sua maturidade; 5ª) a derrocada final nos últimos meses de 1932 até a nomeação de Hitler em janeiro de 1933.

Dessa periodização histórica, Korsch ressalta o uso de instrumentos legais como instrumento simultâneo de repressão das iniciativas proletárias e de proteção dos crimes da direita, pois “mesmo quando o criminoso era formalmente incriminado, se salvava da condenação por-

²⁵ Alusão a Gustav Stresemann (1878-1929), político liberal alemão que ocupou os cargos de *Reichskanzler* (Chanceler) e de Ministro das Relações Exteriores da República de Weimar de agosto de 1923 até a sua morte. Recebeu o Nobel da Paz em 1926, por sua participação na elaboração dos Tratados de Locarno que promoveram a reconciliação entre Alemanha e França. Korsch ressaltou que, em um período de instabilidade política, governos frágeis de curta duração e de composição política variada se sucediam, mas estavam dominados pela liderança de Stresemann que permaneceu como único ocupante da pasta das relações exteriores de todos eles.

que o assassinato político da direita era sempre protegido pela poderosa mão das organizações semilegais ou totalmente ilegais, mas oficialmente toleradas, do novo exército recrutado secretamente” (Korsch, 1982(II)o, p. 349).

As conclusões a extrair da retrospectiva histórica desses catorze anos, foram, segundo Korsch, que o intervalo que separou a Alemanha Imperial da Alemanha Hitleriana foi um período de preparação do nazismo; que não houve uma “República Alemã” nesse período pois era uma “república sem republicanos”, do mesmo modo que não houve uma “Revolução Alemã” nos primeiros cinco anos (1918-23) após a guerra, dado que não foi nem uma revolução social do proletariado, nem uma revolução democrática que aniquilou com o velho poder reacionário, foi portanto uma “revolução sem revolucionários”.

Fundado nas conclusões supra, foi possível então ao nosso autor traçar a sua própria caracterização do período histórico conhecido por “República de Weimar”:

Mas se nunca houve uma revolução real, se pode demonstrar que houve – e ainda há – uma verdadeira contrarrevolução. As forças que conquistaram o Estado alemão para a ditadura nazi em 1933 nasceram e cresceram em simultâneo com o desenvolvimento daquele sistema político que, geralmente, se presumia que fosse um Estado republicano moderno. Embora o nazismo não fosse socialista nem democrático, se alimentou dos erros e omissões dos chamados “políticos do sistema”, e obteve ao longo do tempo o apoio da maioria da nação. Ele resolveu, tanto no âmbito político quanto no econômico, uma série de problemas concretos que tinham sido negligenciados ou frustrados pelo comportamento não-socialista dos socialistas e pelo comportamento não-democrático dos democratas. Assim, parte das tarefas que “normalmente” seriam realizadas por um movimento autenticamente progressista e revolucionário, foram cumpridas de maneira distorcida, e, apesar disso, realista, pela vitória transitória de uma revolução não-socialista e não-democrática, mas plebeia e antirreacionária. E não é coisa do passado. A contrarrevolução nazi iniciada na

Alemanha em 1918-33, continua até hoje em toda a Europa (Korsch, 1982(II)o, p. 350-351).²⁶

Esta forma amadurecida em que aparece o conceito de contrarrevolução no pensamento korschiano, foi didaticamente formulada um ano antes, em 1939, ainda nos albores da II grande guerra, no escrito *State and Counterrevolution* (Estado e Contrarrevolução). Também expôs com muita clareza o que, em seu entender, eram os objetivos e características da contrarrevolução.

Até aquele momento um conceito relativamente novo no âmbito das ciências sociais, foi apresentado por nosso autor como possuindo dupla significação: tanto pode expressar uma **reação consciente contra um processo revolucionário anterior**, quanto uma “contrarrevolução preventiva” expressando um **conjunto de medidas tomadas pelos dominantes/exploradores para evitar processos revolucionários**. Daí que não se tratava apenas de uma tendência de caráter exclusivamente conservador e reacionário, mas de criar condições – em escala nacional e internacional e a longo prazo – para que seja impossível todo e qualquer movimento futuro do proletariado. Para atingir tal objetivo, os representantes das classes exploradoras no Estado estavam dispostos inclusive a abrir mão de parte de seus privilégios materiais e subjetivos, a romper com qualquer tradição, a abandonar qualquer ideia de prestígio no passado, e até a própria dignidade pessoal. Tudo isso na expectativa

²⁶ *Pero si bien nunca hubo una revolución real, se puede demostrar que hubo – y todavía hay – una verdadera contrarrevolución. Las fuerzas que conquistaron el estado alemán para la dictadura nazi en 1933 nacieron y crecieron simultáneamente con el desarrollo de aquel sistema político que generalmente se presumía que fuese un estado republicano moderno. Aunque el nazismo no era ni socialista ni democrático, sin embargo, nutriéndose de los errores y de las omisiones de los llamados “políticos del sistema” obtuvo a la larga el apoyo de la mayoría de la nación. Resolvió tanto en el campo político como en el económico una cantidad de problemas concretos que habían sido descuidados o frustrados por el comportamiento no socialista de los socialistas y por el comportamiento no democrático de los demócratas. Así, una cierta parte de las tareas que “normalmente” hubiera llevado a cabo un movimiento auténticamente progresista y revolucionario, fueron cumplidas en forma distorsionada, pero a pesar de ello realista, por la victoria transitoria de una revolución no socialista y no democrática, sino plebeya y antirreaccionaria. Y no es cosa del pasado. La contrarrevolución nazi iniciada en Alemania en 1918-1933 continúa hoy a nivel de toda Europa.*

de participar “como sócios de última hora” nos benefícios produzidos “pela exploração intensiva a que tem sido submetidos os trabalhadores por meio das novas formas contrarrevolucionárias de escravização política, social e cultural” (Korsch, 1979i, p. 238).

Neste artigo, além dessa exposição didática dos aspectos gerais da contrarrevolução europeia, Korsch situa o desenvolvimento dessa última a partir do “aniquilador descalabro” de todas as tentativas feitas para propagar a revolução de 1917 e assegurar assim “um entorno adequado e atualizado em outros países europeus e extraeuropeus” (Id., *ibid.*, p. 238).

Importa frisar aqui que Korsch, aplicando mais vez o método da retrospectiva histórica, identificou a gênese dos movimentos contrarrevolucionários logo após o fracasso da Revolução de 1848 na França. Desta vez este processo resultou na identificação de pontos falhos na teoria de Marx, bem como no apontar da contrarrevolução na Rússia e na crítica à posição de alguns marxistas que saudaram a contrarrevolução fascista como antessala da revolução proletária. O modo como nosso autor realizou tais críticas, serão tratados no próximo tópico.

A partir de 1940, os trabalhos korschianos expressam a dramaticidade dos acontecimentos internacionais, mas também aprofundam sua leitura da conjuntura daquele momento. Em “*The Fascist counter-revolution*” (A contrarrevolução fascista), Korsch inicia por uma constatação de que a revolução mundial da qual Marx falava, naquele momento adquiriu outro significado. Se antes uma derrota desembocava em uma revolução proletária e socialista, o destino da França demonstrava que se tinha desembocado em contrarrevolução ultraimperialista e fascista. Independentemente de qual dos lados ganhasse a guerra, Korsch afirmou não ter dúvidas de que o resultado final seria um grande passo adiante para a “fascistização da Europa, se não do mundo inteiro (europeu, americano e asiático) no futuro” (Korsch, 1982(II)h, p. 352).

Deixemos para o próximo tópico o detalhar da primeira parte deste ensaio, onde constam as comparações korschianas entre a contrarrevolu-

lução fascista de sua época e a de 1848 – novamente expostas neste escrito –, as ambiguidades por ele encontradas em Marx e Proudhon, sua crítica ao nacionalismo dos marxistas ortodoxos e a pontos controversos da teoria marxiana, para irmos direto à sua formulação da lei histórica que em seu entendimento fundamentava aqueles acontecimentos:

A lei da contrarrevolução fascista madura de nosso tempo, pode ser formulada da seguinte forma: após o desgaste completo e a derrota das forças revolucionárias, a contrarrevolução fascista tenta realizar com novos métodos revolucionários e de modo amplamente diferenciado aquelas tarefas sociais e políticas que os chamados partidos e sindicatos reformistas prometeram cumprir, sem conseguir, apesar das condições económicas dadas (Korsch, 1982(II)h, p. 357, itálicos de KK).²⁷

Esta afirmação, possibilita chegar ao núcleo da posição de Korsch. O capitalismo não desapareceu após a I Guerra Mundial porque o proletariado não fez a revolução e entrou nessa nova fase contrarrevolucionária por ainda não ter desenvolvido todas as forças produtivas. Assim, não estavam dadas as duas premissas, subjetividade e materialidade, para que uma nova e superior sociedade pudesse nascer. Na verdade, arremata Korsch, o processo contrarrevolucionário que ele presenciava era “uma transição da forma privada e anárquica do capitalismo, para um sistema monopolista ou capitalista de Estado baseado em um capitalismo planejado e organizado” (Id., ibid, p. 359).

Desse núcleo de concepções é que nosso autor partiu para uma crítica principista e de rechaço ao antifascismo, pois as liberdades da democracia representativa nunca existiram para os explorados e oprimidos. Tampouco se deveria fazer como a burguesia, que capitulava ante a vitória do fascismo. Como o socialismo proletário parte do capitalismo

²⁷ *La ley de la contrarrevolución fascista madura de nuestro tiempo, puede ser formulada del modo siguiente: después del completo desgaste y de la derrota de las fuerzas revolucionarias, la contrarrevolución fascista intenta realizar con nuevos métodos revolucionarios y de una forma ampliamente diferenciada aquellas tareas sociales y políticas que los denominados partidos y sindicatos reformistas habían prometido cumplir, sin lograrlo a pesar de ello en las condiciones económicas dadas.*

desenvolvido, a forma encontrada por Korsch para combater o fascismo deveria ser, não com seus métodos, e sim em seu próprio terreno, o que significava a mobilização máxima (guerra total) do proletariado revolucionarizado – incluindo aqui explicitamente ao soldado como proletário – contra os detentores do monopólio das forças produtivas.

Conforme apontado anteriormente, a oposição de Korsch em aderir ao antifascismo, se assentava na tese política de que stalinismo e nazismo eram formas equivalentes de capitalismo de Estado, logo qualquer estratégia de aliança democrática para combater o fascismo deveria ser refutada porque significava combater os imperialismos a partir de uma perspectiva histórica já superada e por sacrificar os interesses específicos do proletariado como classe.

O texto que explicitou os argumentos em favor de um “terceiro campo” apareceu em 1941, intitulado *“The fight for Britain, the fight for Democracy and the war Aims of the working class”* (A luta por Grã-Bretanha, a luta pela Democracia e os objetivos de guerra da classe proletária).

Ao colocar quais seriam os objetivos do proletariado internacional diante da II Guerra Mundial, tomando por base a experiência de 1914-18, nosso autor concluiu que a classe proletária não desenvolveu uma política de massas que possibilitasse transformar a guerra capitalista em revolução social ou, ao menos, evitasse a recomposição do domínio classista da burguesia. Até mesmo as consignas se tornaram inaplicáveis como a de “transformar a guerra capitalista em guerra civil” e a nova conjuntura exigia novas palavras de ordem para servir de orientação a uma política autônoma da classe proletária naquele contexto de guerra. Mais que isso, pois, segundo Korsch, era preciso estar livre de ambiguidades. Algo que ele enxergava como impossível naquele contexto.

Na tentativa de superar esta contradição, a atitude política de Korsch contra a guerra em curso é dupla: ao mesmo tempo ativista e abstencionista. Por um lado, ele visualiza “como sempre” que a revolução pode se disseminar nos próprios processos de reestruturação capi-

talista. Por outro, acentua que, em uma guerra cujo caráter é interimperialista, o proletariado não pode ser nem protagonista, nem partícipe: seria suficiente se tornar espectador durante o processo, para agir decididamente logo após o desfecho da confrontação entre os capitalistas.

Antes de passar ao desmascaramento realizado por Korsch das consignas democráticas que se apresentavam, demagogicamente, aos proletários como “tábua de salvação”, vale expor como ele refutou propostas vindas do campo do socialismo reformista:

Tanto os velhos profissionais quanto os recém-chegados desencantados pedem aos proletários que subscrevam um ou outro tipo de programa intervencionista, antifascista ou de defesa prioritária da democracia, citando as derrotas e frustrações sofridas no passado por todo grupo firmemente decidido a manter intacta até o final a autonomia proletária. A futilidade extrema desta “demonstração histórica” foi mostrada acima: a derrota proletária durante a guerra e no período do imediato pós-guerra não resultou tanto do fracasso das tentativas da minoria revolucionária quanto, infelizmente, da política da maioria dirigente. Os sacrifícios dos trabalhadores alemães no período 1914-1918 não foram suficientes para salvar o país da derrota, nem as renúncias feitas em nome da “democracia” de Weimar evitaram seu completo naufrágio; assim como a aceitação por parte dos operários da política internacionalista burguesa da Liga das Nações não serviu para preservar a paz (Korsch, 1982(II)k, p. 406).²⁸

²⁸ *Tanto los viejos profesionales como los desencantados recién llegados piden a los obreros que suscriban uno u otro tipo de programa intervencionista, antifascista o de defensa prioritaria de la democracia, aduciendo las derrotas y las frustraciones sufridas en le pasado por todo grupo firmemente decidido a conservar intacta hasta el final la autonomía obrera. La extrema futilidad de esta “demonstración histórica” ha sido mostrada más arriba: la derrota obrera durante la guerra y en el periodo inmediato posbélico no derivó tanto del fracaso de los intentos de la minoría revolucionaria como, desgraciadamente, de la política de la mayoría dirigente. Los sacrificios de los obreros alemanes en el periodo 1914-1918 no bastaron para salvar a la patria de la derrota, ni las renuncias hechas en nombre de la “democracia” de Weimar evitaron su completo naufragio; así como, por lo demás, la aceptación por parte de los obreros de la política internacionalista burguesa de la Sociedad de las Naciones no sirvió para preservar la paz.*

Para rejeitar as propostas vindas do campo da democracia, bastou identificar o seu traço comum: todas pressupunham que, para conquistar algo, era preciso fazer algo totalmente diferente. Assim, as consignas “Defendamos os EUA ajudando a Grã-Bretanha!” e “Defendamos a democracia ajudando a Grã-Bretanha!”, foram consideradas como um reforço da fração burguesa estadunidense a favor da intervenção na guerra – em luta contra a fração isolacionista da burguesia estadunidense – que avaliava que agindo assim favoreceria o desenvolvimento futuro do imperialismo de seu país. Também a consigna que associava a defesa de direitos do trabalhador à defesa da democracia, foi considerada como um “miserável” substituto ao ‘comunismo’ stalinista, exclusivamente preocupado em defender a política de poder para um Estado particular” (Korsch, 1982(II)k, p. 407).

Do debate sobre a divulgação ou não dos objetivos de guerra britânicos, revelador de certas fissuras no campo capitalista anglo-estadunidense, Korsch afirmou que a vitória contra o fascismo não dependeria de batalhas ideológicas entre princípios “democráticos” contra princípios “fascistas”, nem de eventuais superioridades militares ou tecnológicas de um lado contra o outro, mas do nível de unidade que a classe dominante inglesa conseguiria alcançar, e, principalmente das repercussões que essa luta entre grupos capitalistas antagônicos produzirá

No terceiro campo: o campo, até agora imóvel, da classe proletária. Não hesitamos em afirmar que, se o hipotético fim supremo da humanidade – a derrota de Hitler e a aniquilação do fascismo – for alcançado, não acontecerá se não for por meio da luta autônoma do proletariado por seus mais elementares, específicos e concretos objetivos de classe. Nem Grã-Bretanha, nem a “democracia”, mas a classe proletária é a campeã mundial da luta revolucionária da humanidade contra o flagelo do fascismo (Korsch, 1982(II)k, p. 409).²⁹

²⁹ *En el tercer campo: el campo hasta ahora inmóvil de la clase proletaria. No dudamos en afirmar que si el hipotético fin supremo de la humanidad – la derrota de Hitler y el aniquilamiento del fascismo – se logra, ello no podrá ocurrir sino a través de la lucha autónoma de la clase obrera por sus más elementales, más específicos y más concretos objetivos de clase. Ni Gran Bretaña, ni la “democracia”, sino la clase obre-*

Esta previsão se mostrou correta se considerarmos qual foi a classe social que mais se sacrificou para derrotar militarmente o fascismo, mas incorreta se vista da perspectiva da substituição do capitalismo pelo comunismo.

A referência feita à guerra total em “A contrarrevolução fascista”, para ser devidamente compreendida nos remete ao ensaio de 1941 “*War and revolution*” (Guerra e revolução) no qual Korsch escreveu sobre as relações entre ambas e também “aos conflitos diversos e tendências complementares que podemos detectar nas fases anteriores do seu desenvolvimento histórico” (Korsch, 2010a).

No estudo da guerra no capitalismo, afirmou nosso autor, tem sido regra geral entre os estudiosos reconhecer a existência de uma estreita relação entre formas de guerra bem determinadas e mudança social. Entre assertivas extremamente sugestivas, como a que revela que em todas as épocas revolucionárias pelo menos um setor da intelectualidade se revolta contra os aspectos violentos e plebeus de um movimento genuinamente progressista e dele se afasta, Korsch vai revelando a conexão dialética da relação guerra/paz e revolução/contrarrevolução.

Resumamos as assertivas principais deste seu trabalho: a) a “guerra total” é um produto legítimo da democracia, a partir da guerra de independência dos EUA de 1776 e da Revolução Francesa de 1789; b) Em razão dos segredos que envolvem as guerras, o desconhecimento e a incapacidade de controlá-las é uma característica essencial das guerras; c) a condução burguesa da guerra necessita apresentar uma ambiguidade tal que possibilite transformá-la em seu contrário: guerra de defesa em guerra de conquista; guerra de libertação de povos em guerra de anexação de territórios de povos; guerra revolucionária em guerra contrarrevolucionária d) tendência à diluição da diferença entre guerra e guerra civil, com esta última deixando de ser sinônimo de revolução; e) as diferenças entre as formas primeiras de guerra total burguesa do

ra es el campeón mundial de la lucha revolucionaria de la humanidad contra el flagelo del fascismo.

sec. XVIII para a guerra “totalitária” do sec. XX expressam mudanças reais nas estruturas e no sistema capitalista, mas continuam sendo, como antes, um complemento necessário da condução normal dos negócios; f) os métodos de aplicação da estratégia bélica total no século XX atestam a afirmação de Marx, segundo a qual novas formas de produção surgem antes nas guerras e somente depois na produção em tempos de paz. Em razão disso, antecipa as novas formas econômicas que se alcançará com a passagem de todos os países do mundo a um modo de produção capitalista mais planejado que determinado pelo mercado, e a um capitalismo monopolista e estatal mais que concorrencial e privado. Neste ponto se situa a diferença profunda que permite afirmar que a II Guerra Mundial está longe de ser uma repetição da I Grande Guerra; g) outras diferenças notáveis entre a guerra total daquele momento e as guerras anteriores: redução do peso da tropa tradicional em favor do uso de blindados e da aviação, diminuição do entusiasmo geral e da paixão ideológica da opinião pública suscitada pelas guerras nacionais anteriores e até a I Guerra Mundial, mesmo com a intensificação dos esforços dos serviços de propaganda especializados, e aplicação dos princípios da economia de guerra aplicados com antecedência, desde os tempos de paz.

Com base em todas estas posições, Korsch define então a II Guerra Mundial como uma nova forma de guerra total: “guerra total do capitalismo dos monopólios e do capitalismo de Estado, por oposição às guerras totais ligadas ao sistema da concorrência, que foram próprias dum período econômico passado” (Korsch, 2010a). A partir dessa definição ele levanta dúvidas sobre se a II Grande Guerra poderia ajudar à revolução proletária. Por um lado, argumentou ele, devido à experiência histórica anterior de três décadas que demonstra que o proletariado não se beneficiou de nenhuma guerra revolucionária acontecida para se emancipar, posto que as ambiguidades da revolução burguesa que as iniciou fez com que seus participantes se dedicassem mais ao trabalho repressivo do que ao trabalho de construção democrática. Por outro, continuou Korsch, por que o desenvolvimento das características

da “guerra total” foi continuado, pelo menos na Europa, em favor da implantação de um nacionalismo dos mais reacionários e não da implementação de instituições realmente democráticas. Mesmo considerando que a guerra civil estadunidense e as três guerras de expansão da Prússia fizeram progredir, de modo novo, a guerra de massas.

Mas se, para o futuro do movimento revolucionário do proletariado, o significado da II Guerra Mundial era duvidoso, para Korsch não havia dúvidas que aquela guerra pioraria as suas condições de vida e não possuía nenhum componente de progresso histórico:

Ela tem mesmo por efeito desnaturar até as mudanças menores da estrutura econômica e política atual, exigidas pela manutenção do antigo sistema. A guerra capitalista esgotou todas as suas potencialidades revolucionárias. É algures que não nos campos de batalha da guerra capitalista que se trava a luta pela nova ordem de sociedade. A ação decisiva dos trabalhadores começa onde acaba a guerra capitalista (Korsch, 2010a).

Resta ainda analisar como Korsch examinou a estrutura do fascismo já em pleno curso da guerra. Dois escritos foram dedicados a essa temática e publicados no ano de 1942. O primeiro intitulado “*Notes on History. The ambiguities of totalitarian ideologies*” (Notas sobre a história. As ambiguidades das ideologias totalitárias) e “*The structure and practice of totalitarianism*” (Estrutura e prática do totalitarismo).

Em “Notas sobre a história”, nosso autor começou por apontar quatro ambiguidades da ideologia totalitária nazista: 1ª) na linguagem, onde os termos possuíam significado diferente dos usos consagrados (ex. “espaço vital” não significava um território qualquer onde se vive, mas aqueles territórios situados fora do domínio nazi e que deverão a ele pertencer); 2ª) na relação entre a sua pretensa teoria e a compreensão de seus fins, pois as ações efetivas dos nazistas com base em palavras de ordem sempre mutáveis – que “não chegavam ser nem mesmo pragmáticas mas absolutamente oportunistas” nas palavras de Korsch – resultavam de correlação arbitrária entre fatos e ideias, cujas

contradições nem mesmo são expressão de conflitos e lutas realmente existentes, mas tentativas conscientes de esconder tais conflitos por meio de sua substituição por outros conflitos “inventados e completamente fictícios”; 3ª) na negação e redefinição de valores, pois todo o trabalho de destruição das doutrinas tradicionais do Estado, do direito e da economia, dentre outros, eram apenas meios para remover obstáculos aos objetivos de conquista e maior eficiência do que uma parte componente da ideologia oficial nazista, e 4ª) na tentativa de estabelecer uma linha principal do pensamento nacional-socialista, pois, como movimento contrarrevolucionário, porta consigo “as incertezas, meias verdades e natureza híbrida da longa sequência de movimentos contrarrevolucionários que nos últimos 150 anos atrapalharam o progresso ‘normal’ da sociedade europeia, tal como foi e é concebido pelas distintas linhas herdeiras da filosofia da história da Revolução Francesa” (Korsch, 1982(II)m, p. 428).

Com o conhecimento destas ambiguidades, nosso autor alerta para não se deixar levar pelos discursos de ideólogos nazistas que pretendem apresentar um genuíno conceito ativista da história. Porém, chama atenção para aspectos do novo imperialismo totalitário que rompem com o padrão iniciado pela Revolução Francesa e indicam uma nova concepção do processo histórico: primeiro devido à teoria e prática de agressão totalitária terem se mostrado mais adequadas ao novo tipo de expansão imperialista surgida no começo do século XX; segundo pelo fato dos nazistas, por exemplo, terem sido os primeiros a aplicar a povos europeus “civilizados” métodos até então reservados com exclusividade a povos “indígenas” ou “selvagens” localizados fora da chamada “civilização”; terceiro – principal diferença em termos ideológicos segundo Korsch – em função do fracasso da “missão civilizadora” que outrora se atribuía à conquista de regiões “não desenvolvidas” do planeta pelos imperialistas, o novo imperialismo totalitário (Alemanha, Rússia, Japão) sequer apresenta a pretensão de expandir seu modelo de “civilização”. Na verdade querem apenas fazer o necessário para que sua ação aconteça sem obstáculos.

Os primeiros reveses militares, a partir de 1941, fizeram aparecer outra ambiguidade do nazismo. O que, inicialmente, fora um apelo a uma revolução mundial como meio de eliminar desvantagens na competição interimperialista, agora já fazia o nacional-socialismo temer, e, por consequência, querer evitar “os riscos e as consequências de seu plano original”. Isto é, para Korsch, uma demonstração clara dos limites de um movimento contrarrevolucionário em comparação com uma revolução verdadeira. Daí nosso autor afirmar que o nazismo continua refém de uma concepção de história que elimina o ativismo, que critica o engajamento do historiador e faz apologia da sua “objetividade”, que substituiu o ativismo na história por um “sistema de ciências históricas altamente especializadas e, portanto, totalmente desprovidas de qualquer conteúdo revolucionário” (Korsch, 1982(II)m, p. 433).³⁰

³⁰ Korsch aproveita neste trabalho para expor a sua concepção de história, mais uma vez reafirmando o princípio da especificidade histórica, segundo o qual tudo pode ser explicado e compreendido a partir de determinadas condições de um período definido. Embora já explicitado no primeiro capítulo, o novo aqui é que, para demonstrar a amplitude do conceito que adota, ele enumera suas possibilidades, fornecendo assim ao leitor condições de verificação de sua abrangência. Isto significa que tal princípio é determinante para saber os diversos ângulos pelos quais a história pode ser tratada e/ou que a envolvem: 1) se providencial da criação ou profana da civilização, e na hipótese deste segundo caso, se toma por objeto uma Civilização singular ou uma série de civilizações coordenadas; 2) se estatisticamente como “repetição dos mesmos processos, no fundamental idênticos, ou se de forma dinâmica como desenvolvimento.” Nesta segunda hipótese se o desenvolvimento é concebido como “movimento externo de objetos visíveis e tangíveis no espaço e no tempo” ou como “interno’ no tempo”, se o seu movimento se dá “para cima, para baixo ou em um mesmo nível, em linha reta, em espiral ou em ciclos, se procede do simples ao complexo ou o inverso”, e também se é considerado como uma “cooperação harmoniosa entre grupos e indivíduos ou como luta entre humanos, nações, raças ou classes”; 3) se de modo “otimista como desenvolvimento progressivo ou de modo pessimista como declínio da cultura”; 4) como “processo contínuo ou como uma série de avanços e recuos alternados, de períodos orgânicos e críticos, de prosperidade e crise, de paz e guerra”; 5) do ponto de vista do resultado, o processo histórico pode ser concebido como “cego destino ou como evento criado pelo ser humano; como produto do povo como um todo ou imposto a uma massa relutante por uma minoria seleta de grandes homens, de gênios, ditadores ou loucos; como crescimento inconsciente ou movimento mecânico; com caos sem sentido ou revelação de uma grande ordem cósmica”; 6) a questão da atitude do historiador que se envolve com seu objeto de modo “dogmático ou crítico, com método racional ou místico; se considera seu trabalho com reflexo passivo do processo histórico objetivo na mente de um observador externo ou como produto colateral de sua ativa participação no próprio movimento histórico”; 7) a definição de

Interessante notar a observação de nosso autor que o impacto causado pela contrarrevolução totalitária, provocou mudanças entre adeptos de concepções distintas. Defensores da natureza imparcial do conhecimento científico passaram a aplicar o princípio crítico, ao mesmo tempo em que defensores de uma filosofia e ciência estritamente partidárias passaram a relativizar a inevitável divisão classista nos âmbitos da teoria e da cultura.

Em “Estrutura e prática do totalitarismo”, resenha de um livro de Franz L. Neumann (1900-1954)³¹ lançado naquele mesmo ano de 1942, Korsch se propôs examinar a contribuição daquele livro para a luta antitotalitária então em curso, questionando até que ponto a vitória do totalitarismo teria sido preparada pelas forças políticas atuantes no período anterior da sociedade capitalista, monopolista e imperialista.

“quais campos estarão incluídos na pesquisa histórica e quais serão privilegiados”; 8) as formas de representação da história, que podem ser como “um processo religioso, político, econômico ou cultural” e que pode ser uma história “da ciência e da técnica, do comportamento humano, das instituições sociais e das ideias”; 9) a história pode ainda ser considerada como um “processo cósmico no qual o desenvolvimento da sociedade humana no ‘tempo histórico’ e apenas um breve e, em certa medida, desprezível episódio [...] ou como um conflito nunca resolvido entre as forças produtivas da sociedade e as sucessivas formas de sua aplicação efetiva” (Korsch, 1982(II)m, p. 435-436). Essa sequência de posicionamentos culmina em uma posição relativista de encarar a história, segundo a qual toda história pertence a uma determinada sociedade e com ela muda de acordo com as transformações dessa mesma sociedade. Como resultado geral a ser alcançado por essa maneira de conceber a história, Korsch aponta uma nova forma de aplicação dos conhecimentos adquiridos pelos estudos históricos: a fusão da história teórica com sua aplicação prática a tarefas concretas a serem resolvidas por indivíduos nos marcos de uma dada sociedade.

³¹ Jurista e cientista político alemão que pertenceu ao SPD durante a República de Weimar e um dos integrantes da chamada “Escola de Frankfurt”. O livro resenhado por Korsch foi *Behemoth: The Structure and Practice of National Socialism* (Behemoth: Estrutura e prática do nacional socialismo) cuja tese central sustentava que a classe dominante no nazismo se dividiu em classes dominantes independentes (partido, exército, burocracia e indústria) em contínua luta e unidas somente pelo ódio ao movimento operário. Por tal motivo, o Estado nazista estava em dissolução, pois já não seria um Estado no sentido político voltado para a manutenção da ordem e da previsibilidade. Embora tenha granjeado muitas opiniões contrárias às teses nele contidas, como a de Korsch, suas ricas fontes de documentação empírica possibilitaram que esta obra obtivesse reconhecimento mundial.

Korsch principia por apresentar algumas observações metodológicas por sua conexão com concepções políticas. Embora divergindo da perspectiva política do autor – claramente social-democrata –, ele esclareceu não levantar objeções a esta parcialidade no trabalho científico, dado que, em uma conjuntura de conflito total entre forças opostas, pretender um distanciamento completo do pesquisador seria algo puramente formal. Na sequência criticou a mentalidade jurídica do autor, consistente em colocar o direito positivo acima das relações de poder – elevado que foi à condição de princípio – e derivar daí suas críticas.³²

Dentre os méritos do livro, nosso autor identificou o modo como Neumann demonstrou a interessante operação de substituição de uma fase da ideologia nazi por outra ideologia completamente diferente tão logo tenha cumprido sua função; a defesa do caráter totalmente capitalista da sociedade nazi, a qual, mesmo transitando da livre concorrência para os monopólios com crescente interferência estatal, manteve as características fundamentais de uma economia capitalista voltada para o lucro, a única diferença é que “em um sistema completamente monopolista já não é possível realizar os lucros e retê-los sem o poder totalitário” (Korsch, 1982(II)d, p. 444).

Dentre os aspectos problemáticos, o principal segundo Korsch por suas implicações práticas, foi a indisposição de Neumann em aplicar o conceito marxiano de Estado à forma de governo imediatamente anterior ao Estado Nazista, ou seja, à República de Weimar. Isto devido ao fato de que, derrotado o nacional-socialismo, a posição de Neumann seria a de restaurar a “autêntica democracia política da República de Weimar” com seu sistema de controles e equilíbrios aos objetivos do capitalismo monopolista (o partido social-democrata e os sindicatos), capaz, pela ideologia do próprio Neumann, de frear e controlar as “forças insaciáveis e selvagens” daquele mesmo

³² Uma posição mais abrangente da visão, e da crítica, de Korsch sobre o direito pode ser encontrada na resenha, publicada em 1930, de nosso autor ao livro de Pachukanis “Teoria Geral do Direito e marxismo” (Korsch, 1979p, p. 133-143).

capital monopolista. Contudo, Korsch e Neumann concordaram que a mera restauração da democracia política no pós-nazismo não seria suficiente em razão das condições que se alteraram. Ambos, porém, deixaram em aberto o que poderia cumprir esta posição de complementaridade ao regime da democracia representativa.

* * *

Conclui-se assim a análise do fenômeno contrarrevolucionário surgido pela via do fascismo. Mesmo sem estar isento de contradições, os escritos korschianos revelaram que seu autor procurou tratá-lo por distintos ângulos e perspectivas. Resta agora integralizar a pesquisa da contrarrevolução levada a cabo por Korsch com as outras vias de seu surgimento. Aquela que vincula o fascismo à degeneração teórica e prática do marxismo ortodoxo e a contrarrevolução democrática.

3.3 Marxismo ortodoxo

A outra vertente contrarrevolucionária que se abre para Korsch, consolida-se a partir do desenvolvimento da derrota proletária na Rússia. Ao mesmo tempo serve de confirmação da crise do marxismo – como teoria e como movimento – demonstrada pela inadequação da análise teórica apresentada pelos marxistas ortodoxos e pela incapacidade de realizar uma oposição prática eficaz à contrarrevolução fascista.

Naquele que pode ser considerado o primeiro escrito em que aparece a formulação teórica de uma contrarrevolução mundial, "*Zehn Jahre Klassenkämpfe in Sowjetrußland*" (Dez anos de luta de classes na Rússia soviética) publicado em outubro de 1927, Korsch modificou sua apreciação dos processos que até então ocorriam na Rússia. O que antes eram considerações esporádicas sobre polêmicas internas da III Internacional e do PCUS, foi secundarizado em favor de um exame estruturado teoricamente.

Após uma breve introdução sobre o método materialista de con-

sideração dos processos históricos, pelo qual a centralidade deve ser atribuída à luta de classes, e, em especial à luta da classe proletária, caracteriza os primeiros dez anos da revolução de 1917 como um “período de novas e renovadas lutas de classe”. Tais lutas foram definidas como sendo, em parte, entre o proletariado russo contra a burguesia internacional, e, em parte, no interior do próprio proletariado russo e internacional, entre diferentes correntes políticas e orientações que divergiam sobre os objetivos e rumos a tomar.

Da centralidade atribuída à luta de classes, Korsch deduziu que era necessário continuar a luta revolucionária da classe proletária não apenas em escala internacional, mas também no interior da Rússia, mesmo sob as novas condições da ditadura do proletariado. Ditadura essa que não eliminava as classes e as oposições de classes que continuavam e existiram na base econômica da sociedade, e que a luta direta dos trabalhadores não era passível de eliminação “por nenhum tipo de decreto, nova ‘teoria’, e que surge da evolução material da sociedade com primitiva violência contra todo tipo de repressão” (Korsch, 1979b, p. 130).

Assim, a luta direta dos trabalhadores surgiu em virtude de uma nova contradição objetiva surgida nesse contexto pós-revolução de 1917, sintetizada na fórmula “necessidades estatais contra necessidades da classe proletária”, origem de todos os conflitos daquele período, segundo nosso autor. A dificuldade para resolver tal contradição revolucionariamente, reside no fato de que, no contexto russo, a aplicação do esquema de levar a cabo uma “segunda batalha” – nos moldes de revoluções anteriores em que classes inicialmente coligadas contra o poder de Estado se enfrentavam posteriormente – estaria fadada ao fracasso, dado que, até aquele momento desde 1917, o proletariado sempre havia sido derrotado.

Contudo, a esta série de derrotas no período 1917-27, Korsch atribuiu um significado menor, pois, em sua visão daquele momento, o proletariado continuava ligado ao produto de sua revolução, o Estado de ditadura revolucionária, e também pelo fato de ser numericamente

débil e ter ficado isolado desde 1921, o que o impediria tanto de desmascarar o caráter antiproletário da ditadura stalinista quanto de se autoconstituir como classe revolucionária frente a tal Estado. Dessa forma, nosso autor considera esclarecido o resultado histórico desses dez anos:

Aqui também é onde se resolve o enigma [...] de saber como a gloriosa revolução proletária do outubro vermelho de 1917 pode ter consequências tão radicalmente diferentes de suas origens. Ao pensamento simples, abstrato e não-dialético, parece uma contradição insolúvel que louvemos a revolução proletária do outubro vermelho e, ao mesmo tempo, qualifiquemos seu resultado histórico, o Estado soviético atual, como um novo Estado capitalista de classe, que hoje, apenas dez anos depois de outubro, do ponto de vista do proletariado, se diferencia dos antigos estados capitalistas somente pela forma, mas não pelo conteúdo. [...] E se, apesar de tudo, neste período de dez anos, existe um momento determinado que parece ser um **ponto de inflexão** de uma evolução progressiva e ascendente para uma evolução regressiva e descendente da Revolução Russa de Outubro – seria o ponto de inflexão **do ano 1921** – [...] Na realidade, portanto, a contrarrevolução burguesa começa na nova Rússia em simultâneo com a revolução proletária (Korsch, 1979b, p. 134-135, destaques de KK).³³

Embora sugestiva e precisa em muitos pontos, a posição do Korsch de 1927 ainda se apresenta falha. Particularmente por atribuir a derrota proletária a causas externas, fruto de uma “cegueira ideológica”

³³ *Aquí es donde se resuelve también el enigma [...] de saber cómo la gloriosa revolución proletaria del octubre rojo del 1917 ha podido tener unas consecuencias tan radicalmente diferentes de sus orígenes. Al pensamiento simple, abstracto e adialéctico, le parece una contradicción insoluble el hecho de que alabemos la revolución proletaria del octubre rojo, mientras calificamos simultáneamente a su resultado histórico, al estado soviético actual, como nuevo estado capitalista de clases, que hoy, sólo diez años después de octubre, no se distingue de los antiguos estados capitalistas 0 desde el punto de vista del proletariado – más que por la forma, pero no por el contenido. [...] Y si en este periodo decenal hay, a pesar de todo, un momento determinado que parece constituir un **punto de inflexión** de una evolución progresiva e ascendente a una evolución recesiva y descendente de la revolución rusa de octubre – que sería el punto de inflexión **del año 1921** – [...] En realidad, por tanto, la contrarrevolución burguesa comienza en la nueva Rusia simultáneamente con la revolución proletaria.*

bolchevique que lhe impede de enxergar a nova classe social capitalista que se engendrava no próprio processo produtivo russo (Gestores). A mesma fragilidade se observa em algumas passagens do texto quando lutas entre grupos de dirigentes no interior do aparato do partido bolchevique são tomadas por lutas da classe não mediadas.

A força da presença do resquício bolchevique se fez patente na sua conclusão do texto, ao atribuir como tarefa mais urgente “a maturação de um partido autenticamente revolucionário da classe proletária” (Korsch, 1979b, p. 136), atribuindo um peso ao aspecto organizativo em contradição com a centralidade atribuída ao longo do mesmo texto à luta de classes.³⁴

Esta questão organizativa que encerra o trabalho supra, prossegue no texto “*Die zweite Partei*” (O segundo partido) de dezembro de 1927, embora este trabalho se destaque mais por ter sido o que marcou com mais nitidez o início da ruptura de Korsch com o leninismo, que até então apresentava somente pontos de diferença. Korsch se apercebeu que a teoria de Lênin era utilizada para fins contrarrevolucionários e entendeu ser o momento de colocar seriamente em questão sua adesão a essa teoria e à prática que dela derivava.

Realizando uma análise minuciosa da crise na URSS e de sua importância para o movimento revolucionário mundial, nosso autor considerou que a divisão do bolchevismo em oficial (stalinismo) e de oposição (trotskismo) – dando origem assim a duas novas correntes

³⁴ O processo de ruptura teórica de Korsch com o leninismo foi paulatino, tendo apresentado idas e vindas ao longo de anos. Exemplo disso, nesse contexto, foi seu posicionamento sobre a luta de Trotsky dentro do partido bolchevique. Escrevendo em agosto de 1927, Korsch se colocou ao seu lado contra Krupskaja, mulher de Lênin, afirmando que era Trotsky quem representava o ponto de vista marxista correto na questão das alianças provisórias entre as classes e da necessidade de uma luta ininterrupta do proletariado **contra** todas as demais classes. Ao mesmo tempo, explanou suas divergências com a atitude “equivoca” de Trotsky diante do leninismo, pois em seu entender, o marxismo de ambos, Lenin e Trotsky, não passava de uma ideologia, pois o movimento real do proletariado era apenas “uma força indispensável que eles querem utilizar como *meio* para os fins de um movimento histórico. [Que] se apresenta na história mundial como um movimento revolucionário que ainda não alcançou seu *conteúdo específico de revolução proletária*” (Korsch, 1982(I)k, p. 201, itálicos de KK).

políticas no interior do marxismo – estava consumada em dezembro de 1927. O surgimento de um segundo PC “nas circunstâncias impostas a partir de 1921, tanto em escala mundial como na própria Rússia, foi um acontecimento cientificamente previsível, um acontecimento histórico inevitável e necessário, previsto por todos os marxistas” (Korsch, 1979g, p. 139).

Dada a heterogeneidade dos três principais setores que faziam oposição pela esquerda à corrente de Stálin, Korsch procedeu a um exame programático de cada um deles, emitindo juízos escalonados sobre tais forças e grupos que os elaboraram,³⁵ mas principalmente concluindo que as demandas levantadas naquele momento – relativas à melhoria das condições imediatas de vida do proletariado na Rússia – possuíam em aparência um aspecto reformista, mas isto se devia a uma postura ideológica que considerava que classe proletária e Estado eram a mesma coisa. Logo, um “programa operário” tão tímido assumia para Korsch, naquele contexto, um primeiro passo para “a reorganização do proletariado russo como classe e, junto a isso, como partido político, enfrentando inclusive o ‘Estado operário revolucionário’ fundado com a Revolução de Outubro” e recordava que desde 1920 os bolcheviques reagiram com “extrema dureza” a qualquer tentativa de defesa autônoma dos interesses imediatos dos trabalhadores. Assim, se distingue materialidade de ideologia.

Pelo simples fato de se constituírem em demandas concretas e imediatas da classe proletária, essas demandas da “oposição operária”, tão modestas e moderadas na sua forma externa, possuem um teor muito mais revolucionário que toda

³⁵ Esta escala variou desde o descarte puro e simples do grupo Zinoviev-Kamenev por serem “vacilantes, capituladores e desertores [...] pessoas particulares que saíram do cenário histórico e que, com os traços confusos de suas personalidades, duvidosas a tempos, são desde agora incapazes de definir o perfil de uma luta de classes russa e internacional” (p. 138), a dúvidas quanto aos demais, embora por motivos diferentes. Do grupo de Trotsky a dúvida era sobre sua vontade política de efetivamente enfrentar tão árdua e perigosa tarefa. Do grupo de Saprónov, ao qual não faltava essa mesma determinação, a dúvida era se tal grupo possuía forças suficientes para fazê-lo (p. 153).

a fraseologia do chamado comunismo e do leninismo verdadeiro ou ortodoxo (Korsch, 1979g, p. 146)³⁶

Dessa perspectiva nosso autor se posicionou sobre o leninismo e sobre as duas vertentes que o reivindicavam. Segundo Korsch, um leninismo autêntico na Rússia de 1927 teria que romper com a ideologia de que existia ali naquele momento “ditadura revolucionária do proletariado” e “construção do socialismo” – ideologia partilhada por stalinistas e trotskistas, os primeiros de forma “totalmente dogmática” e os segundos com “algumas correções críticas” – pois, o leninismo do passado (até 1917), que ele reivindicou para si, se posicionou firme e decididamente em favor de

1) a *previsão teórica* de que, como tarefa concreta a ser realizada na Rússia, estava imediata e unicamente na ordem do dia a revolução burguesa; 2) o *princípio tático* de que, nesta materialidade dada, a tarefa do proletariado russo e seu partido revolucionário consistiria precisamente realizar esta revolução burguesa. Como pode ser compatível com esta teoria de Lênin a tese ideológica sobre o caráter proletário da Revolução de Outubro, tal como a sustentam os stalinistas e, basicamente, também os mesmos “leninistas” da oposição até o momento? Aqui encontramos dois caminhos que, a nosso ver, conduzirão a um mesmo resultado altamente questionável para o “leninismo” (Korsch, 1979g, p. 148, itálicos de KK).³⁷

Com tal fundamento, Korsch criticou tanto a falsificação stalinista, segundo a qual a revolução burguesa tinha durado nove meses – entre

³⁶ *Por el mero hecho de constituirse como exigencias reales e inmediatas de la clase proletaria, estas exigencias de la “oposición obrera”, tan modestas y moderadas en su forma externa, poseen un contenido mucho más revolucionario que toda la fraseología del llamado comunismo y leninismo verdadero u ortodoxo.*

³⁷ 1) a *predicción teórica* de que, como tarea concreta que había que realizar en Rusia, estaba imediata y únicamente na orden del día la revolución burguesa; 2) el *principio* tático de que, en esas circunstancias materiales dadas, la tarea del proletariado ruso y de su partido revolucionario consistía precisamente en llevar a cabo esta revolución burguesa. *¿Cómo puede hacerse compatible con esta teoría de Lenin la tesis ideológica sobre el carácter proletario de la revolución de octubre, tal como la sostienen los stalinistas y básicamente también los mismos “leninistas” de la oposición hasta el momento actual? Encontramos aquí dos caminos que, sin embargo, en nuestra opinión, conducirán igualmente a un resultado sumamente discutible para el “leninismo”.*

fevereiro e outubro de 1917 –, quanto os esforços “inúteis e reacionários” do trotskismo em “restaurar a doutrina pura de Lenin” autodenominando-se “leninistas ortodoxos”.

Afirmou que a tática leninista, de levar a revolução burguesa até o final, deveria ser entendida como um meio para a revolução social do proletariado, mas, por razões objetivas, essa tática se transformou em “fim em si mesmo” e produziu uma “ideologia estatal burguesa e antiproletária” que servia para submeter o proletariado tanto “em suas lutas conscientes por aqueles objetivos de classe não satisfeitos pela revolução burguesa, quanto em sua luta por seus interesses vitais mais imediatos” (Korsch, 1979g, p. 151).

A partir de seu historicismo radical, Korsch censurou Trotsky nos seguintes termos:

Como marxista dialético, Trotsky teria de entender o fato de que a *verdade concreta* da teoria e da tática leninianas para a primeira fase ascendente da Revolução Russa ter atualmente se convertido, nas condições históricas já modificadas da fase descendente, na *falsidade concreta* do leninismo moderno, foi um fenômeno necessário. A tarefa que neste momento histórico o proletariado russo tem diante de si – ocupado justamente em se desprender, com enorme esforço, daquelas gloriosas tradições de seu passado, hoje convertidas em cadeias – não pode consistir em opor às “páginas ruins” (ruins para o proletariado revolucionário) que a teoria e a prática do leninismo hoje sublinham em sua atividade russa e internacional, essas outras “páginas boas” do leninismo, que hoje em dia já pertencem a um passado histórico (Korsch, 1979g, p. 152, itálicos de KK).³⁸

³⁸ Como marxista dialéctico, Trotsky tendría que comprender que el hecho de que la **verdad concreta** de la teoría y táctica leninianas para la primera fase ascendente de la revolución rusa se haya convertido actualmente, en las condiciones históricas ya distintas da la fase descendente, en la **falsedad concreta** del leninismo moderno era un fenómeno necesario. La tarea que en este momento histórico tiene ante sí el proletariado ruso, ocupado precisamente en desprenderse con enorme esfuerzo de aquellas gloriosas tradiciones de su pasado, convertidas hoy en cadenas, no puede consistir pues en oponer a aquellas “malas páginas” (malas para el proletariado revolucionario) que la teoría y praxis del leninismo subrayan hoy en su actividad ruso-soviética e

Esta clareza histórica e teórico-metodológica de nosso autor não se manteve quando ele apresentou as ações a realizar diante das ameaças da contrarrevolução para impedir o “segundo partido”. Com certo grau de generalidade e obscuridade, limitou-se a: 1) mencionar a necessidade de opor um “programa marxista total da luta de classes proletária e revolucionária” contra “a nova ordem da burguesia soviética”; 2) ressaltar a importância da luta na clandestinidade; 3) chamar a solidariedade ativa com os revolucionários russos na prisão, tarefa que, segundo Korsch, independia da criação de uma nova internacional, cujas condições para sua fundação não estavam dadas em seu entender; 4) apelar para se incorporar às lutas “atuais e reais” da classe, às quais ele visualizava estarem começando com “força renovada”.

Como contraponto a tais diretivas genéricas, duas questões de fundo foram identificadas ao final do texto. Primeira, a necessidade de partidos comunistas e de uma Internacional Comunista autônomos para desenvolver uma luta “bifronte” contra capitalistas e reformistas de todos os matizes, e, segunda, o critério para uma reorganização do proletariado mundial seriam as lutas sociais e não qualquer discussão teórica sobre a “questão russa”.

Paralelamente ao acompanhamento da evolução prática da Rússia em sentido contrarrevolucionário, era preciso verificar em que medida a teoria marxista da revolução contribuía para isso. Foi no sentido de enfrentar a tal questão o trabalho “*Von der Bürgerlichen Arbeiterpolitik zum proletarischen Klassenkampf*” (Da política operária burguesa à luta de classes proletária), aparecido em janeiro de 1930, por ocasião do octogésimo aniversário de Eduard Bernstein.³⁹

internacional, esas otras “buenas páginas” del leninismo, que hoy día pertenecen ya a una historia pasada.

³⁹ Este trabalho de Korsch foi republicado dois anos mais tarde em versão mais resumida sob o título “*Ausgang der Marx-Orthodoxie*” (Saída da ortodoxia marxiana), e forma uma unidade com o artigo já analisado no capítulo anterior publicado em 1932 na revista *Der Gegner* (O Adversário) e posteriormente republicado nos EUA em dezembro de 1937 intitulado “*The Passing of Marxian Orthodoxy*” (O fim da ortodoxia marxista). A diferença se situa no que se pretende demonstrar: enquanto no capítulo

Ao rememorar o “debate Bernstein” ocorrido no interior da II Internacional no começo do século XX, para sustentar que a teoria expressa a prática do mesmo modo que a ideologia a oculta e ocupa o lugar da teoria, Korsch demonstrou a operação ideológica que teve curso não apenas na social-democracia como também no bolchevismo. Para tanto dois passos foram necessários, primeiramente circunscrever a crítica no âmbito da teoria ao invés de criticar a prática; segundo, realizável por duas vias, separar as ações cotidianas do objetivo final revolucionário (Rosa) ou pretender substituir a ação coletiva por vanguardas dirigentes e criar uma cisão **artificial** entre dois tipos de luta de classe, uma no interior da institucionalidade capitalista e outra “revolucionária” (Lênin).

No entanto, na realidade, por trás da distinção leninista entre luta de classe em sentido comum e luta de classe “social-democrata” existe algo mais. Considerando acima de tudo a luta econômica ou sindical dos trabalhadores como *mera política operária burguesa* – na medida em que não é dirigida por um partido social-democrata ou, segundo a última versão, comunista – Lênin desloca a marca do caráter revolucionário do movimento operário de seu *ser real* para a *consciência* ligada a ele que (presume-se!) orienta o movimento, exatamente como vimos acima sobre a contraposição entre movimento e objetivo final tão caro a Rosa Luxemburg, Kautsky e outros marxistas “ortodoxos” pseudorrevolucionários da época (Korsch, 1982(II)a, p. 461-462, itálicos de KK).⁴⁰

anterior o objetivo era demonstrar como Korsch abordou a ortodoxia marxista como forma heterônoma, negadora e bloqueadora da autonomia proletária, aqui o objetivo se volta para demonstrar como a teoria pode se converter em ideologia e, portanto, em pensamento contrarrevolucionário e instrumento de dominação, legitimador da exploração.

⁴⁰ *Sin embargo, en realidad detrás de la distinción leninista entre lucha de clase en sentido corriente e lucha de clase “social-democrata” hay algo más. Considerando sobre todo la lucha obrera económica o sindical una mera política obrera burguesa, en la medida en que no es dirigida por un partido revolucionario socialdemócrata o bien (según la última versión) comunista, Lenin desplaza o signo del carácter revolucionario del movimiento obrero de su ser real a la conciencia ligada a él y que (¡se presume!) guía al movimiento precisamente como hemos visto más arriba a propósito de la contraposición de movimiento y objetivo final que tanto gustaba a Rosa Luxemburg, así como a Kautsky y demás “marxistas ortodoxos” pseudorrevolucionarios de la época.*

Isto significa que é contrarrevolucionária uma teoria que promove o sufocamento da autonomia proletária, que se manifesta no plano do concreto, pois, ao assim operar, leva a um conteúdo burguês. Diante disso, prescreve Korsch, a classe proletária, se quiser se levantar de sua “última grande derrota histórica”, deve se desvincular de formas ideológicas cristalizadas e derrotadas, posto que o resultado final do “debate Bernstein” terminou com “a vitória total do realismo crítico de Bernstein sobre a tendência ideológica dogmática de seus adversários na ortodoxia marxiana, de Kautsky a Bebel, de Rosa Luxemburg a Lênin” (p. 462).

Diante dos rumos da URSS, e de sua repercussão e influência sobre o conjunto do proletariado mundial, alguns dos problemas teóricos do marxismo começaram a se destacar aos olhos de Korsch. Em especial a teoria do “Estado de transição” e a defesa de sua centralização excessiva – além de burocrática, se incluirmos a configuração resultante da aplicação prática dessa teoria pelo modelo russo. Ademais, pareceu a nosso autor que a teoria da revolução em Marx não escapava das condicionantes históricas nas quais se desenvolveu, logo apresentava claras marcas burguesas, seja de jacobinismo (Estado centralizado como instrumento da revolução), seja de blanquismo (conquista do poder de Estado via insurreição de uma elite de revolucionários).⁴¹ E mais, Korsch foi

⁴¹ Para compreensão histórica dos jacobinos e do conceito de jacobinismo consultar: Vovelle (2000). A crítica marxista do jacobinismo leniniano foi bem sintetizada no artigo “Teses sobre o bolchevismo” redigido em 1934 por Helmut Wagner, o qual deu forma escrita à elaboração coletiva do Grupo dos Comunistas Internacionais da Holanda. As “Teses” apontam a identificação entre bolchevismo e jacobinismo nos seguintes termos: “O princípio de base da política bolchevique (conquista e exercício do poder pela organização) é jacobino; a grandiosa perspectiva política bolchevique é jacobina; a sua realização prática no decurso da luta pelo poder da organização bolchevique é jacobina; a mobilização de todos os meios e de todas as forças da sociedade capazes de derrubar o absolutismo, bem como o emprego de todo e qualquer método susceptível de levar a cabo esse projecto, as manobras e os compromissos do partido bolchevique com qualquer força social que pudesse ser utilizada, mesmo por um curto espaço de tempo e no sector menos importante... eis o espírito jacobino. Enfim, a própria concepção essencial da organização bolchevique é jacobina: a criação de uma organização rígida de revolucionários profissionais que se tornará o instrumento obediente de uma direção onipotente” (Wagner, 1978, p. 34). Quanto ao blanquismo, foi assim definido em 1920 por Pannekoek: “Vinculava-se a Blanqui, o intrépido conspirador revolucionário, o segmento do proletariado que entendia como necessá-

perquirir a mais profunda das influências burguesas sobre Marx: Hegel.⁴²

ria a conquista do poder político por uma minoria decidida, que, conduzindo a massa mediante sua experiência e atividade, poderia manter o poder através de uma estrita centralização” (Pannekoek, 2016). A obra de Lênin “Um passo em frente, dois passos atrás” de 1904, se constitui em referência exemplar para a verificação dos fundamentos blanquianos da social-democracia (Lênin, 1978).

⁴² Nos referimos a dois trabalhos elaborados no ano de 1931. Pelo primeiro texto, *Der Empirismus in der Hegelschen Philosophie* (O Empirismo na filosofia hegeliana), conferência proferida em outubro, somos informados, positiva e negativamente, sobre importantes elementos da relação da filosofia hegeliana com o princípio da pesquisa empírica, colocados em relevo por Korsch, dos quais destacamos: 1) o conceito de “sociedade civil” de Hegel é empírico; 2) a crítica das ciências naturais à dialética hegeliana é procedente, na medida em que não é uma ciência materialista da natureza e da sociedade; 3) Conforme afirmado por Marx em 1873 no epílogo à primeira edição de “O Capital” a dialética marxiana não difere da dialética hegeliana apenas em suas bases fundamentais, mas é seu oposto direto (*nicht nur der Grundlage nach verschieden, sondern ihr direktes Gegenteil*, apud Korsch, 1996a, p. 478); 4) de forma determinada, e não determinante, Hegel reconhece o caráter próprio e autônomo das ciências particulares, bem como, se revela um epistemólogo empírico profundamente cauteloso. Porém isto não altera a tendência majoritária de seu sistema enquanto ciência filosófica global, subsistindo assim uma fratura de fato que faz com que tal sistema seja mais uma filosofia do espírito do que da realidade particular; 5) Para além de um empirismo sensível, Hegel compreende e representa realmente o movimento **também em pensamentos** (destaque de KK) sob a forma de múltiplas determinações (devir, movimento, transformação, desenvolvimento); 6) o princípio dialético de “oposição” de Hegel, foi mantido pela ciência histórica e social de Marx/Engels sem modificações. O que foi modificado foi o conteúdo das oposições; 7) a dialética hegeliana é meramente um tipo superior de experiência, mas que não se autonomizou de suas mediações na forma do pensamento. Por este limite, ela não chega a ser uma síntese de representação e desenvolvimento conceitual científico que se possa exprimir, por conceitos e palavras precisas, o que se faz; 8) Hegel alargou enormemente o conceito de experiência, seja colocando lado a lado mundo natural e mundo subjetivo (espiritual, no dizer da época), seja por ser orientado para entender a experiência como ação, práxis humano-social. Tal alargamento contribuiu para se reavaliar o sujeito da ciência, negando primazia ao indivíduo particular (Korsch, 1996a; 1979d). Pelo segundo texto, *Thesen über “Hegel und die Revolution”* (Teses sobre “Hegel e a Revolução”) escritas em novembro, nosso autor separa o revolucionário do contrarrevolucionário em Hegel, que sintetizamos nos seguintes pontos: 1) A compreensão da filosofia e do método dialético hegelianos somente pode ocorrer se conectada com a revolução, a qual surge do movimento revolucionário da época de Hegel, que assumiu a tarefa de captá-lo conceitualmente. Por isso, não se pode criticá-los desvinculadamente do caráter histórico daquele movimento; 2) Pelo fato de separar dado imediato de pensamento, pelos princípios da oposição, negação, da mudança contínua e do desenvolvimento do salto qualitativo, o pensamento dialético é, também formalmente, um pensamento revolucionário; 3) a filosofia hegeliana é uma filosofia parcial da revolução burguesa (séculos XVII e XVIII), expressa somente sua conclusão final, portanto é uma filosofia da restauração e não da revolução. Esta caracterização repercute de duas formas

Ao mesmo tempo em que defendia a filosofia hegeliana de objeções vindas da ciência moderna, com esclarecedoras sínteses de seu método – cuja parte teórica se inicia com o conceito e a parte real com a experiência concreta – e distinções fundamentais (Korsch, 1979d), o Hegel revolucionário era esquadrihado e apareciam as consequências políticas do vínculo que o unia a Marx/Engels e Lênin como agentes de uma simples, e, portanto, inadequada, operação de transferência histórica e teórica do método de uma revolução (burguesa) a outra (proletária):

O “resgate” realizado por Marx-Engels, e repetido por Lênin, da dialética consciente da filosofia idealista alemã por meio da concepção materialista da natureza e da história, e da teoria burguesa da revolução por meio da teoria proletária da revolução, tem – histórica e teoricamente – somente o caráter de uma transição. O que na realidade se criou com isso, é uma teoria da revolução proletária que não se desenvolveu sobre seus próprios fundamentos, mas, pelo contrário, tal e qual emergiu da revolução burguesa. Desse modo, uma teoria que, em todas as suas relações, no conteúdo e no método, carrega as marcas originais do jacobinismo, a teoria burguesa da revolução (Korsch, 1996b, p. 500; 1979k, p. 145).⁴³

sobre a dialética hegeliana: a) em que pese fluidizar as cristalizações encontradas, resulta em uma nova cristalização com a absolutização do próprio método e do conteúdo dogmático do sistema filosófico construído sobre ele, e b) Hegel, ao realizar uma síntese tendente à circularidade – restaurando conceitualmente a realidade dada imediatamente e conciliando com essa realidade transfigurada do existente – retira artificialmente a “ponta” revolucionária contida na formulação de seu método dialético (Korsch, 1996b; 1979k). Para além destes aspectos contrarrevolucionários em Hegel, sua justificativa da desigualdade material serviu de fundamento para autores fascistas criticarem processos de transformação social (Matias, 2014, p. 190).

⁴³ *Die von Marx-Engels vollbrachte, von Lenin erneuerte „Hinüberrettung“ der bewussten Dialektik aus der deutschen idealistischen Philosophie in die materialistische Auffassung der Natur und Geschichte, aus der bürgerlichen in die proletarische Revolutionstheorie hat – geschichtlich und theoretisch – nur den Charakter eines Überganges. Was damit geschaffen ist, ist eine Theorie der proletarischen Revolution, nicht wie sie sich auf ihrer eigenen Grundlage entwickelt hat, sondern umgekehrt, wie sie eben aus der bürgerlichen Revolution hervorgeht, die also in jeder Beziehung, im Inhalt und in der Methode, noch behaftet ist mit den Muttermalen des Jakobinismus, der bürgerlichen Revolutionstheorie.*

Estas posições foram se desenvolvendo por meio de debates e polêmicas em diferentes círculos alemães e suíços, de modo ininterrupto, de 1929 até a ascensão do nazismo em 1933. O ensaio de 1931, intitulado "*Krise des Marxismus*" (Crise do marxismo), parece condensar as concepções a que havia chegado nesse aspecto teórico, adentrando suas reflexões, desde então, em um novo patamar.

Preliminarmente coube a nosso autor delimitar e afastar mal-entendidos, sempre passíveis de desembocarem em construções ideológicas. Assim, a crise em seu entendimento era interna e externa ao marxismo, pois, se internamente os marxistas reformularam sua práxis frente a seu próprio Estado e ao Estado capitalista em geral, externamente o marxismo havia perdido sua posição hegemônica como referência teórica do movimento operário europeu. E não se tratava de uma degeneração provocada pelos epígonos de Marx, que muitos marxistas superficiais consideravam ser suficiente combatê-la restaurando a "doutrina pura" dos mestres, mas de problemas na própria teoria dos mestres, e que o simples fato de separar, doutrinária e ideologicamente, tal "pureza doutrinária" do movimento histórico real já testemunhava a dimensão da crise.

Tal como abordado nas teses sobre Hegel, mas agora de modo mais desenvolvido, a origem histórica da crise do marxismo foi localizada na primeira metade do sec. XIX, momento em que o movimento operário europeu assimilou elementos teóricos engendrados sob condições históricas distintas daquelas do sec. XX. As primeiras caracterizadas por ainda não terem atingido um desenvolvimento capitalista pleno. Em consequência disso, Korsch atribuiu a separação entre teoria e prática presente desde o começo do marxismo, isto é, ao invés de ser "expressão das lutas de classes existentes" desde o princípio foi "síntese de lutas de classes de um período anterior", desconectadas das lutas correntes. Ao longo do tempo tal separação apenas se acentuou e atingiu a todas as suas vertentes: "revisionistas", "ortodoxos" e "restauradores" da doutrina pura do marxismo original (Korsch, 1973e, p. 135).

O esquema explicativo korschiano está baseado sobre os ciclos históricos do desenvolvimento capitalista e no modo como cada um repercutiu sobre o movimento revolucionário do proletariado.

Até 1850, sob uma base – geográfica, técnica e organizativa – restrita, o capitalismo percorreu todas as fases até possibilitar que a vanguarda do movimento proletário colocasse na ordem do dia a sua revolução social, em razão do grau relativamente elevado de suas lutas. Nessa fase, o aporte de Marx e Engels se caracterizou por apresentar uma dupla crítica, tanto de todos os fenômenos da sociedade capitalista existente, quanto do movimento prático do proletariado e das teorias socialistas daquele período.

Após 1850, a base se amplia dando início a um novo ciclo de expansão capitalista que, segundo Korsch, impedia que o proletariado se vinculasse direta e imediatamente com a forma revolucionária original da teoria de Marx, surgida na fase anterior. A conjuntura de crise e depressão em 1870, possibilitou que apenas no plano do formal se desse este vínculo entre teoria e movimento prático.

A mudança de caráter da teoria e da economia marxistas se processou com a primeira – concepção materialista da história – deixando de ser uma componente da “**ação subjetiva** da classe revolucionária” para ser uma teoria “abstrata e contemplativa do **processo objetivo** do desenvolvimento social, determinado por leis externas”. Por seu turno, por iniciativa do próprio Marx e mais ainda de Engels, a economia marxista deixou de ser “a crítica radical da economia política burguesa” para se tornar “uma tentativa de derivação teórica de todos os fenômenos econômicos existentes na sociedade burguesa a partir do conceito axiomático de ‘valor’, para chegar finalmente à formação de um **sistema científico**” (Korsch, 1973e, p. 137-138, destaques de KK).

Antes de adentrar na parte prescritiva de sua análise, Korsch concluiu seu esboço das causas e condições históricas da crise do marxismo, afirmando que, depois da morte de Marx e Engels, houve um estancamento do desenvolvimento vivo da teoria – admitido até pelos

marxistas mais revolucionários como Rosa Luxemburg – e reconheceu que as três tentativas que acontecerem desde então para promover um desenvolvimento vital da teoria da luta de classes proletária partiram de tendências que faziam oposição ao marxismo ortodoxo: o reformismo sindical, o sindicalismo revolucionário e o bolchevismo leninista. “Em que pese suas marcadas divergências, estas correntes possuíam uma tendência comum: todas aspiravam, de um jeito ou de outro, converter a própria ação subjetiva da classe proletária no objeto principal da teoria socialista, ao invés de fazê-lo com as leis objetivas do desenvolvimento capitalista” (Korsch, 1973e, p. 139).

Diante de tal diagnóstico, as perspectivas de superação da crise foram vistas do ponto de vista do critério korschiano de validade de uma teoria, ou seja, servir de expressão a necessidades práticas da luta proletária. Nesse sentido, o “marxismo ortodoxo”, à moda de Kautsky, foi considerado a forma mais nociva, logo totalmente descartada. Diferentemente das outras duas formas, o “socialismo de Estado reformista” (social-democracia) e o “anti-imperialismo comunista” (bolchevismo), às quais nosso autor deixou possibilidades abertas, mesmo que parciais e provisórias, restritas às regiões mais atrasadas do capitalismo mundial que ainda não alcançaram um desenvolvimento independente. Nelas, o proletariado poderia assumir o bolchevismo como ideologia correspondente às suas próprias lutas contra a dominação imperialista.⁴⁴

Ao final, pela síntese korschiana, o marxismo, nascido sob a marca das lutas revolucionárias, assim se conservou e depois se transformou na ideologia revolucionária de um movimento proletário que já não o era mais, se tornou “um acontecimento do passado”. Contudo, a superação histórica do marxismo será a sua continuação histórica, e no futuro

⁴⁴ Apesar de mencionado neste escrito, por não pertencer à tradição marxista, o sindicalismo revolucionário deixou de ser analisado como possibilidade em perspectiva por Korsch. Porém, neste mesmo ano de 1931, mereceu tratamento específico quando nosso autor se debruçou sobre a Revolução Espanhola, conforme discutido no capítulo anterior deste trabalho.

das lutas de classe proletárias “a teoria revolucionária com que Marx e Engels expuseram a primeira grande síntese das ideias proletárias no primeiro período do desenvolvimento da luta de classes, seguirá sendo a **forma clássica da nova consciência revolucionária da luta de classe do proletariado pela sua própria emancipação**” (Korsch, 1973e, p. 142, destaques de KK).

Desse modo, desde o começo dos anos 1930, ficou assentada a posição de nosso autor quanto ao conteúdo que a teoria marxista, transformada em ideologia, poderia assumir. Esta posição ajuda a compreender sua concepção quando ele retornou ao tema em 1948 com o trabalho “*Marx Stellung in der europäischen Revolution von 1848*” (A posição de Marx na Revolução Europeia de 1848), e em 1950, quando escreveu o roteiro para conferências que proferiu pela Europa intitulado “*Zehn Thesen über Marxismus heute*” (Dez teses sobre marxismo hoje) publicado após a sua morte.

Em “Marx na Revolução de 1848”, o conteúdo que estava resumidamente enunciado topicamente, como proposições sob a forma de teses no texto de 1931 “Teses sobre ‘Hegel e a Revolução’”, foi pormenorizadamente desenvolvido.

Começando por demonstrar os efeitos da restauração sobre a Alemanha e continente europeu em geral – romantismo político, exaltação de instituições medievais, irracionalismo de princípio, Teoria Orgânica do Estado, dentre outras, além da repressão às ideias e movimentos inspirados na Revolução Francesa – para colocar a questão de quais foram as forças que estiveram na origem da renovação dos princípios democráticos a partir de 1830, quais obstáculos a vencer, e quais distorções específicas resultaram para o progresso democrático tais condicionamentos. Desse modo, Korsch considerou possível compreender a fragilidade e a incompletude da democracia na Alemanha até o início do século XX, e mais, afirmou não ser “um fenômeno especificamente alemão, mas a forma particular de uma evolução comum a toda a Europa”. Daí que o próprio Marx, prossegue Korsch, diante da pequenez dos objetivos da revo-

lução de 1848 na Alemanha, da qual participou, quando comparada com a Revolução Inglesa de 1648 e a Revolução Francesa de 1789 – mesmo tendo se tornado anos mais tarde um “crítico implacável desta submissão ideológica dos revolucionários do século XIX às tradições gloriosas do passado” – também se mostrou influenciado pelas mesmas ideias tradicionais. Ao invés de defender um programa de revolução social ou socialista que transcendesse os objetivos da burguesia, Marx, pelo contrário, “fez questão de, sempre que a ocasião se proporcionava, incitar esta revolução burguesa a tomar por modelo a Revolução francesa, em particular a sua fase jacobina de 1793-1794” (Korsch, 2010b).

Korsch também identificou no âmbito das palavras de ordem sustentadas por Marx, percebendo uma revolução que recuava temerosa frente a seus próprios objetivos “diante de seus olhos”, que elas se mantiveram nos marcos de uma grande revolução democrática: república una e indivisível, armamento do povo, ditadura revolucionária e “Terror”, foram consideradas audaciosas consignas de luta de uma época passada (1789), que já não despertavam o menor interesse em boa parte da pequena e grande burguesias em função do aburguesamento gradual da sociedade europeia, ocorrido neste intervalo de sessenta anos (1789-1848). E sequer podiam ser divulgadas publicamente, mesmo de forma suavizada.

Assim, Marx se viu forçado a girar para posições jacobinas mais moderadas e a deslocar a ação do tempo presente para o tempo futuro. E mesmo reconhecendo ser uma tática escolhida provisoriamente por Marx, Korsch enxergou nesta tática um fragmento “da contradição fundamental que caracteriza toda a posição de Marx na Revolução de 1848”, que ele, Korsch, sintetizou como sendo a negativa de Marx em contrapor a revolução democrática do presente por uma utopia socialista do futuro, por isso tentava levar ao mais alto nível a revolução burguesa. Porém sem perceber que esse mesmo “alto nível” era estranho aos acontecimentos que presenciava, logo era apenas **histórico**, o que, na análise da conjuntura daquele momento se tornava abstrato e **a-histórico**. “Nas condições históricas mudadas do século XIX, Marx

continuava a fazer da *guerra revolucionária* a panaceia que permitiria à revolução pan-europeia resolver todas as suas dificuldades internas e externas, como fora o caso na Revolução Francesa” (Korsch, 2010b).

Korsch questiona o que teria levado Marx a renunciar em defender os interesses específicos do proletariado em 1848, quando ele mesmo tinha sido o autor das “bases teóricas do movimento operário socialista” semanas antes da Revolução de Fevereiro e março daquele ano. Mais que isso, Korsch aponta a negligência de Marx e Engels com aspectos organizativos e teóricos para com o proletariado, de modo a que este pudesse se separar da burguesia tão logo as classes reacionárias fossem derrotadas. Voltando a aplicar o seu esquema revolução/contrarrevolução de análise da contradição política, Korsch rechaçou a concepção – quase consensual, abrangendo burgueses, marxistas e Proudhon – segundo a qual ações contrarrevolucionárias podem ser consideradas como continuação de processos revolucionários. O perigo contido em tal concepção, nos alertou Korsch, ilustrando como exemplo concreto as divergências entre Marx e Lassalle anos mais tarde, reside em deixar em aberto a possibilidade de que o proletariado colabore com o poder contrarrevolucionário, a fim de extrair dele concessões, e, desse modo, sacrifique sua autonomia por meio de pactos sociais.⁴⁵ E assim concluiu:

afigura-se-nos imperioso, sobretudo após as últimas experiências, romper com esta concepção ambígua das relações entre a revolução e a contrarrevolução que, em última análise, acaba por eclipsá-las, e traçar a linha de demarcação entre a primeira e a segunda, inspirando-se na maneira como a definição de “socialismo reacionário” dada no *Manifesto Comunista* de 1848 excluía do conceito de revolução os que “reprovam à burguesia não tanto o ter feito surgir um proletariado em geral, mas o ter feito surgir um proletariado revolucionário” (Korsch, 2010b).

⁴⁵ Korsch aqui se acautelou mostrando que os próprios Marx e Engels expuseram qual atitude tomar diante da hipótese de um poder contrarrevolucionário implementar concessões ao proletariado. Reconhecer seu caráter objetivamente progressista, mas sem desconsiderar que eram concessões implementadas no contexto da luta contra outra classe dominante.

Este substrato nos permite entender o seu texto de 1950, “Dez teses sobre marxismo hoje” (Korsch, 1982(II)b, p. 493-495). Não como negação do marxismo, formulação definitiva resultante da conclusão de um percurso intelectual e político-militante, tampouco caberia tentar suavizar sua radicalidade afirmando que o movimento operário europeu, no contexto em que foram escritas, estava debilitado e dominado por formulações burocráticas. Melhor seria entendê-lo como um recomeço radical. Enriquecedor esboço de desenvolvimento teórico do marxismo sem os elementos capitalistas que o acompanharam desde o próprio Marx. Um esforço inicial por uma teoria integralmente proletária que não dispensa nem uma drasticidade de forma, nem uma carga de problematidade no conteúdo.

Não se trata aqui de realizar um balanço da trajetória crítica e autocrítica do marxismo korschiano a partir da generalidade que as “Dez teses...” invocam. Para os objetivos desse trabalho, e especificamente neste tópico, interessa analisá-las para identificar e separar quais pontos Korsch considerou revolucionários e contrarrevolucionários no marxismo, adotando como critério a revolução proletária e comunista.

Nesse sentido, as duas primeiras teses subtraem qualquer vestígio de revolucionaridade nas correntes políticas continuadoras históricas da II (social-democracia), III (bolchevismo oficial = stalinismo), e pró-IV (bolchevismo de oposição = trotskismo) Internacionais, em qualquer de suas variantes.⁴⁶ Diante de tais correntes políticas não deve haver ilusões sobre de que lado se situam na polaridade revolução/contrarrevolução.

⁴⁶ Para evitar confusões, dois esclarecimentos. 1) Korsch era consciente que os grupos políticos com os quais tinha afinidade desde 1928, denominados Comunistas de Conselhos, haviam, desde a primeira metade da década de 1930, perdido qualquer influência no movimento operário, esmagados que foram pelo nazismo, pelo stalinismo e pela democracia. Por este critério prático, trata-se de uma corrente política extinta. Tal constatação independe do fato de se conservarem indivíduos, organizações, atualidade de postulados e vigor teórico. 2) Korsch conhecia a tentativa feita pelo KAPD no começo dos anos 1920 de criação de uma IV Internacional “Comunista Operária” que não se confunde com o chamado feito por Trotsky em 1938 por uma IV Internacional. Embora não exista relação entre ambas as tentativas, nosso autor, ao tempo de cada uma, foi contrário a ambas.

Pela terceira, quarta e quinta teses, Korsch nos indica que o marxismo não está subordinado aos marxistas para servir ao proletariado e a um futuro novo movimento revolucionário dos explorados, inclusive em razão de que a experiência vivida de sua prática não foi de todo perdida na memória histórica da classe em nível internacional. Ademais, a elaboração teórica futura, expressão de um movimento classista integralmente anticapitalista – e não apenas de uma de suas frações –, não deve se furtar em acolher qualquer contributo advindo de todo o legado produzido pelas lutas passadas, incluídas em tais lutas os pensamentos produzidos sobre elas, sem fidelidades ideológicas ou particularismos de tradição política.

Da sexta até a nona teses, é possível depreender: a) nenhuma transformação restrita ao âmbito do político possui a condição de revolucionar a sociedade em sentido comunista, conseqüentemente o Estado é inutilizável para os fins de uma revolução proletária. Tanto no sentido **estratégico** de coordenação e aplicação com eficácia das ações, recursos, operações e movimentos das forças militares, políticas, econômicas e subjetivas implicadas na condução da luta de classes, quanto em sentido **tático** de ocupação para acumulação de forças objetivando conseguir o máximo de eficácia durante enfrentamentos futuros com a totalidade das classes capitalistas; b) a ocorrência da conquista do poder de Estado por burocracias sob a cobertura ideológica do marxismo – que se deu invariavelmente em regiões de capitalismo pouco desenvolvido -, não possibilitou “saltos” político-econômicos no sentido de tornarem-se sociedades capitalistas avançadas;⁴⁷ c) da evidência de que o capitalismo se desenvolve de forma desigual, e que, portanto, será inevitável que o processo revolucionário esteja mais avançado em algumas partes do planeta do que em outras, se deve deduzir que se trata de uma transição em sentido histórico-temporal. Sustentar a necessidade de qualquer “transição socialista” para o comunismo, se revela mera cobertura ideológica para a conservação

⁴⁷ Atualmente, se poderia objetar apresentando a China como exceção, relativa e única, mas não em 1950 quando Korsch escreveu as “Dez Teses...”.

de relações sociais de exploração e opressão;⁴⁸ d) não existente uma correlação pela positiva entre desenvolvimento econômico e revolução social, apenas pela negativa no sentido de que as pré-condições para a materialidade comunista são engendradas no capitalismo e não em modos de produção pretéritos. O que propicia a revolução social do proletariado não é o desenvolvimento de forças produtivas, mas a sua luta enquanto classe consciente por seus objetivos. Esta luta deve ser encarada como determinante pela sua capacidade de incidir sobre as forças produtivas, moldando a orientação de seu crescimento e não o contrário. E, por fim, e) anti-imperialismo não se confunde com anticapitalismo. Todo Estado-nação é imperialista, embora nem todos possuam as condições para exercer uma prática imperialista. Qualquer luta nacional está inserida nos marcos do regime capitalista, posto que libertação nacional e libertação social também não se confundem.

Por seu turno, a décima e última tese Korsch deixa claro que o conteúdo revolucionário do comunismo é autogestionário – social, política e economicamente – em escala mundial e requer planejamento neste mesmo âmbito.⁴⁹ Em sentido contrário, são contrarrevolucionárias todas as tentativas de “fazer voltar a roda da história”, a exemplo de fórmulas como “democratização da propriedade”, “recuperar a livre-concorrência” ou “estímulo à pequena produção”.

Retornando ao tema do acompanhamento korschiano da contrarrevolução na Rússia, uma leitura apressada do texto de 1931 “Crise do marxismo”, poderia sugerir um recuo político para um alinhamento com as correntes que eram as continuadoras históricas do marxismo anterior

⁴⁸ Pelo tratamento dado no capítulo anterior, a própria experiência de luta do proletariado revolucionário criou e comprovou que a forma institucional dos Conselhos Proletários pode substituir a problemática fórmula da “revolução em duas etapas” que exigiria o “Estado proletário”. Os conselhos se prestam para o “antes” (organismo de coordenação da luta), o “durante” (organismo de duplo poder) e o “depois” (organismo da ditadura proletária) do momento de inversão da correlação de forças entre as classes exploradas e as classes exploradoras.

⁴⁹ Esta ênfase na necessidade do planejamento, ajuda a compreender os motivos pelos quais Korsch nunca abraçou o federalismo, mesmo tendo rejeitado o centralismo bolchevique.

a 1914. Na realidade, a lógica implacável de Korsch constatava a absoluta ausência do proletariado na cena pública da política, e procurava explicar as razões das simpatias para com a URSS e o seu sistema de partidos comunistas satélites, em um contexto mundial que já antecipava aspectos da bipolaridade entre alternativas capitalistas na conjuntura de “Guerra Fria” pós 1945. Quatro anos depois daquele trabalho de 1931, tal parece ter sido o sentido expresso no texto de 1935 “*Position on Russia and the Communist Party*” (Posição sobre a Rússia e o Partido Comunista).⁵⁰

Valendo-se de uma analogia com a afirmação “o que é real é racional”, que Hegel utilizou ao Estado prussiano de sua época, Korsch afirmou ser possível aplicar o mesmo princípio à URSS de 1935 para explicar, nas novas condições de um capitalismo estabilizado, por que uma nova geração de “comunistas” pró-Rússia Soviética era incapaz de entender a crítica levada a cabo por ele contra o PC e o Estado russos ao longo dos primeiros dez anos da Revolução (1917-1927).

Um primeiro argumento explicativo dessa incapacidade de compreensão da chamada “segunda onda de recrutas do leninismo” – assim chamados por nosso autor – , é que tais indivíduos são “amigos do comunismo” que foram atraídos pelo desenvolvimentismo econômico provocado pelos planos quinquenais, pelos avanços nas áreas culturais (pedagogia, direito, artes, cinematografia). Conquistas que a Revolução de 1917 possibilitou, ainda que limitadas ao Estado Nacional Russo, e que continuavam a manter “vitalidade como um poderoso movimento revolucionário”. Isto significa que estes novos comunistas nunca participaram de um movimento revolucionário internacional que os conectasse diretamente com a luta revolucionária do proletariado na Rússia. Trata-se portanto, de um comunismo fundado em bases identitárias e não sobre uma materialidade vivida e introjetada subjetivamente. Fenômeno que atingiu não apenas integrantes de outras classes e camadas

⁵⁰ Este texto, inédito em língua portuguesa, foi traduzido e integra este trabalho como Apêndice A.

que se solidarizam com a causa revolucionária e a ela se somam – os progressistas do mundo – mas também aos próprios proletários.

Em segundo lugar, argumentou que, mesmo a estabilização do capitalismo – que não se confunde com ausência de crises – não eliminou muitas ameaças reais que pairavam sobre os trabalhadores, que naquele momento já sentiam, em vários países, iniciativas tanto de intensificação da exploração e da opressão, quanto de destruição de um movimento independente da classe proletária, mesmo que residual. No caso do fascismo, tal tentativa de eliminação atingia inclusive o âmbito da própria consciência de classe. Por isso, continuava viva na memória dos trabalhadores o movimento revolucionário “que mais massas envolveu em toda a história anterior” e foi o único a conseguir destruir o Estado czarista e a eliminar a antiga classe dominante. Tais feitos ganhavam ainda maior significado quando se comparava que em todos os outros lugares os trabalhadores “foram derrotados ou, sob formas cruéis, foram arrancados de todas as posições anteriormente conquistadas, seja por meio de aguda pressão a partir de fora, seja via aumento da degeneração a partir de dentro” (Korsch, 1977e, p. 166).

Com tais argumentos, chegou à inapelável constatação:

Não se pode protestar contra uma realidade simplesmente em nome de um princípio abstrato. [...] Tudo que é dito ao proletariado sobre a continuação do capitalismo de Estado, a restauração e aprofundamento de formas já desenvolvidas de opressão e exploração capitalista na Rússia, vem das bocas de seus velhos e conhecidos inimigos: capitalistas, fascistas e social-democratas, ou permanece inevitável e extremamente vago, abstrato, incompreensível e antipático. Todas essas críticas não contêm e não podem conter, neste momento, qualquer tipo de chamada à ação para os proletários revolucionários. Por todas estas razões, é inevitável que, até o surgimento de um novo movimento independente de classe do proletariado internacional, até mesmo a própria classe proletária e precisamente seus componentes mais revolucionários olhem para a Rússia

Soviética de hoje como o **real** e daí como implementação revolucionário-**racional** dos objetivos postulados que ainda hoje não foram implementados em seus próprios países (Korsch, 1977e, p. 165-166, destaques de KK).⁵¹

Temos aqui uma distinção que permaneceu contemporânea, ainda que com forte dose de amargura. Reconhecer certas necessidades e situações históricas não significa se colocar em outro campo estratégico: a atualidade do apelo de uma autêntica revolução capitalista, irrealizada em muitas partes do globo, não a transfigura em revolução proletária e comunista. Vale acrescentar que esta tentativa de autocompreensão se inseria no “velho hábito de quarenta anos de idas e vindas da teoria à prática”, que Korsch manteve até sua morte.⁵²

⁵¹ *One cannot protest against a reality simply in the name of an abstract principle. [...] Everything that the workers are told about the state-capitalist continuation, restoration and sharpening of already developed forms of capitalist oppression and exploitation in Russia, comes either from the mouths of their old well-known enemies, capitalists, fascists, and socialdemocrats, or it unavoidably remains extremely vague, abstract, incomprehensible, and unsympathetic. All these critiques do not contain and cannot at this time contain any sort of call to action for revolutionary workers. For all these reasons it is unavoidable that up until the rise of a new, independent class movement of the international proletariat, even the working class itself and precisely its most revolutionary components can look at today's Soviet Russia as the **real** and thence revolutionary-**rational** implementation of the posited goals that are today still not implemented in their own countries.*

⁵² Esta passagem, retirada de uma carta de dezembro de 1956 endereçada a Erich Gerlach, expressou um Korsch de ânimo renovado para restaurar “as ideias de Marx” e para se aprofundar no estudo da situação na Europa Oriental, influenciado pelas iniciativas de ação proletária autônoma ocorridas naquele mesmo ano – manifestações e greves na Polônia, levantes na Hungria e Alemanha Oriental – todas esmagadas à força pelas tropas russas. Situada em seu contexto, eis a passagem completa: “Além disso, meu velho hábito de quarenta anos de idas e vindas da teoria à prática foi consideravelmente reforçado pelos atuais acontecimentos na Rússia, Polônia, e nos outros países chamados satélites. Mesmo disposto a “enxergar junto” estes últimos acontecimentos no contexto de um grande desenvolvimento da Europa Central, preciso de um renovado, puramente teórico, estudo de toda essa época, especialmente seu desenvolvimento atual que tem sido tão violentamente mutilado antes de sua maturação. Devo informar novamente para você sobre estas questões depois de algum tempo, quando minha “autocompreensão” progredir mais...” e no final da mesma carta escreveu: “Como sempre, tenho bons planos para ativar minhas tendências teóricas e políticas, mas segure-se ao mesmo tempo para um outro sonho: restaurar teoricamente as “ideias de Marx” que hoje estão aparentemente aniquiladas após a conclusão do episódio Marx-Lenin-Stalin.” (Korsch, 1977b, p. 295). *Further, my old habit of forty years of going back and forth from theo-*

Mesmo quando nosso autor se pretendeu normativo/prescritivo para o movimento proletário, invariavelmente incorreu no “velho hábito”. Foi o caso quando, próximo ao início da II Guerra Mundial, Korsch apresentou algumas de suas conclusões políticas no texto de 1938 intitulado “*Marxism and the present task of the proletarian struggle*” (O marxismo e as tarefas atuais da luta de classes proletária).

Depois de passar, sinteticamente, em revista o desenvolvimento do marxismo de Marx até o século XX, Korsch constatou que, como teoria, não houve um desenvolvimento interno além “das poderosas ideias presentes no primeiro esquema da nova ciência revolucionária que havia sido construída por Marx”, e que poucos foram os marxistas a se darem conta que tal realidade era um problema com o qual deveriam se preocupar.

Apartou-se com veemência de uma ortodoxia marxista, envolta em numerosas contradições, que negava a possibilidade do proletariado constituir “uma cultura de classe autônoma”, e de seus adeptos que “em estridente oposição ao princípio crítico e materialista de Marx, tratam o ‘marxismo’ como uma doutrina substancialmente completa e agora imodificável” (Korsch, 1979e, p. 204). Afirmou que nenhum grupo ou partido socialista aceitou a teoria de Marx como um todo, apenas dela se serviu para encobrir o reformismo de sua prática. Neste contexto, defendeu a restauração do marxismo revolucionário por Lênin quando este declarou que o marxismo estava morto depois de 1914, reconhecendo que esta restauração contribuiu para levar o proletariado à sua primeira vitória histórica.

ry to practice has been considerably reinforced by the present events in Russia, Poland, and the other so-called satellites. Even in order to “see together” these last events in the context of a great middle-European development, I need a renewed, purely theoretical, study of this entire epoch, and especially its present development that has been so violently mutilated before its maturity. I shall report again to you on these questions after some time when my “self-understanding” has progressed further...[...] As always, I have good plans to activate my theoretical and political tendencies, but hold on at the same time to another dream: to theoretically restore the “ideas of Marx” that today are seemingly annihilated after the conclusion of the Marx-Lenin-Stalin episode. O inteiro teor desta carta foi traduzido e integra este trabalho como Apêndice E.

Este fato deve ser destacado não somente contra os falsos marxistas, detratores do comunismo “bárbaro” dos bolcheviques, inimigo do socialismo “refinado” e “culto” do Ocidente. Deve ser destacado também contra os atuais beneficiários do triunfo revolucionário dos trabalhadores russos que passaram gradativamente do marxismo revolucionário dos primeiros anos para um credo não comunista, meramente “socialista” e democrático chamado stalinismo. Ao mesmo tempo, em nível internacional, uma mera coalizão “antifascista” de frentes únicas, frentes populares e frentes nacionais substituíram pouco a pouco a luta de classe revolucionária mantida pelo proletariado contra todo o sistema político e econômico da burguesia tanto nos Estados “democráticos” quanto nos fascistas, tanto nos pró-russos quanto nos antir-russos (Korsch, 1979e, p. 205).⁵³

Para além do valor teórico do postulado segundo o qual uma teoria se restaura na prática, transparece na citação supra, sob a forma indireta da análise histórico-política, a prescrição contrária à orientação da III Internacional de integração ao campo do antifascismo em qualquer de suas formas.

Como o bolchevismo havia fracassado em substituir a social-democracia como expressão do marxismo revolucionário, Korsch considerou necessário explicar tal fenômeno a partir das origens do duplo caráter da ditadura do proletariado, ou seja, a forma dual como esta questão apareceu na obra de Marx como “teórico proletário e dirigente político” do movimento revolucionário de sua época. Após breve retrospectiva histórica do dualismo de Marx, antecipando o

⁵³ *Este hecho debe ser destacado no solamente contra los detractores seudomarxistas del comunismo “bárbaro” de los bolcheviques, enemigo del socialismo “refinado” y “culto” de occidente. Debe ser destacado también contra los actuales beneficiarios de la victoria revolucionaria de los trabajadores rusos que han pasado gradualmente del marxismo revolucionario de los primeros años a un credo no ya comunista, sino meramente “socialista” y democrático llamado estalinismo. Al mismo tiempo, a escala internacional, una mera coalición “antifascista” de frentes únicos, frentes populares e frentes nacionales ha sustituido gradualmente a la lucha de clases revolucionaria que mantenía el proletariado contra todo el régimen político y económico de la burguesía tanto en los Estados “democráticos” como en los fascistas, tanto en aquellos filorrusos como en los antirrusos.*

seu texto de 1948 sobre a posição do militante Marx na Revolução de 1848, esclareceu que o modelo jacobino adotado pelo último e Engels antes de fevereiro de 1848 – data de lançamento do “Manifesto Comunista” – não foi por eles abandonado mesmo depois que a vitória daquela revolução acabou com as expectativas otimistas da dupla, e “embora tenham percebido a necessidade de táticas adaptáveis a condições históricas modificadas, sua teoria da revolução – mesmo na sua forma materialista última e mais avançada – manteve o caráter peculiar de um período de transição durante o qual a classe proletária ainda estava obrigada a levar adiante sua própria emancipação passando pelo estágio intermediário de uma revolução de caráter preponderantemente político” (Korsch, 1979e, p. 207).

Demonstrado que a restauração revolucionária do marxismo por Lênin foi, precisa e rigorosamente falando, uma restauração jacobina de Marx, Korsch sustentou a inutilidade de tentar deduzir uma teoria revolucionária a partir de mitos e não sobre seus próprios conteúdos, pois tal tentativa repercute no presente e seria como criar novas formas “revolucionárias e marxistas” tanto de exploração e opressão, como no caso da Rússia, quanto de esmagamento de autênticos movimentos revolucionários, como no caso da Espanha e restante do mundo.

Antes de finalizar o texto com uma terceira prescrição, nosso autor ressaltou que todas as críticas feitas não se aplicam aos resultados alcançados por Marx, Engels e alguns de seus seguidores “em diversos campos da pesquisa social”, os quais continuavam válidos. Embora aqui sem entrar em detalhes, parece que Korsch entrevia uma desagregação da teoria marxista em “expressão do movimento proletário” e “método científico”.

A terceira prescrição serve também como um compromisso renovado com a autonomia proletária enquanto antídoto à contrarrevolução, dessa vez expressa em termos organizativos:

Na procura do que está vivo e pode ser revitalizado no atual estado mortal do movimento proletário revolucionário, pare-

ce haver boas razões para um “retorno” à aquela abertura prática e não meramente ideológica com que a primeira “Associação Internacional de Trabalhadores” marxista (e também proudhoniana, blanquista, bakuninista, sindicalista, etc.) acolheu em suas fileiras a todos os trabalhadores que aderiram ao princípio da luta de classes proletária autônoma. Como indicado na primeira regra dos estatutos redigidos por Marx “a emancipação da classe proletária deve ser conquistada pela própria classe proletária” (Korsch, 1979e, p. 210).⁵⁴

As prescrições continuaram após o início da II Guerra. Em “*The worker’s fight against Fascism*” (A luta proletária contra o fascismo), de 1941, após ressaltar que os proletários já haviam lutado muito por interesses alheios, a eles impostos em nome de “altissonantes ideais” ideológicos – justiça, liberdade, progresso humano e quejandos – pela participação na revolução burguesa, portanto, agora deveriam apenas pensar em seus próprios interesses. E apontou dois. Primeiro, ter clareza que o capitalismo da livre-concorrência estava morto, substituído pelo capitalismo monopolista; segundo, recolocar em debate “o patrimônio de ideias revolucionárias e classistas, até aqui zelosa e dogmaticamente guardado.” (Korsch, 1982(II)j, p. 401).

Da mesma forma continuaram as críticas cada vez mais duras, ao bolchevismo oficial. Vejamos brevemente essa escalada em três momentos ao longo de seus escritos nos três primeiros anos da guerra.

Em 1939, Korsch qualificava de “degeneração progressiva” o processo histórico por meio do qual o Estado russo foi, pela forma de seu funcionamento interno, se desembaraçando de qualquer característica revolucionária e proletária que porventura houvesse apresentado.

⁵⁴ *En la investigación de lo que está vivo y puede ser revitalizado en el mortal estado actual del movimiento proletario revolucionario, parece haber buenos motivos para un “retorno” a aquella apertura practica y no meramente ideológica, con la cual la primera asociación obrera internacional marxista (al mismo tiempo proudhoniana, blanquista, bakuninista, tradeunionista, etc.) recibió en sus filas a todos los trabajadores que adherían al principio de una lucha de clases proletaria autónoma. Como había sido enunciado en la primera de sus tesis de estatutos, redactados por Marx “la emancipación de la clase obrera debe ser conquistada por la propia clase obrera”.*

Pela lógica, e pela natureza geral de sua evolução antidemocrática e totalitária, frequentemente tem antecipado as características fascistas dos Estados abertamente contrarrevolucionários da Europa e Ásia. Agora mesmo, os castigos infligidos por mínimos desvios dos modelos prescritos de opinião e comportamento, excedem em muito as medidas coercivas aplicadas na Itália fascista ou na Alemanha nazista contra a dissidência. Internacionalmente, a nova "Commonwealth" russa tem entrado cada vez mais no jogo da política imperialista, em alianças militares com certos grupos de Estados burgueses. Forneceu também toda cooperação ao que, na linguagem equívoca da diplomacia burguesa moderna, é descrito como promoção da "paz", da "segurança coletiva" e da "não-interferência". Assim, pelo menos a burocracia dirigente do chamado Estado Operário continua invariavelmente envolvida no aspecto contrarrevolucionário da atual política europeia (Korsch, 1979i, p. 238-239).⁵⁵

Em 1940, diante do realismo maquiavélico de Stálin que, em agosto de 1939, não hesitou em firmar um acordo diplomático com Hitler⁵⁶,

⁵⁵ *Por lógica, y por naturaleza general de su evolución antidemocrática y totalitaria, ha anticipado a menudo las llamadas características fascistas de los estados abiertamente contrarrevolucionarios de Europa y de Asia. Hoy mismo, los castigos infligidos por desviaciones mínimas de los modelos prescritos de opinión y comportamiento, superan con mucho las medidas coercitivas que se aplican en la Italia fascista o en la Alemania nazi contra el inconformismo. A escala internacional, la nueva "Commonwealth" rusa ha ido entrando cada vez más en el juego de la política imperialista, en alianzas militares con determinados grupos de estados burgueses. Ha prestado asimismo plena colaboración a lo que, en lenguaje equívoco de la moderna diplomacia burguesa, se califica como fomento de la "paz", de la "seguridad colectiva" y de la "no-interferencia". De este modo, al menos la burocracia dirigente del llamado estado obrero sigue viéndose invariablemente implicada en el aspecto contrarrevolucionario de la política europea actual.*

⁵⁶ Conhecido como "Pacto Ribbentrop-Molotov" por ter sido firmado pelos respectivos ministros de relações exteriores, o nacional-socialista Joachim von Ribbentrop e o stalinista Vyacheslav Molotov. Resumidamente, este acordo previa cláusulas de não-agressão mútua, a intenção de fortalecer laços econômicos e comerciais estabelecendo tratamento preferencial e ajuda mútua (petróleo e trigo da URSS em troca de ajuda, equipamento militar e ouro da Alemanha Nazista). Nenhum dos celebrantes poderia ingressar em outra aliança política ou militar, tampouco favorecer os inimigos da outra. O pacto possuía ainda dois protocolos secretos, pelo qual os governos bolchevique e nacional-socialista organizariam a partilha dos territórios da Europa Oriental em zonas de influência. Se encarado do ponto de vista imperialista, o pacto era vital para suas estratégias de dominação, pois, enquanto assegurava aos nazistas concentração máxi-

Korsch, não sem ironia, deixou claro que, para a ortodoxia marxista, a questão da transformação fascista da Europa, e talvez do mundo, seria tratada de duas formas. Ou considerando que “o socialismo foi realizado pela revolução social implícita na vitória do fascismo” – típica antecipação do conceito bernardiano de fascismo como “revolta na ordem” – ou se contentaria em pressentir que “a vitória do fascismo, da economia planificada, do capitalismo de Estado e a abolição de todas as ideias e instituições da tradicional ‘democracia burguesa’ nos levarão aos umbrais da verdadeira revolução social e da autêntica democracia proletária” (Korsch, 1982(II)h, p. 353), em clara oposição à interpretação dada pela III Internacional ao fenômeno fascista, pela qual o fascismo seria a “antessala da revolução proletária”.

Em 1941, Korsch considerou encerrado o capítulo das “guerras revolucionárias” do bolchevismo. O marco do abandono do proletariado e do socialismo como referência para a política, ficou gravado a partir do dia em que Stálin, no seu histórico pronunciamento pelo rádio em julho daquele ano, chamou a defesa do Estado Nacional da URSS com base em argumentos exclusivamente nacionalistas. Daquele momento em diante, “as tremendas forças liberadas pela revolução de 1917 se converteram no instrumento de uma ambígua defesa do *status quo* capitalista na Europa e nos Estados Unidos contra as igualmente ambíguas invocações com que “ameaçavam” as forças totalitárias do nazifascismo” (Korsch, 2010a).

Naquele ano de 1941, os antecedentes que contribuíram para a formação do capitalismo de Estado da URSS já estavam por demais evidentes para Korsch. As seções nacionais da III Internacional estavam desde a década de 1920 “virtualmente transformadas em seções destacadas do serviço secreto russo”, a revolução na Alemanha subordinada, por meio

ma na sua frente ocidental (França, Holanda, Bélgica, Suécia, Noruega) com combustível assegurado pelos bolcheviques, para os stalinistas garantiam o tempo e a assistência necessária para a preparação de suas atividades de guerra. O pacto teve por consequência direta o início oficial da II Guerra Mundial nove dias depois de sua assinatura, e durou até 22 de junho de 1941, quando a Alemanha, sem aviso prévio, iniciou a invasão da parte que cabia à URSS na partilha prevista pelo pacto.

de “ambíguas interferências russas na luta dos trabalhadores alemães”, a interesses geopolíticos do Estado bolchevique, e o partido comunista alemão naquele momento não passava de um mero “instrumento técnico nas mãos de uma direção secreta, financiado e controlado exclusivamente pelo governo russo, completamente a margem de qualquer controle por seus integrantes ou pela classe proletária” (Korsch, 1982(II)q).

Em plena guerra, da perspectiva do proletariado, a conjuntura no seu país natal foi caracterizada com os seguintes elementos: a) derrota completa “do movimento mais revolucionário de nossa época”; b) declínio transitório de todos os movimentos proletários independentes; c) desesperança e perda da consciência de classe, e d) cínica aceitação da substituição contrarrevolucionária de uma autêntica revolução proletária.

Dois novos aportes se incorporaram à crítica korschiana da contrarrevolução bolchevique. A recuperação do conceito de “trabalho ilegal” e a desconexão entre política e violência revolucionária. O primeiro se deu ao deixar de ser entendido e praticado como elemento imprescindível para a manutenção do movimento e para a prática de ações “autenticamente revolucionárias”, para dar lugar a um processo de dependência de ordens secretas emanadas de dirigentes desconhecidos sob o “formoso nome de ‘centralismo democrático’”. Segundo Korsch, tal recuperação não se deu desvinculada da materialidade, pois tinha o claro objetivo de separar as massas proletárias da luta contra o fascismo ainda em ascensão, considerado pelos bolcheviques como um inimigo secundário. A segunda, foi apontada por Korsch quando a violência revolucionária deixou de estar subordinada à política com o exemplo da sabotagem, que parou de ser tratada como problema teórico e passou a ser usada indiscriminadamente pelos bolcheviques. Analogamente, a forma de tratamento das divergências entre comunistas evoluiu da expulsão para o “linchamento político” do militante divergente, para finalmente se transformar em assassinato “propriamente dito de indivíduos e grupos inteiros, membros ou não do partido, dentro e fora da Rússia” (Korsch, 1982(II)q, p. 381).

Depois da guerra, a crítica korschiana à ortodoxia marxista prosseguiu sem excluir o bolchevismo de oposição (trotskismo), também portador de uma leitura ambígua do processo histórico e preso ao modelo esquemático de revolução dos séculos XVII e XVIII que impactou o pensamento de teóricos revolucionários do sec. XIX. Por tal concepção, toda revolução “devia passar por uma sequência de fases mais ou menos definidas em que o primeiro movimento progressivo da fase ascendente deve, na continuação, retroceder, em uma espécie de ciclo, a uma fase descendente” (Korsch, 1982(II)p, p. 449).

Trotsky deixou em aberto questões chave para a compreensão da vitória contrarrevolucionária na Rússia, mesmo realizando uma cuidadosa análise teórica, afirmou Korsch em *“Restoration or totalization? Some notes on Trotsky’s biography of Stalin and on the revolutionary problem of four time”* (Restauração ou totalização? Algumas notas sobre a biografia de Stalin escrita por Trotsky e sobre o problema revolucionário do nosso tempo), particularmente deveria ter sido capaz de explicar a questão óbvia de, se houve uma “restauração termidoriana” pelo esquema interpretativo tradicional, como o desenvolvimento das conquistas sociais progressistas não foi acompanhado de seu passo seguinte, que seria a queda da própria burocracia termidoriana/stalinista.

Na ausência de respostas claras por parte de Trotsky sobre as razões do modelo etapista clássico ser inadequado para explicar e situar a origem da contrarrevolução na Rússia, Korsch indicou uma via que considerava capaz de chegar a uma resposta. Expressando-se nos termos analíticos de Trotsky, sustentou que o “termidor” aconteceu entre 1920-21 com o esmagamento da vanguarda revolucionária em Kronstadt, e, todo ímpeto revolucionário se exauriu entre 1927-28. Então, naquele momento, o que já estava maduro como restauração burguesa, se viu envolvido em um “processo mundial novo e, em certo sentido, não menos revolucionário”, o totalitarismo do sec. XX, verdadeiro “rejuvenecedor” do poder capitalista, que assumiu diferentes formas

[...] nos países capitalistas mais altamente desenvolvidos da América e Europa, bem como nos “novos”, para o Ocidente, países da Ásia. Seus resultados mais amplos e originais não foram alcançados pelas proezas contrarrevolucionárias de Hitler, Mussolini e seus aliados menores. Foram introduzidos na Rússia pela revolução de Lênin, Stálin, e por isso, também de Trotsky, e continuaram de forma muito menos ambígua pela segunda fase da revolução totalitária na Eurásia caracterizada pelos três planos quinquenais de 1928-41 e pela II Guerra Mundial de 1941-45. O fracasso inesperado de todas as tentativas de liquidar essa guerra e criar um novo tipo de equilíbrio, estabilidade, e talvez, nova prosperidade ao sistema capitalista sem recorrer cada vez mais a métodos totalitários ou a uma nova guerra totalitária, revela, ao mesmo tempo, o motivo pelo qual a primeira grande revolução anticapitalista do século XX não terminou em socialismo, nem em restauração, mas em um processo de totalização potencialmente mundial (Korsch, 1982(II)p, p. 451).⁵⁷

Assim, complementado com o conceito de totalitarismo, o conceito de contrarrevolução ganha maior amplitude. Explica não apenas a promoção de uma restauração – a rigor, via de desenvolvimento – a formas institucionais capitalistas “clássicas” como também promove a generalização do sistema capitalista por meio de modelos institucionalmente diferenciados.

Vistos os modelos de desenvolvimento imperialista representados pela Alemanha Nacional-Socialista, enquanto expressão fascista, e da

⁵⁷ [...] en los países capitalistas más altamente desarrollados de América y Europa, así como en los “nuevos” (para Occidente) países asiáticos. Sus resultados más originales y de mayor alcance no han sido alcanzados por las hazañas contrarrevolucionarias de Mussolini, Hitler y sus aliados menores. Se iniciaron con la revolución de Lenin y de Stalin, y por eso también de Trotsky, en Rusia, y han sido llevados adelante en forma mucho menos ambigua por esa segunda fase de la revolución totalitaria en Eurasia determinada por los tres planes quinquenales de 1928-1941 y por la segunda guerra mundial de 1941-1945. El inesperado fracaso de todos los intentos de liquidar esa guerra y de crear un nuevo tipo de equilibrio, estabilidad, y – quizás – nuevo bienestar para el sistema capitalista sin recurrir cada vez más en mayor medida a métodos totalitarios o una nueva guerra explícitamente totalitaria, revela, al mismo tiempo, la razón por la cual la primera gran revolución anticapitalista del siglo XX no ha terminado ni en el socialismo ni en la restauración, sino en una totalización potencialmente mundial.

Rússia bolchevique enquanto expressão do capitalismo de Estado da segunda ortodoxia marxista, sucessora da primeira ortodoxia social-democrata, resta ainda analisar a vertente democrática do fenômeno contrarrevolucionário pelo prisma do pensamento korschiano.

3.4 Democracia

Pela análise do conceito de contrarrevolução como formulado por Korsch, constatamos que se apresenta bifronte. Por um lado significa ações de contenção de uma revolução em curso, por outro, ações de prevenção para que revoluções não aconteçam. A contrarrevolução democrática se situa neste segundo aspecto.

Entendida em termos gerais, a contrarrevolução foi uma nova fase de desenvolvimento social no âmbito das relações entre capital e trabalho assalariado. Não pode ser explicada como uma perturbação temporária de um desenvolvimento normalmente progressivo. A contrarrevolução pode ser entendida como uma mudança “evolutiva”, pois não alterou o processo produtivo. Pelo contrário, substituiu os partidos reformistas que falharam na sua tentativa de cumprir as suas tarefas estruturais por meios exclusivamente superestruturais, restritas ao campo político. A visão marxista tradicional enxergou a relação revolução-socialização como um processo normal, por isso foi incapaz de prever uma “contrarrevolução”.

Segundo Korsch, ocorreu um desenvolvimento histórico diferente do previsto por uma interpretação simplificada de Marx, segundo o qual a revolução estava subordinada a estágios objetivos de desenvolvimento econômico. Assim, o marxismo economicista saudou a sua própria derrota como uma vitória por meio de uma fé cega em um desenvolvimento essencialmente progressivo das forças sociais objetivas. Ao invés de compreender a revolução proletária como um processo de socialização, ela foi concebida como produto da ação voluntária de grupos isolados, partidos e classes. A transformação de um movimento

operário revolucionário em um movimento contrarrevolucionário deve ser procurada neste processo de (não) socialização, que a esfera política expressa. O controle da esfera política pelos nazistas demonstrou o retorno às relações de produção anteriores. Um Estado existe por causa dessas relações.

O fracasso do processo de socialização após a Primeira Guerra Mundial levou ao desenvolvimento da contrarrevolução para fazer retornar a estabilidade nas relações de produção, entre trabalho assalariado e capital. Tal retorno, não mais se viabilizou pelos meios anteriormente democráticos de uma época passada, mas com a criação de um Estado totalitário desenvolvido juntamente com o capital monopolista em uma escala histórica mais ampla, sem qualquer força social com consciência de classe que se opusesse. Assim, a contrarrevolução foi uma transformação do capital privado competitivo em capital estatal organizado com o processo de trabalho indiretamente social. O proletariado não lutou a sua própria batalha contra essas relações, mas foi chamado a se alinhar com um ou outro grupo para lutar a favor ou contra o fascismo.

Contudo, o capitalismo monopolista estadunidense apresentava a mesma estrutura do totalitarismo nazista que os proletários eram chamados a combater. Em *The Worker's fight against Fascism* (A luta dos trabalhadores contra o fascismo) de 1941, Korsch, ao estudar o capitalismo nos EUA, deu sua contribuição para demonstrar que as formas políticas podiam variar – “comunismo” russo, nazismo alemão, democracia inglesa, democracia estadunidense, fascismo italiano, falangismo espanhol, dentre outras – mas a substância social continuava a mesma.

Apoiando-se em dados empíricos e relatórios sobre a situação da economia do país, elaborados pelo próprio governo estadunidense e por respeitados pesquisadores, Korsch evidenciou que, pelo menos nos EUA, a palavra “democracia” era apenas um rótulo para encobrir uma poderosíssima administração oligárquica.

O mistério oculto por trás das batalhas verbais entre “totalitarismo” y “antitotalitarismo” e a luta diplomática e mi-

litar muito mais importante entre o Eixo e o bloco anglo-norteamericano de potencias imperialistas é a comprovação histórica de que, hoje, o pior e mais obstinado inimigo da democracia não é *Herr* Hitler mas a própria “democracia”. [...] Os verdadeiros fatores ocultos por trás das frases pomposas são individualizáveis – voltando a Marx – unicamente na base material de todos os conflitos ideológicos, ou seja, na estrutura econômica da sociedade contemporânea ou no *impasse* a que chegou o capitalismo moderno na sua atual fase de desenvolvimento histórico (Korsch, 1982(II)), p. 383-384, destaques de KK).⁵⁸

Caracterizado o impasse nas relações de produção, a forma de solucionar-los seria por meio da guerra. Por isso a contrarrevolução foi também expressão de uma luta entre vários segmentos do capital. Embora as democracias não fossem abertamente totalitárias na superestrutura política, as relações de produção eram as mesmas. Em qualquer caso, elas formavam uma espécie de Estado corporativo. Fundamentalmente, o que estava ocorrendo era uma forte expansão mundial da produção de mercadorias em que a produção de capital foi frustrada nacionalmente por sua tendência internacional.

Korsch mostrou a ambiguidade que dominava a sociedade estadunidense. De um lado, temia e odiava o fascismo, pois sabia de seus perigos para as tradições democráticas. De outro, estava secretamente convencida de que a adoção de muitos de seus métodos na política e na economia traria vantagens não apenas para a elite, mas também para as massas populares, promovendo até mesmo “interesses culturais e ideológicos ‘superiores’” (p. 385)

⁵⁸ *El arcano que se oculta tras las batallas verbales entre “totalitarismo” y “antitotalitarismo” y la mucho más importante lucha diplomática y militar entre el eje y el grupo anglonorteamericano de potencias imperialistas es la comprobación histórica de que el más acérrimo y el peor enemigo de la democracia no es hoy Herr Hitler sino la “democracia” misma. [...] Los verdaderos factores que se ocultan tras las frases altisonantes son individualizables – volviendo a Marx – únicamente en la base material de todos los conflictos ideológicos, es decir en la estructura económica de la sociedad contemporánea o en la **impasse** a que ha llegado el capitalismo moderno en su actual fase de desarrollo histórico.*

Tal ambiguidade se traduzia em um sentimento de que manter-se aferrado às tradições democráticas poderia ser um “hobby” muito caro para ser suportado pela nação. Portanto, se preciso fosse, poderia ser sacrificado, posto que admitiam a superioridade do totalitarismo em resolver o que consideravam ser “as pragas incuráveis da sociedade democrática”, a saber, o desemprego permanente e os conflitos trabalhistas e proletários em geral. E lança uma constatação que soaria profética: “a maior parte dos estadunidenses está tacitamente convencida da necessidade, juntamente com a guerra, da adoção generalizada dos métodos fascistas” (Korsch, 1982(II)j, p. 386).⁵⁹

Isto significa que, nos EUA de Roosevelt em 1941, a guerra, diferentemente da Rússia do Tzar Nicolau II em 1914, longe de servir como catalizador da revolução, produziu na subjetividade da população estadunidense o efeito oposto. Resta analisar como Korsch explicou na materialidade esta manifestação do fenômeno no âmbito psicológico e social.

Segundo o governo dos EUA à época, os valores democráticos estariam em risco naquele país, caso o sistema econômico não fosse capaz de explorar plenamente os seus enormes recursos – independentemente se por desperdício, inutilização, inadequação, uso parcial devido a disfunções entre suas partes, incapacidade humana, técnica e tecnológica – o que geraria um sentimento de frustração social capaz de diminuir as convicções democráticas da população, diante da possibilidade real e não realizada de melhorar seu padrão de vida.

Portanto, segundo Korsch, os princípios democráticos não são invocados para promover um desenvolvimento das forças produtivas nos EUA, ou, pelo menos, restaurar os tempos de antes da crise. Pelo contrário, tudo se resume a uma ambígua luta “democracia versus fascismo” em que se aspira tão somente a uma política que não se-

⁵⁹ Trata-se de uma tendência internacional. Em especial após o “11 de setembro” o conteúdo de muitas das legislações aprovadas são dispositivos idênticos de medidas em que o fascismo foi apenas pioneiro em aplicar.

ja antagônica com a manutenção verbal de tais princípios, vez que a conveniência econômica dos métodos fascistas jamais é colocada em questão (Id. Ibid., p. 388).

O fundamento para toda esta análise, residia na elevada concentração da economia dos EUA, caracterizada pelo desenvolvimento de uma nova comunidade empresarial – chamada “comunidade corporativizada” – cujos grupos dirigentes estavam altamente interligados, os preços eram estabelecidos por decisão administrativa, e não no livre mercado, enquanto a produção continuava.

Diante desta realidade, não havia espaço para ilusões do tipo “proteger a livre iniciativa diante da ameaça do totalitarismo”, pois havia poucas diferenças entre o nível de coordenação econômica atingido por esta “comunidade corporativizada” dos EUA e os “decretos políticos do nazismo, do fascismo e do bolchevismo triunfantes” (p. 391)

Desse conjunto de fatores articulados, se explica como esta potência econômica se torna também uma potência política. E ainda como as formas tradicionais da economia capitalista, leia-se capitalismo liberal, se tornaram impossíveis de serem restauradas,⁶⁰ tendo dado lugar a um novo sistema que pode ser nomeado indiferentemente como “capitalismo monopolista”, “capitalismo de Estado” ou “Estado corporativo”.

A diferença que Korsch identifica entre a “comunidade corporativizada” dos EUA e as formas europeias de Estado totalitário, se situa na relação entre estrutura e superestrutura. Enquanto nas segundas a superestrutura totalitária consolidada supre as carências de uma base econômica atrasada (ex. Espanha e Itália), nos EUA uma base econômica plenamente desenvolvida de um sistema totalitário ainda des-

⁶⁰ É possível apontar aqui uma via consistente para questionar a teoria do chamado “neoliberalismo”, iniciado nos anos 1980, que não apenas manteve intocado o nível de concentração dos monopólios como criou as condições para uma reprodução ampliada do nível de concentração dos mesmos promovendo o encolhimento, e até o desaparecimento, do chamado “Estado empresário” e sua retirada de áreas econômicas e sociais. Por essa via, o dito “neoliberalismo” seria mais uma ideologia (operação de ocultamento) das relações reais.

provido de uma superestrutura política e ideológica adequada (Korsch, 1982(II)j, p. 399).

A parte final deste trabalho, já abordada, foi dedicada a indicar as duas tarefas que ele enxergava para o proletariado. Desta parte agora importa destacar que, na argumentação das tarefas, nosso autor retomou novamente a articulação entre os fatores da revolução – materialidade e subjetividade – em dois momentos. Ao afirmar que o monopólio, de exceção que era, se transformou na regra da atual economia, por tal motivo se tornou um conceito meramente descritivo e “incapaz de suscitar qualquer indignação moral” (Id. Ibid., p. 400), e ao alertar que o processo de expansão capitalista pelos monopólios não traz consigo aquela imaginada expansão civilizatória e progressista em escala mundial, sob a máscara do regime político democrático.

Assim, da perspectiva da revolução proletária, a contrarrevolução democrática – com toda a sua capacidade de recuperação para neutralizar conflitos, para ideologizar ideias, para apresentar como novidade de consumo o que não passa de aumento de lucratividade dos monopólios – deve ser combatida como todas as demais variantes contrarrevolucionárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Autonomia da ação do proletariado e contrarrevolução, duplo fio condutor-estruturante dessa pesquisa, para serem apreciados com certa profundidade, separada e articuladamente, exigem alguns esclarecimentos que devem ser considerados.

Estes temas acompanharam as preocupações de Korsch ao longo da maior parte de sua vida e foram abordados em seu trabalho teórico pela perspectiva do militante que lançava mão de uma ferramenta revolucionária e não pela perspectiva do filósofo profissional – algo que nunca foi. Deste aspecto se pode extrair, tanto a qualidade política de suas reflexões, quanto a linha de coerência apresentada pelo seu pensamento ao longo de múltiplas oscilações, contradições e insuficiências.

Da mesma forma, seria empobrecedor adentrar nos eixos fundantes deste trabalho desconsiderando elementos contextuais e outros de caráter pessoal e subjetivo específicos que marcaram o pensamento korschiano, condição para compreender a natureza de algumas de suas formulações (cuidando que tais considerações não tornassem este um trabalho biográfico).

Assim, a vivência pessoal de uma guerra e de um processo revolucionário autêntico que a sucedeu, contribuíram, por exemplo, para que uma tese abstrata e indeterminada “como aplicar o marxismo ao próprio marxismo” adquirisse concretude quando remetida para a relação entre movimento revolucionário e teoria, algo central para Korsch.

Ainda na esfera da subjetividade e da vida privada, que se deve mencionar para uma apreciação devida de seu pensamento, ressalte-se que suas convicções revolucionárias e marxistas não foram abaladas pelo fato de Korsch ter permanecido por prolongado tempo em situação material vulnerável (desde o exílio em 1933 até o final de sua vida).¹

A crença nas possibilidades do marxismo não significou deixar de questionar profundamente: a) a teoria marxista da revolução; b) seu contributo para a derrota da revolução proletária; c) sua validade diante do triunfo da contrarrevolução; d) as razões de sua não confirmação nos países de ponta do capitalismo; e) quais problemas e pontos importantes apresentava para ajudar no desenvolvimento de novos movimentos revolucionários e f) como a metodologia do marxismo poderia sair fortalecida se valendo dos mais recentes avanços da teoria científica.

Para fazer justiça com o percurso de vida de Korsch, houve um esforço para não incorrer em apreciações puramente intelectuais de suas teorizações. Evitar em especial uma de suas manifestações que, ao se debruçar sobre um tema como o da revolução, colocaria como condição de seu sucesso estar em conformidade com uma teoria elaborada antecipadamente, em clara relação de dependência. A sutil relação entre teoria e prática pode ser comprometida tanto pelo anti-intelectualismo/praticismo que despreza a teoria, quanto pelo intelectualismo/teoricismo que ignora o lado ativo que incide na materialidade do mundo. Não existem soluções individuais ou puramente teóricas aos problemas sociais.

Longe de abdicar de críticas, o esforço da pesquisa procurou ser fiel às intenções do discurso korschiano, que nos exige saber transitar pelo significado original da dialética – relação entre geral e particular, idêntico e não-idêntico -, que entrelaça nossas vidas privadas às de um

¹ Neste aspecto basta comparar o comportamento de Korsch com o dos integrantes da “Escola de Frankfurt”. Enquanto o primeiro nunca colocou a necessidade de vender sua força de trabalho acima de suas posições e concepções, subordinando-as a um cargo, emprego ou trabalho, os segundos claramente aplicavam a “dupla contabilidade”, mesmo que de forma mitigada.

contexto social que expressamos e que se expressa por meio de nós em uma espiral ininterrupta. A intenção de se manter fiel, nesse caso, a uma causa, isto é, à causa da autogestão conselheira das forças produtivas e à eliminação do Estado. Causa que permanece em aberto, seja como “a ‘possibilidade objetiva’ do nosso tempo (seu horizonte de inteligibilidade histórica)” seja “para medir o abismo da nossa falta de liberdade” (Ceppa, 1975, p. 1259).²

Postas estas preliminares, torna-se possível expor a contribuição de Korsch para a reflexão crítica de nosso tempo, expondo alguns resultados a partir de duas possibilidades que se intercalam e se interconectam. Primeira, relacionando o pensamento e a prática política de nosso autor com o presente. Segunda, apontando alguns elementos que seu pensamento forneceu para o desenvolvimento de uma teoria social da sociedade moderna.

Apoiado no trabalho de Marx, Korsch nos deixou um legado teórico a partir do qual se pode desenvolver uma teoria social contemporânea, desde que seja recebido criticamente. Como parte desse legado está o evidenciar que a teoria original de Marx, como qualquer produto de uma época histórica determinada, não se presta, como um todo, para uma nova situação histórica. Por sua adesão à forma política da revolução burguesa jacobina, adquiriu importância política em razão das condições europeias de subdesenvolvimento econômico e político. Posteriormente, este conteúdo jacobino manteve importância política naquelas regiões do planeta de capitalismo retardatário, nas quais o proletariado ainda não era absolutamente hegemônico no campo da luta de classes pelo polo dos explorados.

Em sentido contrário, apenas para citar um tópico que Korsch sempre ressaltou a atualidade, foi a crítica de Marx da economia política centrada sobre a análise do valor. Graças a Marx, o valor foi revelado como uma relação social de exploração engendrada por indivíduos no

² *la “possibilità oggettiva” della nostra epoca (il suo orizzonte di intelligibilità storica), [...]a misurare l’abisso della nostra illibertà.*

processo de produção, mas mediada por coisas. Esta base, processos sociais e relações impulsionaram Marx a começar a análise do processo de produção como fundamento da sociedade e serviu de ponto de partida para Korsch nos fornecer uma nova definição de revolução como “socialização”. Definição que funde o político com o econômico e unifica produtores diretos e consumidores.

Outro elemento crucial para uma teoria social contemporânea consistente, deixado por Korsch, se situa no entendimento de que o movimento histórico é formado pela articulação permanente entre superestrutura e base econômica, respectivamente subjetividade e materialidade, a primeira assimilada como realidade material tanto quanto a segunda. E não se trata apenas de compreender teoricamente o movimento histórico. Se acrescentarmos a isso a compreensão de que, pelo princípio de especificidade histórica estabelecido por Marx e reafirmado por Korsch, as categorias de análise não são eternas, mas pertencentes a uma época específica, e que novas relações significam novas categorias de pensamento, em um processo que incluiria a aplicação consciente de conhecimentos teóricos ao processo de produção, pode-se extrair o potencial contido em sua definição de teoria como expressão do próprio movimento histórico, ao invés de antecipadora da história.

Pelo uso do método dialético, o marxismo de Korsch possibilitou a ele se confrontar com um grande número de teorias, tendências e movimentos de sua época para nos fornecer os princípios essenciais para uma ciência social marxista, fonte para um entendimento científico da sociedade atual e de suas múltiplas tendências de desenvolvimento. Enfatizou a relação dialética entre sujeito e objeto, os quais não podem ser arbitrariamente separados, sob pena de se perder a capacidade de a teoria expressar o movimento vivo do proletariado. Ao cruzar as fronteiras da “zona proibida” pela ortodoxia, ou seja, analisar a própria teoria marxista e descobrir os mecanismos pelos quais se transforma em ideologia, a abordagem dialética de Korsch proporcionou um método capaz de compreender um mundo complexo e em constante transformação.

O movimento histórico do seu tempo se caracterizou pela ampla expansão mundial do trabalho social no âmbito das relações entre capital e trabalho assalariado. Sua análise da contrarrevolução pode ser entendida sob essa ótica. Colocada no quadro da luta de classes, antagonizou o movimento do proletariado ao desenvolvimento de uma mesma substância social – que admite variadas formas políticas – ambas em escala mundial. As relações e processos sociais devem ser a base sobre a qual a teoria social é construída. Da mesma forma que é necessário atualizar a obra de Marx e de Korsch, a fim de mostrar as tendências de desenvolvimento contidas na sociedade moderna, tal atitude antidogmática possibilita que os problemas da modernidade possam ser entendidos teoricamente, mas não resolvidos. Sua resolução prática e social depende da ação dos produtores diretos, presos à engrenagem das relações entre capital e trabalho assalariado, quando lutam para romper tais engrenagens desta relação antissocial.

Deve-se atribuir a Korsch, independentemente de pioneirismo e exclusividade, a demonstração histórica e teórica de que dois fatores decisivos – ao mesmo tempo antagônicos e paralelos – para se pensar a transformação revolucionária da atual sociedade não podem ser tratados isoladamente. Embora as condições necessárias para a existência do comunismo sejam obrigatoriamente produzidas no capitalismo, e não em sociedades pré-capitalistas, não se pode realizar a revolução proletária a partir de parâmetros que foram válidos para que a revolução burguesa triunfasse sobre estas formas pretéritas de sociedade.³

³ Considerar o primeiro fator dissociado do segundo, ou seja, neste caso, quebrar a unidade entre materialidade e teoria, conduz em linha reta para opções políticas que se colocam abertamente no campo antiproletário sob o argumento de “apressar” a criação de condições objetivas para a revolução. O que tal argumento oculta, é que o processo de criação das condições objetivas necessárias ao comunismo sempre vem acompanhado de exploração e opressão brutais. Trata-se, portanto, de uma ideologia desenvolvimentista de funcionamento do capitalismo. Ao invés de ser apoiado, pela lógica da centralidade da luta de classes colocada pelo marxismo das relações de produção, este processo tem que ser enfrentado. Porém, a perspectiva do enfrentamento é a da defesa da existência material dos proletários, e não a da conservação ou do retorno a condições pré-capitalistas de existência, funcionamento e gestão. A diferença de perspectivas se destaca quando se observa o resultado da luta: pela primeira,

Da mesma forma coube a Korsch, com contradições e paradoxos, demonstrar que a ação do proletariado é mais abrangente que o marxismo histórico, forjado a partir de experiências particulares e irrepetíveis, pois nenhuma teoria tem a condição de representar definitivamente o proletariado, no máximo corresponder a um momento histórico de seu movimento. Aqui talvez a maior contribuição das elaborações korschianas foi deixar uma teoria que postula a atualidade da revolução proletária mesmo diante de conjunturas não-revolucionárias, por estar fechada para usos institucionais de conservação.

Pode-se assim, afirmar que o sentido da tentativa de “restauração” do marxismo levada a cabo por Korsch, longe de significar a ressurreição de uma forma passada que este assumiu (bolchevismos, vertentes sociais-democratas), deve ser entendido como a retomada da capacidade de aplicar o método marxiano a novas evoluções históricas, livre de componentes especulativos, aperfeiçoado de modo a se adequar às experiências contemporâneas.

Por tal motivo, seria inapropriado interpretar a afinidade política de Korsch com a corrente comunista de conselhos, consequência de sua evolução após 1928, como algo ao estilo de um “corte epistemológico” em relação ao seu anterior pertencimento às ortodoxias, social-democrata e bolchevique. Na verdade tal aproximação foi feita de um ponto de vista original, que enriqueceu aquela corrente política com seus aportes, cuja melhor definição não seria nem de síntese, nem de fusão, mas de uma “confluência inacabada” (Ferreiro, 2008, p. 71).⁴

se vitoriosa, os proletários se aproximam da autogestão social; pela segunda, se vitoriosa, se alcança a democratização da propriedade e/ou da gestão, mantidas as clivagens sociais e de classe.

⁴ Ferreiro parece explicar corretamente o motivo pelo qual ocorreu a evolução separada e diferenciada de Korsch em relação à corrente histórica que daria origem ao comunismo de conselhos, localizando-o em sua ruptura tardia com a social-democracia. Conforme visto no primeiro capítulo, somente em 1919 ele deu baixa do exército e não pode participar do processo de desenvolvimento político que formou o KPD, em dezembro de 1918, com suas tendências internas. Esta defasagem continuou ao longo de toda a década de 1920. Assim, se entende também por que a ruptura de Korsch com a social-democracia tenha assumido uma forma “teórica abstrata” ao invés de

De suas premissas epistêmico-metodológicas, aquela que se refere ao tipo de marxismo que assimilou e procurou desenvolver e praticar, crítico e não dogmático, continua válida, dentre outras aplicações, para evitar usos escolásticos de referenciais teóricos. Seja no meio científico e acadêmico, seja no meio político e social.

A premissa da natureza humana reafirma a não existência desta como conceito geral, e sim como socialmente construída. Algo especialmente atual e sólido para se contrapor a teorias e práticas fundadas em postulados éticos ou morais, como se estes últimos fossem determinantes na vida social ao invés de determinados pela materialidade.⁵ A ética e a moral humanas são sempre as de uma dada relação social entre indivíduos em um dado tempo e espaço, o que se conecta com a premissa da especificidade histórica mediante a exigência da verificação empírica.

A importância da premissa da generalização pode ser confirmada na pesquisa social ao se atribuir atenção especial aos traços encontrados em estudos de caso na sua singularidade. Por exemplo, pesquisar

“política e concreta, como ocorreu com a esquerda proto-conselhistas” e, em um primeiro momento, sua crítica do leninismo tenha sido “filosófica” e não “tática” e sua ruptura com o bolchevismo “fosse mais matizada, em sua linha de não criar generalizações ideológicas e de tomar o fenômeno em sua historicidade concreta e mutável” (Ferreiro, 2008, p. 72).

⁵ Aqui se pode mencionar, pelas suas implicações políticas, o exemplo daqueles que atribuem à corrupção algo inerente à natureza humana ou pelo menos ao âmbito das relações políticas. Evocar a corrupção por razões morais significa criticar a sua prática como se fosse um desvio de uma norma ideal, ao invés de situá-la em termos econômicos no âmbito da repartição/distribuição da mais-valia entre os capitalistas, que ocorre posteriormente ao processo de exploração da força de trabalho pelos exploradores. Em sua manifestação mais corrente, transferência de dinheiro de empresários para políticos, pode ser equiparada aos impostos. Enquanto os segundos retornam, em parte, para as empresas sob a forma de manutenção e ampliação de infraestruturas, a corrupção retorna sob a forma de privilégios e favorecimentos às empresas em sua concorrência contra outras empresas que empregaram menos recursos nessa prática. Desta perspectiva econômica, para o capitalismo enquanto sistema, a corrupção passa a ser encarada como algo negativo se seu volume chegar a níveis que provoquem fuga de capitais de modo regular. E revela seu potencial destrutivo se for capaz de substituir os mecanismos institucionais (administrativos e judiciais) existentes, fazendo-os deixar de existir na prática e levando o Estado à paralisia.

manifestações específicas de ação autônoma do proletariado em experiências localizadas e proceder a comparações.⁶

A premissa da *práxis* possibilita dotar uma teoria social de categorias analíticas próprias para explicar os processos de transformação contemporâneos, a exemplo do conceito de **recuperação** e do **princípio do institucional** conforme expostos neste trabalho, elaboradas a partir da intervenção consciente de seres humanos e não meramente como ato do intelecto, puramente racional-abstrato.

Incorporar a premissa que relaciona teoria e movimento do proletariado em uma teoria social dos nossos dias, se traduz em pensar os problemas das lutas sociais ao mesmo tempo em que acontecem. Rejeitar posturas de exterioridade da consciência dos agentes ativos em tais lutas, bem como distanciamentos neutrais que colocam o pesquisador social mais na posição de árbitro do que de teórico da sociedade. A primeira postura por seu evidente elitismo, a segunda pelo seu conteúdo utópico e/ou ideológico.

O modo como Korsch aplicou a premissa das forças produtivas e das relações de produção serve a uma teoria social atual se considerarmos a centralidade do trabalho – entendida historicamente – e a ele for atribuída a condição de elemento transformador das condições materiais de existência sem incorrer no determinismo econômico nem no voluntarismo subjetivista. Neste ponto, transformação é entendida como alteração radical na forma de produzir e reproduzir a vida, alcançável somente por meios revolucionários.

A última de suas premissas, relação entre base econômica e superestrutura política, nos ajuda na construção de uma teoria social que, ao mesmo tempo, consegue relacionar – e não subordinar – ao econômico todas as manifestações da vida em sociedade e também considera os fenômenos da subjetividade como parte de uma to-

⁶ Oaxaca, no México em 2006, e Rojava na Síria em 2015, são manifestações diferentes de tentativas de os próprios explorados tomarem em suas próprias mãos seus destinos, a partir das quais se pode proceder a generalizações.

talidade social sem incorrer em particularismos ou fragmentações. Perder esta dupla dimensão relacional significa produzir uma teoria social sem criticidade revolucionária.

Passemos a alguns dos resultados oriundos de suas concepções de autonomia proletária e contrarrevolução.

A começar pela sua definição de socialização, por meio do “programa de socialismo prático”, que hoje nos auxilia na compreensão do antagonismo entre iniciativas de estímulo ao pequeno capital – agricultura familiar, jovens empreendedores, políticas de fomento às pequenas empresas, por exemplo – e o devido assenhoreamento da produção pelos assalariados. Isto significa que a socialização korschiana demarca claramente sua incompatibilidade com compradores de força de trabalho em qualquer grau.⁷

Outro aspecto fértil para os dias atuais derivado do “socialismo prático” de Korsch, foi a percepção de que não basta entregar os meios de produção aos produtores diretos. Embora fundamental e incontornável, “a terra e as fábricas para os que nelas trabalham” é insuficiente quando pensado em termos de uma sociedade que unifique tempo livre com abundância material. É preciso incluir os usuários dos produtos e serviços produzidos, em igualdade de poder decisório, no âmbito das instituições da nova sociedade (conselhos). Isto evitaria um reforço da

⁷ Aqui duas confusões devem ser evitadas. Primeira, o caráter reacionário do pequeno capital, e de qualquer proposta que objetive o seu fortalecimento, não significa ignorar a existência de contradições e fricções reais daquele com o grande capital. Significa tão somente que são contradições de tipo não-antagônico que, ao invés de exigirem superação, admitem composição. Os objetivos do pequeno capital, se realizados, conduzem apenas a uma reconfiguração no interior das classes exploradoras. Tal reconfiguração não altera o empenho dos pequenos capitalistas na conservação do capitalismo, equivalente ao dos grandes capitalistas, tampouco sua oposição aos objetivos de emancipação do proletariado. Segunda, condição de classe não se confunde com condição de vida. Não raro, pequenos capitalistas gozam de uma materialidade (padrões e qualidade de vida) inferior à de muitos proletários qualificados, o que pode ocasionar, em aspectos estritamente pontuais, certas confluências e similitude de interesses de modo a permitir atuarem em aliança política. Nesse caso, se alerta para não tomar o tático pelo estratégico, nem considerar aliança de interesses como sinônimo de fusão de interesses.

especialização do trabalho, e da ideologia meritocrática que a acompanha, além de abrir a possibilidade para que qualquer pessoa possa debater e decidir a totalidade das formas concretas que a materialidade social pode assumir.

A denúncia efetuada pelo Korsch “socialista prático” de medidas restritas ao âmbito da distribuição, mantendo intocadas as relações de produção, nos fornece hoje valiosos elementos de compreensão e crítica para distinguir como políticas distributivas governamentais que alegadamente objetivam diminuir a pobreza, na verdade aumentam a desigualdade. E mais, que as clivagens não ideológicas do capitalismo são as que opõem produtores e apropriadores de riquezas e não “ricos e pobres” ou “excluídos e incluídos”.

Sua ênfase nos aspectos ativistas do proletariado abre, hoje em dia, vias para se pensar a construção de formas de ação política alternativas às da democracia – baseadas em mandatos representativos e na delegação passiva do poder de decidir o cotidiano da vida social a especialistas da política, ainda assim em espaços minoritários do Estado.⁸ Abre-se assim um potencial de crítica prática, pela positiva, a estratégias de “conquista do Estado” que conduzem invariavelmente à integração das parcelas ativistas do proletariado no capitalismo.

Korsch combateu o verbalismo em duas de suas manifestações. Por um lado, sua crítica ao verbalismo da social-democracia permite hoje dotar o cientista social de um critério para verificar empiricamente – e assim saber distinguir nas lutas sociais do presente – proposições com

⁸ Para se ter a dimensão do caráter restrito da democracia como regime político, tanto em nível de Brasil quanto internacional, basta enumerar algumas instituições e âmbitos com grande capacidade de influir na vida das pessoas, isto é, dotadas de poder político real – sejam do Estado ou da sociedade civil – com pouco ou nenhum controle democrático: funcionários do primeiro escalão dos executivos e de empresas estatais (que detêm de fato e de direito enormes poderes), componentes dos Tribunais (que os capitalistas indicam para interpretar o direito), dirigentes dos Bancos Centrais, comandantes das forças armadas e das polícias, diretores dos meios de comunicação de massa (jornais, rádios, televisões), dirigentes de instituições religiosas (Vaticano, igrejas protestantes, mesquitas, sinagogas), instituições financeiras (FMI, Banco Mundial), instituições de âmbito multinacional (ONU, OEA, OUA, Interpol, Tribunais Internacionais).

capacidade de interferência real na luta de classes daquelas que expressam práticas de enquadramento da luta por meio do desvio da atenção dos lutadores sociais de ideias e ações para atribuir maior importância às palavras e à eloquência. Por outro lado, sua crítica ao verbalismo nazista, possibilita uma potente demonstração dos limites (e perigos, de uma perspectiva revolucionária) de certas vertentes políticas contemporâneas que, deliberadamente ou não, atribuem, na prática, à esfera da linguagem a condição de criadora de realidades, em substituição a ações diretas por igualdade.⁹

A defesa que Korsch fez da liberdade de associação e contra associações compulsórias pode servir de substrato teórico para alimentar propostas programáticas dos trabalhadores, em especial contra as muitas imposições da legislação sindical em vigor no Brasil: imposto sindical, unicidade sindical, restrições a greves e a organizações nos locais de trabalho e possibilidades de cobrar taxas, por exemplo.

Os movimentos e lutas sociais de explorados e oprimidos poderiam ganhar muito se levarem em consideração a formulação korschiana de manter a unidade entre consciência subjetiva que cada movimento tem de si mesmo – possibilidades, alcances, sucessos e fracassos – e as propostas de ação e formas de luta. Evitando assim propostas inatingíveis no âmbito programático, ações verbais que não se materializam no âmbito prático, tarefas irrealizáveis no âmbito organizativo, dentre outras mazelas e obstáculos já encontrados em tantos movimentos.

⁹ Politicamente, este poder construtivo atribuído à linguagem aparenta possuir um caráter progressista ao argumentar que a linguagem pode se tornar uma ferramenta de exclusão social das minorias nas mãos dos poderosos, posto que são eles quem controlam os meios por onde se disseminam mensagens e informações e se modificam as realidades. Logo, prossegue o argumento, ao se conseguir alterar termos consagrados impregnados de conotações, preconceituosas por exemplo, se conseguiria eventualmente mudar ideias preconcebidas e, conseqüentemente, alcançar maior integração de grupos sociais com pouca força social. A base filosófica para esta equiparação antimaterialista entre linguagem e ação, que concebe a atuação da linguagem para além de sua condição de ferramenta descritiva, também serviu de base para todos os nacionalismos linguísticos (Zabaltza, 2006). Vislumbra-se assim o nexo entre verbalismo, nazismo e certas posições “politicamente corretas” atuais.

O Korsch maduro elevou o rigor do significado do socialismo/comunismo como conceito de uma sociedade pós-capitalista. Ao nos colocar em guarda contra definições que o rebaixavam ao nível de variantes capitalistas (capitalismo de Estado, cooperativismo), abriu caminho para percepções mais claras de que certas tarefas não podem ser evitadas se o objetivo final é comunista: internacionalismo, fusão do político com o econômico, violência revolucionária, novas formas institucionais não estatais. No mesmo sentido, nos acautelou contra entendimentos confusos que assimilam lutas policlassistas (antimperialismo, antifascismo) como lutas socialistas, evidenciando seus conteúdos distintos e, em não poucas situações, opostos.

Com Korsch se pode aprender que um enfrentamento teórico não é um enfrentamento entre teorias, no sentido de dispensar a mediação da prática. Trata-se de um dos aspectos presentes no pensamento de Marx que o marxismo korschiano reforça, ao mesmo tempo em que nega as tentativas de Marx em fazer adaptações teóricas para forçar amadurecimentos históricos, vide o caso da Rússia da década de 1870-80, mesmo quando movido subjetivamente por intencionalidades revolucionárias.

O fracasso da tentativa teórica do jovem Korsch de conciliar o Estado, seja ele capitalista democrático ou de transição expressando a ditadura do proletariado, com as novas instituições criadas para a revolução proletária, nos deixa uma indicação de que a estratégia revolucionária conselhistas além de incompatível, dispensa qualquer forma estatal ao tornar desnecessário qualquer processo de “definhamento” institucional (extinção gradativa). Pela teoria do Korsch maduro, qualquer “transição socialista” para o comunismo é, na verdade, mera cobertura ideológica para a conservação de relações de exploração e opressão.

Seu método autocrítico revolucionário de aplicação da dialética a pensamentos e formas de organização da própria classe proletária em luta, conserva potencial explicativo para movimentos cujo desenvolvimento se apresenta contraditório no momento em que acontecem, conectando as dimensões históricas – presente, passado

e futuro – de modo a reter ensinamentos para os próprios envolvidos nas lutas sociais e classistas.

Por meio de Korsch se constata que as duas principais correntes políticas originárias e ainda existentes do extinto movimento operário e socialista, marxismo e anarquismo, possuem muitos aspectos atuais e possibilita que ambas as correntes – marxistas antiestatais e anarquistas proletários – possam estabelecer relações de aliança estratégica, conforme indicado pela proposta de nosso autor de reorganização conjunta inspirada no modelo da I Internacional (AIT). Embora a teoria korschiana igualmente evidencie que uma *práxis* revolucionária não esteja atrelada ou subordinada a qualquer tradição teórica ou política. Tampouco depende, para sua realização, de que o capitalismo enquanto sistema mundial alcance estágios econômicos predeterminados.

Dos enunciados gerais de Korsch sobre economia, proferidos sempre pela ótica do militante que procura encontrar caminhos para que a ação proletária autônoma seja bem-sucedida, resultou pelo menos uma diretiva cuja cientificidade não foi refutada empiricamente. Trata-se do entendimento segundo o qual, sendo a existência periódica de crises uma característica absolutamente normal do funcionamento econômico capitalista, delas não se pode esperar qualquer potencial destruidor do sistema e menos ainda potencial transformador em sentido comunista, embora a revolução proletária para triunfar necessite de uma conjuntura de crise. Não por razões econômicas, mas devido ao fato de que está historicamente comprovado que, durante as crises, as classes capitalistas encontram maior dificuldade para alcançar o grau necessário de unidade para reprimir o proletariado revolucionário.

Combinando materialidade com subjetividade, Korsch enumerou com clareza dois pontos a serem verificados para que seja possível identificar tendências no âmbito da luta de classes e embasar a ação prática: pesquisar a situação da produção capitalista e o grau de conflitualidade ali presente; aferir os níveis de consciência, organização e disposição de luta do conjunto do proletariado. Isto significa que uma ação revolucio-

nária não pode ser determinada nem pelos setores mais radicalizados e combativos do proletariado, nem pelos seus setores mais conservadores e acomodados. O agir revolucionário vitorioso não pode ser realizado por minorias, pois o capital já demonstrou sucessivas vezes sua capacidade de derrotar ataques parciais.

De seus escritos sobre o fascismo, conservaram o frescor da contemporaneidade e, por tal motivo, merecem especial relevo: a) ter percebido, provavelmente auxiliado por sua formação jurídica, com anos de antecedência a tendência de as democracias representativas liberais incorporarem, em seus ordenamentos jurídicos, dispositivos típicos dos regimes nazifascistas. Isto significa que as formas “clássicas” assumidas pelo fascismo (Alemanha, Itália, Espanha) tornaram-se desnecessárias para a realização de objetivos permanentes, e nunca plenamente realizados, para os quais foram criadas. Permanência que não se esgotará antes do fim do capitalismo;¹⁰ b) ao combinar analiticamente unicidade sindical com nacionalismo, expôs com clareza a ligação entre fascismo e corporativização das massas proletárias, no sentido de enquadramento pela força de todos os aspectos organi-

¹⁰ Trata-se de uma evolução de algo que, nos tempos de Korsch, poderia ser definido como uma leitura conjuntural oportunista – de empresários, gestores governamentais e da maioria dos trabalhadores, cada qual a seu modo – diante de um momento por eles considerado favorável para obter vantagens materiais. Mas hoje, potencializado e institucionalizado, revela a força do regime democrático o qual, por sua capacidade de recuperar lutas e assimilar contestações, se mostrou capaz de derrotar a forma fascista e neutralizar as forças políticas de esquerda, como bem sintetizou o Jornal Passa Palavra em 5/7/2013: “O fascismo, no entanto, parte de um enorme erro político, um erro que ditou todas as suas derrotas. O erro mortal do fascismo consiste em julgar que as democracias são regimes inerentemente débeis, incapazes de se impor perante insatisfações generalizadas e a desordem das ruas, e que só eles, os fascistas, conseguiriam implantar a ordem e a autoridade, estabelecendo uma ditadura e colocando novas elites nos lugares de comando. Este mesmo erro — embora com sinal político inverso — está também difundido entre os grupos esquerdistas, que consideram que mais cedo ou mais tarde a democracia terá de fazer apelo ao fascismo. Sentindo que as suas formas organizacionais e as suas armas ideológicas são ineficazes perante a democracia, esses grupos esquerdistas profetizam que o fascismo está ao virar da esquina e que é melhor as pessoas apoiarem-nos desde já a eles, grupos esquerdistas, porque a democracia ou será impotente para se opor ao fascismo ou mesmo o convocará enquanto bombeiro da ordem. Mas este erro da apreciação levou a becos sem saída os predecessores desses grupos, tal como levará agora os seus herdeiros” (Passa Palavra, 2016).

zativos dos explorados com vistas a incapacitá-los, ou pelo menos fragilizá-los ao máximo, para resistir e impedir processos de intensificação de sua própria exploração; c) o evidenciar do surgimento de iniciativas nazistas pensadas para impedir a luta social e que, poucas décadas depois, foram naturalizadas tanto pelo Estado Democrático de Direito quanto pela sociedade civil capitalista;¹¹ d) a percepção de que o fascismo sempre é um momento de ofensiva do capital e não de sua “agonia”, portanto acontece depois da derrota da revolução proletária e nunca a esta antecede; e) diante de uma confrontação intercapitalista, o proletariado consciente deve adotar uma postura, ao mesmo tempo, ativa e abstencionista. Isto se traduz pelo não alinhamento com quaisquer dos lados em disputa simultaneamente com ações para constituir um campo próprio que possibilite a sua movimentação independente; e) a intrínseca ambiguidade em toda política de guerra, de modo a permitir a sua transformação em seu contrário, leia-se, inversão de objetivos, e f) a demonstração da conexão direta entre concepções filosófico-epistemológicas e escolhas políticas que extrapola em muito a temática do fascismo.

O conceito korschiano de contrarrevolução, com sua significação bipartida, tem se mantido potente para a análise de acontecimentos contemporâneos no hodierno mundo multipolar, servindo de apoio para destrinchar emaranhados geopolíticos e esclarecer ações no âmbito das relações internacionais seja entre Estados nacionais, seja internamente com suas populações.

¹¹ A assunção de tarefas de formação profissional por centrais sindicais de trabalhadores e o agenciamento de postos de trabalho por sindicatos são dois eloquentes exemplos no mundo do trabalho. No meio estudantil universitário, a proliferação de atléticas para desviar para a prática desportiva a participação política de estudantes (quando não estudante-trabalhador, o estudante é um trabalhador em transição) também é um bom exemplo de prática nazista hoje assimilada pela democracia. A ocupação do tempo livre dos trabalhadores é outro eixo de controle da força de trabalho inspirada diretamente pelo nazismo e ajuda a entender as dimensões absolutamente desproporcionais assumidas pelos recursos dispendidos pelo capital com a profissionalização do esporte, transformando o entretenimento em ramo industrial. O nazismo operou a modernização da política do “pão e circo” da Roma Antiga no sec. XX, enquanto a democracia a sofisticou para manter sua validade para o século XXI.

A crítica política korschiana ao enfatizar a inseparabilidade entre objetivos, meios e métodos para qualquer organização de explorados e oprimidos, nos legou aspectos nítidos de oposição ao maquiavelismo e ao primado da tática, válidos tanto para organizações políticas quanto para movimentos sociais que se pretendam anticapitalistas. Ligado a isso, demonstrou que tais organizações e movimentos devem se afastar de concepções políticas simplórias que compreendem a ação anticapitalista desprovida de diversificação e que não esteja combinada com um sistema de instituições voltadas ao atendimento de demandas militares e formativo-culturais.

No plano da subjetividade, certas ênfases korschianas na ruptura de determinadas forças psicológicas presentes no proletariado, que atuam em favor da conservação do *status quo* (ilusões, saudosismo, ingenuidade, confusões), foram acertadas, apesar de que em muitos momentos de seu pensamento tenham aparecido sob um estilo de amargurado pessimismo.

Sobre suas críticas às ortodoxias marxistas, nosso autor conseguiu demonstrar que o vínculo teoria/revolução/classe revolucionária é indissolúvel e não admite substituições parciais de nenhum de seus componentes. Consequência atual de tal demonstração radica no fato de que não pode haver “aproveitamentos” de teorias burguesas para se pensar a revolução proletária contra o capitalismo. Se articuladas com a denúncia do capitalismo de Estado da URSS, que Korsch realizou, temos um conjunto de críticas pertinentes aos atuais regimes remanescentes dessa forma institucional política e econômica (China, Cuba, Coreia do Norte, Vietnã).

Korsch se integra a uma cepa marginal (marginalizada?) de teóricos-militantes que captou que a luta do proletariado, após a derrota da Revolução Russa de 1917, deve se dar em duas frentes concomitantes: contra capitalistas e contra reformistas. Os primeiros externamente (inimigos declarados) e os segundos internamente (falsos amigos) ao campo proletário. Empiricamente, esta compreensão vem se confirmando

na história por todas as tentativas de afirmação da autonomia proletária terem sido derrotadas por causas geradas ora pelos primeiros, ora pelos segundos, ora por ambos combinadamente.

A associação entre os conceitos de contrarrevolução e totalitarismo, da forma operada por Korsch, apresenta uma plasticidade que permite explicar conteúdos econômico-sociais similares se manifestando sob formas político-institucionais diferentes. Contribuiu assim, por exemplo, para desmistificar tanto as ideologias democrática e “neoliberal”, ainda muito disseminadas nos dias de hoje, quanto a ideologia do “socialismo real”.

Por fim, cabe destacar que nosso autor lançou luzes para outra fonte de dogma, contribuindo para desmistificar ideologias de “culto ao operário”. De modo peculiar, chamou atenção para a possibilidade de que o proletariado pode se tornar reacionário, pois a sua condição de classe revolucionária não está predeterminada ou lhe é inerente. Pelo contrário, trata-se de algo construído a partir de sua práxis (ação, pensamento sobre o agir e introjeção).

Resta alargar o olhar para o conjunto integrado pela vida e obra de Korsch e tentar situar o seu lugar específico entre os pensadores revolucionários históricos. Não será por seu exemplo de conduta pessoal independente, nem pelo teor extremo de criticidade, radicalidade anti-ideológica e antidogmática de seu pensamento, traços reconhecidos pela quase unanimidade de quem se debruçou sobre seus escritos. Nestes quesitos outros o igualaram, mesmo que de formas diferenciadas. O mais importante de seu legado pode ser encontrado nas possibilidades abertas pelas suas reflexões e na sua proposição de construção de uma nova teoria, simultaneamente revolucionária e anticapitalista, que englobasse todas as contribuições anteriores, fruto de ações e reflexões da classe proletária. Aceitar essa proposta e enfrentar tal desafio na prática, parece ser a marca mais estimulante que Korsch deixou para as gerações posteriores, persistentemente ainda por superar.

REFERÊNCIAS

- ABENDROTH, Wolfgang; LENK, Kurt. **Introducción a la ciência política**. Barcelona: Anagrama, 1971.
- AUTHIER, Denis. **A esquerda alemã 1918-1921**. Porto: Afrontamento, 1975.
- ANWEILER, Oskar. **Los soviets en Rusia 1905-1921**. Madrid: Zero, 1975.
- BERGER, Claude. **Marx frente a Lenin: Asociación obrera o Socialismo de Estado**. Bilbao: Zero, 1977.
- BERLIN, Isaiah. Ainda existe a teoria política? In: HARDY, Henry; HAUSCHEER, Roger (orgs.). **Estudos sobre a humanidade**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- _____. **Democracia totalitária**. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. **Labirintos do fascismo**. Porto: Afrontamento, 2003.
- _____. Propostas para uma metodologia da História. **História Revista**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 193-197, jul./dez. 2006.
- _____. Socialismo da abundância, socialismo da miséria. In: **Passa Palavra**, 2011. Disponível em: <<http://www.passapalavra.info/2011/03/37649>>. Acesso em: 10 out. 2015.
- BERNSTEIN, Eduard. **Socialismo evolucionário**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BIANCHI, Álvaro. Uma teoria marxista do político? O debate Bobbio trent'anni doppio. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 70, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452007000100004&lng=en&nrm=iso&tlng=en#tx17>. Acesso em: 5 jun. 2009.

BLUNDEN, Andy. **Joseph Dietzgen (1828-1888) Biography**. MIA [s.d.]. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/dietzgen/index.htm>>. Acesso em: 4 fev. 2016.

BOOKCHIN, Murray. **Anarquismo, crítica e autocrítica**. São Paulo: Hedra, 2010.

BORDIGA, Amadeo. **Carta a Karl Korsch (1926)**. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/bordiga/1926/10/carta.htm>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

_____. Al II Congresso dell'Internazionale Comunista. [1921]. In: **El "parlamentarismo revolucionario" leninista**. 2009. Disponível em <http://www.pnr.org.es/el-parlamentarismo-revolucionario-leninista>. Acesso em: 22 dez. 2015.

BOURRINET, Philippe. **MIASNIKOV, Gavril Il'itch (1889-1945), dit «Gan'ka»**. In: "Left Wing" Communism – an infantil disorder?, 2002. Disponível em: <http://www.left-dis.nl/f/biomiasni.pdf> . Acesso em: 25 jan. 2013.

_____. **Los Consejos Obreros en la teoría de la Izquierda Comunista holandesa y alemana**. CICA Web 2003. Disponível em: <http://www.geocities.ws/cicabib/bourrinet_consejos.zip>. Acesso em: 28 jan. 2016.

BRENDEL, Cajo. **O comunismo de conselhos e a crítica do bolchevismo**. Biblioteca Virtual Revolucionária, 1999. Disponível em: <<http://www.oocities.org/autonomiabvr/critbolch.html>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

BROUÉ, Pierre. **El Partido Bolchevique**. [Buenos Aires]: Alternativa Socialista, 2005.

BRUNO, Lúcia. **O que é autonomia operária**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BUCKMILLER, Michael. Observaciones sobre la critica de Korsch de Oskar Negt. In: **Karl Korsch o el nacimiento de una nueva época**. Barcelona: Anagrama, 1973, p. 105-124.

CEPPA, Leonardo. La concezione del marxismo in Karl Korsch. In: **Storia del Marxismo Contemporâneo**. 2ed. Milano: Annales del Instituto Giangiacomo Feltrinelli, 1975, p. 1231-1259.

CONFEDERACIÓN NACIONAL DEL TRABAJO. **Qué es la CNT**. Disponível em: <http://www.cnt.es/que_es_cnt>. Acesso em: 28 set. 2015.

DIETZGEN, Joseph. **La esencia del trabajo intelectual**. Salamanca: Sígueme, 1975.

_____. **The Nature of Human Brain Work: An Introduction to Dialectics**. PM Press, Oakland, 2010. 142 p.

_____. **La resolución positiva de la Filosofía**. Barcelona: Laia, 1976.

DROZ, Jacques (Org.). **História Geral do Socialismo. Volume VI: O Socialismo fora da Europa**. Lisboa: Horizonte, 1979.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. Introdução à guerra civil na França, de Karl Marx (1891). In: MARX, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 187-197.

_____. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. In: **Textos I**. São Paulo: Edições Sociais, 1977.

ELLIOT, Marie Elizabeth. **Sociology or a Marxist Social Science: An Analysis of the Work of Karl Korsch** (1979). Open Access Dissertations and Theses. Paper 2796.

FABIAN SOCIETY. **About**. Disponível em: <<http://www.fabians.org.uk/about>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

FERRATER MORA, José. Dogmatismo. In: **Dicionário de Filosofia, tomo I (A-D)**. São Paulo: Loyola, 2ª ed., 2004.

FERREIRO, Roi. Karl Korsch y el comunismo de consejos. In: **Karl Korsch: Su visión del marxismo**. [s.l.], CICA Web, 2008, p. 71-78.

FORNAZIERI, Aldo (Ed.). **A III Internacional Comunista (Volume II) Teses e Resoluções do II Congresso**. São Paulo: Brasil Debates, 1989a.

_____. **A III Internacional Comunista (Volume III) Teses e Resoluções do III Congresso**. São Paulo: Brasil Debates, 1989b.

GERLACH, Eric. El marxismo no dogmático de Karl Korsch. In: **Karl Korsch: Su visión del marxismo**. [s.l.], CICA Web, 2008, p. 439-456.

_____. La evolución del marxismo desde la filosofía revolucionaria hasta la teoría científica de la acción proletaria en Karl Korsch. In: **Karl Korsch: Su visión del marxismo**. [s.l.], CICA Web, 2008, p. 46-65.

GERRATANA, Valentino et al. **Consejos Obreros y Democracia Socialista**. México (DF): Siglo XXI Editores, 1977.

GORTER, Herman. Carta aberta ao companheiro Lênin. In: TRAGTENBERG, Maurício (Org.). **Marxismo heterodoxo**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 14-74.

_____. The Lessons of the "March Action" (1921). In: Marxists Internet Archive. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/gorter/1921/march-action.htm#n1>>. Acesso em: 28 mar 2013.

KELLNER, Douglas. **El Marxismo Revolucionario de Karl Korsch**. México: Premia, 1981.

_____. **Karl Korsch: revolutionary theory**. Austin: University of Texas Press, 1977.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

KORSCH, Hedda. Memórias de Karl Korsch. In: **¿Que es la socialización?** Un programa de socialismo practico. Buenos Aires: Pasado y Presente, 1973, p. 113-129.

KORSCH, Karl. A dialética de Marx. In: **Marxismo e filosofia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008a, p. 147-151.

_____. A dialética materialista. In: **Marxismo e filosofia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008b, p. 153-158.

_____. Algunos supuestos básicos para una discusión materialista de la teoría de las crisis. In: **¿derrumbe del capitalismo o sujeto revolucionario?** México: Pasado y Presente, 1978a, p. 124-131.

_____. A ideologia marxista na Rússia. In: Korsch, Karl e outros. **A contra-revolução burocrática**. Coimbra: Centelha, 1978b, p. 251-261.

_____. **A Guerra e a Revolução**. Fortaleza: A favor da rua, 2010a. Disponível em: <<http://afavordarua.webnode.com.br/news/a%20guerra%20e%20a%20revolu%C3%A7%C3%A3o%20-%20karl%20korsch/>>. Acesso em: 17 maio 2011.

_____. Aspectos fundamentales vinculados a la socialización. In: **¿Que es la socialización?** Un programa de socialismo practico. Buenos Aires: Pasado y Presente, 1973a, p. 89-102.

_____. **Concepción materialista de la historia**. Madrid: Zero, 1975.

_____. Contribución a la historia de la ideología marxista en Rusia. In: **Teoría marxista y acción política**. México (DF): Pasado y Presente, 1979a, p. 180-185.

_____. Declaración ante el Reichstag sobre el tratado ruso-alemán. In: **Karl Korsch Escritos políticos I**. México: Folios, 1982(I)g, p. 176-179.

_____. Declaración de las izquierdas sobre la crisis en el PCUS y en la Comintern. In: **Karl Korsch Escritos políticos I**. México: Folios, 1982(I)h, p. 180-183.

_____. De la política obrera burguesa a la lucha de clases proletaria. In: **Karl Korsch Escritos políticos II**. México: Folios, 1982(II)a, p. 456-462.

_____. Der Empirismus in der Hegelschen Philosophie. In: **Gesamtausgabe. Band 5**. Amsterdam: Stichting beheer IISG, 1996a, p. 473-498.

_____. Diez años de luchas de clase en la Rusia soviética. In: **Sobre la teoría y la práctica de los marxistas**. Salamanca: Sígueme, 1979b, p. 125-136.

_____. Diez tesis sobre el marxismo hoy. In: **Karl Korsch Escritos políticos II**. México: Folios, 1982(II)b, p. 493-495.

_____. Economía y política en la España revolucionaria. In: **Karl Korsch Escritos políticos II**. México: Folios, 1982(II)c, p. 288-296.

_____. El camino de la Comintern. In: **Teoría marxista y acción política**. México (DF): Pasado y Presente, 1979c, p. 110-130.

_____. El empirismo en la filosofía de Hegel. In: **Teoría marxista y acción política**. México (DF): Pasado y Presente, 1979d, p. 146-166.

_____. El joven Marx como filósofo activista. In: **Karl Korsch o el nacimiento de una nueva época**. Barcelona: Anagrama, 1973b, p. 125-132.

_____. El marxismo y las tareas actuales de la lucha de clases proletaria. In: **Teoría marxista y acción política**. México (DF): Pasado y Presente, 1979e, p. 203-210.

_____. El método dialéctico en El Capital. In: **Teoría marxista y acción política**. México (DF): Pasado y Presente, 1979f, p. 173-179.

_____. El problema de la socialización antes y después de la revolución. In: **¿Que es la socialización?** Un programa de socialismo practico. Buenos Aires: Pasado y Presente, 1973c, p. 69-73.

_____. El programa de socialización socialista y el sindicalista. In: **¿Que es la socialización?** Un programa de socialismo practico. Buenos Aires: Pasado y Presente, 1973d, p. 75-78.

_____. El segundo partido. In: **Sobre la teoría y la práctica de los marxistas**. Salamanca: Sígueme, 1979g, p. 137-156.

_____. El terror en la Rusia soviética y las tareas del proletariado ante la guerra inminente. In: **Karl Korsch Escritos políticos I**. México: Folios, 1982(I)j, p. 189-195.

_____. En el corazón de la concepción materialista de la historia. In: Korsch, Karl; GORTER, Herman; PANNEKOEK, Anton. **La izquierda comunista germano-holandesa contra Lenin**. [Barcelona]: Espartaco Internacional, 2004a, p. 5-85.

_____. En torno al Gobierno de Trabajadores. In: **Sobre la teoría y la práctica de los marxistas**. Salamanca: Sígueme, 1979h, p. 49-53.

_____. Estado atual do problema (Anticrítica). In: **Marxismo e filosofia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008e, p. 83-122.

_____. Estado y contrarrevolución. In: **Sobre la teoría y la práctica de los marxistas**. Salamanca: Sígueme, 1979i, p. 237-244.

_____. Estructura y practica del totalitarismo. In: **Karl Korsch Escritos políticos II**. México: Folios, 1982(II)d, p. 438-445.

_____. Evolución del problema de los consejos obreros políticos en Alemania. In: **Sobre la teoría y la práctica de los marxistas**. Salamanca: Sígueme, 1979j.

_____. Fundamentos de una teoría revolucionaria de las crisis. In: **¿Derrumbe del capitalismo o sujeto revolucionario?** México: Pasado y Presente, 1978c, p. 107-123.

- _____. **Gesamtausgabe. Band 1.** Frankfurt am Main: Europäische Verlagsanstalt, 1980a.
- _____. **Gesamtausgabe. Band 2.** Frankfurt am Main: Europäische Verlagsanstalt, 1980b.
- _____. **Gesamtausgabe. Band 3.** Amsterdam: Stichting beheer IISG, 1993.
- _____. **Gesamtausgabe. Band 5.** Amsterdam: Stichting beheer IISG, 1996.
- _____. **Gesamtausgabe. Band 8.** Amsterdam: Stichting beheer IISG, 2001a.
- _____. **Gesamtausgabe. Band 9.** Amsterdam: Stichting beheer IISG, 2001b.
- _____. Hegel y la revolución. In: **Teoría marxista y acción política.** México (DF): Pasado y Presente, 1979k, p. 144-145.
- _____. Introducción a El Capital. In: **Tres ensayos sobre marxismo.** México (DF): Era, 1979l, p. 49-80.
- _____. Introducción a la Crítica del programa de Gotha. In: **Karl Korsch Escritos políticos I.** México: Folios, 1982(l)d, p. 68-89.
- _____. **Karl Marx.** Barcelona: Ariel, 2ª ed., 1981.
- _____. La colectivización en España. In: **Karl Korsch Escritos políticos II.** México: Folios, 1982(II)e, p. 297-305.
- _____. La comuna revolucionaria I. In: **Karl Korsch Escritos políticos II.** México: Folios, 1982(II)f, p. 272-279.
- _____. La comuna revolucionaria II. In: **Karl Korsch Escritos políticos II.** México: Folios, 1982(II)g, p. 280-287.
- _____. La contrarrevolución fascista. In: **Karl Korsch Escritos políticos II.** México: Folios, 1982(II)h, p. 352-370.
- _____. La crisis del marxismo. In: **Karl Korsch o el nacimiento de una nueva época.** Barcelona: Anagrama, 1973e, p. 133-142.
- _____. La cuestión Trotski. In: **Karl Korsch Escritos políticos I.** México: Folios, 1982(l)k, p. 196-207.
- _____. La división del trabajo entre trabajo manual y trabajo intelectual y el socialismo. In: **¿Que es la socialización? Un programa de socialismo practico.** Buenos Aires: Pasado y Presente, 1973f, p. 79-

88.

_____. La filosofía de Lenin. In: Korsch, Karl; GORTER, Herman; PANNEKOEK, Anton. **La izquierda comunista germano-holandesa contra Lenin**. [Barcelona]: Espartaco Internacional, 2004b, p. 383-395.

_____. La fórmula socialista para la organización de la economía. In: **Karl Korsch Escritos políticos I**. México: Folios, 1982(I)a, p. 9-12.

_____. La lucha obrera contra el fascismo. In: **Karl Korsch Escritos políticos II**. México: Folios, 1982(II)j, p. 383-402.

_____. La lucha por Gran Bretaña y por la democracia y los objetivos de guerra de la clase obrera. In: **Karl Korsch Escritos políticos II**. México: Folios, 1982(II)k, p. 403-409.

_____. La muerte USPD y el vivo Stinnes. In: **Karl Korsch Escritos políticos I**. México: Folios, 1982(I)b, p. 64-67.

_____. La restauración del marxismo en la llamada cuestión sindical. In: **Sobre la teoría y la práctica de los marxistas**. Salamanca: Sígueme, 1979m, p. 117-123.

_____. La revolución española. In: **Karl Korsch Escritos políticos II**. México: Folios, 1982(II)l, p. 259-271.

_____. La revolución española. In: **Sobre la teoría y la práctica de los marxistas**. Salamanca: Sígueme, 1979y, p. 157-171.

_____. Lenin e a Internacional Comunista. In: **Marxismo e filosofia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008c, p. 159-169.

_____. Letter to Bertolt Brecht. In: KELLNER, Douglas. **Karl Korsch: revolutionary theory**. Austin: University of Texas Press, 1977a, p. 286-292.

_____. Letter to Erich Gerlach. In: KELLNER, Douglas. **Karl Korsch: revolutionary theory**. Austin: University of Texas Press, 1977b, p. 294-296.

_____. Letter to J. A. Dawson. In: KELLNER, Douglas. **Karl Korsch: revolutionary theory**. Austin: University of Texas Press, 1977c, p. 292-294.

_____. Letter to Paul Mattick. In: KELLNER, Douglas. **Karl Korsch: revolutionary theory**. Austin: University of Texas Press, 1977d, p. 283-285.

_____. **Lucha de clases y derecho del trabajo**. Barcelona: Ariel, 1980c.

_____. Luchas sindicales, unidad sindical y unidad de la clase obrera.

In: **Sobre la teoría y la práctica de los marxistas**. Salamanca: Sígueme, 1979n, p. 105-116.

_____. L'anti-kautsky. In: **L'anti-kautsky (la concepción matérialiste de l'histoire)**. Paris: Champ Libre, 1973g, p. 9-155.

_____. **Marx e a Revolução Europeia de 1848**. Fortaleza: A favor da rua, 2010b. Disponível em: <<http://afavordarua.webnode.com.br/news/marx%20e%20a%20revolu%C3%A7%C3%A3o%20europeia%20de%201848%20-%20karl%20korsch/>>. Acesso em: 17 maio 2011.

_____. Marxismo e filosofia. In: **Marxismo e filosofia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008e, p. 23-82.

_____. Nota sobre Antonio Labriola y su importancia para la teoría y la historia del marxismo. In: **Teoría marxista y acción política**. México (DF): Pasado y Presente, 1979o, p. 131-132.

_____. Notas sobre la historia. In: **Karl Korsch Escritos políticos II**. México: Folios, 1982(II)m, p. 427-437.

_____. Observaciones sobre las tesis concernientes a la próxima crisis mundial, la segunda guerra mundial y la revolución mundial. In: **Karl Korsch Escritos políticos II**. México: Folios, 1982(II)n, p. 329-341.

_____. O fim da ortodoxia marxista. In: Korsch, Karl e outros. **A contra-revolução burocrática**. Coimbra: Centelha, 1978d, p. 241-247.

_____. Para una crítica materialista del derecho. In: **Teoría marxista y acción política**. México (DF): Pasado y Presente, 1979p, p. 133-143.

_____. Plataforma de las izquierdas. In: **Karl Korsch Escritos políticos I**. México: Folios, 1982(I)f, p. 165-175.

_____. Por qué soy marxista. In: **Tres ensayos sobre marxismo**. México (DF): Era, 1979q, p. 81-99.

_____. Position on Russia and the Communist Party. In: KELLNER, Douglas. **Karl Korsch: revolutionary theory**. Austin: University of Texas Press, 1977e, p. 164-166.

_____. Preliminares históricos de la revolución española. In: **Sobre la teoría y la práctica de los marxistas**. Salamanca: Sígueme, 1979r, p. 173-177.

_____. Preludio a Hitler. In: **Karl Korsch Escritos políticos II**. México: Folios, 1982(II)o, p. 342-352.

_____. Primero de mayo, Rusia soviética, comunistas y movimientos de izquierda. In: **Sobre la teoría y la práctica de los marxistas**. Salamanca: Sígueme, 1979s, p. 99-104.

_____. Principios directivos del marxismo: un replanteamiento. In: **Tres ensayos sobre marxismo**. México (DF): Era, 1979t, p. 11-48.

_____. ¿Que es la socialización? Un programa de socialismo practico. In: ¿Que es la socialización? Un programa de socialismo practico. Buenos Aires: Pasado y Presente, 1973h, p. 27-68.

_____. 15 tesis sobre el socialismo científico. In: **Teoría marxista y acción política**. México (DF): Pasado y Presente, 1979u, p. 85-89.

_____. ¿Restauración o totalización? In: **Karl Korsch Escritos políticos II**. México: Folios, 1982(II)p, p. 446-451.

_____. ¿Revolución para qué? In: **Karl Korsch Escritos políticos II**. México: Folios, 1982(II)q, p. 371-382.

_____. Sobre el derecho de contratación de las uniones sindicales revolucionarias. In: **Karl Korsch Escritos políticos I**. México: Folios, 1982(I)e, p. 220-254.

_____. Sobre la reordenación de la constitución laboral alemana. In: **Sobre la teoría y la práctica de los marxistas**. Salamanca: Sígueme, 1979v, p. 203-225.

_____. Sobre Lenin y el leninismo. In: **Teoría marxista y acción política**. México (DF): Pasado y Presente, 1979x, p. 100-109.

_____. Sobre el nuevo programa del American Workers Party. In: **Karl Korsch Escritos políticos II**. México: Folios, 1982(II)r, p. 313-328.

_____. Socialismo y reforma social. In: ¿Que es la socialización? Un programa de socialismo practico. Buenos Aires: Pasado y Presente, 1973i, p. 103-109.

_____. Socialización y movimiento obrero. In: **Karl Korsch Escritos políticos I**. México: Folios, 1982(I)c, p. 13-19.

_____. Tesis para la critica del concepto fascista de Estado. In: **Karl Korsch Escritos políticos II**. México: Folios, 1982(II)t, p. 310-311.

_____. Tesis y resoluciones sobre la política, la táctica y la organización del grupo "Política comunista". In: **Karl Korsch Escritos políticos I**.

México: Folios, 1982(l)j, p. 184-188.

_____. Thesen über Hegel und die Revolution. In: **Gesamtausgabe. Band 5**. Amsterdam: Stichting beheer IISG, 1996b, p. 499-500.

_____. Una aproximación no dogmática al marxismo. In: **Teoría marxista y acción política**. México (DF): Pasado y Presente, 1979w, p. 221-224.

LANGKAU, Götz. Sobre el texto de esta edición. In: Korsch, KARL. **Karl Marx**. Barcelona: Ariel, 2ª ed., 1981, p. 5-16.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **Esquerdismo Doença Infantil do Comunismo**. São Paulo: Global, 5ª ed., 1981.

_____. **O Estado e a revolução**. São Paulo: HUCITEC, 1983.

_____. **Um passo em frente, dois passos atrás**. Lisboa: Avante!, 1978.

LISSAGARAY, Hippolyte Prosper Olivier. **História da Comuna de 1871**. 2. ed. São Paulo: Ensaio, 1995.

MANSILLA, H. C. F. Las insuficiencias del marxismo crítico y los problemas del mundo contemporáneo. **Revista Nómadas**, Madrid, n. 11, 2005, p. 15-35. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/cps/15786730/articulos/NOMA0505120015A.PDF>>. Acesso em: 17 maio 2011.

MARRAMAO, Giacomo. Teoria del derrumbe y capitalismo organizado en las discusiones del “extremismo histórico”. In: *¿Derrumbe del capitalismo o sujeto revolucionario?* México (DF): Pasado y presente, 1978, p. 7-49.

MARX, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O capital**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. **Contribuição para a crítica da Economia Política**. São Paulo: Mandacaru, 1989.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATIAS, Iraldo. **Projeto e Revolução: do fetichismo à gestão, uma crítica à teoria do Design**. Florianópolis: Editoria Em Debate/UFSC, 2014.

MATTICK, Paul. **Crisis y teoría de la crisis**. Barcelona: Península, 1977.

_____. El marxismo de Karl Korsch. In: **Karl Korsch: Su visión del marxismo**. [s.l.], CICA Web, 2008, p. 30-45.

_____. Karl Korsch. In: **¿Que es la socialización? Un programa de socialismo practico**. Buenos Aires: Pasado y Presente, 1973, p. 5-25.

_____. Reseña de “Karl Marx” de Karl Korsch. In: **Karl Korsch: Su visión del marxismo**. [s.l.], CICA Web, 2008, p. 233-237.

MATTICK, Paul. Introducción. p. 11-25. In: GRUPPE INTERNATIONALER KOMUNISTEN – HOLLAND (GIK-H). **Princípios fundamentais de una producción e distribución comunista**. Bilbao/Madrid: Zero/ZYX, 1976.

MATTICK, Paul e outros. **Karl Kautsky e o Marxismo**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

MENDONÇA, José Carlos. **Além de partidos e sindicatos. Organização política em Anton Pannekoek**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

_____. Uma crítica seminal ao keynesianismo. **Em Debate**, Florianópolis, n. 7, p. 70-75, jun. 2012. ISSN 1980-3532. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/1980-3532.2012n7p70>>. Acesso em: 05 maio 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.5007/1980-3532.2012n7p70>.

NEGT, Oscar. Teoría, empirismo y lucha de clases. In: **Karl Korsch o el nacimiento de una nueva época**. Barcelona: Anagrama, 1973, p. 89-104.

NETTO, José Paulo. Apresentação. In: **Marxismo e filosofia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, p. 7-22.

_____. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: LECH, 1981.

PANNEKOEK, Anton. El desarrollo de la revolución mundial y la táctica del comunismo. In: GORTER, Hermann; PANNEKOEK, Anton. **Contra el nacionalismo, contra el imperialismo y la guerra: Revolución proletaria mundial!**. [Barcelona]: Espartaco Internacional, 2005, p. 221-285.

_____. El nuevo blanquismo. In: LASTRO. Disponível em: http://lastro.ufsc.br/?page_id=2404. Acesso em: 7 jan 2016.

_____. Situación y significación de la obra de Joseph Dietzgen (1902). In: DIETZGEN, Joseph. **La esencia del trabajo intelectual**. Salamanca:

Sígueme, 1975. p. 205-222.

_____. Sociedade e Mente na Filosofia Marxiana (1937). In: **Velha Toupeira**. Disponível em: <https://comunism0.wordpress.com/sociedade-e-mente/>. Acesso em: 15 out 2015.

PASSA PALAVRA. Brasil: soma e segue. In: **Passa Palavra**. Disponível em: <http://www.passapalavra.info/2013/07/80587>. Acesso em: 29 jan 2016.

PAXTON, Robert O. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PFEMFERT, Franz. A Doença Infantil do Comunismo de Lenine e a Terceira Internacional. In: **Velha Toupeira**. Disponível em: <<http://comunism0.wordpress.com/a-doenca-infantil-de-lenine>>. Acesso em: 28 mar 2013.

POGREBINSCHI, Thamy. Jovem Marx, Nova Teoria Política. **Dados**: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 49, n. 03, p. 537-552, 2006. Disponível em: <<http://www.iuperj.br/publicacoes/arquivos-dados/dados200603.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2009.

POZZOLI, Claudio. **Paul Mattick y el comunismo de consejos**. [S.l.]: CICA Web, 2006. Disponível em: < http://www.geocities.ws/cica_web/consejistas/varios/pozzoli_mattick.zip>. Acesso em: 28 maio 2009.

POZZOLI, Claudio (Herausgeber). Über **Karl Korsch**. Frankfurt am Main: Fischer Taschenburg Verlag, 1973.

QUEIROZ, Bertino Nóbrega de. **A Autogestão iugoslava**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

REEVE, Charles. **O Tigre de Papel**. Lisboa: Spartacus, 1975.

ROSENBERG, Arthur. **História do Bolchevismo**. São Paulo: Cortez, 1989.

ROVAN, Joseph. **História da social-Democracia Alemã**. Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1979.

RUSCONI, Gian Enrico. Autonomia obrera y contrarrevolución. In: **Karl Korsch Escritos políticos I**. México: Folios, 1982, p. XI-XLI.

_____. La problemática dei consigli in Karl Korsch. In: **Storia del Marxismo Contemporâneo**. 2ed. Milano: Annales del Instituto Giangiacomo Feltrinelli, 1975, p. 1197-1230.

_____. Teoría y praxis. In: **Karl Korsch o el nacimiento de una nueva época**. Barcelona: Anagrama, 1973, p. 57-80.

SACRISTÁN, Manuel. Pór qué leer a Labriola. In: **Antonio Labriola: Socialismo y Filosofía**. Madrid: Alianza Editorial, 1969, p. 7-26.

SAMIS, Alexandre. **Negras Tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris**. São Paulo: Hedra, 2011.

SARTORI, Giovanni. **Elementos de teoría política**. Madrid: Alianza, 2007.

SEIFFERT, Jurgen. Acotaciones a “Marxismo y Filosofía” de Karl Korsch. In: **Karl Korsch o el nacimiento de una nueva época**. Barcelona: Anagrama, 1973, p. 45-55.

SOREL, Georges. **Reflexões sobre a violência**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

SUBIRATS, Eduardo. Karl Korsch y el nacimiento de una nueva época. In: **Karl Korsch o el nacimiento de una nueva época**. Barcelona: Anagrama, 1973, p. 5-12.

TESCHKE, Benno. Geopolitics. In: **Historical Materialism**, Volume 14, Issue 1, 2006, p. 327–335. Disponível em: <<https://marymattinglystudio.files.wordpress.com/2015/07/hm-14-1.pdf>>. Acesso em: 30 dez 2015.

VACCA, Giuseppe. El marxismo de Korsch y Lukács. In: **Karl Korsch o el nacimiento de una nueva época**. Barcelona: Anagrama, 1973, p. 81-88.

_____. Temática de las formas y análisis de los procesos en el marxismo europeo de entreguerras. Karl Korsch (1923-1938). In: **Teoría marxista y acción política**. México (DF): Pasado y Presente, 1979, p. 7-81.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. El Marxismo de Korsch. In: **Marxismo y filosofía**. México (DF): Era, 2ª ed., 1977, p. 9-18.

VIANA, Nildo. **Escritos metodológicos de Marx**. 3. ed. Goiânia: Alternativa, 2007.

_____. **Karl Korsch e a Concepção Materialista da História**. Florianópolis: Bookess, 2012.

VOVELLE, Michel. **Jacobinos e jacobinismo**. Bauru: EDUSC, 2000.

WAGNER, Helmut. Teses sobre o bolchevismo. In: **A contrarrevolução burocrática**. Coimbra: Centelha, 1978.

ZABALTZA, Xabier. **Una historia de las lenguas y los nacionalismos**. México: Gedisa, 2006.

APÊNDICES

A

Posição sobre a Rússia e o Partido Comunista (tradução)

Tempos depois da morte de Lênin e após a atual “estabilização” da dominação do capital em escala mundial, e dos longos anos de “prosperidade” em alguns países, especialmente os EUA, muitas pessoas recém-chegadas ao “comunismo” ou à “Rússia Soviética” não podem em absoluto compreender a crítica da Rússia de hoje e do Partido Comunista que desenvolvemos na primeira década da Revolução – 1917-1927. Essas pessoas, que por longo tempo em conversas designei como a “segunda onda de recrutas do leninismo”, nunca estiveram ligadas com a revolução dos operários russos como um componente direto de um movimento revolucionário mundial no qual tenham participado. Pelo contrário, eles são atraídos pela “nova Rússia” e seu partido bolchevique dirigente, pelos seus “planos quinquenais”, pelo seu progressismo cultural nos campos pedagógico, jurídico, artístico e cinematográfico, que surgiram a partir da Revolução Russa e que possuem, por consequência, uma limitação nacional ao **Estado** russo, e que ainda continua a possuir vitalidade como um poderoso movimento revolucionário. Eles veem que na Rússia um outro grupo cresceu em poder, influência e eficácia

mais do que no velho mundo europeu e americano, e certamente um outro grupo com o qual os novos comunistas, ou “amigos da nova Rússia” a quem me refiro, podem se identificar mais facilmente do que com o tipo anterior de líder em sua própria terra, ou com o novo tipo fascista de líder que está avançando em direção a esta posição em alguns países (e que pertence ao grupo histórico de um tipo humano ainda mais velho). Os novos amigos do comunismo têm, em certo sentido, a mesma relação com o novo Estado russo que Hegel uma vez representou em relação ao novo Estado prussiano: “Estamos hoje tão avançados que nós só podemos considerar como idéias válidas as que tenham surgido da Razão. Visto mais de perto, o Estado prussiano corresponde à razão.”

A aplicação do princípio hegeliano “o que é real é racional” ao Estado Russo de hoje e aos partidos comunistas a ele ligados e por ele apoiados em outras terras, vale não somente para aquela camada progressista e universalmente amante da liberdade da qual, em tempo de um crescente movimento revolucionário do proletariado em luta recebeu reforço, apoio, e a ampliação de seu fronte, mas até certo ponto vale também para os próprios trabalhadores. **Não se pode protestar contra uma realidade simplesmente em nome de um princípio abstrato.** Hoje não existe em nenhum lugar do mundo uma organização de proletários com inclinação revolucionária, ou mesmo uma “direção” que realmente encarne em si a revolução como um ideal subjetivo, que possa se opor como um **movimento verdadeiramente revolucionário** ao “degenerado” Partido Comunista da Rússia, que “coloca o interesse nacional do Estado acima dos interesses de classe do proletariado internacional.” Se a crença na “construção do socialismo na Rússia Soviética” é apenas um consolo metafísico, um mito, ou uma “fé no além” revolucionária (*Jenseits-Gläubigkeit*) para o proletariado de países fora da Rússia que são atraídos pelo comunismo, esta “fé no além” não dá mais conta de um “aqui e agora” revolucionário (*Diesseitigkeit*) sob qualquer forma inteligível. A Revolução Russa de Fevereiro e Outubro de 1917, e nos anos seguintes – considerada puramente como movimento – foi

o movimento proletário que mais massas envolveu em toda a história anterior. Destruiu o Estado tsarista e demoliu a antiga classe dominante capitalista. Em todos os outros lugares os trabalhadores foram derrotados ou, sob formas cruéis, foram arrancados de todas as posições anteriormente conquistadas, seja por meio de aguda pressão a partir de fora, seja via aumento da degeneração a partir de dentro. Em todos os lugares o proletariado está ameaçado na atual crise econômica, na qual alguns países já iniciaram um aprofundamento da exploração e da opressão, e a destruir todos os resíduos de um movimento independente da classe proletária e até mesmo, por meio do fascismo, de uma consciência de classe. Tudo que é dito ao proletariado sobre a continuação do capitalismo de Estado, a restauração e aprofundamento de formas já desenvolvidas de opressão e exploração capitalista na Rússia, vem das bocas de seus velhos e conhecidos inimigos: capitalistas, fascistas e social-democratas, ou permanece inevitável e extremamente vago, abstrato, incompreensível e antipático. Todas essas críticas não contêm e não podem conter, neste momento, qualquer tipo de chamada à ação para os proletários revolucionários. Por todas estas razões, é inevitável que, até o surgimento de um novo movimento independente de classe do proletariado internacional, até mesmo a própria classe proletária e precisamente seus componentes mais revolucionários olhem para a Rússia Soviética de hoje como o **real** e daí como implementação revolucionário-**racional** dos objetivos postulados que ainda hoje não foram implementados em seus próprios países.

Londres, 30 de março de 1935.

Karl Korsch.

Tradução do Original Alemão por Douglas Kellner.

Nota: Korsch acompanha este documento não publicado com a nota: "apenas como anexo em cartas particulares a amigos. Favor não copiar." Publicado pela primeira vez em Jahrbuch der Arbeiterbewegung 2 (Frankfurt, 1974), p. 146-148.

B

Carta a Paul Mattick (tradução)

Nova York, 20 de novembro de 1938

Estou aqui no terceiro dia da minha triste jornada para explorar as possibilidades atuais de trabalho e influência no Instituto de Pesquisa Social. ¹ Até agora, fica claro que minhas duas contribuições, **se tanto**, aparecerão na *Zeitschrift fur Sozialforschung* com tantas exclusões e distorções que elas perderão completamente o seu significado real. Eu as teria tomado de volta há muito tempo se não achasse que ainda assim seria uma certa vantagem para ambas – Pannekoek e Espanha – se elas forem editadas pela revista mesmo distorcidas de alguma forma. ²

A propósito, você está **completamente** seguro de que Pannekoek poderia ser considerado o autor do livro de Harper? Se não, de imediato eu ficaria feliz em perguntar diretamente a ele. Com *Living Marxism*, não prejudica tanto, mas a *Zeitschrift* ainda é lida por pessoas burguesas na Holanda. Após conversar com camaradas ligados a Canne Meijer e Sneevliet em Amsterdã em 1928, tive a impressão que Pannekoek havia dado ao governo holandês algum tipo de garantia de não se envolver

¹ Para informações sobre a história do Instituto de Pesquisa Social e a relação de Korsch com ele, ver meu artigo, “*The Frankfurt School Revisited*,” *New German Critique* 4 (Inverno de 1975), bem como a introdução a esta antologia.

² Korsch se refere aqui ao seu artigo sobre o livro de Pannekoek *Lênin Filósofo* e seu artigo “Economia e Política na Espanha revolucionária” (publicado nesta antologia). Ambos ensaios foram publicados na revista de Mattick *Living Marxism* e uma versão truncada do ensaio sobre a Espanha apareceu como resenha na *Zeitschrift Sozialforschung* 7: 469-474.

em atividades políticas (ou não na Holanda, não publicamente, ou algo parecido). Então, ele assinou o artigo sobre a questão da organização para *Living Marxism* com seu próprio nome ou com um pseudônimo?

Após as primeiras duas longas discussões com Horkheimer sobre planos para colaborar em um grande livro sobre a dialética, estou muito cético. Parece que eles querem me usar, mais ou menos como eles te usaram recentemente com o seu relatório sobre economia. Eles me tratam com um respeito quase exagerado, mas isso é apenas outra forma de corresponder à minha "alta" posição de classe e o respeito devido a mim em virtude dela. Quando nenhum resultado financeiro resultar disto, provavelmente romperei essa parceria de alguma forma, que agora é vista de forma muito positiva por todos os lados (uma parceria anônima na medida em que estou em questão, e que me serve muito bem!). Tudo isto na mais profunda confiança e fica completamente entre nós. Você pode falar sobre isso com Hans se transmitir a ele meu pedido para guardar a mais estrita e absoluta discrição.

Pollack é verdadeiramente generoso e está positivamente interessado em utilizar meu poder de produção de alguma forma, o que também seria útil para mim. Mas ele está completamente mergulhado nos negócios capitalistas privados do Instituto e nem sequer tem participado nas discussões.

Horkheimer é subjetivo (*innerlich*), como já observei nas nossas reuniões em Seattle³, e nos últimos anos tem se aproximado muito do meu, nosso, ponto de vista político. Mas ele não está de forma alguma preparado para expressar suas opiniões publicamente.⁴ Todo o Instituto sempre foi e ainda está completamente baseado em uma **dupla conta-**

³ Korsch fala da visita que Horkheimer fez a ele em Seattle, em uma carta datada de 26 de julho de 1938, citado em *Jahrbuch Arbeiterbewegung* 2, p. 243.

⁴ O artigo onde Horkheimer mais se aproxima da posição política de Korsch é "Estado autoritário", que ele originalmente publicou sob pseudônimo. Traduzido em *Telos* 15 (Primavera de 1973).

bilidade (*doppelten Buchfiihrting*) na política e na teoria revolucionária.⁵ Isto não é tão mau quanto outros (a “*New School*” por exemplo) ⁶ que, ao invés de oferecer seus cargos de ensino para emigrantes políticos qualificados e necessitados (como A. Rosenberg, Hallgarten e... Korsch?) contratam pessoas ricas como Reizler de Frankfurt ou reacionários declarados como o prefeito de Dollfuss-Weiner ⁷ *Winter* (há um livro grotesco de Winter, que merece uma resenha em *Living Marxism*), tudo financiado por judeus estadunidenses e antifascistas. Essas pessoas são a escória mais nojenta que se pode imaginar. Mas as pessoas do Instituto de Pesquisa Social pensam que é porque eles são meramente covardes, egoístas e limitados – e não abertamente contrarrevolucionários – e que de alguma forma são revolucionários e estão prontos para a luta (em segredo!).

Wiesengrund (Adorno) é uma das mentes mais capazes em filosofia, como **Grossman** é um iluminado em economia. **Wittfogel** também, apesar de estar entediado com o seu campo, pode realizar algo científico. Politicamente ele ainda é externamente um stalinista, enquanto os outros só querem evitar uma hostilidade direta com os stalinistas. Internamente, todos eles são, sem exceção, em vários níveis, antistalinistas.

Marcuse é uma espécie de marxista ortodoxo que pode até ser ainda um stalinista, e é burocraticamente autoritário em questões de filosofia burguesa e marxismo (que hoje se tornou uma mesma coisa). Teoricamente, ele tem um pouco mais de caráter e solidez que os outros, cuja maior “liberdade” consiste apenas em uma maior flutuação e incerteza. Mas ele não é especialmente simpático como pessoa.

⁵ O termo “dupla contabilidade” foi usado pela III Internacional (Comintern) para condenar a política de Ruth Fisher e seu grupo. Significa oportunismo e ambiguidade de duas caras.

⁶ Para uma discussão sobre a *New School for Social Research* e sua relação com o *Institute for Social Resarch*, ver J. Radkau, *Die deutsche Emigração in den EUA* (Dusseldorf: Bertelsmann Universitätsverlag, 1971). Este livro tem informações sobre as pessoas que Korsch alude aqui.

⁷ Faltam aqui maiores referências sobre o significado dessa expressão por Korsch (Nota do Tradutor).

Lowenthal e **Neumann** são no geral escritores talentosos, pessoalmente decentes, um no campo da literatura, o outro na jurisprudência.

Esta é, aproximadamente, a situação. Eles trabalham, pouco, e falam muito. A isso denominam “trabalho coletivo.” Em uma hierarquia definida, cada um tagarela com o outro e, em seguida, concluem. A isso eles chamam Comunidade.

Conversei brevemente com Grossman ontem pela primeira vez em uma palestra de Horkheimer na universidade (cujo círculo de ouvintes era composto na maior parte pelas pessoas do Instituto e suas mulheres, e alguns poucos estudantes confusos, mais ou menos influenciados pelo stalinismo, muito abaixo do nível intelectual de seu círculo em Chicago).

Ainda não consegui discutir o seu manuscrito econômico ou *Living Marxism* com ele. Em relação ao apoio para este último, ele parece sombrio. Mencionei isso muitas vezes em conversas, mas tenho a impressão de que ninguém o lê, e que todos eles têm ansiedade sobre ele (no fundo, eles têm ansiedade sobre ele em geral, embora de fato não existe nenhum perigo em tudo que eles seriam influenciados ou abalados de alguma forma lendo nossos artigos!).

De acordo com uma comunicação da Chapman & Hall, o meu livro (Karl Marx) aparecerá em Londres em 7 de novembro! Em relação à edição estadunidense, eles **submeteram** o trabalho a Wiley & Son e estão esperando a decisão deles...

Posso receber cópias a 4 xilins cada uma (o preço da livraria é de 6 xilins), e já encomendaram 6 cópias.

Talvez você já possa anunciar neste número de *Living Marxism* que o livro apareceu e está disponível (pelo preço da livraria expresso em dólares). Se você acha que está tudo bem e não prefere esperar até que Wiley tome sua decisão, a fim de eventualmente lidar com ele, diga-me. Pedirei então um número de cópias da Chapman e ele enviará para mim em Chicago no seu endereço.

Falarei com [Sidney] Hook sexta-feira à noite e acho que também vou chamar [Lewis] Corey e alguns outros para fazermos um encontro. Boelke ainda está atuando bem e vou procurá-lo.⁸ Talvez ele vá me ligar, enquanto isso... Estou sempre em casa até 10:00 da manhã. Ele também pode deixar uma mensagem para mim com a sra. Lucy Bernhardt onde eu moro. Saudações a todos os amigos. Se eu ainda tivesse dinheiro provavelmente iria a Chicago em breve. Na verdade, estou pensando em ir dentro de aproximadamente um mês, por algumas semanas. Escreva! Quando *Living Marxism* aparecerá?

Seu, KK.

[PS:] Recebi a *Modern Quarterly* em Boston antes da minha viagem. Muito obrigado. Garrat⁹ não entende nada sobre a luta de classes. Do ponto de vista materialista, não é uma questão sobre o que as pessoas estão pensando em suas cabeças ("luta contra a religião, etc."), mas o que são e fazem. A partir da apresentação de Garrat segue-se que a única força contrária a Franco + Negrin, Mussolini, Hitler, Chamberlain, etc. é o proletariado (que está ativo na Espanha, latente internacionalmente e ambíguo na Rússia!), a igreja e a ordem na Espanha representam uma grande parte do capital (mais diretamente do que em qualquer lugar) e, assim, "a luta contra a religião, etc." é uma luta mais direta contra o capital. E assim por diante.

Traduzido do alemão por Douglas Kellner.

⁸ Sidney Hook foi aluno de Korsch em Berlim e em seu livro de 1933 *Toward an Understanding Karl Marx* (New York: John Day, 1933) cita sua dívida para com Korsch. Lewis Corey foi autor de *The Decline of American Capitalism* (New York: Covia Fried 1934) e vários artigos sobre marxismo. Boelke era um membro do Grupo de Comunistas de Conselhos.

⁹ Korsch está se referindo ao livro de G.T. Garratt, *Mussolini's Roman Empire* (Londres: Harmondsworth, 1938), resenhado em *Living Marxism* 4, n. 7 (Junho de 1939): 221-222.

C

Carta a Bertolt Brecht (tradução)

Boston, 18 de abril de 1947

Caro Brecht,

Em breve dificilmente parecerá verdade que estamos vivendo tanto no mesmo continente quanto no mesmo país. Por isso quero te informar hoje sobre “A Situação Atual e Perspectivas”. Algo tipo no sentido de um dos jovens hegelianos amigos de Marx que escreveu um panfleto intitulado “A Boa Causa da Liberdade e a Minha Causa.”

Desde que nos vimos da última vez, as coisas não têm corrido bem para mim. Tenho trabalhado pouco, e o que eu fiz não deu em nada, ou na melhor das hipóteses – como o estudo que eu tinha começado antes sobre as Filipinas e outras lutas entre o novo colonialismo e as novas lutas pela independência no Extremo Oriente – levaram a uma nova “autorrealização”. Depois disso, parei esse trabalho e tenho me ocupado com vários projetos menores, entre eles o estudo de Toynbee, em quem, ao contrário de antes, agora nada encontro que me parece ser grande, exceto sua fraqueza. Precisamente por esse motivo que ele está se tornando popular, e, na edição de maio da **Política**, talvez discutirei criticamente a nova condensação de suas obras em um único volume (“seis em um.” Formalmente não está mal feito, e talvez seja recomendado para sua leitura).

Enquanto isso, tornou-se bastante claro para mim que estamos em uma era de regressão em escala mundial. O retrocesso em questões intelectuais e culturais pode ser traçado quase que diariamente. Tam-

bém é inútil apontar para o contínuo “progresso” da tecnologia. Pelo contrário, em um futuro previsível o declínio intelectual chegará a um ponto que fará com que o progresso da tecnologia se detenha – e mesmo agora os surrados fundamentos estão quase igualando o progresso da tecnologia com a da produção material estão desaparecendo mais e mais. Nada é alterado neste quadro geral pelas regiões do mundo onde o progresso material ainda continua ou apenas começa de fato, por um lado, a Rússia, e por outro, China e (com vários questionamentos) Índia. É como no Império Romano, por volta do segundo ou terceiro século em diante, onde até mesmo na província mais remota uma certa resistência foi travada contra a perda de cultura, e além de suas fronteiras a construção de um novo mundo havia começado entre os “bárbaros”. Mas quão difícil já foi para Engels (mesmo em um tempo bem mais tardio!) “provar” que a sociedade feudal representava uma “época progressiva da formação da sociedade econômica” em face da sociedade antiga, isto é, um maior desenvolvimento passar do trabalho escravo para a servidão (Hoje sabemos que a escravidão existiu em todas as formas históricas de sociedade, e que desempenhou um papel muito diferente em cada uma. Na sociedade chinesa, por exemplo, cumpriu uma função muito pequena em relação ao estatuto da força de trabalho (corveias) exigido pelo Estado, por um lado, e as diversas formas livres e semi-livres de trabalho na fragmentada economia rural, por outro. De muitas outras maneiras hoje o velho modelo marxiano, na realidade hegeliano, caiu em incoerência. Mesmo antes, no entanto, ele não articulou a relação entre as sociedades medieval e antiga.).

Neste retrocesso geral, finalmente decidi também dar um passo atrás e começar mais uma vez com Marx. Sua atividade no **período de 1848 a 1867** (do **Manifesto Comunista** até **O Capital** / ou da Revolução de 1848 até a Primeira Internacional) agora me parece de fato, ser a **forma clássica** para o desenvolvimento da teoria marxista (e da ação) bem como para toda a era burguesa, que começou no século XVI – em parte ainda mais cedo na Europa – e atingiu seu ponto culminante neste momento.

Tendo tomado este passo, estou transbordando de novos pensamentos e planos para o trabalho. Parece haver uma maneira de apresentar o marxismo que eu ainda não havia experimentado propriamente. Se, por exemplo, eu queria escrever algo para o centésimo aniversário do Manifesto Comunista (MC), escrito em dezembro de 1847 e publicado em fevereiro de 1848, deixaria de ser importante apresentar a sua gênese exatamente, como tem sido feito por muitos bons estudiosos em outros dias memoráveis, e como eu mesmo, por exemplo, fiz bastante extensivamente para a teoria do “Capital” no meu último livro.

O importante agora é apresentar **o século do Manifesto Comunista** – ou talvez: **O primeiro século do marxismo**. Partindo da forma clássica: os vários desafios que, posteriormente, esta teoria acabada conheceu e como reagiu a eles. Aqui pertencem também os novos problemas que aparecem dentro do trabalho teórico de Marx: (1) Os detalhes dos “clássicos” burgueses da economia e suas extensões “positivas”, particularmente por parte dos teóricos ingleses, com destaque para Richard Jones, que quase coincide com Marx. Eles estão, no entanto, tratados sob o título “Antítese para os economistas sobre a base da teoria de Ricardo”, no terceiro volume da chamada “Teorias da mais-valia”, editada por Kautsky (2) Do mesmo modo, os problemas da dialética (hegeliana e pós-hegeliana), recorrentes no trabalho sobre a teoria econômica e previamente declarado “superado” por Marx, mas não resolvidos concretamente em tudo até aquele ponto (3) Mais tarde, especialmente os problemas da economia agrícola: América, Rússia e sociedade asiática (4) Talvez menos importante para Marx do que para Engels: pré-história (5) Muito mais tarde, e, infelizmente, atestada apenas na principal das formulações de Engels, os problemas do capitalismo monopolista e do chamado Capitalismo de Estado, cujo esclarecimento e solução naquele momento foi possível em grande parte, em minha opinião, baseado na teoria marxiana do “fetichismo da mercadoria”.

Além: II. histórico, III. desafios práticos, em maior extensão que os teóricos que levaram (I.), não apenas a mais um desenvolvimento,

mas também a um tipo de **desintegração** da teoria de Marx. Aqui se incluem: As experiências da Primeira Internacional – na Inglaterra: A dissociação do trabalho dos sindicatos de toda **necessária** conexão, direta ou indireta, com o movimento revolucionário; – no sul da França, Suíça, Itália, Espanha: anarquismo; – análogo e, em parte, sobreposto, a **inadequação** da teoria marxista clássica para os países não-industrializados, que não foi meramente simbolizada negativamente, mas deixada clara como mais um desenvolvimento futuro positivo na luta contra Bakunin; Países eslavos da Europa, Ásia; – inadequação análoga para a América.

A revolta da Comuna, a Guerra Civil Estadunidense, a crise potencialmente revolucionária dos anos 1860 na Rússia, e também o renovado refluxo de todos esses impulsos e a reação contra eles: Terceira República na França; Política externa democrática de Marx; guerras nacionais; fundação do Reich alemão. O surgimento de partidos social-democratas nacionais na França e na Alemanha, e, temporalmente um pouco mais cedo, a reação extremamente **reformista** de Marx perante a legislação fabril inglesa; ditadura proletária ou democracia; “definhamento do Estado”; papel do “partido”; luta pela recepção da teoria revolucionária por movimentos não-revolucionários, organizações e “elites”; distintos desenvolvimentos na Alemanha, França e Rússia; final dessa época no começo dos anos 1880.

A nova época, a partir de 1890, talvez seja melhor não ser tratada neste livro. Ou deve?

Além disso, gostaria de dizer que agora algumas coisas mudaram na minha própria posição em relação à Rússia e assim, indiretamente, também relativamente ao Partido Comunista. Apesar das terríveis brutalidades nas zonas ocupadas e, mais ainda, na própria Rússia, em geral as perspectivas para as regiões econômicas e políticas na esfera de influência russa parecem melhores, ou pelo menos não tão desesperadoras, do que nas áreas sob domínio ocidental. Mesmo os “Estados Unidos da Europa” seriam, sob esta liderança, apenas na forma representada drasticamente por Franco/Espanha, por um lado, e o atual governo grego, por outro.

Afinal de contas, tenho visto claramente por meio de meus cuidadosos estudos dos movimentos do Extremo Oriente que a Rússia é o melhor e, ao mesmo tempo, o único aliado desses países, mesmo se ela de fato nada faz para eles e subordina seus movimentos independentes, sem concessões equivalentes, em suas próprias formas, que servem bastante a diferentes propósitos. A hegemonia mundial dos Yankees não seria somente a pior coisa que eu poderia imaginar para este mundo, mas, para além disso, simplesmente uma utopia reacionária. "Imperialismo" tem de ser aprendido, e por um longo tempo, pelos estadunidenses, em contraste com os britânicos, apenas andaria por aí com esta tarefa, e o resto do mundo teria que sofrer não apenas com o imperialismo estadunidense, mas também com o desenvolvimento deficiente deste imperialismo.

Dito de outra forma, o anterior imperialismo estadunidense na região do Caribe, nas Américas Central e do Sul, e provavelmente também em suas formas iminentes no Japão, não servirá aos interesses do capitalismo dos EUA como um todo, mas sim apenas para um grupo relativamente pequeno de exploradores coloniais pretorianos. Em todos estes aspectos, o imperialismo russo é melhor para o mundo hoje do que o imperialismo ianque, e praticamente não há uma terceira possibilidade. As formas em que as "minorias nacionais" não-dominantes, secundárias e periféricas dentro do império russo são igualmente sujeitas a uma especial repressão e exploração (quase colonial) estão, obviamente, ainda muito pouco desenvolvidas, e mostram mais uma questão de fato do que uma discriminação sistemática

As medidas coercivas aplicadas contra toda a cidadania (por exemplo, deportações em massa, campos de trabalho forçado e outras medidas físicas e sociais contra segmentos suficientemente confiáveis da população) são, naturalmente, mais eficazes, ou seja, mais destrutivas, quando aplicadas contra regiões externamente segregadas, menos densamente povoadas, além de profissional e socialmente menos diferenciadas, onde, por exemplo, estados inteiros pode ser anulados como

tal e suas populações removidas. O elemento repressivo e explorador na regra de áreas **limítrofes** (Balcãs, Checoslováquia, etc., Polónia, zona ocupada da Alemanha) é mais fácil de mostrar, mas até agora tem constituído apenas um fator subordinado, e não necessariamente o fator **dominante** no caráter destas formas de governo.

Estas reflexões que acabo de inserir aqui têm apenas um pouco a ver com o meu retorno ao estudo de Marx. Elas servem mais como suplemento para a primeira parte da carta, onde eu lidei com a situação do mundo como um todo, e na comparação histórica com o declínio do Império Romano não tomou expressamente em conta o fato de a Rússia no mundo de hoje estar em uma posição muito diferente da dos “bárbaros” fora dos limites imperiais romanos naquela época. Mas é verdade para ambas as vezes que a construção do novo mundo foi começada grosseiramente, e não pode mesmo ser dito como definitivamente hoje, para o futuro, como podemos atualmente dizer para a época passada, que este novo mundo, não importa como ele pode ser em outros aspectos, realmente vai se desenvolver como um mundo “novo” em contraste com o antigo, e que não serão levados de volta ao antigo (como o Império Romano do Oriente em relação ao Império Romano do Ocidente).

Finalmente mais dois pontos pessoais: Por favor, escreva e diga-me quanto tempo você pretende ficar no oeste este ano. Gostaria talvez de ir a Los Angeles para um curto período de tempo em agosto, em parte para visitá-lo, em parte para visitar os colegas do Instituto, que têm desenvolvido uma orientação cada vez mais “ocidental” (em primeiro lugar geograficamente). E o quão eu gostaria de ver o resto da família Brecht (se eu tirar Steff, que tenho aqui, e você, caso você estiver fora por então), se eu ainda for te encontrar lá tem alguma importância para minha decisão. Hanna e eu queremos voar para o México no início de setembro. Eu poderia, no entanto, chegar antes a Los Angeles.

O segundo ponto me leva de volta ao Manifesto Comunista. Parece-me que seria bom se você pudesse ter concluído o seu poema didático até outubro ou novembro deste ano, para que pudesse ser

publicado a tempo para o centésimo aniversário do Manifesto Comunista.¹⁰ Gostaria de colaborar de uma forma ou de outra. Uma vez que, provavelmente, seria mais correto não imprimir o texto do Manifesto junto com ele, talvez uma pequena introdução seria que você poderia fazer (riscado. Além de algo ilegível escrito à mão) isoladamente ou em conjunto comigo. E em segundo lugar, gostaria muito de escrever uma apresentação condensada em alemão dos pensamentos que acabamos de discutir; mas ampliá-la a todas as partes e – adequado para a ocasião – com uma dose menor de crítica explícita, que poderia ser publicada como segunda parte do novo livro. [nota marginal ilegível escrita à mão.] Para aparecer nesta boa companhia seria tão importante para mim que eu escreveria anonimamente ou sob um pseudônimo se necessário. Ao mesmo tempo, estou escrevendo o trabalho discutido acima, mais detalhado e, provavelmente, em Inglês, e, se possível, de modo a estar pronto para impressão no final deste ano. Somente agora, no entanto, é difícil para mim ir além da fase de bons pensamentos e todas as outras formas de puro “trabalho cerebral” para a escrita real. [riscado: Além disso, não é possível] para recolher a integralidade eu anteriormente considere necessário, e só posso me adaptar com dificuldade às futuras consequências do atual desenvolvimento regressivo do mundo. Mas, mesmo em Moscou, onde formalmente tudo é montado, eu temo que em primeiro lugar não estaria disponível a todos, e, em segundo lugar, não mais para mim da mesma forma como foi em um período anterior. A declaração recente de Stálin que “mesmo os clássicos podem errar” incluindo expressamente “os clássicos socialistas”, bem como, se abre naturalmente tudo, mas a perspectiva de uma maior tolerância para com a crítica histórica, que, afinal, não começou para as santas escrituras da Bíblia até o século XIX, e então apenas para a Europa, mas não começou até hoje para a América. Com muitas cordiais saudações de uma casa para outra.

Seu velho K. K.

¹⁰ A versificação do “Manifesto Comunista” de Brecht pode ser encontrada em *Gesammelte Werke* (Frankfurt: Suhrkamp, IO: 1967), 911ff. Os comentários de Korsch sobre este projeto e as melhorias sugeridas foram publicados *Alternative* 41 (Berlin: 1965).

P.S. Nem lerei meu estenograma completamente, mas vou enviá-lo imediatamente para Hanna, com uma solicitação de que envie a você e a mim uma cópia para cada.

P.P.S. Como pode ter-lhe ocorrido por si mesmo durante a leitura, em breve precisarei novamente de minha cópia do "Catecismo" de Engels de outubro de 1847 ("Princípios do Comunismo"). Felizmente, no entanto, posso encaminhá-lo para o fato de que este trabalho está impresso, com todas as correções e exclusões mais ou menos importantes do manuscrito original, nas Obras Completas de Marx e Engels 16, p. 501-22. Ambas as omissões às respostas das questões 22 e 23 também não são encontradas lá. De acordo com a afirmação do editor na p. 682, elas "não existem".

Traduzido do alemão por Mark Ritter.

D

Carta a J. A. Dawson (tradução)

Boston, Massachusetts, EUA, 3 de maio de 1948

Caro amigo:

Embora possa ter sido mais sensato olhar primeiro através das últimas edições do seu jornal, decidi não adiar por mais tempo meu plano, muito atrasado, de escrever diretamente para você. Até agora te escutei apenas indiretamente e li com interesse as questões de seu jornal como me foram passadas pelo meu amigo Paul Mattick ou pelos amigos de Boston que publicam o *Western Socialist*. Penso que você não precisa dizer que minha conexão com o último é meramente pessoal e não se baseia em qualquer acordo teórico ou político. Talvez o que nos separa possa ser mais facilmente expresso por uma frase que continuo repetindo ao meu querido amigo, George Gloss – que o seu grupo representa, na melhor das hipóteses, as idéias da revolução do século XIX, enquanto eu estou interessado exclusivamente na revolução do século XX.

Talvez eu deva primeiramente consignar em detalhes quem sou e fornecer-lhe uma análise histórica do longo desenvolvimento por meio do qual eu passei de membro (embora um membro opositor mesmo assim) da inglesa *Fabian Society* em 1912-1914 para membro do Partido Social Democrata Independente alemão durante a primeira Guerra Mundial, de lá – via uma breve adesão entusiástica – para o partido de Lênin, dele para uma oposição “ultra-esquerdista”, primeiro interna e depois externamente ao partido, e de lá posteriormente,

durante os últimos vinte anos, para uma nova posição que me parece em muitos aspectos semelhantes à sua atual tendência conforme expresso pelo seu número de dezembro de 1947, o último até agora que eu tenha visto.

Contudo, penso que você está mais ou menos ciente de todos os relevantes matizes do atual desenvolvimento e, portanto, provavelmente sabe mais sobre mim do que eu poderia te dizer em uma breve carta. Porém, não devo negligenciar em dizer-lhe que gostei de sua reimpressão de minha resenha do livro de Trotski, e de tantas obras de Mattick e Pannekoek. Somente agora eu deveria estar ocupado escrevendo uma resenha da edição em inglês da excelente crítica da filosofia de Lenin de Pannekoek para o *Western Socialist*. No entanto, acho difícil fazê-lo, dado que falei a maioria das coisas que tinha a dizer em minha resenha anterior do texto em alemão que apareceu no vol. IV, n. 5, de *Living Marxism*, em 1938. Se eu quisesse melhorar isso agora, depois de dez anos, teria de lidar com o mais recente ataque do positivismo contra o marxismo que está contido nos dois volumes de *The Open Society and Its Enemies* (A sociedade aberta e seus inimigos) de K. R. Popper que apareceu em Londres (*George Routledge and Sons Ltd.*) em 1945, que somente agora eu tenho, após sua reimpressão em 1947. Acho este livro muito repugnante, embora seja habilmente escrito e tenha causado uma deploravelmente forte impressão em alguns ex-esquerdistas da estirpe de Pannekoek e Mattick. Assim, acho que é difícil me fazer lê-lo por inteiro, e isso de novo, até agora, me impediu de escrever a resenha que eu tinha prometido tanto para Mattick quanto para o *W.S.* com a finalidade de promover a venda do valioso livro de Pannekoek. Se e quando eu escrever a resenha te enviarei uma cópia de imediato, uma vez que é bem possível que o *W.S.* mais uma vez achará minha resenha "muito acadêmica e confusa" como fizeram em relação à minha resenha do livro de Trotsky, e de fato não posso culpá-los por pensar assim de seu próprio ponto de vista particular.

No momento estou absorvido em dois tipos diferentes de estudos, que aparecerão primeiramente em língua alemã, nos quais tento traçar os resultados finais do movimento operário da era “marxista” para a **teoria e a prática** original de Marx: (1) antes, durante e depois de 1848; (2) durante o período da AIT nas décadas de 1860/70. Vou enviar-lhe cópias do que está pronto assim que eu conseguir traduzir para o Inglês (No caso de você conseguir obter Alemão MSS traduzido por aí, eu lhe enviaria uma seleção de novos e antigos escritos que possam ser de seu interesse, mas temo não ser possível, pois é quase impossível para mim obter cópias de meus escritos em inglês dos últimos 10-15 anos.)

Em conexão com os estudos acima descritos pretendo escrever sobre as teorias de Bakunin, particularmente sobre sua teoria do Estado como apresentada em um livro de 1873 que é amplamente desconhecido e não existe em qualquer edição não russa, exceto em uma edição em espanhol que também é quase impossível de obter. Assim, vai levar algum tempo antes que eu supere as dificuldades linguísticas. Aprendi espanhol agora e posso eu mesmo ler a tradução espanhola, mas preciso de ajuda para a versão original em russo, e tenho que obter cópias fotostáticas dele, porque eu posso pedir emprestado o livro em si apenas por um período limitado, o que está quase esgotado. Existem alguns artigos em que eu tratei do assunto no periódico alemão *Die Aktion* em 1928 e 1931, mas eles não foram traduzidos.

Então, eu estava bastante contente quando Lain Diez me enviou o artigo dele sobre a “Interpretação da Comuna de Paris”, eu mesmo o traduzi para o Inglês, inicialmente de uma tradução francesa, e agora a partir da versão original em espanhol, muito melhor que a versão francesa. Também fiz algumas mudanças, com o consentimento do autor (que não conheço pessoalmente). Estou anexando uma cópia deste artigo, com vista à publicação em seu jornal, se você acha que pode fazê-lo. Apesar de algumas deficiências óbvias, eu acho que o pequeno artigo está bem escrito e aborda certas importantes questões de uma forma que pode interessar a pessoas que ainda não se libertaram da

lenda Marx-Lenin-Trotsky na mesma medida que você ou eu podemos reivindicar para nós mesmos. Saudações camaradas,

Karl Korsch.

Nota: A carta para J. A. Dawson, editor de Southern Advocate for Workers' Councils, foi publicada na edição de julho-agosto (Melbourne, 1948, p. 9-10).

E

Carta a Erich Gerlach (tradução)

16 de dezembro de 1956

Estou envergonhado de não ter lhe escrito por tanto tempo após nossas conversas em Hanover, e após ter recebido dois números do “Sozialistische Politik” de julho e agosto de 1956. Aqui li imediatamente e em detalhes ambos os números e achei quase tudo extraordinariamente bom e útil como preparação para o novo socialismo de um movimento alemão e europeu de trabalhadores que me parece completamente não-utópico. Teria, portanto, prazer de escrever de vez em quando para o Jornal. Mas o que nesta atividade poderia ser precisamente mais importante para nós – uma comparação contínua e síntese entre o movimento dos trabalhadores aqui, que já se desenvolveu mais, e suas experiências europeias – eu não poderia realizar por um longo tempo na decepcionante e deprimente condição após meu regresso da viagem à Europa. Mesmo que eu tenha feito alguns contatos e de fato tentado cotidianamente ver as possíveis conexões entre os desenvolvimentos lá e aqui. O que aconteceu é que me deparei aqui com uma imensa quantidade de material, que tinha sido reunido durante minha ausência e, desde então, aumentou mais, antes que eu pudesse trabalhar com o material anterior. Além disso, meu velho hábito de quarenta anos de idas e vindas da teoria à prática foi consideravelmente reforçado pelos atuais acontecimentos na Rússia, Polônia, e nos outros países chamados satélites.¹¹ Mesmo

¹¹ Korsch está se referindo às manifestações e greves na Polônia em 1956 e aos levantes na Hungria e Alemanha Oriental que foram esmagados à força pelas tropas russas.

disposto a “enxergar junto” estes últimos acontecimentos no contexto de um grande desenvolvimento da Europa Central, preciso de um renovado, puramente teórico, estudo de toda essa época, especialmente seu desenvolvimento atual que tem sido tão violentamente mutilado antes de sua maturação. Devo informar novamente para você sobre estas questões depois de algum tempo, quando minha “autocompreensão” progredir mais...

Apesar da minha negligência anterior, estou muito animado sobre a sua resposta às declarações nesta carta, posição atual e perspectivas do ponto de vista da política socialista. Nesse meio tempo, te envio, juntamente com Hedda, nossas calorosas saudações – naturalmente à sua esposa também. Existe alguma possibilidade de você vir aos EUA em algum momento?

Seu, Karl Korsch.

[Em uma carta escrita no mesmo dia para Ruth Fisher, que Korsch incluiu na carta a Gerlach, ele escreveu:]

Após uma decisão rápida, viajei a Detroit para participar de uma reunião massiva de trabalhadores do setor automobilístico. Tive uma boa recepção de velhos e novos amigos, mas o tempo foi muito curto para construir qualquer coisa a mais. Para mim, no meu deserto estadunidense, já é muito quando estou mais uma vez entre trabalhadores reais. Como sempre, tenho bons planos para ativar minhas tendências teóricas e políticas, mas segure-se ao mesmo tempo para um outro sonho: restaurar teoricamente as “idéias de Marx” que hoje estão aparentemente aniquiladas após a conclusão do episódio Marx-Lênin-Stálin.

Tradução do Original Alemão por Douglas Kellner.

Outros lançamentos de 2016

*Trabalho e gênese do ser social na
"Ontologia" de György Lukács*

Ronaldo Vielmi Fortes

*Precarização e trabalho decente
nas cadeias produtivas globais*

Caroline da Graça Jacques

*Pesquisando a hegemonia
estadunidense na América Latina*

Patricio Altamirano Arancibia

Rafael Mandagaran Gallo

Guillermo Alfredo Johnson

Jaime Preciado Coronado

Ary Cesar Minella (Org.)

*Política de Memória Histórica
no Brasil: um estudo
de sociologia política*

Juliana de Jesus Grigoli

Capital, trabalho e educação

Paulo Sergio Tumolo

*A escola e a exploração
do trabalho infantil
na fumicultura catarinense*

Soraya Franzoni Conde

José Carlos Mendonça

Doutor em Ciências Sociais.

Pesquisador e extensionista
do Lastro – UFSC, coordena o
Grupo Mundos do Trabalho:

Pensamento Político-social
Heterodoxo (GEPENSAH).

É autor de *A ideologia do
socialismo jurídico, Além de
partidos e sindicatos: teoria da
organização política em Anton
Pannekoek e Teoria política e
pensamento heterodoxo.*

E-mail: panekorsch@gmail.com

O livro oferece uma interpretação da contribuição do jurista e teórico alemão Karl Korsch para o desenvolvimento de uma teoria político-social crítica contemporânea. Realiza uma síntese do contexto da época e da trajetória de Korsch para extrair suas premissas, identifica as bases teóricas que possibilitaram elaborações divergentes do marxismo da II e III Internacionais, apresenta os conceitos/categorias de análise do autor, por meio de dois eixos de sua produção intelectual: a busca constante pela ação autônoma do proletariado e o fenômeno da contrarrevolução nas dimensões fascista, marxista ortodoxa e democrática. Ao final, apresenta a relação entre pensamento e prática de Korsch com o presente. Cinco apêndices trazem a tradução de quatro cartas e um ensaio, inéditos em língua portuguesa.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-64093-27-0



9 788564 093270

